UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

Bernadete Maria Coêlho Freitas

Versão Revisada

**Campesinato, uso de agrotóxicos e sujeição da renda da terra ao capital no contexto da
expansão da Política Nacional de Irrigação no Ceará**

São Paulo
2018

BERNADETE MARIA COELHO FREITAS

Versão Revisada

**Campesinato, uso de agrotóxicos e sujeição da renda da terra ao capital no contexto da
expansão da Política Nacional de Irrigação no Ceará**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia Humana, da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas (FFLCH), da
Universidade de São Paulo (USP), como requisito
para obtenção da titulação de doutor (a).

Orientadora: Prof^ª. Dra. Larissa Mies Bombardi

São Paulo
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

F862c Freitas, Bernadete Maria Coêlho
Campesinato, uso de agrotóxicos e sujeição da renda da terra ao capital no contexto da expansão da Política Nacional de Irrigação no Ceará / Bernadete Maria Coêlho Freitas ; orientadora Larissa Mies Bombardi. - São Paulo, 2018.
325 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Campesinato. 2. Agrotóxicos. 3. Sujeição da renda da terra ao capital. 4. Política Nacional de Irrigação. 5. Resistências. I. Bombardi, Larissa Mies, orient. II. Título.

Nome: FREITAS, Bernadete Maria Coêlho

Título: Campesinato, uso de agrotóxicos e sujeição da renda da terra ao capital no contexto da expansão da Política Nacional de Irrigação no Ceará.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), da Universidade de São Paulo (USP), como requisito para obtenção da titulação de doutor (a).

Aprovado em: 22/12/2017

Banca Examinadora

Profa. Dra. Larissa Mies Bombardi - Presidente

Instituição: Universidade de São Paulo (USP)

Julgamento: Aprovada

Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira - Titular

Instituição: Universidade de São Paulo (USP)

Julgamento: Aprovada

Profa. Dra. Marta Inez de Medeiros Marques - Titular

Instituição: Universidade de São Paulo (USP)

Julgamento: Aprovada

Profa. Dra. Raquel Maria Rogotto - Titular

Instituição: Universidade Federal do Ceará (UFC)

Julgamento: Aprovada

Prof. Dr. Antônio Thomaz Júnior - Titular

Instituição: Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Julgamento: Aprovada

Aos meus queridos pais, Sebastião e Beta

Aos meus amores, Arixancer e Alanis

Aos camponeses e camponesas do Baixo Jaguaribe

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é uma expressão concreta da vida de quem luta, sonha e tem esperança... Trata-se de uma elegia para os camponeses e camponesas do sertão nordestino, especialmente do Ceará! É o resultado da produção de conhecimento, cuja construção contou com a contribuição de diversos sujeitos sociais, de familiares, colegas, amigos e amigas. Compartilho com cada um(a) o fruto desse esforço de apreensão da realidade, não significando que tenham responsabilidade sobre possíveis limitações ou equívocos por mim cometidos. Há sempre o que melhorar! Há sempre o que aprender! Ora, a ciência está em constante aprendizado! Esta tese, portanto, revela mais o sentido de um começo, do que de término de um trabalho científico.

Destaco, aqui, algumas pessoas que me ajudaram a desenhar caminhos e a torná-los efetivos. Gratidão aos meus pais, “Sebastian” e “Dona Beta”, figuras que me ensinaram princípios éticos e a ser generosa sem perder a autonomia, a acreditar na vida e nas boas energias que alimentam minha espiritualidade que me fazem não desistir jamais. Um camponês e uma professora que, através de seus ensinamentos de vida, me guiaram em diversos momentos da vida. Grata pelas conversas e cafés nos momentos de tristeza e de alegria! Estendo o mesmo sentimento aos meus queridos irmãos e irmãs: Geruza, Jaqueline, Flávia, Flávio, Everton, Evandro, Edson, Dejota. Gratidão, por serem sempre tão generosos comigo!

Meus amores, Ari e Alanis, companheiro e filha querida, sem vocês tudo seria bem mais difícil! Agradeço por tudo! Por me ajudarem nas transcrições exaustivas que, de algum modo, contribuiu para aproximá-los da tese, o que motivou ainda mais o incentivo a mim dirigido! Gratidão, sobretudo, por me fazerem sorrir sempre, inclusive nos momentos menos prováveis, como a descoberta de um câncer renal, que felizmente chegou junto com a cura após cirurgia. Agradeço por estarem comigo em todos os momentos! Pelo companheiro e Amor!

Gratidão aos amigos e amigas, colegas acadêmicos e de lutas, cujas ações em defesa de direitos dos povos do campo enaltecem meu apreço e gratidão: da FAFIDAM, Hidel, Lana, Lucenir, Sandra, Ernandi, Rameres etc; do TRAMAS, Raquel Rigotto, Ada, Mayara e Lara e outros; da CÁRITAS de Limoeiro do Norte, Pe. Júnior, Diego, Anjerli, Aline, Silvânia, Patrícia; CSP Conlutas: Reginaldo; STTR Apodi: Agnaldo e Edilson. Aos demais amigos e amigas de sempre, alguns considero irmãos: Estelita, Geraldo, Thaís, Tamara, Cleuton, Sergiano, Andrea, Marquinhos, Rubson, Jucier, Jordana, Riccelly, Jade, Ceíça, Manu, Tereza, Luiz Cruz, Camila, Auricélio e outros tantos. Uma simples conversa e/ou “cerva” com vocês resultam em muitas gargalhadas... Renovam minhas energias para continuar lutando por dias melhores!

Aos camponeses e camponesas, sujeitos sociais e políticos do contexto das lutas do Baixo Jaguaribe, sem os quais esse trabalho não seria possível: Socorro, Leocildo, Mônica, Leandro, Vanilson, Otávio, Manuel, Branquinha, Márcia, Zé Maria (*in memoriam*), Maria de Jesus, Eduardo, Lourdes, Ricardo, Neném, Toninho, Ozarina e outros. Agradeço por participaram das entrevistas, oficinas, cartografia social e pela acolhida sempre generosa.

Agradeço minha orientadora, Profa Larissa Mies Bombardi, pela contribuição ao meu trabalho, pelo carinho, amizade e por cuidar de mim tão bem. Nunca serei capaz de agradecer! Gratidão por estar presente nos momentos difíceis, por me ligar todos os dias, mesmo estando fora do país, no período em que estive com problemas de saúde. Quero agradecer por chegar na USP sem conhecer ninguém, inclusive sem conhecê-la, e ser bem acolhida. Estendo aqui meu agradecimento aos amigos novos que fiz do Laboratório de Geografia Agrária/USP: Mônica, Tito, Denise, Luciana, Elaine e outros. Nossos seminários de pesquisa foram fundamentais para troca de saberes e contribuições aos trabalhos acadêmicos de todos nós! A alimentação compartilhada, que dividia a mesa de estudos (algumas produzidas em casa), cheia de vida, de cores e sabores, constitui uma lembrança que guardarei no coração.

Agradeço ao Prof Ariovaldo Umbelino de Oliveira, pelas contribuições e ensinamentos na qualificação, defesa e na disciplina “Agricultura e Capitalismo”, mas também pela simplicidade. A presença de uma mãe cursando sua disciplina com um bebê e outro filho pequeno é uma boa analogia!. Agradeço não apenas por esses feitos, mas por ter influenciado minha vida acadêmica a partir de sua obra, pela contribuição teórico-metodológica à ciência geográfica e aos estudos do campo. A geografia agrária brasileira tem muito a te agradecer!

Meu agradecimento especial aos demais professores que constituíram a banca de defesa, organizando suas agendas com toda generosidade para participar da avaliação do meu trabalho: Profa Raquel Rigotto, que acompanha minha vida acadêmica, contribuindo para um olhar mais amplo e solidário sobre a realidade; Prof Thomaz Júnior, pesquisador comprometido e engajado com as lutas e emancipação humana, que muito contribuiu com sua leitura cuidadosa da tese; e, a Profa Marta Inez, por sua contribuição desde a qualificação, de forma gentil e crítica, profunda e instigadora. Meu agradecimento e admiração pela trajetória de cada um de vocês, pelo comprometimento e contribuição teórico-metodológica à uma ciência emancipada.

A CAPES, por ter financiado a pesquisa, após minha aprovação em seleção de bolsas de estudos junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (USP). É papel do Estado assegurar a produção de conhecimento no país, daí a importância do financiamento público da pesquisa, assim como do ensino e da extensão. Não deixemos essa luta cessar!

Estudar os camponeses é importante, não só porque os intelectuais podem produzir conhecimento voltado para os interesses dos camponeses, mobilizar-se e lutar por eles, ou tentar fazer com que eles se mobilizem. Os camponeses podem nos ensinar uma variedade de coisas que nós não sabemos. A questão da flexibilidade de respostas em face dos desafios e crises econômicas é algo que o camponês pode ensinar àquele que não é camponês, muito mais do que o contrário, como se pode observar em inúmeras situações (SHANIN, 2008, p. 28)

RESUMO

FREITAS, Bernadete Maria Coelho. **Campesinato, uso de agrotóxicos e sujeição da renda da terra ao capital no contexto da expansão da Política Nacional de Irrigação no Ceará.** 2017. 325f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

O objetivo desta tese é analisar a reprodução e resistência camponesa e a relação com o uso de agrotóxicos no contexto da sujeição da renda da terra ao capital e da expansão da Política Nacional de Irrigação no Baixo Jaguaribe, leste do Ceará. O recorte de estudo compreende o Acampamento Zé Maria do Tomé (Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi), o Assentamento Bernardo Marin II e as comunidades camponesas Lagoa dos Cavalos e Junco (Perímetro Irrigado Tabuleiros de Russas) e a comunidade Setor 3 (Perímetro Irrigado de Morada Nova). O estudo parte do princípio que o campesinato deve ser analisado de *dentro* do capitalismo, como uma *classe social*, como defendem Shanin (1980; 1983; 2008); Oliveira (2004; 2007); Martins (1980; 1981; 2004), Bombardi (2003; 2004; 2007), dentre outros autores. A expansão do capitalismo no campo ocorre de forma contraditória e combinada, ampliando o assalariamento e, ao mesmo tempo, a reprodução camponesa, embora a renda da terra, muitas vezes, mantenha-se subordinada ao capital, processos que culminam com conflitos e resistência no campo brasileiro (OLIVEIRA, 1991; 1999; 2001; BOMBARDI, 2004; 2007; FERNANDES, 1996; 1999). Esta pesquisa toma como referência a análise da *totalidade* (KOSIK, 1976; LOWY, 2007), utilizando procedimentos de pesquisa-ação/participante e da pedagogia do território, além de pesquisa bibliográfica e documental, trabalhos de campo e elaboração de mapas, quadros e tabelas. Desde 2008 o país tornou-se o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, refletindo no avanço do mercado de agrotóxicos, que cresceu 190% entre os anos de 2002 e 2012, superando o crescimento mundial, de 93%, nesse período (BRASIL, 2016). Bombardi (2011) mostra que pouco mais de um terço das pequenas propriedades utilizam agrotóxicos no Brasil, embora o uso pelo agronegócio seja bastante superior. Como consequência, verifica-se a sujeição da renda da terra camponesa (MARTINS, 1981), via capital comercial e industrial de agrotóxicos. No caso da área deste estudo, cerca de 30% da renda dos camponeses são destinados aos gastos com agrotóxicos, se somada aos demais insumos agrícolas chegam a 50%, podendo atingir 70% da renda total, variando de acordo com a cultura produzida. O Estado tem incentivado o uso de agrotóxicos por meio de isenção de impostos, de legislações, bem como pela escolha do agronegócio como modelo predominante no país. No caso da política de irrigação, esse processo é verificado por meio da inserção de lotes para o

agronegócio nas áreas de perímetros irrigados, provocando a disseminação do uso de agrotóxicos junto aos camponeses, seja por meio de “parceria”, seja pela migração das “pragas” oriundas de suas monoculturas. Esse processo, contraditoriamente, tem refletido em insujeição dos camponeses, materializada pela reprodução e resistência nas frações de territórios, em conjunto com a coesão das lutas do Baixo Jaguaribe, evidenciada pela articulação entre as universidades, movimentos e entidade sindicais e da igreja católica. Reafirma-se, assim, o campesinato como categoria de análise e classe social que luta em defesa de direitos (terra, água e território), com potencial para produção de alimentos saudáveis, visto que, diferente do agronegócio, sua lógica não é pautada na acumulação, mas na defesa da vida e emancipação.

Palavras-chave: Campesinato. Agrotóxicos. Sujeição da Renda da Terra ao Capital. Política Nacional de Irrigação. Resistências.

ABSTRACT

FREITAS, Bernadete Maria Coelho. **The peasantry, the use of pesticides and the subjection of income from land to capital in the context of the expansion of the National Irrigation Policy in the Ceará. 2017.** 325f.

The purpose of this thesis is to analyze the reproduction and peasant resistance and the relation with the use of agrottoxins in the context of subjection and income of the land by the State of São Paulo, Brazil. The expansion of the national irrigation policy in the lower Jaguaribe, east of Ceara state. The study Recital comprised Camp Zé Maria do Tomé (Irrigated Perimeter Jaguaribe-Apodi), Bernardo Marin II Settlement and peasant communities Lagoa dos Cavalos and Junco (Irrigated Perimeter of Tabuleiros de Russas) and community Sector 3 (Perimeter Irrigated of Morada Nova). The study starts from the principle that it is the development of the human being, as a social class, how to defend Shanin (1980, 1983, 2008); Oliveira (2004, 2007); Martins (1980, 1981, 2004), Bombardi (2003, 2004, 2007), among other authors. The expansion of capitalism in the countryside occurs in a contradictory and combined way, extending the employment and at the same time a peasant reproduction, although the income of the land often remains subordinated to capital processes that culminate in conflicts and resistance at the Brazil camps (Oliveira, 1991, 1999, 2001, BOMBARDI, 2004, 2007 and FERNANDES, 1996). (KOSIK, 1976; LOWY, 2007), using the procedure of research-action / participant and pedagogy of the territory, as well as bibliographical and documentary research, fieldwork and elaboration of maps, and tables. Since 2008, Brazil has become the largest consumer of pesticides in the world, reflecting in the advance of the agrochemicals market, which grew 190% between 2002 and 2012, exceeding the global growth of 93% in that period (BRAZIL, 2016). Bombardi (2011) shows that little more than a third of the small properties use agrottoxins in Brazil, although it is used by the agribusiness rather superior. As a consequence, It is verified the subjection of peasant land income through commercial and industrial capital of agrottoxins (MARTINS, 1981). In the case of the study area, (more about 30% of the income of the farmers are paid with expenses with agrottoxins, if added to the other agricultural inputs they reach 50%, being able to reach 70% of the total income, varying according to a crop produced. The State has encouraged the use of agrottoxins through tax exemption, laws, as well as the choice of agribusiness as the predominant model in the country. In the case of irrigation policy, this process is verified through the insertion of lots for agribusiness in the areas of irrigated perimeters, causing a dissemination of the use of agrottoxins together with peasants, through a

partnership, through the migration of "pests" originating from monocultures. This process, contradictory, has reflected in the insurrection of the peasants, materialized by the reproduction and resistance in the territories, together with the cohesion of the struggles of the Lower Jaguaribe, evidenced by the union of universities, movements, and organizations of the Catholic Church. It reaffirms itself, as well as the country as a category of analysis and social class that fights in defense of rights (land, water and territory), with potential for the production of healthy foods, since, unlike agribusiness, its logic is not in accumulation but in the defense of life and emancipation.

Keywords: Peasantry. agrotoxins. The subjection of the Income of the land. National Irrigation Policy. Resistance

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Vale do Jaguaribe e a divisão das sesmarias da Ribeira do Jaguaribe (séc. XVII)..	83
Figura 2 – Produção de feijão, Ceará (2015)	87
Figura 3 – Produção de arroz, Ceará (2015)	87
Figura 4 – Produção de banana, Ceará (2015)	87
Figura 5 – Perímetros irrigados do Nordeste organizados pelo DNOCS	104
Figura 6 – Colonos do PIMN	149
Figura 7 – Reunião da AUDIPIMN (2016)	150
Figura 8 – Cotidiano e a presença de agrotóxicos nas comunidades do PIMN	152
Figura 9 – Terra Fértil - empresa de comercialização agrotóxicos, Limoeiro do Norte/CE	154
Figura 10 – Agrovale – empresa de comercialização agrotóxicos, Limoeiro do Norte/CE	155
Figura 11 – Espacialização da Syngenta no Brasil/Distribuidora em Limoeiro do Norte.....	156
Figura 12 – Produção de arroz – PIMN	157
Figura 13 – Pecuária – PIMN	157
Figura 14 – Produção de milho – PIMN	158
Figura 15 – Produção de feijão – PIMN	158
Figura 16 – Comunidades atingidas ou destruídas para implantação do PITR	163
Figura 17 – Distribuição dos lotes do PITR (2007)	172
Figura 18 – Empresa do agronegócio desativada na segunda etapa do PITR (2017)	175
Figura 19 – Comunidades destruídas para expansão da segunda etapa do PITR (2017).....	175
Figura 20 – Área de reassentamento da segunda etapa do PITR (2017)	176
Figura 21 – Quintal produtivo na área do reassentamento do PITR (2017)	176
Figura 22 – O modo de vida camponês no Assentamento Bernardo Marin II	182
Figura 23 – “Parceiros” da empresa Fruta Cor, na Chapada do Apodi.....	197
Figura 24 – Área prevista para ser desapropriada para implantação do PIJA (1986)	204

Figura 25 – Distribuição dos lotes na implantação do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (1990).....	210
Figura 26 – A ocupação do Acampamento Zé Maria do Tomé	227
Figura 27 – A “longa marcha” formada ao lado do canal de irrigação.....	227
Figura 28 – Resistência do Acampamento Zé Maria do Tomé.....	228
Figura 29 – Os primeiros diálogos de negociação com DNOCS.....	228
Figura 30 – Visita de representantes de órgãos do Estado ao Acampamento Zé Maria do Tomé (2014)	237
Figura 31 – Visita de representantes de órgãos do Estado, movimentos, universidades – Ministério da Integração, DNOCS, FAFIDAM/UECE, Cáritas, MST (2014)	238
Figura 32 – Trabalho de campo do GT para delimitar as terras do Acampamento Zé Maria do Tomé.....	242
Figura 33 – Visita ao DNOCS	248
Figura 34 – Ocupação no INCRA (2014)	248
Figura 35 – Reunião do GTI no DNOCS (2015)	250
Figura 36 – Apresentação da cartografia social do Acampamento /Ato unificado (2017).....	252
Figura 37 – Construção da cartografia social do Acampamento Zé Maria do Tomé.....	256
Figura 38 – Semana Zé Maria do Tomé – reunião de avaliação e proposição (2014).....	266
Figura 39 – Manifestação na IV Semana Zé Maria do Tomé, na FAFIDAM/UECE (2014)..	266
Figura 40 – Reunião do Grupo de Pesquisa do M21 (GPM21)	268
Figura 41 – Debate sobre o Dossiê Perímetros Irrigados com pesquisadores e sujeitos sociais.....	275
Figura 42 – Encontro dos territórios – apresentação e debate do Dossiê Perímetros Irrigados	275
Figura 43 – Reunião com a Secretaria de Saúde do Ceará	278
Figura 44 – Prédio do CERESTA Rural	278
Figura 45 – Intercâmbio entre os territórios camponeses, em Apodi (RN), 2014.....	279

Figura 46 – Intercâmbio entre camponeses do Acampamento Zé Maria do Tomé e agricultor de agrofloresta, em Mulungu/CE, 2015.....	282
Figura 47 – Registros da Feira Agroecológica do Acampamento Zé Maria do Tomé na FAFIDAM/UECE	284

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Produção agrícola municipal de Limoeiro do Norte - lavoura permanente (2015)..	90
Gráfico 2 – Produção agrícola municipal de Limoeiro do Norte - lavoura temporária (2015)....	90
Gráfico 3 – Comercialização de agrotóxicos e afins por área plantada (kg/ha), por unidade da Federação, Brasil, 2013.....	108
Gráfico 4 – Evolução da área cultivada, em hectares, do PITR (2006-2016)	174
Gráfico 5 – Principais culturas e área, em hectare, do PITR (2017)	174
Gráfico 6 – Distribuição da estrutura fundiária do PIJA	212

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização da área de estudo	29
Mapa 2 – Exportações do Ceará (2015)	124
Mapa 3 – Intoxicações por agrotóxicos de uso agrícola, Brasil (2007-2014)	126
Mapa 4 – Polos de Irrigação do Nordeste (DNOCS e CODEVASF).....	126
Mapa 5 – Intoxicações por agrotóxicos de uso agrícola no Nordeste/Ceará (2007-2014)	128
Mapa 6 – Intoxicações por agrotóxicos de uso agrícola no Ceará (2007-2014)	129
Mapa 7 – Uso de agrotóxicos em estabelecimentos agrícolas no Ceará (2006)	129
Mapa 8 – Localização do Perímetro Irrigado de Morada Nova/Comunidade Setor NH3.....	143
Mapa 9 – Localização do Perímetro Irrigado Tabuleiros de Russas/Comunidade Lagoa dos Cavalos, Junco e Assentamento Bernardo Marin II.....	161
Mapa 10 – Localização do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi.....	203
Mapa 11 – Área oficialmente desapropriada para implantação do PIJA (1989)	207

Mapa 12 – Acampamento Zé Maria do Tomé/Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (2017)	241
Mapa 13 – Delimitação da área do TAC (amarela) e dos 700 hectares incorporados à área do TAC (verde) pelo DNOCS/MI, a serem destinados ao Acampamento Zé Maria do Tomé (2014).....	244

LISTA DE CROQUIS

Croqui 1 – Comunidade Tomé – Antes (Início do século XX)	190
Croqui 2 – Comunidade Tomé – Atual (Início do século XXI)	190
Croqui 3 – Comunidade Cercado do Meio – Antes (Início do século XX)	191
Croqui 4 – Comunidade Cercado do Meio – Atual (Início do século XXI)	191
Croqui 5 – Comunidade Carnaúbas – Antes (Início do século XX)	192
Croqui 6 – Comunidade Carnaúbas – Atual (Início do século XXI)	192
Croqui 7 – Cartografia social do Acampamento Zé Maria do Tomé (2017).....	254
Croqui 8 – Cartografia social do Acampamento Zé Maria do Tomé (2017).....	255

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Pesquisas concluídas relacionadas com a geografia agrária do Baixo Jaguaribe – orientadas pela Profa Dra. Denise Elias	63
Quadro 2 – Pesquisas concluídas relacionadas com a geografia agrária do Baixo Jaguaribe – orientadas pela Profa Dra. Raquel Rigotto	64
Quadro 3 – Pesquisas em andamento relacionadas com a geografia agrária do Baixo Jaguaribe – orientadas pela Profa Dra. Raquel Rigotto.....	65
Quadro 4 – Empresas do agronegócio instaladas em áreas internas e circunvizinhas aos perímetros irrigados do Baixo Jaguaribe	95
Quadro 5 – Síntese da história da irrigação do Baixo Jaguaribe (séc. XIX – atual)	97
Quadro 6 – Os dez agrotóxicos mais comercializados no Brasil, 2013	106

Quadro 7 – Classificação dos dez estados que mais comercializaram agrotóxicos no Brasil, 2013	106
Quadro 8 – Comercialização de agrotóxicos e afins por área plantada (kg/ha), por unidade da Federação, Brasil, 2013	107
Quadro 9 – Contaminação da água subterrânea por agrotóxicos, na Chapada do Apodi, Ceará, 2008	135
Quadro 10 – Identificação das comunidades e famílias em torno na questão da terra e da água – território da Chapada do Apodi	193
Quadro 11 – Síntese das problemáticas, órgãos competentes e proposições – território da Chapada do Apodi	194
Quadro 12 – Direitos violados na fase de implantação dos Perímetros Irrigados estudados...	270
Quadro 13 – Direitos violados na fase de operação dos Perímetros Irrigados estudados.....	271

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Síntese do número de pesquisas sobre o Vale/Baixo Jaguaribe, em diferentes área de atuação, entre 1986-2016 (desenvolvidas e em desenvolvimento).....	67
Tabela 2 – Produção agrícola municipal de Limoeiro do Norte - lavoura permanente (2015)....	89
Tabela 3 – Produção agrícola municipal de Limoeiro do Norte - lavoura temporária (2015)....	89
Tabela 4 – Número e área dos imóveis rurais, por tamanho do imóvel e classificação das áreas, segundo os municípios do Baixo Jaguaribe (2005)	92
Tabela 5 – Cultura e área plantada do PIMN (2014)	159
Tabela 6 – Regularização fundiária da primeira etapa do PITR (em andamento), por categoria, lote e área	171
Tabela 7 – Área prevista para desapropriação para implantação do PIJA (1986)	205
Tabela 8 – Distribuição da estrutura fundiária do PIJA, segundo DNOCS (2009).....	212
Tabela 9 – Relação de invasores/áreas invadidas acima de 100 hectares, de acordo com DNOCS (2009).....	213

Tabela 10 – Relação de acampados(as) sem acesso a terra/moradia e com permanência no Acampamento Zé Maria do Tomé	231
---	-----

Tabela 11 – Acampamento Zé Maria do Tomé, segundo a comunidade, número de famílias, moradia, acesso a terra, renda familiar, culturas e uso de veneno (2014).....	234
---	-----

LISTA DE SIGLAS

ADAGRI	Agência de Defesa Agropecuária da Ceará
ADECE	Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará
AIJA	Associação dos Ex-Irrigantes Expropriados do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AUDIIMN	Associação dos Usuários do Distrito de Irrigação de Morada Nova
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPI	Cooperativa do Projeto Irrigado de Morada Nova
CENTEC	Instituto Centro de Ensino Tecnológico
CERESTA	Centro de Referência em Saúde do Trabalhador Rural e Ambiente
CAPIVAB	Cooperativa Agropecuária do Perímetro Irrigado do Vale do Banabuiú
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
COGERH	Companhia de Gerenciamento dos Recursos Hídricos
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COPAMN	Cooperativa dos Pequenos Produtores Agropecuaristas de Morada Nova
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DISTAR	Distrito do Perímetro Irrigado de Tabuleiros de Russas
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMATERCE	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará
FAFIDAM	Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos
FAPIJA	Federação das Associações do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FRUTAL	Instituto de Desenvolvimento da Fruticultura e Agroindústria
FUNCEME	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
GTI	Grupo de Trabalho Interinstitucional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
MS	Ministério da Saúde
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIN	Ministério da Integração Nacional
MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
M21	Movimento 21
OPA	Organização Popular de Aracati
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PARA	Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PROCEAGRI	Programa Cearense de Agricultura Irrigada
PIMN	Perímetro Irrigado de Morada Nova
PIJA	Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi
PITR	Perímetro Irrigado Tabuleiros de Russas
PIS	Programa de Integração Social
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
SDA	Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará
SDE	Secretaria do Desenvolvimento Econômico do Ceará
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SEMACE	Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará
SRH	Secretaria dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TRAMAS	Trabalho, Meio Ambiente e Saúde
UDR	União Democrática Ruralista
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNESP	Universidade Estadual Paulista
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	23
2	VISÃO SOCIAL DE MUNDO COMO PRINCÍPIO DAS ESCOLHAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS: MÉTODO E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA.....	37
2.1	Por que é necessário discutir o campesinato no âmbito da questão agrária? Uma questão de método e utopia	37
2.2	Procedimentos e técnicas da pesquisa.....	49
2.2.1	Elementos da pesquisa-ação e participante em diálogo com a pedagogia do território...50	
2.2.1.1	<i>Procedimentos da pesquisa</i>	<i>57</i>
3	A GÊNESE DA AGRICULTURA CAMPONESA E A QUESTÃO AGRÁRIA DO BAIXO JAGUARIBE.....	61
3.1	A geografia da agricultura camponesa do Baixo Jaguaribe	61
3.2	Elementos conceituais e a histórica insujeição camponesa.....	69
3.3	A gênese dos camponeses e elementos atuais da questão agrária do Baixo Jaguaribe	79
3.3.1	As origens dos camponeses do Baixo Jaguaribe	79
3.3.2	Elementos atuais da questão agrária do Baixo Jaguaribe.....	86
4	A EXPANSÃO DA POLÍTICA DE IRRIGAÇÃO E DO USO DE AGROTÓXICOS NO BAIXO JAGUARIBE NO CONTEXTO DA MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL NA AGRICULTURA.....	96
4.1	A política de irrigação e o uso de agrotóxicos: reflexos da atuação do Estado e do avanço do capitalismo no campo após a década de 1970.....	96
4.2	Expansão dos perímetros irrigados e do agronegócio no contexto da mundialização do capital na agricultura.....	116
4.3	Intoxicações e contaminação pelo uso de agrotóxicos em áreas de perímetros irrigados do Baixo Jaguaribe: implicações do papel do Estado na agricultura brasileira.....	121
5	A SUJEIÇÃO DA RENDA DA TERRA CAMPONESA AO CAPITAL PELO USO DE AGROTÓXICOS E RESISTÊNCIA NOS PERÍMETROS IRRIGADOS DO BAIXO JAGUARIBE.....	137
5.1	A in-sujeição camponesa: a sujeição da renda da terra camponesa ao capital.....	137
5.2	A sujeição da renda da terra no Perímetro Irrigado de Morada Nova.....	142

5.3	O Perímetro Irrigado Tabuleiros de Russas e a reprodução e resistência das comunidades Lagoa dos Cavalos, Junco e Assentamento Bernardo Marin II.....	160
5.4	O Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi: a sujeição da renda da terra camponesa via pacote tecnológico e as resistências da Chapada do Apodi.....	184
5.4.1	A formação do território da Chapada do Apodi: as origens das comunidades camponesas atingidas pelo PIJA.....	184
5.4.1.1	<i>O conhecimento do território como instrumento de resistência das comunidades camponesas da Chapada do Apodi.....</i>	<i>186</i>
5.4.2	A sujeição da renda da terra camponesa via pacote tecnológico.....	196
6	ACAMPAMENTO ZÉ MARIA DO TOMÉ: RESISTÊNCIA CAMPONESA À CONCENTRAÇÃO DA TERRA, DA ÁGUA E CONTRA A SUJEIÇÃO DA RENDA DA TERRA AO CAPITAL	202
6.1	A questão fundiária do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi.....	202
6.2	Da concentração da terra à concentração da água: uso desigual e as lutas camponesas pelos bens comuns.....	217
6.3	Acampamento Zé Maria do Tomé: uma luta por terra, água e contra a sujeição da renda da terra ao capital.....	222
6.3.1	Acampamento Zé Maria do Tomé: resistência e insujeição.....	225
7	O CAMPESINATO NO CONTEXTO DA COESÃO ÉTICA E POLÍTICA DAS LUTAS DO BAIXO JAGUARIBE	257
7.1	Ações políticas dos camponeses no âmbito do Movimento 21.....	264
7.1.1	A Semana Zé Maria do Tomé como processo de formação e expressão da articulação das lutas do Baixo Jaguaribe	265
7.1.2	Formação e produção do Grupo de Pesquisa do Movimento 21 (GPM21)	267
7.1.3	A luta por políticas públicas: a construção do CERESTA Rural Zé Maria do Tomé...	276
7.1.4	Intercâmbio como estratégia de luta, resistência e troca de saberes e experiências em transição agroecológica	278
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	285
	REFERÊNCIAS.....	292
	APÊNDICE.....	302
	ANEXOS.....	306

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta tese é analisar a reprodução e resistência camponesa e a relação com o uso de agrotóxicos no contexto da sujeição da renda da terra ao capital e da expansão da Política Nacional de Irrigação no Baixo Jaguaribe, leste do Ceará. A hipótese deste estudo é a de que com o avanço do capital no Baixo Jaguaribe ocorre, contraditoriamente, a reprodução e resistência camponesa, inclusive nos espaços mais expressivos do capital, isto é, nos territórios em que foram instalados Perímetros Irrigados. Entretanto, os(as) camponeses(as) são invisibilizados(as) devido à subordinação da sua renda da terra pelo capital, principalmente, por meio do capital industrial e comercial de agrotóxicos e pacote tecnológico ofertado via empresas do agronegócio que, sob o incentivo do Estado, além de capturaram a renda da terra camponesa, disseminam o uso de agrotóxicos.

Esse processo é corroborado, de certo modo, com a visão social de mundo de pesquisadores que negam a permanência dos(as) camponeses(as) no campo, inviabilizando, consequentemente, políticas públicas direcionadas à reprodução social dos mesmos. Além dessa perspectiva, há pesquisadores que indeferem acerca da existência de nexos causais entre agrotóxicos e efeitos à saúde e ambiente, concepções de base neopositivista que reforçam o uso de agrotóxicos e a sujeição da renda da terra camponesa, além dos danos provocados à saúde e ao ambiente.

O conteúdo revelador da essência dessa problemática, entretanto, encontra caráter explicativo na opção do Estado pelo agronegócio como formato predominante de agricultura no país, no contexto da *mundialização do capital* (CHESNAIS, 1996; OLIVEIRA, 2016), priorizando a produção de *commodities* para exportação em detrimento da produção de alimentos para o consumo interno, parâmetro que tem avançado no Baixo Jaguaribe através da Política Nacional de Irrigação, com a expansão dos Perímetros Irrigados. Esse papel do Estado, por sua vez, expressa sua conformação aos princípios que regulam e mantêm a ordem social vigente, alimentada pela reprodução ampliada do capital.

A inquietação que alimentou a construção desta tese emergiu há alguns anos, após a escolha de estudar o campo, sobretudo por não encontrar o lugar dos(as) camponeses(as) na maioria das pesquisas, sujeitos ao olvido, à invisibilidade. Por ser filha de camponeses é vívido o testemunho de que mesmo após vinte anos residindo na cidade meus pais mantêm relação com a terra, além de repassarem aos filhos princípios que encontramos na vida camponesa, como a luta por autonomia, a ajuda mútua, a partilha de alimentos etc, questões análogas ao

que Woortmann (1990, p. 11) denomina de “ética camponesa constitutiva de uma ordem moral”.

A ética e a solidariedade estão presentes no cotidiano dos camponeses, como a troca de alimentos com os vizinhos. Desde cedo presenciei a vizinha que solicitava: “Dona Beta, me empresta aí um ‘necizinho’”, que significava nescafé. Meu pai¹, mesmo residindo na cidade, não consegue “desgarrar” de um sítio onde planta em alguns períodos. De tanto me ouvir falar sobre os problemas dos agrotóxicos resolveu voltar a plantar durante, construindo um experimento que acompanhei durante a tese. Debatíamos e ele afirmava: “acho que hoje não é mais possível plantar sem veneno!”. Mesmo assim, resolveu plantar sem agrotóxicos culturas como feijão, milho, batata, jerimum. Perdeu algumas delas, mas plantou novamente. Hoje ele afirma que é possível plantar sem veneno, mas exige paciência! Minha mãe compartilha parte desses alimentos por ele produzido (jerimum, macaxeira, feijão etc) e diz toda orgulhosa: “isso aqui não tem agrotóxicos não, veio lá do sítio!”.

Somaram-se a tais inquietações e vivências às demandas atuais dos sujeitos sociais e políticos do Baixo Jaguaribe que lutam por terra, água e território, elementos corriqueiros na vida desses camponeses e camponesas que enfrentam as armadilhas criadas pelo Estado, comumente aliado ao mercado, próprio de uma sociedade capitalista, daí a necessidade de compreender os camponeses como uma classe social e como categoria analítica deste estudo.

Esta tese, nesse sentido, é um produto do esforço de quem aprendeu a lutar por sobrevivência, sem perder o encanto pela vida, análogo a persistência e paciência dos camponeses e camponesas. É a culminância de anos de estudos em escolas e universidades públicas. Revela, ainda, o inequívoco desejo de manter a coerência sobre “minha ação mais minha reflexão”, isto é, sobre a práxis, como mostrou Paulo Freire. Como anunciado em trabalho anterior (FREITAS, 2010), a escolha do problema de pesquisa é um ato anterior a investigação e tem a ver com os valores do investigador. Vincula-se aos princípios, à visão social de mundo do pesquisador, como nos ensinou Lowy (2007), refletindo nas escolhas teórico-metodológicas, questões que reforçam o caráter inexistente da neutralidade científica.

¹ Foi somente após os estudos teóricos sobre a agricultura camponesa que compreendi melhor algumas atitudes do meu pai. Ele jamais quis aprender a andar em outro transporte que não fosse a bicicleta. Para ele, a bicicleta é a única que não consegue perder a autonomia de conduzir. Da mesma forma que explica os motivos pelos quais decidiu ser camponês: não queria ter patrão, alguém para dizer o que fazer, pois preferia decidir sobre sua vida, ter autonomia do que produzir, do tempo e da hora de trabalhar, esta última relacionada também com o cuidado e controle hierárquico da família.

É nesse contexto que será analisada a ampliação do uso de agrotóxicos nas últimas décadas no Brasil, atingido parte significativa da produção do campo, inclusive a agricultura camponesa, porém, em quantidade inferior ao agronegócio (BOMBARDI, 2012). A especificidade da agri-cultura camponesa reflete essa condição, em função da diversidade das culturas produzidas, das relações que estabelece com a natureza e, sobretudo, pelo caráter não-especificamente capitalista da produção. O agro-negócio, por sua vez, devido à produção em larga escala e o imperativo anseio de lucro exponencial, tem utilizado agrotóxicos de forma indiscriminada, ao visar ampla produtividade agrícola e a continuidade do processo de acumulação de capital.

Embora com menor intensidade de uso, a agricultura camponesa tem incorporado o “pacote tecnológico” oriundo da chamada “revolução verde”, com destaque para a segunda metade do século XX, processo intensificado após as últimas décadas, no contexto da *mundialização do capital* na agricultura (CHESNAIS, 1996; OLIVEIRA, 2016). É importante mencionar, entretanto, a existência de inúmeras experiências agroecológicas no Brasil, sem o uso de agrotóxicos ou em processo de transição, envolvendo a redução gradual do uso de agrotóxicos em *frações de territórios camponeses* (MARQUES, 2000). Essas experiências, em geral, estão vinculadas à territorialização camponesa em diversos assentamentos construídos a partir das ocupações, bem como nas comunidades camponesas tradicionais, inclusive aquelas que envolvem os povos originários (indígenas, quilombolas etc) no contexto da luta por demarcação de terra e por *território*.

O *território* é analisado conforme discute Oliveira (2012, p. 74), enquanto “produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência”, no qual “o Estado desempenha o papel de regulação”. Oliveira (1999) referindo-se ao *território*, do ponto de vista da análise geográfica, segue autores como Lefebvre (1974)², Raffestin (1993)³, Chesnais (1996)⁴, Quaini (1979)⁵, Lacoste (1980)⁶, dentre outros.

Meus trabalhos refletem essa corrente que tem no estudo do território o tema central da investigação em geografia [...] Parto da concepção de que o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc) em que o Estado desempenha o papel de regulação. O território é assim produto concreto da luta de classes travada

² LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*, Anthropos, 1974.

³ RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do Poder*. São Paulo: Ed Ática, 1993.

⁴ CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

⁵ QUAINI, Massimo. *Marxismo e geografia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

⁶ LACOSTE, Yves. *Unité & diversité du Tiers Monde*. Paris: Maspero, 1980.

pela sociedade no processo de produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terras (OLIVEIRA, 2012, p. 74).

De acordo com Raffestin (1993) o território se constitui a partir do espaço e é marcado por relações sociais dissimétricas de poderes (RAFFESTIN, 1993), apreendidas a partir da articulação com a totalidade que as promovem. Segundo Raffestin (1993, p. 143-144):

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente (por exemplo pela representação), o ator territorializa o espaço [...] O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder [...].

O território enquanto categoria analítica é entendido, portanto, “como a síntese da relação entre espaço, tempo e relações sociais” (BOMBARDI, 2004, p. 123). O estudo toma como referência, ainda, a multidimensionalidade territorial (RAFFESTIN, 1993), isto é, a articulação da realidade concreta com a *totalidade* e suas manifestações em diferentes dimensões: econômica, política, cultural e ambiental, embora com ênfase nas questões econômicas e políticas.

Desse modo, ao analisar o campesinato em conjunto com o seu par dialético, isto é o agronegócio/latifúndio, tendo o papel do Estado como regulação, no âmbito da estrutura da sociedade, requer compreender as particularidades das *frações do território camponês* (MARQUES, 2000; 2008), isto é, analisá-lo como *unidades* que expressam características próprias, produto das relações sociais. Compreende-se que embora essa classe possua características análogas em diferentes partes do mundo, a exemplo de suas ações políticas, possuem especificidades diferenciadas (SHANIN, 1976) podem ser analisadas no contexto das manifestações presentes nessas *frações* ou *unidades*.

Em relação ao *agronegócio*, trata-se de uma denominação relativamente “nova”, indissociável das velhas estratégias dos latifundiários. O agronegócio é entendimento neste trabalho, a partir de uma concepção ampla, que vai além da propriedade privada de extensas terras brasileiras. Refere-se a um modelo de agricultura que se constituiu no contexto da *mundialização do capital*, caracterizando-se pela produção de *commodities*, sob a égide do capital financeiro internacional, processo no qual atua sobre a produção agrícola, de sementes (transgênicas, a partir da biotecnologia), do mercado de agrotóxicos e demais insumos. Além

disso, influencia na formação de recursos humanos e na produção de conhecimento científico e tem determinado controle sobre atuação do Estado, a partir do poder político (a exemplo bancada ruralista etc), além do controle de meios de comunicação, pelos quais dissemina ideologias. Um modelo que se caracteriza, no dizer de Oliveira e Stedile (2005, p. 18), pelo “domínio do capital estrangeiro e das grandes corporações sobre a economia como um todo, representa também um novo modelo de dominação do capital sobre a agricultura”.

Nesse sentido, esta análise parte do princípio que o campesinato deve ser analisado no âmbito da *totalidade*, de *dentro* do capitalismo, como uma *classe social*, conforme defendem Shanin (1980; 1983); Oliveira (1995; 2004; 2007); Martins (1980; 1995; 2004), Bombardi (2003; 2004; 2007), dentre outros autores. Ao passo que ocorre a expansão do capitalismo no campo, por meio do assalariamento, de forma contraditória e combinada, amplia-se a reprodução camponesa, embora a renda da terra, na maioria das vezes, esteja subordinada ao capital, questão que desencadeia conflitualidades no campo brasileiro (OLIVEIRA, 1991; 1994; 1999; 2001; BOMBARDI, 2004; 2007; FERNANDES, 1996; 1999).

Desse modo, o campesinato é apreendido no contexto da questão agrária, do desenvolvimento do capitalismo no campo, a partir de uma perspectiva dialética da realidade. Lefebvre (1975, p. 171) mostra que nesse tipo de apreensão “os pesquisadores confrontam as opiniões, os pontos de vista, os diferentes aspectos do problema, as oposições e contradições; e tentam [...] elevar-se a um ponto de vista mais amplo, mais compreensivo”. Esse autor, ao discutir o papel da ciência no movimento da pesquisa, esclarece ainda que:

[...] A ciência penetra no conteúdo – no universo, na natureza – através das contradições que, num certo sentido (apenas num sentido), resultam de seu trabalho de análise. Tendo de penetrar nos fatos, o pensamento começa assumindo pontos de vista *unilaterais*, que aprofunda e supera. Na condição de não parar, de não estancar teimosamente numa das propriedades descobertas, ele reencontra o conteúdo, o movimento, a unidade (concreta, completa) dos pontos de vistas unilaterais assumidos pelo entendimento [...] (LEFEBVRE, 1975, p. 181).

Partindo desses pressupostos teórico-metodológicos, este estudo analisa a agricultura camponesa e sua relação com o uso de agrotóxicos no contexto da sujeição da renda da terra em *frações do território camponês* (MARQUES, 2000; 2008) atingidos pela Política Nacional de Irrigação direcionada ao Nordeste brasileiro, espaços que mesmo com a penetração do capital nacional e internacional, contraditoriamente, insurgem as resistências camponesas cravadas no seio dos perímetros irrigados, como é caso da área desta pesquisa.

O recorte deste estudo (Mapa 1) compreende as seguintes *frações do território camponês* pertencentes ao Baixo Jaguaribe-Ceará: o *Acampamento Zé Maria do Tomé*,

localizado no Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré); o *Assentamento Bernardo Marin II* e comunidades camponesas *Lagoa dos Cavalos* e *Junco*, no âmbito do Perímetro Irrigado Tabuleiros de Russas (municípios de Russas, Limoeiro do Norte e Morada Nova); e, a comunidade *Setor NH3*, no Perímetro Irrigado de Morada Nova (municípios de Morada Nova, Limoeiro do Norte e Russas).

A escolha desse recorte deve-se às experiências de reprodução e resistência camponesa nesses espaços e por serem expressivos em relação às implicações do uso de agrotóxicos, bem como pela sujeição da renda da terra camponesa ao capital via agrotóxicos, dentre outros processos. Esses elementos foram verificados de forma mais detalhada no Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, sobretudo em relação às resistências, constituindo-se, assim, a área com maior expressão dos fenômenos analisados neste trabalho.

O capital tem se expandido no Baixo Jaguaribe com subsídio de políticas públicas, principalmente, a Política Nacional de Irrigação, através da atuação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Ao passo que o Estado implantou nas últimas quatro décadas esse modelo de desenvolvimento no Baixo Jaguaribe, mediante estratégias político-econômica de “parceria” com o capital privado, negou direitos aos camponeses (FREITAS, 2010, 2011; RIGOTTO, 2011) estes, por sua vez, têm lutado por políticas de reforma agrária, inclusive no âmbito dos projetos de irrigação, por meio de ocupação, territorialização e resistência, porém numa relação conflituosa, contraditória e de bastante *dissimetria de poderes* (RAFFESTIN, 1993).

O Baixo Jaguaribe, segundo o IBGE (1990), é composto pelos municípios de Alto Santo, Ibicuitinga, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte, pertencente ao Vale do Jaguaribe, uma das regiões de planejamento do Estado. O Vale do Jaguaribe tem um papel histórico no Ceará, visto que o foi primeiro território re-ocupado no século XVII, constituindo-se a principal via de penetração dos invasores europeus, em função, especialmente, da presença do rio Jaguaribe, maior do estado. Após esse processo, houve um reordenamento territorial, marcado, a princípio, por conflitos entre as populações originárias (indígenas) e os colonizadores e, mais recentemente, pelos camponeses e latifúndios/agronegócio (PINHEIRO, 2008; FREITAS, 2010; LIMA *et. al*, 2011).

Em alguns Perímetros Irrigados do Baixo Jaguaribe a *sujeição da renda da terra ao capital* (MARTINS, 1995) tem prejudicado consubstancialmente os camponeses, pois o uso de agrotóxicos provoca a perda da renda da terra camponesa. Esse processo ocorre por intermédio do “atravessador” por meio da desvalorização de sua produção no momento da compra e pelo repasse do pacote tecnológico, como é o caso da “parceria” com empresas do agronegócio, além de outras formas, a exemplo da compra de insumos às lojas que comercializam agrotóxicos. Em geral, além da desvalorização da produção, os camponeses precisam assumir os custos dos equipamentos para aplicação dos venenos, dos EPI’s, do cumprimento da legislação sobre o descarte das embalagens (trabalho, transporte), dentre outros elementos, que favorecem a sujeição de sua a renda ao capital. Esse processo é forjado pela imposição do modelo de agricultura com o uso de veneno, incentivado pelo Estado e disseminado pelo agronegócio, através da produção de monoculturas.

O assentamento de reforma agrária Bernardo Marin II, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), localizado no projeto de irrigação Tabuleiros de Russas é exemplo desse processo. Trata-se de um espaço de territorialização camponesa, conquistado por meio de ocupação de terras improdutivas. A comunidade tornou-se refém do agronegócio, ao passo que “as pragas” migram para as áreas dos camponeses. Em função da proximidade, inviabiliza a consolidação de projetos alternativos de agroecologia, impondo o uso de agrotóxicos, porém, em menor quantidade que as empresas.

Bombardi et. al (2009) defendem que um dos principais desafios para os projetos de reforma agrária é a contínua luta contra a subordinação da renda camponesa ao capital. Esta subordinação se dá, segundo a autora, de três formas: ao capital industrial, ao capital financeiro e ao capital comercial. Associa-se a esses elementos o papel do Estado que patrocina essa subordinação (BOMBARDI, 2004), com atuação análoga e/ou em aliança com o mercado (OLIVEIRA, 1981).

Outros exemplos de sujeição na área de estudo são de camponeses que passaram a incorporar a “cultura impositiva” da “*revolução verde*” (CARNEIRO, et. al, 2012), incluindo os *agrotóxicos*, como reflexos da expansão da industrialização do campo. São camponeses que não creem mais na possibilidade de plantar sem veneno, processo resultante da “receita pronta” recebida de alguns técnicos da EMATERCE-CE e engenheiros agrônomos formados sob o viés da agricultura capitalista “convencional”, que acreditam nessa perspectiva de assistência técnica.

Embora parte dos camponeses tenha incorporado o “pacote tecnológico” imposto pelo Estado e capital privado, a exemplo de insumos, ferramentas, equipamentos etc, trata-se de uma

situação diferenciada da agricultura capitalista, isto é, do latifúndio-agronegócio, como mostra Bombardi (2012, p. 78).

No Brasil. Segundo o Ibama (MMA, Ibama, 2010), esse aumento no consumo de agrotóxicos está, sem dúvida, vinculado à chamada “expansão da fronteira agrícola” e ao “plantio direto” nessas terras, o que literalmente tem significado a supressão das matas naturais. Claro está que o controle químico das chamadas “ervas daninhas” se faz necessário para as monoculturas justamente em função da especificidade da agricultura capitalista: em grande escala e com reduzida utilização de mão de obra. O contrário – aliás – da especificidade da agricultura camponesa: pequena escala e intensa utilização de mão de obra; motivo pelo qual a agricultura capitalista se desenvolve, sobretudo, com base nos produtos não cultivados pelos camponeses e que permitem a extensividade através da utilização do pacote químico da “Revolução Verde”.

A “dependência” de agrotóxicos por camponeses fez e faz parte das estratégias do Estado, no sentido de fomentar os interesses das indústrias de agroquímicos. A esse respeito pode-se citar a criação, em 1965, do Sistema Nacional de Crédito Rural, vinculando a obtenção de crédito agrícola à obrigatoriedade da compra de insumos químicos pelos agricultores. Dez anos depois, cria-se a Lei de Defensivos Agrícolas, no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), proporcionando recursos financeiros para a criação de empresas nacionais e subsidiárias de empresas transnacionais de insumos agrícolas (LONDRES, 2011; CARNEIRO, et. al, 2012).

No Brasil, após a segunda metade do século XX, o modelo tripé adotado por meio da aliança entre capital privado nacional, capital estatal nacional e capital privado internacional foi a base para essa forma de desenvolvimento (OLIVEIRA, 1981). O governo militar deu o impulso inicial ao patrocinar a denominada “revolução verde” com o objetivo de expandir o capital no campo e controlar os conflitos sociais resultantes da luta por reforma agrária, como foi o caso das Ligas Camponesas (OLIVEIRA, 1994; 2001; MARTINS, 1980; 1981). É nesse contexto que foram criados os perímetros públicos irrigados, na década de 1970, a partir da implantação da Política Nacional de Irrigação, visando alavancar a agricultura capitalista no país.

Oliveira (2012, p. 94) afirma que “o desenvolvimento capitalista no Brasil tem imposto uma reordenação territorial ao campo brasileiro”. Segundo o autor, o Estado atuou no sentido de estimular setores competitivos, voltados à produção em grande escala de culturas para exportação, em detrimento da produção que, historicamente, integrou a alimentação básica dos trabalhadores brasileiros. Esclarece, ainda, que políticas públicas foram construídas em diversos espaços brasileiros nessa perspectiva, a exemplo dos projetos de irrigação no semiárido nordestino, enfatizando que no caso da região da Amazônia, o desmatamento e a violência atuais resultam desse processo:

Entre as políticas públicas, cabe ressaltar as voltadas para a implementação de novos polos de desenvolvimento: o Polocentro, o Polonordeste e o Polamazônia. O Polocentro esteve e está voltado para a expansão da cultura de grãos – soja e arroz, principalmente – no cerrado do Brasil central. O Polonordeste foi responsável, sobretudo, pelos investimentos na Zona da Mata nordestina e no sertão. Na região semiárida, essas políticas governamentais privilegiaram investimentos em projetos de irrigação, quer nas áreas dos açudes, quer nos vales dos rios da região. Papel de destaque coube à área do rio São Francisco, nos estados da Bahia e Pernambuco, ao vale do rio/açude Açu no Rio Grande do Norte e ao vale do rio Jaguaribe, no Ceará. O Poloamazônia foi responsável pelo estabelecimento dos polos de desenvolvimento agromineral e agropecuário na região amazônia. Seguramente, dessa política derivaram os processos de desmatamento e de violência atualmente na região (OLIVEIRA, 2012, p 94).

No caso do Nordeste, o Estado construiu estratégias a partir do discurso de “reforma agrária”, criando os perímetros públicos irrigados, com a incorporação seletiva de alguns espaços detentores das condições que atenderiam aos interesses do capital. Os projetos foram pensados pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e operacionalizados através do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS (OLIVEIRA, 1981; FREITAS, 2010). Esses projetos, ao contrário do “discurso”, têm gerado um processo de re-concentração de terras, dentre outros impactos negativos, tornando o país um dos que mais concentram terras do mundo.

A estrutura fundiária concentrada no Brasil evidencia a violação ao direito a terra, já que este direito é assegurado pela Constituição Federal (1988), destacado no Art. 184 que define a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, o imóvel que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização. Do mesmo modo que o Art.186, estabelece o cumprimento da função social através do aproveitamento racional e adequado da utilização dos recursos naturais disponíveis, a preservação do meio ambiente, dentre outros. Esse processo de negação do direito a terra tem legitimado a continuidade da luta pela terra e território por parte dos camponeses, indígenas e quilombolas, uma luta que já dura 500 anos (FERNANDES, 1996; 1999), a exemplo de Contestados, Canudos, Trombas e Formoso, Ligas Camponesas etc (MARTINS, 1980).

Mais recentemente, após a década de 1990, com os governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer, a luta por terra e território permanece necessária, frente aos impasses históricos criados, como as estratégias do próprio Estado, a inviabilização do I PNRA, pela UDR, e do II PNRA pela bancada ruralista do agronegócio, problema acentuado, de forma bastante temerosa, no atual governo. Embora tenha ocorrido um refluxo nas lutas nos últimos anos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

(MST), formado em 1984 (FERNANDES, 1999) permanece constituindo-se expressão das lutas organizadas do campo brasileiro.

Nesse contexto, desde a década de 1990, a política pública dos perímetros irrigados ganhou nova feição incorporando áreas para empresas privadas, reafirmando a “parceria” público-privada, alicerçada nos preceitos do Estado neoliberal, fortemente presente no governo de Fernando Henrique Cardoso, permanecendo nos governos posteriores, de Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, assim como no “temor” vigente. Recentemente, o governo tem acentuado a questão, com o favorecido ao setor do agronegócio⁷, através do perdão de dívidas, ao passo que tem criado mecanismos para a criminalização dos movimentos sociais do campo. Esses elementos têm sido definidores para a expansão dos conflitos e da violência no campo, tendo em vista que essas políticas favorecem a expulsão dos camponeses de suas terras, crescendo também a resistência camponesa e as lutas por terra e território, como é o caso de alguns espaços nordestinos.

No Ceará, o avanço desse processo tem provocado a destruição de comunidades camponesas com experiências de base agroecológica, para dar lugar aos projetos de irrigação. A intensificação do trabalho assalariado precarizado; a concentração da renda/terra; a violência; além da contaminação da população e ambiente devido ao uso intenso de agrotóxicos são alguns dos problemas identificados com a expansão dessas políticas (FREITAS, 2010; 2011; RIGOTTO, 2011). No Baixo Jaguaribe, embora a expansão do capital tenha ampliado nos últimos anos, a agricultura camponesa é responsável por parcela significativa da produção agrícola, ainda que com bastante dificuldade de acesso a terra, à água e ao crédito agrícola (FREITAS, 2010).

Em relação à produção agrícola do Baixo Jaguaribe, destacam-se: feijão, arroz, mandioca, melão, banana, castanha, milho, melancia, mamão etc. O feijão, milho, mandioca, arroz são culturas produzidas, principalmente, pelos camponeses para atender ao mercado interno, em condições bastante precárias, em função da quase inexistência contribuição do Estado. Já as frutas são produzidas de forma predominante pelo agronegócio, em geral, para exportação, contando

⁷“O novo programa de regularização de débitos fiscais que foi aprovado, garante enormes benefícios aos devedores. As dívidas que antes poderiam ser parceladas em 10 anos, que não é nada pouco, agora poderão ser parceladas em 20 anos, e ainda conta com descontos nos juros e eventuais multas de até 90%, ou seja, parcelar por décadas e praticamente sem juros [...] Em 4 de maio, publicamos que o Governo Temer estava disposto a negociar 10 bilhões em dívidas com os latifundiários, mas segundo a Folha de S.Paulo em sua edição publicada na última sexta (5) o valor é ainda maior, são 26 bilhões de dívidas com o Fundo de assistência ao trabalhador rural, que foram obtidos a custo do não pagamento do que era de direito do trabalhador do campo, que agora tem seus direitos ainda mais ameaçados com a reforma da previdência, que igual o tempo de aposentadoria entre trabalhadores urbanos e rurais, isso sem falar no projeto do deputado Nilson Leitão (PSDB-MT) que quer a legalização do trabalho escravo no campo”. Fonte: Disponível em: <<http://www.apn.org.br/w3/index.php/nacional/9109-governo-temer-perdoa-r-26-bi-em-dividas-do-agronegocio>>. Acesso em: 23. Ago 2017.

com incentivos do Estado, incluindo legislação específica, a exemplo da isenção de ICMS, IPI, COFINS e PIS/PASEP para atividades envolvendo agrotóxicos (RIGOTTO, 2011; LONDRES, 2011).

Isso significa que o uso de agrotóxicos é incentivado no Ceará (RIGOTTO, 2011), sobretudo, para facilitar a produtividade e lucratividade do capital, leia-se nesse caso, do *agronegócio*. Essa questão esclarece o fato de o Ceará, segundo o Censo Agropecuário (2006), ser o quarto maior do Brasil e o primeiro do Nordeste em número de estabelecimentos que informaram usar agrotóxicos, porém, não em termos de volume consumido (FREITAS, 2010).

Além das demandas das comunidades camponesas acerca da problemática dos agrotóxicos e da luta pela terra e território etc, algumas questões trazidas nesta tese foram motivadas também pela inquietação acerca do debate incipiente sobre a agricultura camponesa e uso de agrotóxicos no Baixo Jaguaribe no âmbito da geografia. Percebeu-se, inicialmente, que é preciso reconhecer e enfrentar o problema do uso de agrotóxicos também pela agricultura camponesa e mostrar em que medida o uso de agrotóxicos tem gerado a perda da renda da terra camponesa, além de outras implicações. É necessário compreender e caracterizar de que forma esse uso de agrotóxicos vem ocorrendo em *frações do território camponês*, quais elementos motivaram o uso de agrotóxicos, quem tem lucrado com esse uso e quais as consequências para a agricultura camponesa. Além de analisar em que medida os camponeses têm resistido e se têm interesse em produzir sem veneno ou inserir-se num processo de transição agroecológica, pela potencialidade de suas características, como a diversidade na produção e a forma de relação que mantém com a terra e com os demais sujeitos sociais.

Diversos desafios envolvem a análise da agricultura camponesa do Baixo Jaguaribe, em parte presentes na elaboração desta tese, questões que não envolvem respostas simples ou facilidades de entendimento, mas interrogações que encorajam e fornecem a energia necessária para o embate e o diálogo sempre inconcluso, como todo saber científico. O intuito é o de desvendar e construir conhecimento que tenha alguma serventia, sobretudo, para os camponeses, classe social que está frequentemente sujeita à dominação de agentes externos e sem o apoio de políticas governamentais, como mostrou Shanin (1972). Desse modo, é importante que comecemos pelas perguntas simples, como nos ensinou Rousseau e que suas repostas nos sirvam de inspiração e alerta, conforme mostrou Santos (2008, p. 15-16):

Tal como noutros períodos de transição, difíceis de entender e de percorrer, é necessário voltar às coisas simples, à capacidade de formular perguntas simples, perguntas que, como Einstein costumava dizer, só uma criança pode fazer, mas que, depois de feitas, são capazes de trazer uma luz nova à nossa perplexidade [...] Essa criança é Jean-Jacques

Rousseau. No seu célebre *Discours sur lês Sciences et lês Arts* (1750) [...] Rousseau fez as seguintes perguntas não menos elementares: há alguma relação entre a ciência e a virtude? Há alguma razão de peso para substituímos o conhecimento vulgar que temos da natureza e da vida e que partilhamos com os homens e mulheres da nossa sociedade pelo conhecimento científico produzido por poucos e inacessível à maioria? Contribuirá a ciência para diminuir o fosso crescente na nossa sociedade entre o que se é e o que se aparenta ser, o saber dizer e o saber fazer, entre a teoria e a prática? Perguntas simples a que Rousseau responde, de modo igualmente simples, com um redondo não.

Os ensinamentos de Rousseau nos convidam à reflexão, não apenas do ponto de vista da construção de metodologias de pesquisa, tomando as perguntas simples sobre uma realidade complexa como ponto de partida, mas em relação ao sentido e a finalidade da ciência que produzimos e, ainda, a quem servirá esse conhecimento e quais as implicações desse desfecho. Portanto, não se trata apenas de perguntas, mas do exercício de questionar a realidade que, sem dúvida, trata-se de um passo importante para dar ao conhecimento o tom encorajador de tentar “estremecer” as estruturas sociais vigentes.

E dessa forma, o exercício de questionar a realidade contribuiu para a construção dos propósitos desta pesquisa, alicerçados na visão social de mundo que enxerga os camponeses como classe social capaz de alterar as estruturas sociais vigentes. Nessa perspectiva, alguns questionamentos ganham materialização: como caracterizar a agricultura camponesa, suas formas de reprodução e resistência? Por que a agricultura camponesa usa agrotóxicos? Quem lucra com o uso de agrotóxicos pela agricultura camponesa? Quem são os agentes envolvidos na comercialização dos agrotóxicos vendidos aos camponeses? Quais sujeitos ou agentes têm incentivado o uso de agrotóxicos pela agricultura camponesa? Qual o papel do Estado e do agronegócio nesse processo? Há diferença em relação ao uso de agrotóxicos entre a produção das áreas internas aos perímetros públicos irrigados, dos assentamentos ou acampamentos de reforma agrária e das comunidades camponesas circunvizinhas aos perímetros irrigados? Quais as implicações do uso de agrotóxicos, tanto pela agricultura camponesa, como pelo agronegócio? Os camponeses têm interesse e potencial para produzir sem agrotóxicos? Quais suas formas de lutas e quais as ações políticas e articulações como outros sujeitos políticos? Quais conhecimentos têm sido produzidos pela universidade, através de seus pesquisadores, acerca dos camponeses do Baixo Jaguaribe?

Uma das questões significativas desta pesquisa é apresentar a agricultura camponesa como protagonista deste estudo. A maioria dos trabalhos desenvolvidos no Baixo Jaguaribe, no âmbito do campo, tem dado ênfase ao entendimento da expansão do agronegócio, das políticas públicas do Estado, com exceções de poucos trabalhos que enfatizam também os camponeses,

embora, não necessariamente, utilizem os conceitos de camponês ou de campesinato como categoria analítica. Compreender como ocorre a organização da agricultura camponesa, seu modo de vida, suas resistências e territorialização, suas problemáticas e desafios torna-se relevante, sobretudo por acreditar no lugar do campesinato, enquanto classe social no Brasil. É importante também esclarecer os motivos que levaram e levam os camponeses a utilizarem agrotóxicos. Daí a importância de compreender esse processo no contexto da *sujeição da renda da terra ao capital* e o campesinato no âmbito da questão agrária brasileira.

Com base nas inquietações e aporte teórico mencionado, o estudo partiu da sistematização de quatro principais questionamentos da realidade estudada: 1) Quais as formas de reprodução e estratégias de resistência dos(as) camponeses(as) nos territórios que envolvem os perímetros irrigados do Baixo Jaguaribe-CE? Como tem ocorrido a subordinação da renda da terra camponesa ao capital e qual o papel dos agrotóxicos nesse processo? Qual o papel do Estado e quais as políticas direcionadas ao campo cearense, com ênfase ao Baixo Jaguaribe, nas últimas décadas? Quais as implicações do uso de agrotóxicos no contexto de expansão dos perímetros irrigados do Baixo Jaguaribe-CE?

Os referidos questionamentos subsidiaram a elaboração dos objetivos (geral e específicos) da pesquisa, permitindo o desenvolvimento do trabalho, a partir da definição dos eixos teóricos e da organização sistemática da metodologia, sem com isso significar inflexibilidade no decorrer das etapas do estudo, conforme detalhamento na sequência:

1) Objetivo Geral

- a) Analisar o processo de reprodução e resistência camponesa e a relação com o uso de agrotóxicos no contexto da sujeição da renda da terra ao capital, em frações de territórios atingidos pela política pública dos perímetros irrigados no Baixo Jaguaribe (CE).

2) Objetivos Específicos

- a) Caracterizar as formas de reprodução e as estratégias de resistência camponesa em frações de territórios atingidos por perímetros irrigados do Baixo Jaguaribe-CE, utilizando metodologias de pesquisa-ação, pesquisa participante e pedagogia do território;
- b) Identificar elementos do processo de sujeição da renda da terra camponesa ao capital, no contexto da questão agrária, evidenciando o papel do capital

comercial e industrial de agrotóxicos em frações de territórios atingidos pelos perímetros irrigados do Baixo Jaguaribe;

- c) Analisar o papel do Estado e das políticas públicas voltadas ao campo e o uso de agrotóxicos nesse contexto, com ênfase ao Ceará e Baixo Jaguaribe, nas últimas décadas do século XX e início do XXI, e;
- d) Verificar as implicações do uso de agrotóxicos na área de estudo, evidenciando o papel do Estado, do agronegócio, da agricultura camponesa e das universidades no contexto das lutas relacionadas ao campo do Baixo Jaguaribe.

2 A VISÃO SOCIAL DE MUNDO COMO PRINCÍPIO DAS ESCOLHAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS: MÉTODO E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

2.1 Por que é necessário discutir o campesinato no âmbito da questão agrária? Uma questão de método e utopia.

A questão agrária pode ser compreendida como o conjunto de problemas que envolve o desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo. As transformações territoriais do mundo rural refletem esse entendimento, embora não seja suficiente apenas apresentar essas mudanças no âmbito de seu desenvolvimento, ou seja, as relações entre o capital e os problemas gerados, mas explicitar o que se mostra e, ao mesmo tempo, se esconde no fenômeno (KOSIK, 1976), isto é, evidenciar a essência desse processo e seu *movimento no âmbito da totalidade*.

De acordo com Martins (1986) é improvável que alguém discuta os acontecimentos no espaço rural sem atribuí-los a expansão do capitalismo no campo. De certo modo o capitalismo explicaria até mesmo as questões que são opostas entre si, como a permanência e a expropriação do campesinato. No entanto, Martins (1986) alerta:

Quando dizemos que as grandes transformações que ocorrem no mundo rural são devidas à expansão do capitalismo, não estamos mentindo ou falseando a verdade. Entretanto, estaremos simplificando demais a questão se nos limitarmos a ver meras relações de causa e efeito entre o capital e os problemas que vão surgindo (p. 152).

O entendimento da questão agrária envolve e perpassa, ainda, por uma *visão social de mundo* (LÖWY, 2007), isto é, pelas *ideologias* e utopias que alimentam e, dialeticamente, são alimentadas, seja para manter uma ordem social estabelecida, seja para sua desconstrução e construção de novas formas de organização da sociedade. O debate sobre as correntes teóricas do

desenvolvimento do capitalismo no campo, nesse sentido, perpassa por essas questões e envolve uma questão de método filosófico, seja o positivismo, o historicismo ou a dialética materialista, dentre outras perspectivas. Dependendo da escolha, pode-se promover tanto uma interpretação fragmentada, unidimensional e uniescalar, como uma visão ampla do *movimento do real*, permeada por suas contradições e conflitualidades, historicamente situadas.

Löwy (2007) aponta a ideia de “*visão social de mundo*” como categoria ampla que daria conta da compreensão da *utopia* e da *ideologia*, embora possam apresentar objetivações diferenciadas. As contribuições sobre *ideologia* realizado por Karl Manheim, ainda que apresente limitações, seria a melhor elaboração por manter a visão crítica inicial apresentada por Marx. Segundo a ideia de Manheim “a *ideologia* (em oposição à *utopia*) é apresentada como uma forma de pensamento orientado para a reprodução da ordem estabelecida” (LÖWY, 2007, p. 10).

Conforme a etimologia grega a palavra *utopia* significa “*ou topos*” quer dizer “em parte alguma”. “O pensamento utópico é o que aspira a um estado não-existente das relações sociais, o que lhe dá, ao menos potencialmente, um caráter crítico, subversivo ou mesmo explosivo” (LÖWY, 2007, 12). Essa compreensão, segundo o autor, diferencia da concepção estreita do termo *utopia* “como sonho imaginário irrealizável”, que se tornaria inoperante, “uma vez que apenas o futuro permite que se saiba qual aspiração era ou não irrealizável” (LÖWY, 2007, 12).

Nesse sentido, Löwy (2007) defende a construção de um conceito que seja capaz de classificar, ao mesmo tempo, *ideologia e a utopia*, sugerindo a concepção de *visão social do mundo*. O autor mostra, ainda, que as visões de mundo tanto podem ser ideologias como utopias e a mesma visão de mundo pode apresentar um caráter utópico num certo momento da história, tornando-se, em seguida, uma ideologia, a exemplo do positivismo e de algumas concepções marxistas.

Paulo Freire (1980) também apresenta uma discussão sobre *utopia*, embora com especificidades diferenciadas. Para o autor a *utopia* não é o irrealizável, contrapondo-se ao idealismo. A *utopia* refere-se à conjunção da *denúncia* e do *anúncio*. A *denúncia* ao modelo desumanizante em curso e o *anúncio* de outra sociedade humanizante, guiada pelo sonho de transformação do mundo. Considera que somente os *utópicos* podem profetizar e serem portadores de esperança.

Para mim o utópico não é o irrealizável; a utopia não é o idealismo, é a dialetização dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante. Por esta razão a utopia é um compromisso histórico [...] A utopia

exige o conhecimento crítico. É um ato de conhecimento. Eu não posso denunciar a estrutura desumanizante se não a penetro para conhecê-la. [...] o anúncio não o anúncio de um anteprojeto, porque é na práxis histórica que o anteprojeto se torna projeto. [...] é precisamente a história que devemos criar com nossas mãos e que devemos fazer [...] Por isso mesmo somente os utópicos [...] podem ser proféticos e portadores de esperança. Somente podem ser proféticos os que anunciam e denunciam, comprometidos permanentemente num processo radical de transformação do mundo (FREIRE, 1980, p. 27-28).

Desse modo, as concepções utópicas e ideológicas, que podem aparecer de forma opostas e/ou articuladas, vinculam-se às escolhas teórico-metodológicas dos pesquisadores, à ciência que se pretende produzir e a serviço de quem estará colocada. Löwy (2007, p. 17) ao analisar o *positivismo*, o *historicismo* e *marxismo* apresenta suas contribuições, limites e contradições no âmbito da construção de perspectivas metodológicas que alimentaram e alimentam o conhecimento científico, sobretudo, nas ciências humanas.

Löwy (2007) mostra que o *positivismo* foi criado em fins do século XVIII e início do século XIX, como uma *utopia* crítico-revolucionária da burguesia absolutista, tornando-se durante o século XIX aos dias atuais uma ideologia conservadora, já que se identifica com a ordem industrial e burguesa estabelecida. Expõe, de forma sistemática, os fundamentos de suas principais premissas:

1. A sociedade é regida por leis naturais, isto é, leis invariáveis, independentes da vontade e da ação humanas; na vida social, reina uma harmonia natural; 2. A sociedade, pode, portanto, ser epistemologicamente assimilada pela natureza [...] estudada pelos mesmos métodos [...] e processos empregados pelas ciências da natureza; 3. As ciências da sociedade, assim como as da natureza, devem limitar-se à observação e à explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou ideologias, descartando todas as prenoções e preconceitos (LÖWY, 2007, p. 17).

O referido autor, partindo de uma análise crítica ao positivismo, aponta suas limitações na medida que nega e ignora o condicionamento histórico-social do conhecimento, bem como a inexistência de sua relação com as classes sociais, elementos que considera essenciais para o entendimento da realidade.

Em relação ao *historicismo*, Löwy (2007) destaca sua predominância e influência, tanto o conservador como o relativista, como vertente na construção de uma teoria social. Para o autor, o *historicismo* constitui-se uma corrente conservadora, embora sua contribuição tenha sido um passo importante para a compreensão da historicidade dos fatos sociais e para o desenvolvimento da ciência histórica moderna. O historicismo conservador, revolucionariamente, rompe com a visão de mundo do passado, mediante uma dimensão utópica e ideológica de defesa da ordem monárquica, mostrando-se hostil à sociedade burguesa, à nobreza etc.

A crítica de Löwy (2007), por sua vez, é apresentada em relação ao fracasso metodológico do historicismo conservador e ao historicismo relativista, configurando-se na prova simultânea da potência crítica dessa corrente e de sua incapacidade de responder aos problemas que ela mesma suscita, o que o torna potencialmente inovador, porém, sem a clareza de caminhos, diante de tamanha complexidade.

No que se refere ao marxismo, Löwy mostra que o condicionamento histórico e social é apresentado pela crítica ao discurso neutro e objetivo que se propunha até um dado momento. Para Marx, ideologia designava um conjunto de elementos composto pelas formas especulativas, idealistas e metafísicas da consciência social. Nessa concepção, Löwy destaca as ideias de Marx, mostrando a importância da análise sócio-histórica nos seus escritos, preconizada como forma de se compreender a evolução da ciência social, do ponto de vista científico.

Uma contribuição significativa presente na obra de Marx é a de que as lutas de classes não podem ser compreendidas senão em relação com a história social e econômica, de modo que tudo se passa no movimento histórico do concreto. Alguns teóricos marxistas, por sua vez, caíram no que Löwy (2007, p 99) chamou de “*princípio da carruagem*”, tomando o termo anunciado por Max Weber. Sob a influência do positivismo, com extrema dificuldade em aplicar o materialismo histórico a si mesmos, tentam resolver o problema apresentando o marxismo como a ciência da sociedade ou da história, objetiva e sem vínculos sociais, excluindo-os do processo geral de determinação social da consciência e do conhecimento.

Em síntese, Löwy (2007) mostra que a corrente historicista do marxismo foi a que apresentou ideias mais profundas acerca da resolução dialética, sobre o problema da objetividade científico-social, fugindo das armadilhas do “*princípio da carruagem*” como fundamento relativista. Sobre o marxismo racionalista incumbe-se da negação à ordem estabelecida e ao antipositivismo, manifestando a unidade da dialética negativa. Opõe-se à neutralidade da ciência e defende o engajamento como forma de escapar ao relativismo.

Marx, no Livro I, Volume1 de *O Capital*, ao demonstrar as interpretações contraditórias de seu método que, segundo ele, não foi bem compreendido, afirma a defesa do fundamento materialista do seu método dialético, mostrando a necessidade da distinção formal do método de exposição e do método de pesquisa. Retrata uma postura contrária à dialética hegeliana, embora reconheça que Hegel tenha sido o primeiro a apresentar, de forma ampla e consciente, suas formas gerais de movimento:

A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção a priori. [...] Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado (MARX, 2012, p. 28).

Marx critica a dialética hegeliana pelo caráter de mistificação que apresenta, sendo bastante disseminada na Alemanha à época, de modo que parecia enaltecer a ordem estabelecida. No seu formato racional, entretanto, segundo ele, tornava-se perturbador a essa ordem, constituindo-se uma ameaça a burguesia. Nas palavras de Marx:

[...] A dialética mistificada tornou-se uma moda na Alemanha, porque parecia sublimar a situação existente. Mas, na sua forma racional, causa escândalo e horror à burguesia e aos porta-vozes de sua doutrina, porque sua concepção do existente, afirmando-o, encerra, ao mesmo tempo, o reconhecimento da negação e da necessária destruição dele; porque apreende, de acordo com seu caráter transitório, as formas em que se configura o devir; porque, enfim, por nada se deixa impor; e é, na sua essência, crítica e revolucionária (MARX, 2012, p. 29).

Em relação à *dialética* é importante destacar, ainda, a contribuição do anarquismo e seu movimento libertário. A esse respeito pode-se citar os contemporâneos de Marx, como Elisée Reclus e Piotr Alekseievitch Kropotkin e seus esforços, nesse sentido, no interior do movimento anarquista do século XIX e início do XX, conforme esclarece Oliveira (1999), corrente filosófica que foi esquecida de forma proposital no âmbito da geografia, segundo esse autor. Os mesmos discutiram, profundamente, as concepções de Hegel sobre a dialética e a transformação da sociedade capitalista (OLIVEIRA, 1999), demarcando o lugar histórico dessa concepção, embora tenham sido marginalizados (pelo que se julgou ser “verdade” científica), quiçá, pela radicalidade contra a ordem estabelecida à época.

Em consonância com essa questão, Lowy (2017) esclarece que todo questionamento à ordem estabelecida sempre foi tomado como uma ameaça subversiva. Desse modo, a formação de um modelo científico de objetividade encontrou no curso da história o confronto entre a condição pré-estabelecida e a condição de sucessão pretensa sobre o conhecimento, no âmbito da ciência social. Para Löwy (2007), o *proletariado* seria o sujeito com maior potencial crítico, subversivo e de capacidade de acesso à verdade, ainda que não fosse a garantia que esse processo se efetivasse.

[...] Pensamos que o ponto de vista potencialmente mais crítico e mais subversivo é o da última classe revolucionária, o proletariado. Mas não há dúvida de que o ponto de vista proletário não é de forma alguma uma garantia suficiente do conhecimento da verdade social: é o que oferece a maior possibilidade objetiva de acesso à verdade. E isso porque a verdade é para o proletariado uma arma indispensável à sua auto-emancipação (LOWY, 2007, p. 217-218).

Não foi somente Löwy que, a partir de concepções marxistas, atribuiu ao *proletariado* a possibilidade de emancipação social. Embora com discordância desse elemento, não se pode deixar de reconhecer a contribuição significativa de suas obras. A reflexão necessária que se deve colocar em pauta é: em que medida essa *visão social do mundo* que enxerga o *proletariado* com maior potencial de transformação social pode implicar na construção de concepções teóricas marxistas sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo cujo resultado mais reforcem ideologias conservadoras do que construam utopias revolucionárias?

A interpretação por parte de alguns autores pode trazer implicações extremamente graves à realidade. Um exemplo elucidativo é o caso da teoria chayanoviana, em relação ao campesinato russo. Segundo a análise de Shanin⁸, Chayanov foi preso e executado pelo regime stalinista, sob a acusação de ser “neopopulista”, quando, na verdade, construiu uma teoria utópica na qual os camponeses são sujeitos desse processo, diferentemente daqueles que enxergavam os proletariados como únicos progressistas, relegando ao campesinato o desaparecimento. De acordo com Shanin⁹:

Durante estes vinte anos, têm surgido diferentes interpretações para a obra de Chayanov, sendo que há, essencialmente, duas visões equivocadas que têm se repetido com tanta frequência que chega a ser difícil definir qual o verdadeiro Chayanov. A primeira dessas falsas suposições é a de que a epistemologia de Chayanov é psicológica [...] O segundo ponto de equívoco é vê-lo como um defensor dos camponeses ou como um neopopulista. Essa suposição tem sido muito utilizada pelos responsáveis pela morte de Chayanov, os quais, dentro e fora da Rússia, têm bastante poder para impor seu ponto de vista. O objetivo de tal interpretação seria impedir a discussão sobre a obra de Chayanov [...] Nesse sentido, Chayanov foi morto duas vezes. A primeira, após ser incriminado por “sabotar a agricultura soviética”, segundo a acusação oficial; a segunda, quando uma técnica ideológica foi adotada como forma de deter a discussão sobre seu trabalho (SHANIN, s/d, p. 10-11).

⁸ Reflexões a partir do texto intitulado “*Chayanov e a questão do campesinato*”. Transcrição e tradução de Leny Belon Ribeiro e Marcos Antônio Guirado Domingues. O estudo mostra a visão de Shanin acerca da obra chayanoviana e suas implicações no contexto do stalinismo. Shanin defende que o Chayanov foi o mais importante economista agrário que a Rússia já conheceu. Antes de Chayanov ser preso, aos 42 anos, escreveu cinquenta livros sobre a economia e a sociedade rurais, sete romances, um guia para o museu da Europa Ocidental, um livro de poesia, duas peças de teatro e a história de Moscou.

⁹ Idem.

Bombardi (2004) destaca também alguns pontos que considera relevantes na obra de Chayanov em relação à vida camponesa: o trabalho familiar, a liberdade e autonomia. Segundo a autora, essas questões explicam, inclusive, as motivações da resistência camponesa, conforme esclarece:

Há dois pontos levantados por Chayanov, muito importantes, que orientam a vida camponesa: o primeiro é o trabalho familiar tendo sua intensidade determinada pelas necessidades da família e suas técnicas e divisões, transmitidas “de pai para filho e de mãe para filha” (SHANIN, 1980: 5); o segundo é a liberdade e autonomia que eles têm para lidarem com o seu tempo, com o seu “espaço” e, portanto, com o ritmo de seu trabalho. Essas questões são fundamentais para entender o porquê da resistência camponesa, já que, mesmo quando despojados de suas terras, encontram formas de reproduzirem-se enquanto tais (BOMBARDI, 2004, p. 58).

Concretamente, o campesinato tem assegurado, por meio das resistências, seu lugar histórico como classe social, alimentando, assim, as utopias revolucionárias. A esse respeito pode-se mencionar as revoluções mexicana, russa, chinesa, vietnamita, argeliana e cubana, conforme apresentada por Wolf (1984), em sua obra clássica “Guerras camponesas no século XX”. Para lembrar o Brasil, vale destacar o papel das Ligas Camponesas, Guerra de Canudos, Contestado, Trombas e Formoso etc (MARTINS, 1981). Atualmente, pode-se fazer menção ao próprio Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), embora não assuma em sua denominação o termo “camponês” e sim “trabalhadores”.

No âmbito da discussão acerca da questão agrária, parte dos estudiosos tem negado esse lugar histórico e a permanência do campesinato. Um exemplo clássico dessa negação do camponês é a obra de Lenin sobre o desenvolvimento do capitalismo da Rússia, que teve como objetivo discutir a formação do mercado interno para o capitalismo, constando a defesa da tese da diferenciação e desintegração camponesa. Apresenta dados sobre a economia camponesa da Rússia meridional que, embora se referindo a uma parcela do país, considera “inquestionável a conclusão de que o campesinato está em total desintegração, com o pleno domínio da burguesia camponesa”, fruto do processo de diferenciação, no âmbito da expansão do capitalismo (LENIN, 1982, p. 46).

A obra “a questão agrária” de Karl Kautsky – a quem Lenin (LENIN, 1982, p. 6) atribui “o acontecimento mais notável na literatura econômica moderna”, após *O Capital* de Marx – sobre o desenvolvimento da agricultura na sociedade capitalista, torna-se uma das principais a serem disseminadas, que também defende a tese da destruição do campesinato, ainda que apresente especificidades diferenciadas, bem como na continuidade de sua obra por parte de seus seguidores.

Kaustsky, quiçá tenha desconsiderado a interpretação da análise de Marx cuja recomendação envolvia o fornecimento por parte da sociedade, de investimentos necessários aos camponeses, como saída para que se consolidassem como entidades emancipadas, tornando-se parte do mundo socialista. Decerto, seria mais cômodo para Kaustsky considerar apenas o tratamento dos camponeses como inimigos pela condição abastada em que se encontravam (negando seu potencial emancipatório), como se essa condição não fosse fruto da própria lógica histórica de opressão do Estado e, posteriormente, da exploração do capitalismo. Shanin esclarece a compreensão de Marx a esse respeito:¹⁰:

Marx diz que o que ameaça a comuna russa não é nem a inevitabilidade histórica, nem a teoria, mas sim a opressão do Estado e a exploração capitalismo [...] Ele diz quem são os inimigos dos camponeses, em ordem decrescente de importância: o Estado, o comércio, os latifundiários e, dentro da própria comunidade camponesa, os camponeses mais abastados. **Segundo ele, as organizações de camponeses e comunas podem tornar-se parte de um mundo socialista. Contudo, há uma condição para que isso ocorra: a sociedade russa tem que fornecer os investimentos necessários aos camponeses, a fim de que eles se consolidem como entidades socialistas** (p. 18-19, grifos meus).

E nesse contexto ocorreu o afastamento entre Marx e os marxistas ao passo que alguns deles retornam ao seu pensamento apenas em relação a determinados elementos, a exemplo de Kaustsky. Diversos autores brasileiros, apesar das especificidades de suas abordagens, foram influenciados pela obra de Kaustsky, dentre outras, passando a defender a teoria da destruição do campesinato. José Graziano da Silva é um dos que melhor apresentam essa abordagem, já outros, como Ricardo Abramovay (1992), propõe uma ruptura com próprio paradigma marxista. Segundo esse autor, no paradigma marxista:

O camponês só pode ser definido pela tragédia do seu destino social: será fatalmente extinto pela própria dinâmica da diferenciação entre os produtores (Lênin), bem como será incapaz de resistir à concorrência das grandes empresas agrícolas (Kautsky) (ABRAMOVAY, 2007, p. 33).

Por outro lado, a obra de Rosa Luxemburgo, especialmente a “A acumulação do capital” – que pretende mostrar o problema da reprodução do capital e, ao mesmo tempo, oferecer subsídio na luta prática contra o imperialismo, à época – se torna fundamental para contestar a teoria da destruição do campesinato. Luxemburgo (1988) mostra, dentre outros elementos, que a acumulação do capital ocorre por dois processos distintos, um deles no centro de produção de mais-valia, culminando numa relação entre capitalistas e assalariados e, outro, se dando entre o

¹⁰ De acordo com as reflexões do texto intitulado “*Chayanov e a questão do campesinato*”, do Prof Shanin. Transcrição e tradução de Leny Belon Ribeiro e Marcos Antônio Guirado Domingues.

capital e as formas de produção não-capitalistas, no âmbito mundial, sob parâmetros imperialistas. Nas suas palavras:

A acumulação de capital como um todo, como processo histórico concreto, apresenta, pois, dois aspectos distintos. Um deles desenvolve-se nos centros produtores da mais-valia – nas fábricas, nas minas, nas propriedades agrícolas – e no mercado. Visto sob esse ângulo, a acumulação é um processo puramente econômico – cuja fase mais importante se realiza entre os capitalistas e os trabalhadores assalariados e cujas duas fases (no espaço fabril e no mercado) desenvolvem-se exclusivamente dentro dos limites estabelecidos pela troca de mercadorias e pela troca de equivalentes [...] O outro aspecto da acumulação de capital é o que se verifica entre o capital e as formas de produção não-capitalistas. Seu palco é o cenário mundial. Como métodos da política colonial reinam o sistema de empréstimos internacionais, a política das esferas de influência e as guerras [...] Na realidade, a violência política é apenas o veículo do processo econômico; ambos os aspectos da reprodução do capital encontram-se interligados organicamente, resultando dessa união a trajetória histórica do capital (LUXEMBURGO, 1988, p. 86-87).

Sua leitura central é a de que o desenvolvimento do capitalismo ocorre não apenas por meio da reprodução ampliada de capital, através da fórmula $D-M-D'$, mas também pela via da produção de capital, isto é, $M-D-M$ (em que M é mercadoria, D é dinheiro e D' é mais dinheiro), reafirmando, assim, a continuidade das relações não-capitalistas no campo, influenciando a corrente teórica de interpretação que defende a permanência do campesinato. Isso significa que, de forma contraditória e combinada, ao passo que acontece o avanço do assalariamento, concomitantemente, ocorre a ampliação do campesinato.

Nesse sentido, além de Luxemburgo, outros autores influenciaram a forma de interpretação campo brasileiro, conforme esclareceu Oliveira (1999). O conjunto de problemáticas que envolvem o espaço agrário no Brasil, perpassam, assim, por diferentes *visões de mundo* e compreensões teóricas, sendo que alguns atribuem seu entendimento ao fenômeno *técnico* e outros ao *social*, este último, no contexto da *totalidade*. É neste processo contraditório da própria teoria marxista que se insere a análise da *questão agrária* dentro da geografia agrária brasileira.

Segundo Oliveira (1999, 2004, 2007), é possível perceber três vertentes no âmbito do marxismo sobre o desenvolvimento do campo, sendo que duas delas apontam para a destruição do campesinato e uma defende a sua permanência, apresentadas a partir de três correntes teóricas: 1. A permanência das relações feudais no campo; 2. A destruição dos camponeses e a modernização dos latifúndios; e, 3. A criação e a recriação do campesinato e do latifúndio. Em relação a essa primeira corrente o autor esclarece:

O estudo da agricultura brasileira tem sido feito por muitos autores marxistas que expressam diferentes vertentes do pensamento marxista. Alguns autores defendem o ponto de vista de que o Brasil houve feudalismo, ou mesmo relações semifeudais de produção. Por isso eles advogam a seguinte tese: para que o campo se desenvolva seria preciso acabar com essas relações feudais ou semifeudais e ampliar o trabalho assalariado

no campo. Para esses autores, a luta dos camponeses contra os latifundiários exprimiria o avanço da sociedade na extinção do feudalismo. Portanto, a luta pela reforma agrária seria um instrumento que faria avançar o capitalismo no campo. Esses autores costumam afirmar inclusive que o capitalismo está penetrando no campo. Entre os principais estudiosos que seguem essa concepção estão Maurice Dobb, Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães, Inácio Rangel etc. (OLIVEIRA, 1999, p.70)

No que se refere à tese da destruição do campesinato e modernização do latifúndio, apresentada por significativo número de trabalhos da geografia com base nessa concepção, Oliveira (1999, p. 71) destaca:

Outra vertente entende que o campo brasileiro já está se desenvolvendo do ponto de vista capitalista e que os camponeses inevitavelmente irão desaparecer, pois eles seriam uma espécie de “resíduo” social que o progresso capitalista extingiria. Ou seja, os camponeses ao tentar produzir para o mercado acabariam indo à falência e perdendo suas terras para os bancos ou mesmo teriam que vender para saldar as dívidas. Com isso, os camponeses tornar-se-iam proletários. Entre os principais pensadores dessa corrente estão Karl Kautsky, Vladimir Lenin, Léo Huberman, Paul Sweezy, Caio Prado Jr., Maria Conceição D’Incao e Mello, José Graziano da Silva, Ricardo Abromovay etc.

E, por fim, em relação à terceira corrente, que revela a permanência do campesinato e do latifúndio no campo, corrente que demarca o lugar histórico do campesinato e o enxerga como classe social, no âmbito do desenvolvimento contraditório e combinado do capitalismo. Oliveira (1999), que acompanha e participa da construção das ideias dessa corrente e critica as duas primeiras, explicita:

Dessa forma, para mim, que faço parte de uma outra concepção teórica do desenvolvimento do capitalismo no campo, o que ocorre na agricultura brasileira é um processo diferente. O estudo da agricultura brasileira deve ser feito levando-se em conta que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro é contraditório e combinado. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado pela presença no campo do bóia-fria), ele (o capitalismo) produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (pela presença do trabalho familiar no campo). Entre os mais importantes pensadores dessa corrente estão Rosa Luxemburgo, Teodor Shanin, Samir Amin e Kostas Vergopoulos, e no Brasil, José de Souza Martins, Margarida Maria Moura, José Vicente Tavares etc. Na geografia agrária, seguindo esta concepção, os trabalhos de Regina Sader, Iraci Palheta, Rosa Ester Rossini, os meus próprios, e as dissertações e teses de grande parte de nossos orientandos (p. 73).

Oliveira (1999) critica, ainda, os autores que acreditam que a sociedade capitalista é composta unicamente por duas classes sociais: a burguesia (os capitalistas) e os proletariados (os trabalhadores assalariados). Contesta as outras duas abordagens que defendem a tendência ao desaparecimento do camponês e afirma que “é por isso que muitos autores e mesmo partidos políticos não assumem a defesa dos camponeses” (OLIVEIRA, 1999, p.71), conforme esclarece:

Penso que esses autores esqueceram uma frase escrita por Karl Marx em O Capital: “os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários de terra, cujas respectivas fontes de rendimento são o salário, o lucro e a renda fundiária, portanto, assalariados, capitalista e proprietários de terra, constituem as três grandes classes na sociedade moderna, que se baseia no modo de produção capitalista”. Portanto, a compreensão do papel e do lugar dos camponeses na sociedade capitalista e no Brasil, em particular, é fundamental. Ou entende-se a questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ou então continuar-se-á a ver muitos autores afirmarem que os camponeses estão desaparecendo; entretanto, os camponeses continuam lutando para conquistar o acesso à terra no Brasil (OLIVEIRA, 1999, p. 72).

Essas questões teóricas estão impregnadas de “*visões sociais do mundo*”, com implicações diretas na realidade, visto que, dependendo das escolhas, pode revelar a defesa ou a negação de direitos dos sujeitos sociais e políticos, isto é, dos camponeses, do campesinato brasileiro. Essa reflexão evidencia a indissociabilidade dos estudos do campesinato e acerca da questão agrária. A reprodução e recriação do campesinato configuram-se faces da questão agrária, se analisados de dentro do capitalismo. Conforme defendeu Martins (1981), em sua obra clássica “Os camponeses e a política no Brasil”, estamos diante não do fim do campesinato, mas da *sujeição da renda da terra camponesa ao capital*.

O processo da sujeição da *renda da terra* camponesa, no âmbito mundial, antecede, contudo, o próprio modo capitalista de produção. No modo feudal na Europa (entre os séculos V e XV) a *renda da terra* camponesa era apropriada pelo senhor feudal por meio do regime de servidão, seja pela renda em trabalho ou renda em produto. Posteriormente, no momento de transição para o capitalismo, com o monopólio das terras, surgiu a renda em dinheiro (OLIVEIRA, 2007).

Oliveira (1981; 2007) apresenta essa discussão acerca da *renda terra* no contexto da ciência geográfica, a partir da análise de Marx. Nesse sentido, Oliveira (2007) diferencia essas três formas de obtenção da renda da terra: 1) a *renda-em-trabalho*, que constitui a forma mais simples de renda fundiária, ocorre quando o trabalhador oferta gratuitamente ou coercitivamente dias de trabalho a outrem; 2) a *renda em produto* consiste no repasse que o trabalhador fez de parte de sua produção pelo direito de cultivar a terra de outrem; e, 3) a *renda em dinheiro*, ou arrendamento, que tem origem na conversão da *renda em produtos* em *renda em dinheiro*, após desenvolvimento do comércio e da indústria, da produção mercantil e da circulação monetária. Marx esclareceu sobre essas três formas de apropriação da *renda da terra*:

A forma mais simples da renda fundiária é a **renda em trabalho**: durante parte da semana, o produtor direto, com os instrumentos (arado, animais etc) que lhe pertence de fato ou de direito, lavra o terreno de que dispõe de fato e, nos outros dias da semana, trabalha nas terras do solar senhorial, para o proprietário das terras, gratuitamente [...]. A **renda em produtos** supõe estágio cultural superior do produtor imediato, nível mais alto

de desenvolvimento de seu trabalho e da sociedade em geral, distinguindo-se da forma anterior porque o trabalho excedente não deve-se mais prestar-se sobre a vigilância a coação diretas do senhor da terra [...] Nessas condições emprega mais ou menos a seu critério o tempo inteiro de trabalho, embora parte dele [...] continue a pertencer gratuitamente ao proprietário da terra. A única diferença é que este não mais a recebe diretamente na própria forma natural, mas na forma natural de produto em que ela se corporifica [...] A **renda em dinheiro** significa a renda fundiária resultante de simples metamorfose da renda em produtos, por sua vez oriunda de transformação de renda em trabalho (MARX, 2008, p. 1045-1051).

O desenvolvimento do capitalismo no campo ocorre de forma heterogênea no tempo e no espaço, de modo que se em alguns países como a Inglaterra foi impossibilitada a continuidade da agricultura camponesa, à época, outros garantiram sua reprodução, como foi o caso da França, após a revolução francesa. Além disso, vale ressaltar as formas comunitárias desenvolvidas, em épocas distintas e com especificidades diferenciadas, na América, África e Ásia. Isso significa que o camponês não estaria marcado para desaparecer, expressa na sua recriação no berço do capitalismo, isto é, na própria Europa (OLIVEIRA, 2007).

No caso do Brasil, para Martins (1986, p. 175), não estamos diante de um processo de destruição do campesinato, o que ocorre é sua reprodução e recriação já que a sujeição acontece sem que se dê a expropriação, isto é, “o movimento do capital não opera, de modo geral, no sentido da separação entre a propriedade e a exploração dessa propriedade [...], fundamentalmente, o capital tende a se apropriar da renda da terra”. Esclarece o autor:

Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o da sua família, ao mesmo tempo que cresce a sua dependência em relação ao capital, o que temos não é a sujeição do trabalho ao capital. **O que essa relação nos indica é outra coisa, bem distinta: estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital.** Esse é o processo que se observa hoje claramente em nosso país, tanto em relação à grande propriedade, quanto em relação à propriedade familiar, de tipo camponês. (MATINS, 1986, p. 175, grifos meus).

Em consonância com essa abordagem, Bombardi, et al (2010, p. 5) reafirma que “o campesinato, enquanto classe está em conflito com as duas outras classes sociais hegemônicas no capitalismo: que são os capitalistas e os proprietários de terra”. Outro elemento com o mesmo grau de importância no debate acerca do campesinato evidenciado pela autora (nesse e em outros trabalhos) trata da questão da *ordem moral* camponesa, na qual a terra vincula-se à vida, à família e ao trabalho.

Para a interpretação desta classe social tão específica, que é o campesinato, há que se considerar duas questões que estão relacionadas e que não podem ser compreendidas

separadamente.[...]A primeira questão é aquela que diz respeito à ordem moral camponesa, conforme nos informa o antropólogo Klass Woortmann, entre outros, ou seja, é a questão da concepção de mundo camponesa que vê a terra vinculada à vida, à família e ao trabalho. [...] Entretanto, esta ordem moral só pode ser entendida em conjunto com um outro aspecto, que também caracteriza esta classe social, que é a sua forma econômica de produzir. Quer dizer, contraditoriamente, que o capital faz uso, precisa de relações não capitalistas para se reproduzir. É isso que explica a presença desta classe social neste modo de produção (BOMBARDI, et. al, 2010, p. 5).

Partindo dessa compreensão epistemológica e filosófica de entendimento do desenvolvimento do campo, utilizo como referência nesta tese, a compreensão do campesinato como uma classe social, no contexto do desenvolvimento contraditório e combinado do capitalismo, isto é, a partir de suas contradições históricas, conflitos e luta de classes.

O camponês é compreendido, nesse sentido, como um sujeito desse processo, visto como conceito e categoria analítica para interpretação da realidade do campo. Da mesma forma, os procedimentos e técnicas de pesquisa se alinham a essa premissa de investigação, conforme detalhamento na sequência.

2.2 Procedimentos e técnicas de pesquisa

Com base nas concepções teórico-metodológicas e filosóficas discutidas, esta investigação apoia-se na interpretação do *real* compreendendo as contradições e conflitualidades das relações sociais, alimentada no processo histórico que implica o entendimento das interrelações de escalas e dimensões espaço-temporais e territoriais. Nesse propósito, o filósofo Henri Lefebvre (1995) alerta para o equívoco dos pesquisadores que separam o que se une, o que se articula, deixando de compreender a essência dos fenômenos. Assim, os conflitos e as contradições permeadas nessas relações devem ser analisados dentro do contexto estrutural que as promovem, levando em conta a multiescalaridade dos processos que articulam o mundial ao nacional, regional e local, além da multidimensionalidade que compõe o território, isto é, as dimensões econômica, política e cultural (RAFFESTIN, 1993; FERNANDES, 2008).

Seguindo essas concepções, a proposta metodológica deste estudo utilizou técnicas da *pesquisa-ação e participante* em diálogo com a *pedagogia do território*, além de outros procedimentos, apresentados na sequência.

2.2.1 Pesquisa-ação e pesquisa participante em diálogo com a pedagogia do território

Engel (2000), ao apontar as características e analisar a utilidade e as críticas endereçadas à pesquisa-ação, aponta o psicólogo alemão Kurt Lewin (1890-1947) como um dos pioneiros dessa abordagem, entretanto, não há consenso sobre seus o(s) precursor(es). Para esse autor a pesquisa-ação expandiu-se rapidamente nas ciências sociais após a década de 1960, “com a ideia que o cientista social deveria sair de seu isolamento, assumindo as consequências dos resultados de suas pesquisas e colocá-los em prática, para interferir no curso dos acontecimentos” (ENGEL, 2000, p. 182).

Tripp (2005, p. 445), por sua vez, ao analisar de forma aprofundada a pesquisa-ação, mostra que existe várias menções acerca dos precursores dessa concepção metodológica, demonstrando a evolução desse processo e considerando a dificuldade de definir, já que vários tentaram aperfeiçoar essa metodologia a partir da sua própria prática.

Não há certeza sobre quem inventou a pesquisa-ação. Muitas vezes, atribui-se a criação do processo a Lewin (1946). Embora pareça ter sido ele o primeiro a publicar um trabalho empregando o termo, pode tê-lo encontrado anteriormente na Alemanha, num trabalho realizado em Viena, em 1913 (Altrichter, Gestettner, 1992). Versão alternativa é a de Deshler e Ewart (1995) que sugerem que a pesquisa-ação foi utilizada pela primeira vez por John Collier para melhorar as relações inter-raciais, em nível comunitário, quando era comissário para Assuntos Indianos, antes e durante a Segunda Guerra Mundial e Cooke (s.d.) parece oferecer vigoroso apoio a isso. A seguir, Selener (1997) assinala que o livro de Buckingham (1926), *Research for teachers* [Pesquisa para professores], defende um processo reconhecível como de pesquisa-ação. Assim sendo, é pouco provável que algum dia venhamos a saber quando ou onde teve origem esse método, simplesmente porque as pessoas sempre investigaram a própria prática com a finalidade de melhorá-la.

Tripp (2005, p. 447) mostra, ainda, que há diversas vertentes sobre a própria concepção, incluindo a *pesquisa participante*, a *socialmente crítica*, a *emancipatória*, dentre outras. Esse autor defende o caráter científico da pesquisa-ação e considera que se trata de “uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática”. Acrescenta que “as técnicas de pesquisa devem atender aos critérios comuns a outros tipos de pesquisa acadêmica (isto é, enfrentar a revisão pelos pares quanto a procedimentos, significância, originalidade, validade etc.)”.

Já Demo (2000, p.21) trata da *pesquisa participante* como técnica, caracterizando-a como pesquisa prática. Para esse autor, a pesquisa prática “é ligada à práxis, ou seja, à prática histórica em termos de usar conhecimento científico para fins explícitos de intervenção; não esconde sua ideologia, sem com isso necessariamente perder de vista o rigor metodológico”. Na

pesquisa participante existe um componente político que possibilita discutir a importância do processo de investigação tendo por perspectiva a intervenção na realidade social.

De acordo com Haguete (1985, p.142) “a ideia de participação envolve a presença ativa dos pesquisadores e de certa população em um projeto comum de investigação que é, ao mesmo tempo, um processo educativo, produzido dentro da ação”. Segundo Haguete (p.149-150), as pretensões da pesquisa participante constituem-se de:

- a) um processo concomitante de geração de conhecimento por parte do pólo pesquisador e do pólo pesquisado;
- b) um processo educativo, que busca a intertransmissão e ‘compartilhação’ dos conhecimentos já existentes em cada pólo;
- c) um processo de mudança, seja aquela que ocorre durante a pesquisa, que preferimos chamar de mudança imediata, seja aquela projetiva, que extrapola o âmbito e a temporalidade da pesquisa, na busca de transformações estruturais – práticas – que favoreçam as populações ou grupos oprimidos

Thiolent (2004), utiliza o termo metodologia da pesquisa-ação, definindo-a como um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Engel (2000, p. 182) afirma que “a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa participante engajada, em oposição à pesquisa tradicional [...] procura unir a pesquisa à ação ou prática, isto é, desenvolver o conhecimento e a compreensão como parte da prática”. Vale ressaltar, entretanto, que em função das possibilidades de aplicabilidade da metodologia de pesquisa-ação, esta pode apresentar alguns limites, dependendo do *método* utilizado, em função do caráter analítico situacional, em determinados casos, que podem não considerar as problemáticas mais gerais ou estruturais. Engel (2000, p. 182), ao analisar a pesquisa-ação e sua aplicabilidade na pesquisa e no ensino, aponta algumas de suas características, que servem de alerta para esse caráter situacional, que pode incorrer na limitação de desconsiderar a totalidade:

- a) o processo de pesquisa deve tornar-se um processo de aprendizagem para todos os participantes e a separação entre sujeito e objeto de pesquisa deve ser superada;
- b) Como critério de validade dos resultados da pesquisa-ação sugere-se a utilidade dos dados para os clientes: as estratégias e produtos serão úteis para os envolvidos se

forem capazes de apreender sua situação e de modificá-la. O pesquisador parece-se, neste contexto, a um praticante social que intervém numa situação com o fim de verificar se um novo procedimento é eficaz ou não;

- c) **A pesquisa-ação é situacional: procura diagnosticar um problema específico numa situação também específica, com o fim de atingir uma relevância prática dos resultados. Não está, portanto, em primeira linha interessada na obtenção de enunciados científicos generalizáveis [...];**
- d) A pesquisa-ação é auto-avaliativa, isto é, as modificações introduzidas na prática são constantemente avaliadas no decorrer do processo de intervenção e o feedback obtido do monitoramento da prática, traduzido em modificações, mudanças de direção e redefinições, conforme necessário, trazendo benefícios para o próprio processo, isto é, para a prática, sem ter em vista, em primeira linha, o benefício de situações futuras;
- e) A pesquisa-ação é cíclica: as fases finais são usadas para aprimorar os resultados das fases anteriores (ENGEL, 2000, p. 184-185, grifo nosso).

Embora alguns autores considerem que a aplicabilidade da *pesquisa-ação* depende da realidade investigada, ou no âmbito educacional, a partir dos objetivos pensados e da inserção dos sujeitos no processo, é notória essa crítica ao caráter situacional da *pesquisa-ação*. Vale ressaltar, entretanto, a relevância da pesquisa-ação e participante em relação, principalmente, aquelas que utilizam de forma exacerbada, a premissa da neutralidade científica, de cunho (neo)positivista. É, pois, partindo desse princípio, vinculado à minha visão social de mundo, que fiz a escolha de utilizar, nesta tese, algumas técnicas da *pesquisa-ação* e *participante*, em diálogo com algumas técnicas da abordagem da *pedagogia do território*.

A experiência de produção de conhecimento no âmbito da *pedagogia do território* ocorreu a partir da construção de saberes por meio de diálogos e vivências coletivas com camponeses e movimentos sociais etc, processo vivenciado mesmo anterior ao desenvolvimento desta pesquisa na região do Baixo Jaguaribe. Alguns parâmetros científicos dessa abordagem alicerçam, portanto, tais vivências que culminam na construção de conhecimento científico.

A concepção de *pedagogia do território*, embora já efetivada pelos autores há alguns anos, apenas recentemente foi apresentada em ensaio por Rigotto e Rocha (2014) e, posteriormente, no trabalho de pós-doutorado de Rigotto, em 2016. Essa abordagem vincula-se ao pensamento crítico e visa contribuir com novos paradigmas de construção do conhecimento, a partir de uma compreensão epistêmica e metodológica em que se faz a crítica à racionalidade e

neutralidade científica, por ser legitimadora de um modelo hegemônico que nega outros saberes e reafirma a dissimetria de poderes. Ao mesmo tempo, atribui à universidade o papel de construir processos de emancipação social, partindo das demandas de informações ou de produção de conhecimento em conjunto com os sujeitos sociais e políticos dos territórios atingidos e ameaçados com o avanço do capital e do Estado neoliberal, dentre outros elementos.

Apostando nessa perspectiva, temos tentado, no Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde, da Universidade Federal do Ceará – Tramas/UFC, construir um espaço de experimentação de novas formas de articular conhecimento e reconhecer saberes que foram colocados na condição de invisibilidade. Buscamos construir coerência entre a visão crítica que temos sobre a ciência moderna e as nossas práticas acadêmicas, perscrutando caminhos que potencializem a articulação entre opções ético-políticas e teórico-metodológicas contra-hegemônicas e a formação e a produção de conhecimento na universidade (RIGOTTO, ROCHA, 2014, p. 3).

Neste ensaio, a partir de uma breve apresentação, descrevemos e analisamos nossa inserção em territórios em conflito ambiental como fonte alimentadora e integradora dos processos de formação e de produção de conhecimento, ressignificando em novas bases o tripé ensino-pesquisa-extensão e o próprio trabalho docente, rumo a uma práxis libertadora. O intuito é abrir canais de diálogo e debate com os pares que também buscam caminhos nas universidades e instituições públicas de pesquisa, para contribuir com processos sociais de emancipação (RIGOTTO, ROCHA, 2014, p. 3-4).

Essa premissa contrapõe-se à ideia de uma ciência que sirva à *dominação*, contribuindo para desvelar a realidade ocultada, as contradições, os conflitos, as lutas e resistências da classe camponesa que têm seus direitos historicamente negados na região estudada. Nesse sentido, alguns elementos metodológicos desta pesquisa foram construídos em consonância com uma perspectiva já anunciada por Rigotto (2011, p. 100-101), embora sem o uso do termo “pedagogia do território”.

O cuidado na definição dos objetos de estudo, priorizando aqueles que contemplem demandas de produção de conhecimento formuladas por aqueles que têm menos acesso e que necessitam dele para apoderar-se; o apoio de teorias críticas para a problematização do real; a abertura para a construção de dinâmica processual da metodologia, em diálogo com o campo empírico e seus atores; o respeito aos saberes e poderes tradicionais e populares; postura sincera de escuta e diálogo; compromisso ético e político com a emancipação e a transformação social, em benefício dos mais vulneráveis, expresso também no esforço de sistematizar o conhecimento produzido de forma a fomentar sua apropriação pelos sujeitos envolvidos no problema.

A construção de espaços de diálogos com comunidades, movimentos sociais e entidades referem-se a alguns dos elementos epistêmicos e metodológicos da *pedagogia do território*, assegurada a partir “de um chão integrador de processos de produção de conhecimento e de aprendizagem” (RIGOTTO; ROCHA, 2015, p. 6). Nesse sentido, destaco aqui, algumas dimensões da *pedagogia do território* apresentadas por Rigotto e Rocha (2014, p. 7-9), que

considero manterem diálogo e, ao mesmo tempo, superarem elementos vinculados às abordagens da pesquisa-ação e pesquisa participante:

- a) **aproximando de um mundo invisibilizado: a desalienação** – a aproximação da vida e das pessoas nos territórios em luta tem significado para estudantes e pesquisadores/as o desvelar de um mundo ocultado ou trazido à arena social de forma distorcida, superando as fronteiras do apartheid social. Cheiros, sabores, paisagens, saberes e lágrimas dos territórios abrem os horizontes que instigam não só nossa dimensão intelectual, mas também afetiva, ética e política. [...]”;
- b) **Experimentando a função social da ciência** – Graduandos/as e pós-graduandos/as são convidados/as a definirem o problema de pesquisa a partir da inserção em um dos territórios que o Núcleo atua: se apropriam do que já foi vivido e produzido sobre o conflito e participam de atividades nos territórios [...]. Nesta vivência vão construindo elementos para propor o problema de estudo que, afastado da suposta neutralidade científica, nasce embalado em sentimentos de indignação, solidariedade e compromisso com os grupos sociais vulnerabilizados[...];
- c) **Enriquecendo a metodologia das pesquisas** – a estratégia metodológica de cada pesquisa considera que os espaços de encontro e diálogo provocados pelo próprio processo de pesquisa podem se somar aos esforços da comunidade de compreender seu contexto e refletir sobre ele, enunciar problemas, buscar alternativas de futuro. Mais que isso, as relações solidárias que se estabelecem com os sujeitos dos territórios nos possibilitam uma aproximação maior da complexidade que emerge da vida cotidiana, permitindo considerar dimensões, informações, contextos que sozinhos provavelmente não conseguiríamos enxergar;
- d) **Aprendendo com as organizações, entidades e redes sociais** - a participação junto a organizações como a Articulação Nacional de Agroecologia, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, as Pastorais Sociais ou o MST tem nos ensinado sobre os temas prioritários para pesquisa, a produção de análises críticas que apoiam a mobilização e as lutas, a promoção de processos democráticos e horizontais de ação coletiva, as formas de difusão de informação contra-hegemônica, a criatividade nas metodologias de trabalho [...] Os materiais de formação produzidos por estas organizações nos indicaram também o caminho para publicizar o conhecimento que produzimos junto aos sujeitos dos territórios e

movimentos. Desta forma foi produzido o Almanaque do Baixo Jaguaribe ou TRAMAS para afirmação do trabalho, meio ambiente e saúde para a sustentabilidade, num processo de mais de um ano de oficinas entre pesquisadores e lideranças locais, para ter clareza do que e como divulgar os resultados da pesquisa sobre os agrotóxicos e o agronegócio, no sentido de facilitar o processo de apropriação do conteúdo pela população [...].

A metodologia desta tese foi desenvolvida tomando como referência alguns elementos da pedagogia do território, bem como por meio de procedimentos de pesquisa vinculados à pesquisa-ação, pesquisa participante, dentre outros, ambos fundamentais à apreensão da realidade de forma mais aprofundada. Nesse contexto, destacam-se alguns desses elementos que conformaram as seguintes atividades desenvolvidas:

- a) construção do problema de pesquisa, que ocorreu a partir da aproximação com a realidade do campo, pela inquietação com a invisibilidade dada aos camponeses, mas também pelas demandas dos sujeitos, momento que percebi a relevância do tema agrotóxicos para os(as) camponeses(as), frente aos efeitos causados, pela drenagem de suas rendas e a potencialidade da agricultura camponesa, embora tratada de forma secundária pelas políticas públicas ou ocultado pela maioria dos estudiosos. Ao mesmo tempo, tive o cuidado de ir além dessas questões, tentando desvendar o que motivou o uso de agrotóxicos pela agricultura camponesa, daí a análise da sujeição da renda da terra ter surgido como parâmetro para tal análise. As dificuldades foram enormes para evidenciar a sujeição da renda da terra pelos agrotóxicos em função do medo dos sujeitos sociais falarem sobre o uso de agrotóxicos; pelo problema hídrico que impossibilitou a produção em diversos momentos; por conta da dificuldade de informações junto às empresas que comercializam agrotóxicos, dentre outros;
- b) realização de oficinas e cartografia social com os sujeitos sociais e políticos, permitindo a escuta e o diálogo de forma horizontal, processo que gerou aprendizado tanto para os camponeses como para mim, enquanto pesquisadora;
- c) participação em reuniões, grupos de trabalho e audiências junto aos órgãos do Estado (Ministério da Integração Nacional, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Incra, DNOCS, Ministério Público Federal etc), no sentido de apresentar os dados das minhas pesquisas, com intuito de contribuir para melhor

entendimento da realidade, especialmente sobre a estrutura fundiária do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi;

- d) participação na construção coletiva do material didático “Almanaque do Baixo Jaguaribe” e no livro “Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola do Baixo Jaguaribe-CE”;
- e) participação em reuniões e atividades do Movimento 21 com intuito de contribuir com a organização da Semana Zé Maria do Tomé, envolvendo a participação em mesa redondas, atividades de campo, discussão de documentários, rodas de conversas, dentre outros;
- f) colaboração na construção do Plano de Ação do CERESTA rural Zé Maria do Tomé;
- g) colaboração, a partir dos resultados de pesquisas, com o “Estudo Propositivo para a Criação do Assentamento Irrigado Zé Maria do Tomé no Contexto do Território da Agricultura Familiar Camponesa na Chapada do Apodi” (em fase de construção, frente ao impasse do pedido de reintegração de posse da área ocupação por parte do Estado, através do DNOCS, em acordo com a FAPIJA);
- h) participação na elaboração e coordenação do Dossiê Perímetros Irrigados (Online), em parceria com pesquisadores das Universidades do Ceará e Rio Grande do Norte, em diálogo com movimentos sociais, entidades sindicais e da igreja católica (vinculada a teologia da libertação), publicado parcialmente de forma online e em artigo científico;
- i) efetivação da função social da pesquisa.

Foram realizadas, ainda, algumas entrevistas tomando como referência a *memória*, as *lembranças* de velhos e velhas camponesas do Baixo Jaguaribe sobre as origens dos camponeses, compreendendo sua função social, ao invés de levar em conta apenas as “verdades” escritas pela “história oficial celebrativa” (BOSI, 1994, p. 18), prerrogativa comumente utilizada nas sociedades capitalistas, com intuito de impossibilitar o velho de exercer seu papel de *re-fazer*, a partir de suas lembranças, o encontro do presente e do passado. Chauí, ao apresentar a obra de Bosi (1994), aponta esse importante recurso metodológico e os desafios colocados para a sociedade contemporânea.

Que é, pois, ser velho na sociedade capitalista? É sobreviver. Sem projeto, impedido de lembrar de ensinar, sofrendo as adversidades de um corpo que se desagrega à medida que a memória vai-se tornando cada vez mais viva, a velhice, que não existe para si mas somente para o outro, E este outro é um opressor [...] Destruindo os suportes materiais da

memória, a sociedade capitalista bloqueou os caminhos da lembrança, arrancou seu marcos e apagou seus rastros. “A memória das sociedades antigas se apoiava na estabilidade espacial e na confiança em que os seres de nossa convivência não se perderiam, não se afastariam. Constituíam-se valores ligados à práxis coletiva como a vizinhança (versus mobilidade), apego a certas coisas, a certos objetos biográficos (versus objeto de consumo)” (BOSI, 1994, p. 18-19).

“Eles também trabalharam” – não somente cada um dos recordadores foi um trabalhador [...] mas sobretudo os recordadores são, no presente, trabalhadores, pois lembrar não é re-viver, mas re-fazer. É reflexão, compreensão do agora a partir do outrora; é sentimento, reaparição do feito e do ido, não sua mera repetição, “O velho, de um lado, busca a confirmação do que se passou com seus coetâneos, em testemunhos escritos ou orais, investiga, pesquisa, confronta esse tesouro de que é guardião. De outro lado, recupera o tempo que correu e aquelas coisas que quando perdemos nos sentimos diminuir e morrer” (BOSI, 1994, p. 20-21).

Além dessas perspectivas teórico-metodológicas, outros procedimentos de pesquisa foram necessários para a construção deste estudo. A pesquisa foi organizada a partir da definição de três principais eixos teórico-metodológicos:

- 1) *Campesinato e sujeição da renda da terra ao capital;*
- 2) *Estado e políticas públicas voltadas ao campo; e,*
- 3) *Agrotóxicos.*

A partir dessa definição, as etapas seguintes da pesquisa: 1) Pesquisa bibliográfica e documental; 2) Pesquisa de campo (envolvendo pesquisa-ação, participante e pedagogia do território e a construção de croquis, através de cartografia social); e, 3) Organização de dados estatísticos e a elaboração de tabelas, gráficos e quadros, além da produção de mapas cartográficos.

2.2.1.1 Procedimentos da pesquisa

a) Pesquisa bibliográfica e documental

A *pesquisa bibliográfica* é de extrema relevância para o trabalho acadêmico, por possibilitar um aporte teórico acerca do tema pesquisado. Nessa etapa a consulta e estudo de livros, teses, dissertações, monografias, periódicos e anais de eventos científicos foram fundamentais. Como fontes de pesquisa, as bibliotecas públicas do Brasil, inclusive as virtuais: Universidade Estadual do Ceará (UECE); Universidade Federal do Ceará (UFC); Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM/UECE-CE); Universidade de São Paulo (FFLCH/USP); Banco do Nordeste do Brasil (BNB- Fortaleza); acervos do Portal de Periódicos da CAPES, Domínio

Público, Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD), Banco Digital da FAPESP, Boletim DATALUTA, SINAN/SUS, MPT-Digital.

A *pesquisa documental* constituiu-se em análise de jornais, revistas, periódicos do setor e documentos oficiais (relatórios, dossiês, planos, programas) e projetos realizados nas últimas décadas referentes às políticas vinculadas à questão da terra no Brasil e, especificamente, no estado do Ceará, além de legislações e dados de instituições governamentais relacionadas à questão dos agrotóxicos. As principais fontes foram: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Ministério da Saúde; Ministério da Agricultura; Ministério da Integração; Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Companhia de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (COGERH); Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME); Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará (SEMACE), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos (PARA); Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS-CE); Secretaria dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará (SRH); Companhia de Gerenciamento dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará (COGERH); e, Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará (SDA).

b) Pesquisa de campo, envolvendo pesquisa-ação, pesquisa participante e pedagogia do território.

Os trabalhos de campo possibilitaram a apreensão da realidade dos sujeitos sociais (camponeses) de forma participativa, por meio de oficinas, rodas de conversa, técnicas de cartografia social, entrevistas e aplicação de questionário, participação em reuniões, audiências públicas, assembleias etc. Essas atividades foram realizadas nos territórios dos perímetros irrigados do Baixo Jaguaribe, no período de 2014 a 2017, conforme detalhamento na sequência:

- a) **Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi:** oficinas, rodas de conversas, produção de croquis (em atividade de cartografia social) e entrevistas com aplicação de questionário semi-estruturado (Apêndice 1 e 2), com camponeses das comunidades da Chapada e do Acampamento Zé Maria do Tomé, durante 2013 a 2017. No caso do Acampamento Zé Maria foi realizado o acompanhamento sistemático, semanalmente, durante o período de maio a dezembro de 2014 (em que foram realizadas pouco mais de 300 entrevistas com aplicação de questionário, com a participação de estudantes do programa de extensão da FAFIDAM); elaboração de mapa da área poligonal do Acampamento, em conjunto com o INCRA e outras entidades e movimentos sociais; participação, em conjunto com a Cáritas, de rodas de conversas, oficinas e construção de croquis, em comunidades circunvizinhas ao

perímetro; produção de croquis (a partir de técnicas de cartografia social) do Acampamento Zé Maria do Tomé, com a participação do grupo de extensão da FAFIDAM; participação em audiências com órgãos do Estado etc; visitas e reuniões pontuais no decorrer dos anos seguintes. Foram realizados registros de gravação e audiovisuais em todas essas etapas.

- b) **Perímetro de Morada Nova:** foram realizados dois trabalhos de campo sistemáticos, percorrendo todo o perímetro, com aplicação de entrevista semiestruturada (Apêndice 3) aos camponeses e a participação em reunião da entidade organizativa do Perímetro, no ano de 2015, 2016 e 2017. Em 2017 foi realizado mais dois trabalhos de campo, com ênfase na área de estudo, ou seja, o Setor NH3. O campo foi realizado também nas seguintes comunidades: Setor NH4, Setor NH5 e Setor NH6. Ao todo foram realizadas cerca de 30 entrevistas com camponeses. Foram realizados registros de gravação e audiovisuais em todas essas etapas.
- c) **Perímetro Irrigado Tabuleiros de Russas:** foram realizados trabalhos de campo anterior à pesquisa (em 2009) e no anos de 2015 e 2017, além de outros momentos informais. Ocorreu a participação em reuniões e oficinas junto aos camponeses. Uma das oficinas como o objetivo da elaboração da “Carta do Território” a integrar o Dossiê perímetros Irrigados, no ano de 2014, em que mostra as resistências e as implicações do perímetro e quais suas demandas para políticas públicas. Outra delas com o objetivo de formar as associações das Comissões de Resistência junto à Cáritas de Limoeiro do Norte. Foi realizado trabalhos de campo no Bernardo Marin II, nos anos de 2015 e 2017, envolvendo entrevistas, participação em visitas técnicas, tomando como referência o questionário semiestruturado (Apêndice 3) sobre o uso de agrotóxicos pelos camponeses no contexto de sujeição da renda da terra ao capital. Foram realizados registros de gravação e audiovisuais em todas essas etapas.
- d) Foram realizados diálogos e entrevistas (formais e informais) com representantes e/ou técnicos de órgãos do governo, com intuito de melhor compreender as políticas voltadas ao campo brasileiro e cearense e acerca das problemáticas fundiária e dos agrotóxicos na Chapada: COGERH, INCRA, MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, DNOCS, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, EMATERCE, IBGE, ADAGRI, DISTAR etc. Foram realizadas entrevistas e contato (via email institucional), com técnicos e proprietários de empresas do

agronegócio e empresas que comercializam agrotóxicos. Alguns desses órgãos com bastante dificuldade de acesso a informações, a exemplo do DISTAR e empresas que comercializam agrotóxicos e do agronegócio;

- e) Foram realizadas entrevistas em comunidades camponesas circunvizinhas aos perímetros irrigados, principalmente no município de Limoeiro do Norte, objetivando conhecer a gênese dos camponeses do Baixo Jaguaribe. Como parâmetro, entrevistei alguns “velhos e velhas camponeses(as)” com idade acima de 70 anos.

Essas atividades contribuíram para uma melhor compreensão das origens dos(as) camponeses(as), suas resistências, uso de agrotóxicos e desafios atuais. Além disso para o entendimento sobre as formas de acesso a terra e à água; o papel do Estado e das políticas públicas voltadas ao campo; as formas de comercialização da produção camponesa; a estrutura fundiária; o modo vida das comunidades camponesas; as experiências na produção agrícola (com e sem veneno); a sujeição da renda da terra através das “parcerias” com empresas, bem como pelo capital comercial e industrial de agrotóxicos.

c) Organização de dados estatísticos e elaboração de mapas, tabelas, gráficos e quadros.

A organização dos dados estatísticos foi realizada envolvendo a coleta de informações, de documentos e dados empíricos. A elaboração de mapas, tabelas e quadros, com intuito de permitir a espacialização das informações coletadas, construídos de acordo com os dados coletados nos trabalhos de campo e de órgãos oficiais como do Ministério da Saúde, o DNOCS etc. Essa etapa tem o papel de subsidiar, de forma complementar, os argumentos desenvolvidos na pesquisa, objetivando fundamentar e esclarecer melhor a realidade estudada.

Além das atividades mencionadas, o caráter de *pesquisa-ação/participante* e *pedagogia do território* ocorreram, principalmente, por meio da participação em ações do Movimento M21, mencionado anteriormente. São espaços de discussão constante sobre as problemáticas que envolvem o campo do Baixo Jaguaribe, possibilitando, assim, o debate com representantes sindicais, integrantes dos movimentos sociais (MST, MAB etc), professores pesquisadores das universidades do Ceará (UECE/FAFIDAM e TRAMAS/UFC), representantes da CPT, da Cáritas Diocesana, além dos sujeitos sociais das comunidades camponesas.

3 A GÊNESE DA AGRICULTURA CAMPONESA E A QUESTÃO AGRÁRIA DO BAIXO JAGUARIBE

3.1 A geografia da agricultura camponesa do Baixo Jaguaribe

Diversos estudos aportam suas análises acerca da realidade do campo do Baixo Jaguaribe, não somente na geografia, mas em várias áreas do conhecimento. No âmbito da geografia, algumas pesquisas ou artigos relacionados ao tema deste trabalho (não necessariamente com o mesmo viés teórico-metodológico) podem ser destacadas, tais como: Segundo (1998); Soares (1999; 2000; 2012); Elias (2000; 2002; 2006; 2010) e de seus orientandos; Cosme (2007; 2015), Araújo (2016), Bezerra (2009), meu estudo de dissertação (FREITAS, 2010), dentre outros.

Os trabalhos do Prof^o Hidelbrando dos Santos Soares são referências para quem pretende estudar o campo do Baixo Jaguaribe, principalmente sua dissertação (SOARES, 1999), tratando da rizicultura do Perímetro Irrigado de Morada Nova (PIMN). Outros artigos publicados pelo professor constituem-se sínteses da questão agrária do Baixo Jaguaribe. Parte significativa dos trabalhos posteriores tiveram, de algum modo, a influência de seus estudos, conjugando-se à atuação como Professor da Universidade Estadual da Ceará (UECE), unidade da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM).

Outro estudo que merece detalhamento no âmbito da geografia agrária é a obra da Profa. Dra. Denise Elias, da Universidade Estadual do Ceará (UECE), sobretudo, em função das pesquisas criteriosas, metodologias bem definidas e qualidade científica dos trabalhos realizados e orientados pela mesma, enfatizando a discussão acerca da difusão do agronegócio, a relação entre a cidade e o campo etc, dando visibilidade ao Baixo Jaguaribe, por se tratar de uma referência nacional nos estudos do campo. Esses estudos são relevantes para compreensão de uma parcela da realidade que envolve a questão agrária daquele território, isto é, do agronegócio, embora sua abordagem não apresente o par dialético, o campesinato.

Vale ressaltar que um dos livros coordenados pela autora, denominado “Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais”, a mesma reconhece a reprodução das relações camponesas concomitante ao avanço do assalariamento, do mercado de trabalho agrícola formal, isto é, que o desenvolvimento do capitalismo no campo ocorre de forma contraditório e combinada, conforme demonstram as contribuições de Ariovaldo Umbelino de Oliveira e de José de Souza Martins a esse respeito.

Engana-se, porém, quem imagina ter cessado a expansão das formas não-capitalistas. Tais formas, contraditoriamente, continuam se reproduzindo. Apesar da expansão do mercado de trabalho agrícola formal, materialização do trabalho agrícola, e do acirramento da divisão social do trabalho no setor, esta convive com as antigas características ligadas às formas clássicas de relações de trabalho no semi-árido e nos cerrados nordestinos. Nesse ponto, é importante lembrar as contribuições de Oliveira (1997) e Martins (1990), segundo os quais o desenvolvimento do capitalismo no campo é contraditório e combinado, pois cria as relações dialéticas entre a expansão do trabalho assalariado e a reprodução das relações camponesas (ELIAS, 2006, p. 54).

Em relação ao trabalho agrícola formal do agronegócio do Baixo Jaguaribe é importante ressaltar que nem todos que aparecem nos dados formais referem-se efetivamente a proletários. Em entrevista nas comunidades camponesas, circunvizinhas aos perímetros irrigados, diversos sujeitos sociais afirmam que trabalham nas empresas do agronegócio, entretanto, mantém suas roças nos finais de semanas, com ajuda de outros membros da família ou mesmo no tempo livre quando trabalham sob o regime de “metas”. Alguns se submetem ao trabalho formal por ser a única alternativa para manter sua roça, resguardando, assim, a relação com a terra, a autonomia relativa de escolher o que produzir para o consumo da família, etc. Outro exemplo trata-se de parcela dos acampados no Acampamento Zé Maria do Tomé, coordenado pelo MST, que também trabalham em empresas do agronegócio, enquanto consolidam a territorialização camponesa na área ocupada. Em alguns desses casos é verificada situação análoga a que Tavares do Santos (1978) identificou como *trabalho acessório* dos camponeses, embora subordinados ao capital.

Os trabalhos dos orientandos da Profa Dra Denise Elias (Quadro 1), em geral, seguem a mesma concepção teórico-metodológica. Alguns trabalhos analisam também o campesinato, como é o caso de Pinheiro (2014), que trata da sujeição da renda da terra, ainda que parte do seu arcabouço teórico fundamente-se em autores como Kaustsky, uma das principais referências que alegam o fim do campesinato. Outros orientandos de mestrado, passaram a analisar também as resistências camponesas no doutorado, sob outras orientações. São os casos, por exemplo, de Araújo (2016), que discute o campesinato a partir de uma abordagem geral, trazendo elementos sobre as resistências no Baixo Jaguaribe e de Bezerra (2012), que apresenta uma análise criteriosa sobre o tema “trabalho” no contexto nordestino, com o cuidado de evidenciar alguns processos de resistência camponesa.

Quadro 1 – Pesquisas concluídas relacionadas com a geografia agrária do Baixo Jaguaribe - orientadas pela Profa Dra Denise Elias

Nº	Autores	Título	Tipo de trabalho	Ano
1	Silvana Lucia da Silva Lima	Políticas públicas e a modernização agrícola no Baixo Jaguaribe-CE	Dissertação	2000
2	Delma Barros Amaro	A modernização agropecuária e a produção do espaço na região do Baixo Jaguaribe (CE)	Dissertação	2004
3	Francisco Kennedy Silva dos Santos	Políticas públicas e reorganização do espaço: o caso do perímetro irrigado Morada Nova (CE)	Dissertação	2004
4	Maria Lucenir Jerônimo Chaves	Modernização da agricultura e urbanização em Limoeiro do Norte: transformações socioespaciais	Dissertação	2004
5	Alexsandra Maria Vieira Muniz	Reestruturação produtiva e trabalho agrícola no Baixo Jaguaribe: mudanças, permanências, desafios e tendências	Dissertação	2004
6	Sergiano de Lima Araújo	Globalização e as novas territorialidades no espaço agrário cearense: a carcinicultura em questão	Dissertação	2006
7	Iara Rafaela Gomes	Agricultura e urbanização: novas dinâmicas territoriais no Nordeste brasileiro	Dissertação	2007
8	Juscelino Eudâmidas Bezerra	Agronegócio e a nova divisão social e territorial do trabalho agropecuário formal no Nordeste	Dissertação	2008
9	Cíntia dos Santos Lins	Os impactos territoriais e socioeconômicos do Canal da (Dês)integração no Ceará no contexto do médio e baixo Jaguaribe	Dissertação	2008
10	Erica Maria Bezerra Pinheiro	Reestruturação produtiva da agropecuária e sujeição da renda da terra	Dissertação	2014
11	Maria Lucenir Jerônimo Chaves	Agronegócio e urbanização: rede urbana funcional ao agronegócio da fruticultura	Tese	2016

Fonte: Fonte: Cavalcante (2017); atualizado pela autora.

Em outras áreas do conhecimento, destacam-se as pesquisas realizadas e em andamento, orientadas e coordenadas pela médica Profa Dra Raquel Rigotto (coordenadora do Núcleo TRAMAS/UFC), tornando-se, mais recentemente, uma das principais referências sobre o Baixo Jaguaribe, no contexto do pensamento crítico. Embora sua formação na área de medicina, a mesma possui mestrado em educação e doutorado em sociologia. Seu pós-doutorado trata, dentre

outros, da construção da abordagem da *pedagogia do território*, pretendendo subsidiar as pesquisas do núcleo TRAMAS.

Em geral, as pesquisadas realizadas pelo TRAMAS (Quadros 2 e 3) destacam-se pelo caráter inovador em suas metodologias, compromisso de construção coletiva de saberes, a devolução dos resultados das pesquisas para os sujeitos sociais, bem como pelo trabalho interdisciplinar de sua construção, com o envolvimento de diferentes áreas do saber: medicina, geografia, direito, história, pedagogia etc. O núcleo TRAMAS tem como um dos principais desafios atuais construir um arcabouço teórico-metodológico que possa dar conta da complexidade de suas pesquisas, análise e compreensão da realidade. Alguns caminhos foram feitos pela pesquisa-ação e, mais recentemente, a partir da *pedagogia do território*, apresentada em ensaio e no trabalho de pós-doutoramento da referida professora, já mencionado.

Quadro 2 – Pesquisas concluídas relacionadas com a geografia agrária do Baixo Jaguaribe - orientadas pela Profa Dra Profa Raquel Rigotto

Nº	Autores	Título	Tipo de trabalho	Ano
1	Francisca Neuma Almeida Nogueira	O processo de trabalho na carcinicultura e a saúde-doença dos trabalhadores do município de Aracati-CE	Dissertação	2006
2	Severino Pereira Alexandre	Exposição a agrotóxicos e fertilizantes: agravos à saúde dos trabalhadores no agronegócio do abacaxi em Limoeiro do Norte-CE	Dissertação	2009
3	Vanira Matos Pessoa	Abordagem do território na construção da integralidade em saúde ambiental e do trabalhador na atenção primária à saúde em Quixeré	Dissertação	2010
4	Lara de Queiroz Viana Braga	Agronegócio cercando agroecologia: modo de vida e conflito sócio-ambiental em comunidades agrícolas de Tabuleiro de Russas, Ceará	Dissertação	2010
5	Fabíola Silva de Castro	O progresso a 'preço de banana': análise das inter-relações saúde, trabalho e ambiente no contexto do agronegócio na Chapada do Apodi/CE	Dissertação	2011
6	Marcelo José Monteiro Ferreira	Contribuições epistemológicas/metodológicas para o fortalecimento de uma (cons)ciência emancipatória	Dissertação	2012

7	Andrezza Graziella Veríssimo Pontes	Incorporando as inter-relações Produção-Trabalho-Ambiente- Saúde na academia, no SUS e nos movimentos sociais a partir de territórios em expansão do agronegócio	Dissertação	2012
8	Mayara Melo Rocha	Das águas que calam às águas que falam: opressão e resistência no curso das representações da água na Chapada do Apodi	Dissertação	2013
9	Maria de Lourdes Vicente da Silva	Gritos, silêncios e sementes: as repercussões do processo de des-reterritorialização empreendido pela modernização agrícola sobre o ambiente, o trabalho e a saúde de mulheres camponesas na Chapada do Apodi/CE	Dissertação	2014
10	Isadora Marques Barbosa	Câncer infantojuvenil: relação com os polos de irrigação no estado do Ceará	Dissertação	2016
11	Ada Cristina Pontes Aguiar	Exposição aos agrotóxicos e efeitos crônicos sobre a saúde humana: uma herança maldita do agronegócio para a Chapada do Apodi (CE)	Dissertação	2017
12	Saulo da Silva Diógenes	Desinvisibilização das causas de câncer: uma série histórica a partir da Seguridade Social no Ceará, com caracterização dos contextos de exposições aos agrotóxicos no Baixo Jaguaribe/CE	Dissertação	2017

Fonte: Fonte: Cavalcante (2017); atualizado pela autora.

Quadro 3 – Pesquisas em andamento relacionadas com a geografia agrária do Baixo Jaguaribe - orientadas pela Profa Dra Raquel Rigotto

Nº	Autores	Título	Tipo de trabalho	Previsão de Defesa
1	Amanda Gonçalves Moreira	Caracterização da injustiça hídrica na Chapada do Apodi/CE	Dissertação	2018
2	Camila Aguiar de Oliveira Lopes	Agroecologia e comunicação	Dissertação	2019

Fonte: Fonte: Cavalcante (2017); atualizado pela autora.

No âmbito da Educação, alguns trabalhos produzidos sob a coordenação da Profa Dra. Sandra Maria Gadelha de Carvalho, do Curso de Pedagogia da FAFIDAM/UECE têm apresentado forte relação com a temática do campesinato e da geografia agrária. As pesquisas sob sua orientação foram e estão sendo realizadas no Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e

Ensino (MAIE) e vinculadas aos trabalhos desenvolvidos no Laboratório de Educação do Campo (LECAMPO) e no programa de extensão intitulado “Educação do campo, escola e organização da cultura: vivências e conhecimentos para a emancipação humana”.

A sistematização apresentada (Quadro 1, 2 e 3) e sua análise foi realizada a partir do levantamento realizado por Cavalcante (2017) sobre as pesquisas *desenvolvidas* e *em desenvolvimento* (teses e dissertações), com ênfase no Baixo Jaguaribe, bem como da pesquisa bibliográfica realizada para construção desta tese. De acordo com Cavalcante (2017, p. 3), o levantamento mostra grande diversidade de áreas do conhecimento científico que desenvolvem pesquisas na referida região, conforme detalha:

Foram localizadas obras de 28 áreas diferentes, com destaque para a Geografia (34 trabalhos – o que representa 27% do total), Economia/Economia Rural (19), História (14), Desenvolvimento e Meio Ambiente (12), Saúde Pública (9) e Recursos Hídricos (6). Há ainda trabalhos das áreas de Agronomia, Engenharia Agrícola e Engenharia Hídrica, que não foram privilegiados em nosso levantamento. Todas essas dissertações e teses, por nós levantadas, foram produzidas em 25 instituições diferentes, com destaque para a Universidade Federal do Ceará (com 62 trabalhos – o que representa 49% do total) e a Universidade Estadual do Ceará (com 27 trabalhos, sendo 22 produzidos apenas no âmbito no Programa de Pós-Graduação em Geografia). Registra-se também trabalhos produzidos em cinco universidades estrangeiras.

Ao analisar o estudo de Cavalcante (2017), verificamos que cerca de um terço das pesquisas são da área de geografia (Tabela 1), sendo que apenas 3 utilizam os conceitos de camponês ou campesinato no título. Se considerar todos os trabalhos analisados, apenas 8, do total de 145, inserem os referidos termos. A importância do uso dos termos ou conceitos nos títulos reside no fato de que tal menção poderia indicar o uso do camponês ou campesinato como categoria analítica do estudo. Esse processo mostra que, apesar do número significativo de trabalhos desenvolvidos no Baixo Jaguaribe, a discussão sobre o campesinato ainda é incipiente, o que corrobora com a sua invisibilidade e a negação de sua existência como sujeitos sociais e políticos. Incluo nessa crítica meu próprio trabalho de dissertação, que não consta os conceitos de campesinato ou camponês no título, embora o conteúdo tenha contemplado.

É importante ressaltar que alguns desses trabalhos (pequena parcela) discutem a resistência e o modo de vida camponês, seus dilemas e problemáticas, mesmo sem o uso dos conceitos ou termos no título. Dos trabalhos concluídos no âmbito da geografia, apenas os trabalhos de Araújo (2016) e Cosme (2015) apresentam no título e discutem o campesinato como categoria analítica. Em relação às demais áreas, os trabalhos de Braga (2010), Silva (2014), dentre outros, apresentados no Quadro 2, mesmo não usando os conceitos no título, tratam da agricultura

camponesa. Por sua vez, nem todos fazem uma análise do campesinato relacionada com a questão agrária e com a totalidade.

Tabela 1 – Síntese do número de pesquisas sobre o Vale/Baixo Jaguaribe, em diferentes áreas de atuação, entre 1986-2016 (desenvolvidas e em desenvolvimento).

Nº total de pesquisas desenvolvidas (teses/dissertações)	Nº de pesquisas da área de geografia	Nº de pesquisas de geografia que utilizam os conceitos de <i>camponês</i> ou <i>campesinato</i> no título	Nº de pesquisas de outras áreas	Nº de pesquisas de outras áreas que utilizam os conceitos de <i>camponês</i> ou <i>campesinato</i> no título
125	34	2	91	5
Nº total de pesquisas em desenvolvimento (teses/dissertações)	Nº de pesquisas da área de geografia	Nº de pesquisas de geografia que utilizam os conceitos de <i>camponês</i> ou <i>campesinato</i> no título	Nº de pesquisas de outras áreas	Nº de pesquisas de outras áreas que utilizam os conceitos de <i>camponês</i> ou <i>campesinato</i> no título
20	4	1	16	0
TOTAL	145	3	107	5

Fonte: Cavalcante (2017); elaboração da autora.

Esses trabalhos mencionados, dentre outros concluídos ou em andamento sob a orientação dos professores Luiz Cruz Lima (UECE), José Levi Furtado Sampaio (UFC), Antônio Thomaz Júnior (UNESP), vêm contribuindo, direto ou indiretamente, para uma melhor compreensão e produção de conhecimento acerca do Baixo Jaguaribe. É relevante a compreensão do camponês como categoria analítica, mostrando suas lutas e contradições históricas, pela necessidade de desinvisibilizá-lo como classe social e sujeito político que a realidade, a história social incumbiu-se de não esconder

No Baixo Jaguaribe é importante ressaltar, ainda, a atuação de instituições de ensino pública vinculadas ao sistema educacional técnico e tecnológico, que não somente invisibilizam a agricultura camponesa, como defendem e reafirmam uma agricultura voltada aos parâmetros do agronegócio. Em Limoeiro do Norte o Instituto Centro de Ensino Tecnológico - CENTEC (principalmente através do curso tecnológico em Irrigação e Drenagem – superior) exerceu esse papel durante mais de 10 anos, sendo transferido para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFCE). No IFCE, de início, a defesa pelo agronegócio é verificada pela criação do curso superior tecnológico de “Agronegócio”, apesar de outros cursos também exercerem esse

papel, como era o caso do curso de “Irrigação e Drenagem”, transformado em “Engenharia Agrônômica”, mais recentemente.

Com poucas exceções, os professores e pesquisadores destas instituições dedicam-se a pesquisas de cunho neopositivistas, à luz da ideologia do “progresso”, reafirmando a defesa do modelo convencional da agricultura e negando o nexo causal entre agrotóxicos e seus impactos à saúde e ambiente. Esse processo pode ser verificado, dentre outros, no momento de transformação do curso de “Irrigação e Drenagem” em “Engenharia Agrônômica”, em que a única disciplina (agricultura orgânica) que questionava a agricultura do agronegócio foi transformada em optativa, por não ser considerada significativa, segundo a maioria dos professores. Um número irrisório de professores defendeu que o curso fosse transformado em “Agroecologia”, o que não ocorreu.

O curso de Saneamento Ambiental, entretanto, possui alguns trabalhos de pesquisas que revelam o contrário dessa postura, porém, esses professores muitas vezes são orientados a não apresentarem suas pesquisas em determinadas ocasiões, para não desagradar determinados empresários do agronegócio, frente a “parceria” histórica que a instituição mantém com os mesmos. Entretanto, é importante mencionar a atuação singular de alguns professores do curso de Saneamento, assim como de engenharia agrônômica, em trabalhos de extensão em conjunto com a Cáritas Diocesana de Limoeiro, com atividades voltadas à agricultura orgânica junto aos camponeses da Chapada do Apodi e outros territórios do Vale do Jaguaribe.

As empresas do agronegócio mantiveram, durante anos, “parceria” com essas instituições de ensino técnico e tecnológico como é o caso do Instituto CENTEC (organização social mantida, cerca de 90%, com recurso público, mediante contrato de gestão estabelecido com o Governo do Estado do Ceará), que ofertava prestação de serviços laboratoriais e mão de obra qualificada: técnicos e tecnólogos. A empresa como contrapartida, ofertava estágio supervisionado, que se tornava emprego, em alguns casos, embora alguns deles fora da área de formação, a exemplo da empresas agrícolas produtoras de banana na Chapada do Apodi¹¹.

Como mostrado em trabalho anterior (FREITAS, 2010), essa colaboração foi destaque inclusive nos meios de comunicação, enfatizando a participação do CENTEC no agronegócio: “CENTEC no Ceará põe tecnologia a serviço do negócio da irrigação”. O CENTEC recebeu no evento organizado pelo Instituto Frutal¹², o troféu “Mérito da Fruticultura Cearense”, categoria

¹¹ Os dados foram coletados durante minha passagem como técnica administrativa e, posteriormente como professora no curso de Saneamento Ambiental destas instituições, no período de 2000 a 2011.

¹² O Instituto de Desenvolvimento da Fruticultura e Agroindústria – FRUTAL possui pouco mais de 100 hectares dentro da área do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodí. É uma organização social, que tem como objetivo apoiar

Instituição, no ano de 2004. A mídia ressaltava a “parceria” que o CENTEC mantinha com o agronegócio.

Apesar do cenário desfavorável, os camponeses do Baixo Jaguaribe permanecem resistindo, mesmo com pouco auxílio do Estado. Contam, entretanto, com o apoio de movimentos sociais, sindicais, da Cáritas e de pesquisadores engajados, tanto da FAFIDAM/UECE como do TRAMAS/UFC, no âmbito das lutas coletivas na região, questão que será abordada ao final deste trabalho. As lutas e a insujeição camponesa tratam-se de uma questão histórica, daí a importância de serem visibilizados e analisados como categoria analítica, frente aos desafios, estratégias na busca por sobrevivência e o papel desempenhado no conjunto da sociedade.

3.2 Elementos conceituais e a histórica insujeição camponesa

Os camponeses não podem ser, de fato, compreendidos ou mesmo adequadamente descritos sem sua estrutura societária mais geral [...] O camponês deve ser compreendido, portanto, através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto internas quanto externas, isto é, suas específicas reações e interações com o contexto social mais amplo [...] (SHANIN, 1980, p. 44, 51-52).

De acordo com a análise de Shanin (1980), discutir o conceito de camponês trata-se de uma questão complexa, devendo ser analisado de forma específica, tomando como referência suas particularidades em diferentes escalas espaço-temporais, entretanto, levando em conta o contexto societal ao qual está inserido, do ponto de vista político, econômico e cultural. Essas questões alertam para a limitação do uso de generalizações para o entendimento do campesinato, embora seja possível encontrar características análogas do campesinato em diferentes lugares do mundo, a exemplo de sua organização política.

Shanin (2005) trata da definição do conceito de camponês, apresentando reflexões sobre o sentido desse conceito, alertando para o fato de que os camponeses diferem de uma sociedade em relação às demais ou mesmo dentro de uma mesma sociedade, referindo-se aos seus problemas de cunho geral e específicos. Enquanto processo, reflete a história social mais ampla.

produtores e instituições públicas e privadas, visando ao desenvolvimento científico e comercial da fruticultura, floricultura e agroindústria. O Instituto realiza, anualmente, a Semana Internacional de Fruticultura, Floricultura e Agroindústria no Ceará. Fonte: Disponível em: <www.frutal.org.br/instituto>. Acesso em: jan. 2010.

[...] O termo campesinato não implica a total semelhança dos camponeses em todo o mundo, e/ou sua existência fora do contexto de uma sociedade mais ampla não- apenas- camponesa e/ou extra-historicidade. Essas ideias são como espantalhos, coisas que as crianças se encantam derrubar. Os camponeses diferem necessariamente de uma sociedade para outra e, também, dentro de uma mesma sociedade; trata-se do problema de suas características gerais e específicas. Os camponeses necessariamente refletem, relacionam-se e interagem com não camponeses; trata-se da questão da autonomia parcial de seu ser social. O campesinato é um processo e necessariamente parte de uma história social mais ampla; trata-se da questão da extensão da especificidade dos padrões de seu desenvolvimento, das épocas significativas e das rupturas estratégicas que dizem respeito aos camponeses. O conceito de camponês é seletivo; a questão é o que podemos aprender valendo-nos apenas dele. Os camponeses são uma mistificação; o problema é quando o são, como e quando não o são. A simples questão “os camponeses existem?” Seria obviamente tola se colocada e reificada em seu conteúdo; não discutimos aqui a realidade imediata, mas uma generalização, ligada a um modelo conceitual – uma simplificação e uma formalização significativamente seletivas, com o propósito de uma melhor compreensão. Deveríamos, portanto, colocar a questão de outra maneira, perguntando que esclarecimentos pode-se ter pela utilização do conceito e quais são os obscurecimentos em tal teorização (SANHIN, 2005, p. 18)

Considerando, inicialmente, as características mais gerais, Shanin (1976, p. 8), delimita o campesinato como uma entidade social que apresenta quatro faces essenciais e interrelacionados: a) a exploração agrícola familiar como uma unidade básica multifuncional de organização social; b) o cultivo da terra e a criação como principais meios de vida; c) uma cultura tradicional específica, intimamente ligada a forma de vida de pequenas comunidades rurais; e, é) a subordinação em direção de poderosos agentes externos.

En estilo telegráfico delimitaremos el campesinato como una entidad social con cuatro facetas esenciales e inter-relacionadas: la explotación agrícola familiar como unidad básica multifuncional de organización social, la labranza de la tierra y la cria de ganado como el principal medio de vida, una cultura tradicional específica, íntimamente ligada a la forma de vida de pequeñas comunidades rurales y la subordinación e la dirección de poderosos agentes externos [...] Así, la tiología analítica puede utilizarse como pauta para definir al campesinato como un proceso, como una entidad histórica dentro del marco más amplio de la sociedad aunque con estructura, consistencia y momentos propios: emergiendo, representando en cierto estadio el modo predominante de organización social, desintegrando-se y volviendo a emerger en algunos momentos [...] (SHANIN, 1976, p. 8-9)

Shanin (2005) esclarece, ainda, a incontestável heterogeneidade dos camponeses, sendo possível sua apreensão de forma mais específica, apenas do ponto de vista analítico, dentro de um contexto específico, semelhante ao tratamento que resguarda os fenômenos sociais diversos. De modo geral, a relevância do conceito do campesinato, segundo esse autor, reside na forma como o mesmo contribui para o conhecimento das sociedades, embora muitas vezes tenha sido usado como mistificação.

A heterogeneidade dos camponeses é indubitável. Os camponeses não podem ser, de fato, compreendidos ou mesmo adequadamente descritos sem sua estrutura societária mais geral; e o mesmo é válido para o contexto histórico (na realidade, apenas analiticamente é possível dividir “o diacrônico” e “o sincrônico” nos fenômenos sociais). Enfim, o termo “camponês” pode ser usado, e tem sido usado, como mistificação. Entretanto, dizer tudo isso é apenas limpar o terreno para a discussão das questões centrais que estão em jogo aqui. O que está em pauta é a maneira como esse conceito opera no processo de conhecimento das sociedades. A “definição de camponês” só pode ser entendida dentro desse contexto (p. 2).

Desse modo, Shanin (1980, p. 50), reafirma os elementos básicos do campesinato: a) propriedade rural familiar como a unidade básica da organização econômica e social; b) a agricultura como a principal fonte de sobrevivência; c) a vida em aldeia e a cultura específica das pequenas comunidades rurais; d) a situação de oprimida, isto é, a dominação e exploração dos camponeses por poderosas forças externas. Além disso, acrescenta novas questões, ressaltando sua interdependência e interações:

A especificidade do camponês reflete a interdependência entre os elementos básicos mencionados e não pode ser pura e simplesmente reduzida a qualquer um deles. Ao mesmo tempo o cerne de suas características determinantes parece repousar na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social. Consequentemente, a própria existência do camponês, como uma entidade social específica, depende da presença de estabelecimentos rurais familiares como a unidade básica da economia e da sociedade. O camponês deve ser compreendido, portanto, através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto internas quanto externas, isto é, suas específicas reações e interações com o contexto social mais amplo [...] (SHANIN, 1980, p. 51-52).

O campesinato é, nesse sentido, uma classe que com pouco ou quase inexistente auxílio do Estado resiste e luta pela terra e demais condições que lhe permitam a reprodução social, subordinando-se ao capital, sem com isso tornar-se proletariado. Proletariza-se em alguns momentos, parcial ou integralmente, em alguns casos de forma temporária. As diversas faces do campesinato materializam sua existência e permanência no campo, que devem ser analisadas de forma ampla no âmbito das sociedades, sejam capitalistas ou socialistas, frente à penetração do processo de modernização em ambas as situações, demonstrando que “en la mayoría de las experiencias conocidas, los pobres soportan la carga más pesada de la modernización, tanto bajo los auspicios socialistas como capitalistas [...]” (SHANIN, 1976, p. 77).

No caso do Brasil, Marques (2008) discute os contextos aos quais o uso do conceito de camponês sofreu mudanças nas ciências sociais após os anos 1970, diante da implantação de políticas modernizantes e da desarticulação de movimentos sociais, sendo incorporado outros conceitos como “pequena produção” e “agricultor familiar”, em detrimento do conceito camponês

e da relação com a questão agrária. A autora mostra, no entanto, que desde meados dos anos 1990, o conceito de camponês ressurgiu, como reflexo da crítica ao modelo de agricultura industrial capitalista, frente aos impactos à natureza e ao caráter de espoliação.

Porém, na década de 1970, o conceito de pequena produção passa a ser usado pelas ciências sociais como alternativa ao de camponês por apresentar caráter operacional e por, supostamente, melhor representar a realidade de um campo submetido pelo Estado à desarticulação de seus movimentos sociais e a um conjunto de políticas de cunho modernizante [...] No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, cresce a complexidade da problemática agrária em decorrência das mudanças verificadas no campo e novos movimentos sociais entram em cena como o dos atingidos por barragem, dos seringueiros, dos trabalhadores rurais sem terra etc. Observa-se nas ciências sociais uma preferência pelo emprego de categorias descritivas, ou categorias empíricas, como as de sem-terra, assentados, barrageiros em detrimento do uso de conceitos-síntese como o de camponês ou o de pequeno produtor. Na última década do século XX, o conceito de agricultura familiar é proposto por alguns autores como substituto para o de camponês enquanto conceito-síntese e aceito sem maiores reflexões por muitos, seja na academia, na burocracia do Estado, ou também entre os próprios agricultores, seus sindicatos e movimentos sociais. Contudo, curiosamente, desde meados dos anos 1990, a crescente crítica ao modelo de agricultura industrial capitalista e aos seus impactos negativos sobre a diversidade cultural e ambiental do planeta, além de seu caráter de espoliação, tem dado lugar ao ressurgimento do campesinato como identidade política. Neste cenário, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) passa a se auto-definir como um movimento camponês, filiando-se à Via Campesina, organização internacional que congrega camponeses de várias partes do mundo, e contribuindo ativamente para as ações que esta realiza no Brasil (p. 60-61).

No caso do Nordeste brasileiro, essas políticas modernizantes têm objetivado a substituição conceitual e também empírica do “camponês” pelo “pequeno produtor” ou “agricultor familiar”. No caso do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi ocorreu a tentativa de transformar os camponeses (posseiros) em pequenos e médios produtores capitalistas, bem como o interesse de substituir a cultura camponesa por parâmetros completamente mercantis, diferente dos seus modos de vida (FREITAS, 2010). Essas questões estão presentes nos objetivos do projeto, na fase de implantação (1989)¹³:

- a) garantir maior coeficiente de uso produtivo da terra (hoje o coeficiente é 0,08; passará pelo menos para 2,0 nas áreas irrigadas);
- b) modernizar a economia; capitalizá-la, tecnificá-la; dar-lhe estrutura de mercado (os parceiros, os “moradores”, os agregados se transformam em pequenos proprietários territoriais, e se desenvolvem relações capitalistas nas áreas de influência do

¹³ De acordo com informações extraídas do acervo do DNOCS, intitulado *Projeto Aproveitamento Hidroagrícola Jaguaribe Apodi*, onde são apresentados dados técnicos e operacionais da implantação do Projeto Piloto e da 1ª etapa, bem como, elenca as repercussões sociais e econômicas do projeto. Esses estudos estavam ligados ao Programa de Irrigação do Nordeste – PROINE, realizados em 1986, sob o comando do Ministério da Agricultura e do Departamento Nacional de Obras e Saneamento – DNOS.

projeto, inclusive o pagamento de salários aos trabalhos eventuais; sair da economia de caatinga, do bode, de plantios precários de milho, algodão ou mandioca, do círculo fechado do autoconsumo, e entrar na agricultura de produtos nobres e de circuito de mercado);

- c) efeitos fiscais (transformada em economia de mercado, ela passa a ser uma economia “contribuinte”);
- d) efeitos “polarização” (novas dinâmicas da economia; novas atividades de comércio, transporte, serviços diversos, bancos etc; a produção primária de perímetro permite a autossustentação operacional de agroindústrias, sobretudo no ramo de alimentos; transmissão gradual, consciente (mas também inconsciente), de novas tecnologias agrícolas à periferia);
- e) ruptura nos padrões culturais tradicionais (a tudo isso corresponde, obviamente, uma ascensão nos padrões culturais dos irrigantes, como “força produtiva” – novas tecnologias, nova organização produtiva, novas relações de trabalho etc. e, como participantes da sociedade, novos papéis de “participação”).

Após as últimas décadas do século XX e o início do século XXI o Estado brasileiro apoiou o agronegócio como agricultura predominante, direcionando-a, principalmente, à produção de *commodities*, refletindo negativamente nas políticas direcionadas ao campesinato, voltadas à produção de alimentos para consumo interno. Esse processo tem uma relação concreta com as mudanças nas políticas direcionadas ao campo, como é o caso da Política Nacional de Irrigação, assim como reflete à continuidade de um processo histórico de negação de direitos aos camponesas, entretanto, também de lutas e insujeição.

No Brasil, apesar da origem do conceito de camponês ter uma relação histórica com a realidade europeia, a sua formação, entretanto, remete-se à relação periférica no contexto da expansão do capitalismo, processo que tem acarretado em condições precárias de acesso a terra, em geral, por meio da posse e à margem do latifúndio (MARQUES, 2000; 2008). Somente após os anos de 1950 o camponês assume uma identidade política no âmbito nacional, embora resguardando características próprias nos diferentes espaços brasileiros (MARTINS, 1981).

A formação do campesinato brasileiro está relacionada com uma existência dependente como agregado no interior das grandes fazendas e como posseiro ou sitiante, ocupando pequenas áreas em terras marginais, tanto do ponto de vista econômico como espacial. Nesta fase, a base da economia empregava o trabalho escravo, cabendo ao campesinato a produção de gêneros alimentícios de consumo interno. Somente com a crise do trabalho escravo e a necessidade de se assegurar uma oferta de mão-de-obra livre, é que foi promulgada a Lei de Terras em 1850, proibindo a aquisição de terras devolutas por outro

meio que não a compra. São, assim, redefinidas as condições de existência do campesinato, que, a partir daí fica impedido formalmente de se estabelecer na terra por meio da posse. Inaugura-se o conflito entre a territorialidade camponesa e a territorialidade capitalista (MARQUES, 2000, p. 11-12).

Segundo Oliveira e Stedile (2005, p. 10), no Nordeste o campesinato formou-se tendo como origem os “trabalhadores agrícolas de origem mestiça, que não podiam ser escravizados, mas que não tinham direito à terra. Eles iam se embrenhando pelo sertão adentro, em busca de terras públicas nas quais pudessem cultivar e sobreviver com suas famílias[...]”. Ressaltando que tal “miscigenação” incluiu os povos originários (indígenas) de forma forçada, por meio de violência cometida pelos colonizadores que adentraram no sertão (PINHEIRO, 2008).

Apesar de toda violência e negação de direitos, ao longo dos anos o campesinato permaneceu no Brasil, como tem mostrado a concretude histórica de sua insujeição, revelada pelas guerras, revoltas e lutas históricas por terra e território e por reforma agrária, mais recentemente. Além disso, como mostrou Martins (1981), os camponeses sempre estiveram um passo à frente dos partidos políticos no país, pelo caráter emancipatório de suas lutas.

No Brasil, de primeiro momento, esse processo de insujeição ocorreu contra a dominação pessoal de fazendeiros e “coronéis”, em seguida, contra os processos de “expropriação” e exploração geridos pelos latifundiários e grileiros (MARTINS, 1986), recentemente, denominados de agronegócio, uma cara nova com as velhas estratégias de concentração da propriedade privada da terra, dentre outras, fortemente incentivadas pela política econômica do Estado.

Os termos “camponês” e “campesinato” são palavras recentes no Brasil, “chegadas pelo caminho da importação política” e introduzidas pela esquerda, em meados do século XX, que tentavam dar conta das lutas dos trabalhadores do campo em diversos pontos do país (MARTINS, 1986, p. 21). Anterior a esse período, aos camponeses era atribuído diversas denominações como caipira, caiçara, tabaréu, caboclo etc, conforme descreveu Martins (1986):

[...] Antes disso, um trabalhador parecido, que na Europa e em outras países da América Latina é classificado como camponês, tinha aqui denominações próprias, específicas até em cada região. Famoso tornou-se o *caipira*, palavra provavelmente de origem indígena, usada para designar o camponês das regiões de São Paulo, Minas Gerais, de Goiás, do Paraná, do Mato Grosso do Sul. No litoral paulista, esse mesmo trabalhador é denominado de *caiçara*. No Nordeste do país, chamam-no de tabaréu. Noutras partes é conhecido como *caboclo*, palavra muito difundida que quer dizer diferentes coisas em diferentes épocas e em diferentes lugares: em São Paulo do século XVII era designação depreciativa pela qual se nomeavam os mestiços de índios e brancos; o Norte e no Centro-Oeste do país é palavra empregada para distinguir o pagão do cristo, sendo nome que se dá ao

índio, mesmo em contato com o branco; em várias regiões é palavra que designa o homem do campo, o trabalhador (p. 21-22).

As denominações dos camponeses foram utilizadas, historicamente, com duplicidade e de forma pejorativa, em geral, referindo-se “aos que vem de longe, no campo, fora das povoações e das cidades, e que, por isso, são também “rústicos”, “atrasados”, ou então, “ingênuos”, inacessíveis, além do sentido de “tolo”, de “tonto”. Segundo Martins (1986, p. 22), além desses elementos, aos camponeses também imputaram o termo “preguiçoso”, que não gosta de trabalho, semelhante ao ocorrido com as populações originárias (indígenas). Esses termos depreciativos aos poucos foram se tornando inúteis, enquanto a palavra *camponês* foi ganhando força e tendo um caráter político mais expressivo. Passou-se a considerá-lo como sujeito, como uma classe social que luta por seus direitos. Esses elementos revelaram, “um crescimento das lutas camponesas e à entrada da situação do campesinato no debate político nacional” (MARTINS, 1986, p 22).

O referido autor mostra que análogo aos camponeses, os *latifundiários* também tinham denominações diferenciadas, conforme a região e atividade. Eram chamados de *estancieiros* no Sul; de *fazendeiros* em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais; *senhores de engenho* no Nordeste e de *seringalistas* no Norte. Sua denominação foi alterada no contexto da questão da luta de classes, isto é, passando a serem chamados de *latifúndiários*, vinculando-se, sobretudo, à concentração da propriedade privada da terra e sua improdutividade. De acordo com Martins (1986, p 22-23):

Essas novas palavras – camponês e latifundiário – são palavras políticas que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico.

Ambas as palavras representam essa luta política, envolvendo a luta de classes, o *campesinato* em oposição aos *latifundiários*, este último, nos dias atuais, denominado de *agronegócio*, que embora apareça com novos elementos, possui práticas semelhantes aos antigos latifundiários, como é o caso da concentração da renda da terra, trabalho degradante, inclusive análogo à escravidão, diferentes formas de sujeição da renda da terra camponesa etc. Esses mecanismos do agronegócio-latifundiários, com o intuito de subjugar o fruto do trabalho, tem no

Estado a garantia histórica de uma política econômica voltada aos seus interesses, gerando diversos conflitos, expulsão camponesa e a violência no campo, como tem sido mostrado nos relatórios da violência do campo pela CPT, ao longo dos anos. O campesinato, por sua vez, recria-se em outros espaços, na maioria das vezes como posseiros, em condições extremamente precária de reprodução.

Considerando os diversos movimentos, revoltas e guerras ocorridas no Brasil, já mencionadas, uma dessas lutas marcantes na história do campesinato refere-se ao caso das Ligas Camponesas, irrompendo em vários pontos do país, após meados do século XX. De acordo com Josué de Castro (2000, p.67), o objetivo inicial das Ligas Camponesas fora o de “defender o interesse dos mortos e não os dos vivos. Os interesses dos mortos de fome e de miséria”[...]. Suas reivindicações, de início, se restringiam ao direito de os camponeses terem “sete palmos de terra” onde pudessem ser sepultados com caixão de sua propriedade. A luta expandiu-se pela reforma agrária e ganhou novas feições, sobretudo, após as décadas de 1960. Houve, na época, uma disputa entre o PCB e a Igreja pela hegemonia de sua organização. Em seguida, “da aliança tácita entre os católicos e comunistas, excluídas as Ligas, surgiu o mais importante resultado político desse período, para o campesinato – a CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, e a estrutura sindical que lhe corresponde” (MARTINS, 1986, p. 10).

Após esse período, as políticas de “modernização” do Estado, direcionadas também às regiões Norte e Nordeste, atingiram os camponeses em todos os cantos do país, ligadas a terra por várias gerações, tornando-os repentinamente ameaçados ou expulsos, submetidos a toda sorte de violências (MARTINS, 1986, p.11). A multiplicação dos conflitos pela terra revelou outros protagonistas, de modo que embora o camponês posseiro tivesse se tornado o principal deles, não se referia ao único, demonstrando, assim uma diferenciação da própria base social em luta por reforma agrária.

Apesar da expressividade das lutas e da insujeição dos camponeses, estas foram negadas e consideradas muitas vezes como um “erro histórico” por aqueles que não reconhecem seu papel e permanência no campo. Isso se deve, em alguns casos, à *visão social de mundo* de que é preciso aumentar a classe operária no campo e na cidade. Dessa forma, com a completa expropriação do trabalhador, tornando-se em assalariado, este se tornaria antagônico com o capital surgindo, assim, a possibilidade de transformação social. Esse processo seria impedido pelo camponês, que se negaria à expropriação (MARTINS, 1986, p. 13).

Essas questões, no entanto, revelam a falta de compreensão dos sujeitos camponeses. Estes ao se sentirem ameaçados à expulsão de sua terra, ao desenraizamento, vão lutar, se

constituem uma classe social na medida que o capital tenta arrancá-los do seu “chão”. Os camponeses cometem o que Martins (1980) denominou de “uma traição às leis do capital”, enquanto característica do seu papel histórico de insubmissão, ainda que esse processo não ocorra de forma generalizada. Essa questão é reforçada por Martins (1980), quando acentua que, no caso do Brasil, com a expansão do capital no campo, nem sempre ocorre o assalariamento.

O capital se expande no campo, expulsa, mas não proletariza necessariamente o trabalhador. É que uma parte dos expropriados ocupa novos territórios, reconquista autonomia do trabalho, pratica uma traição às leis do capital (p. 17).

Martins (1986) destaca, ainda, que essas questões devem ser analisadas do ponto de vista político, no âmbito da luta das classes sociais, daí a necessidade de uma resposta política e não meramente econômica ou teórica. Não se trataria apenas de um convencimento ao camponês de sua expropriação e transformação em proletariado, pois seria a forma profeticamente pensada por Marx a partir de alguns de seus seguidores, ao decidiram que a história (concreta) tinha de confirmar suas perspectivas de análises. Martins (1986, p. 13) esclarece:

Seria, entretanto, pura imbecilidade tentar convencer o camponês que está sendo despejado, cuja casa está sendo queimada pelo jagunço e pela polícia, que deve aceitar tal fato como uma contingência histórica, como ocorrência que é ruim pra ele, mas é boa para a humanidade (ou ao menos para os ideólogos e justificadores de tais violências e injustiças), pois é o que vai permitir o desenvolvimento do capital, daquele mesmo que o antagoniza patrocinando tais violências[...] Esse é um problema que precisa de resposta e resposta política. A questão é saber se a ação política e o sentido político das lutas sociais encontram sua importância histórica nas coisas como são ou nas coisas como deveriam ser, nos fatos concretos vividos pelo campesinato em suas relações visíveis e claras, e em suas ocultas, ou nas fantasias dos intelectuais pretensamente descomprometidos.

Há, nesse processo uma distorção teórica, segundo Martins (1986) que é a de considerar o desenvolvimento das forças produtivas como sinônimo de história, ponderando seu papel nas alterações das relações sociais. Segundo o autor, isso não significaria negar o papel crucial no processo histórico e no alcance das lutas políticas. Desse modo, defende que “a concepção de desenvolvimento com a qual Marx trabalhava não era a do desenvolvimento igual, e sim a do desenvolvimento desigual. É o que permite entender transformações sociais profundas em sociedades[...]” (MARTINS, 1986, p. 14).

É importante perceber, nesse sentido, que o lugar do campesinato é assegurado no Brasil, se tomarmos como referência sua história de lutas e in-sujeição. Assim, os camponeses cometem uma “traição ao capital” quando se nega a tornar-se assalariado (MARTINS, 1980). Ao

passo que o campesinato continua resistindo no campo brasileiro, sua renda tem sido apropriada pelo capital, que cria as estratégias para manter essa subordinação, a exemplo da sujeição pelo uso de agrotóxicos.

Outra análise importante sobre a concretude e in-sujeição camponesa refere-se ao estudo de Tavares dos Santos (1978), sobre colonos descendentes de italianos, do Rio Grande do Sul, mostrando os impasses de sua condição social e os empecilhos históricos à sua reprodução. O autor, entretanto, não concebia o camponês como *classe social*¹⁴, mas como a personificação do processo de trabalho camponês – como componente das classes subalternas da sociedade capitalista, unidas pela vivência comum da dominação pelo capital (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 3). Uma contribuição relevante de sua obra refere-se à forma com a qual delinea o estudo empírico em diálogo com a abordagem teórica e, sobretudo, pela caracterização dos elementos que constituem a produção camponesa no referido estudo, conforme detalhamento na sequência:

- a) a força de trabalho familiar;
- b) as práticas de ajuda mútua;
- c) o trabalho acessório do camponês;
- d) a força de trabalho assalariada (temporária);
- e) a socialização do camponês;
- f) a propriedade da terra;
- g) a propriedade dos meios de produção;
- h) a jornada de trabalho;
- i) a reprodução simples da produção camponesa.

Tavares dos Santos (1978) demonstra, ainda, as formas de subordinação do trabalho camponês ao capital, a partir das relações entre camponeses e indústria vinícola. Retrata o projeto camponês, apreendido pela autonomia do seu trabalho, concepção cíclica da existência, construção da utopia comunitária e a consciência política forjada nesse processo. Analisando esse estudo, nota-se a reafirmação, de modo contundente, da in-sujeição camponesa naquela fração de território.

¹⁴ “A tarefa será complexa na medida em que se descarta, desde logo a caracterização do camponês como uma classe social. O conceito rigoroso de classe social pressupõe uma apropriação do trabalho excedente, gerado por uma classe de produtores diretos, por outra classe de não-produtores, no próprio interior do processo de trabalho [...] No caso do camponês, a apropriação do trabalho excedente do produtor direto não se verifica no interior do processo de trabalho mas é realizada pelo capital, mediante um conjunto de determinações que subordinam o processo de trabalho camponês. Contudo, ainda que o capital domine e determine este processo e dele extraia continuamente o trabalho excedente, nem por isso o desestrutura” (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 2).

Esses elementos podem ser verificados em outros estudos que tratam das formas de reprodução da agricultura camponesa no Brasil. Um relevante trabalho trata-se da análise de Oliveira (1991), que reafirma o papel do campesinato brasileiro e sua permanência no campo. Além deste, outros estudos como os de Bombardi (2004; 2005) e Marques (2000; 2008) têm apontado reflexões críticas sobre a tentativa de substituição do conceito de *campesinato* por *agricultura familiar*, aprofundando o estudo do campesinato. Esses estudos apontam o campesinato como conceito-síntese ou categoria-analítica, em conjunto com seu par dialético, isto é, com o conceito de latifundiário ou agronegócio, ou seja, sobre sua indissociabilidade com a questão agrária.

Discutir o campesinato, portanto, não se trata de tarefa fácil. Segundo Shanin (1980), há razões para discutir o conceito de camponês, assim como há razões para deixar indefinida a palavra, assim, é válido fazer um teste do conceito ou voltar às suas raízes. Compreender o camponês e seu modo de vida e de produzir requer um olhar atento a suas manifestações. Somente dessa forma pode-se compreender essa classe e esses sujeitos sociais que permanecem no campo brasileiro.

3.3 A gênese dos camponeses e os elementos atuais da questão agrária do Baixo Jaguaribe

3.3.1 As origens dos camponeses do Baixo Jaguaribe

Os camponeses¹⁵ do Baixo Jaguaribe são descendentes de relações sociais conflituosas entre os invasores europeus e os povos originários (indígenas). Análogo à formação dos demais espaços brasileiros, trata-se de uma história marcada pela violência dos invasores (europeus) contra os povos originários, processo em que “índios foram dizimados e negros foram chacinados aos milhões” (RIBEIRO, 1995, p. 23). Parte dos elementos que caracterizam atualmente o campesinato conformou outrora o território dos povos originários, como a agricultura (o algodão, por exemplo), o artesanato, a culinária, dentre outros. É nesse contexto, após a re-ocupação do território, que a classe camponesa foi se constituindo, a partir de uma parcela de “pobre-livres” (PINHEIRO, 2008).

¹⁵ Os camponeses eram denominados no Nordeste de *sertanejos* conforme descreveu Darcy Ribeiro ou de *tabaréu*, como assinalou Martins (1995), referindo-se as origens do campesinato brasileiro. No Baixo Jaguaribe, os camponeses eram e ainda são denominados simplesmente de *agricultor* ou *pequeno agricultor (na agricultura de sequeiro), irrigante ou colono (em algumas áreas de perímetros irrigados)*. Nas áreas de assentamentos rurais de reforma agrária é que os termos camponês e campesinato aparecem de forma mais frequente. Já o *latifundiário* era denominado de *fazendeiro* ou *senhor dos carnaubais* e, mais recentemente, surgiu a figura do *agronegócio*.

O atual território do Vale do Jaguaribe, ao qual integra o Baixo Jaguaribe, foi o primeiro espaço cearense a ser efetivamente re-ocupado pelos dominadores europeus, no século XVII (LIMA, VASCONCELOS, FREITAS, 2011), constituindo-se, atualmente, uma das regiões de *planejamento* do Estado, ressaltando que “o planejamento num sistema capitalista não é mais que a forma de racionalização da reprodução ampliada do capital” (OLIVEIRA, 1981, p. 24). A expansão do capitalismo fez parte do pacote desde o momento inicial da re-ocupação, a partir das primeiras atividades desenvolvidas como a pecuária e a agricultura em atendimento às exigências imperiais da Colônia, ambas atividades tratadas como acessórias, em atendimento aos empresários açucareiros da Bahia e Pernambuco (PINHEIRO, 2008; FURTADO, 1963).

Como resultante, os conflitos e a luta pela terra configuram elementos centrais da história do Baixo Jaguaribe, conforme foi discutido em trabalho anterior (FREITAS, 2010), em que foram evidenciados os enfrentamentos indígenas em defesa dos seus territórios e as estratégias da Coroa para adentrar o Vale do Jaguaribe, com intuito de desenvolver atividades mercantis, na medida que dizimaram os povos originários (indígenas).

Com a reocupação do Ceará (século XVII) pelos invasores e dominadores europeus, o espaço do Baixo Jaguaribe foi sendo produzido para atender, sobretudo, os interesses da elite imperial, em detrimento do território indígena. Esses (dominadores) migravam com intuito de descobrir riquezas, e, quando as encontravam, usavam da barbárie para se apossarem dos territórios. À medida que os colonizadores foram desconstruindo o *território* indígena, recriaram outro *território*: o dos fazendeiros (criadores de gado, proprietários e escravistas); dos escravos (origem indígena e africana); e dos despossuídos (pobres livres) (FREITAS, 2010, p. 37)

A dominação do Vale do Jaguaribe foi iniciada com a sesmaria doada em 1681 a Manoel de Abreu Soares e seus 14 companheiros, fato este que constituiu o marco da re-ocupação da região do Baixo Jaguaribe. Os “homens do Rio Grande do Norte” receberam as sesmarias por terem combatido os índios na denominada “Guerra dos Bárbaros” (PINHEIRO, 2008; LIMA, 1997). Por terem forte identidade com seus territórios, os índios lutaram bravamente em sua defesa, como foi o caso dos Paiacus, da aldeia Genipapoassu, localizados na ribeira do Jaguaribe (FREITAS, 2010).

A dominação efetivou-se após estratégias utilizadas pelos invasores como uma emboscada armada, ocorrida em 4 agosto de 1699, pela expedição do bandeirante Manuel Álvaro de Moraes Navarro, empenhado em demonstrar ao Governador Geral a tomada do território e manter-se no Assu, Rio Grande do Norte (FREITAS, 2010). A narrativa da violência coaduna com o que foi mostrado por Ribeiro (1995, p. 23), ao tratar da formação do povo brasileiro, mostrando

que “ao contrário do que alega a historiografia oficial, nunca faltou, aqui, até excedeu, o apelo à violência pela classe dominante como arma fundamental da construção da história”. Nesse sentido, Manuel Navarro menciona a forma perversa, realizando um verdadeiro massacre¹⁶, por ele mesmo descrito:

Preparei a infantaria em boa ordem, em título de a ver tocando-lhe caixa dizendo-lhe ser festejo. Tinham a eles ordenado que estivesse o principal junto a mim e quando a dança viesse para minha parte viria o Irmão com escolta abraçar-me e ao tempo do abraço investiriam os da dança, com ordem que só a mim me deixassem vivo [...]. Pus-lhe um dos nossos Tapuias a diverti-lo, ordenando-lhe que ao mesmo tempo parasse a caixa, que era a senha que estava dada à infantaria para dar carga e o pegasse. Veio o Irmão, com a sua vinda diante de todos sem arma, e eu assim que vi que era tempo mandei parar a caixa e lhe fazer tiro, do qual caiu morto e ao mesmo tempo o Tapuia a quem tinha entregue o principal lhe quebrou a cabeça [...]. Matara-lhe perto de 400 homens e tomara-lhe mais de 250 prisioneiros em troca da perda de dois homens, mortos, mas de muitos feridos [...]¹⁷

A violência e luta pela terra foram definidoras para a constituição da estrutura fundiária, delineada com a doação das cartas de sesmarias, que se configurava prêmio por terem dizimado os indígenas, considerado à época pelos dominadores de “limpado a terra” para torná-la “economicamente produtiva” (PINHEIRO, 2008). Conforme a legislação portuguesa, “o sesmeiro, ao solicitar a terra, obrigava-se a torná-la produtiva em cinco anos e, caso não produzisse, a doação não seria efetivada, no entanto, podia ser requerida novamente” (PINHEIRO, 2008, p. 25).

A Lei de Sesmaria, de 26 de junho de 1375, significou o primeiro momento da negação do acesso a terra por parte dos camponeses no Brasil¹⁸. A mesma obrigava a prática da lavoura e o semeio da terra pelos proprietários, arrendatários, foreiros e outros, dando outras providências. Nesse sentido, garantia apenas o direito de uso da terra conjugada ao dever de torná-la produtiva, sofrendo algumas alterações pelas ordenações Afonsinas (1446), Manuelinas (1521) e Filipinas (1603) (NOZOE, 2005).

¹⁶ “As violências não ficavam restritas à usurpação das terras, mas contra o próprio modo de vida desses povos, furtando suas mulheres, desagregando os grupos tribais e submetendo-os ao trabalho forçado”. (PINHEIRO, 2008, p. 29).

¹⁷ De acordo com reportagem “Holandeses e índios no Rio Grande do Norte”, publicado no DIÁRIO do Rio Grande do Norte, por Itamar de Souza, em 01 de junho de 1999, Natal-RN. (p. 30-58). A reportagem baseia-se principalmente, na bibliografia TAUNAY, Affonso de E. *A Guerra dos Bárbaros*. 2 ed. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 1995.

¹⁸ A Lei de Terras, nº 601, de 18 de setembro de 1850, representa o segundo momento desse processo, dispondo sobre as terras devolutas do Império, onde a obtenção de terra somente podia ser efetivada por compra e venda. Em seguida, o Estatuto da Terra, através da Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964 assegurando a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, o que deveria assegurar, nos dias atuais, a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, conforme está previsto nos Artigos 184 e 186 da Constituição Federal (1988), entretanto, o Estado continua priorizando a grande propriedade provada da terra.

No caso do Vale do Jaguaribe, a sesmaria foi dividida em 15 datas (Figura 1), “cada uma com duas léguas ao longo do rio Jaguaribe” (LIMA, 1997, p. 110). De acordo com esse autor, “os núcleos de povoamento intensificaram-se de légua em légua, com a ocupação das terras marginais de dezenas de afluentes do Jaguaribe, onde vão sendo implantados os currais de gado”. A partir desse momento, as fazendas foram se disseminando e, posteriormente, transformando-se em vilas, distritos e cidades (FREITAS, 2010).

Dessa forma, apesar de algumas especificidades diferenciadas, os fazendeiros deram continuidade às práticas dos sesmeiros, se apropriando da renda dos camponeses parceiros etc, análogo ao que Euclides da Cunha, em “Os sertões”, denominou de “servidão inconsciente” referindo-se a alguns sertões brasileiros, embora no Brasil não estivéssemos vivendo um regime de servidão semelhante ao europeu, mas a expansão do capitalismo dentro da lógica do “desenvolvimento desigual e combinado”, na qual o Brasil passou a ocupar o papel de periferia, no contexto das contradições econômicas e sociais da expansão mundial do capitalismo.

O fazendeiro dos sertões vive no litoral, longe dos dilatados domínios que nunca viu, às vezes. Herdaram velho vício histórico. Como os opulentos sesmeiros da colônia, usufruem, parasitariamente, as rendas das suas terras, sem divisas fixas. Os vaqueiros são-lhes servos submissos. Graças a um contrato pelo qual percebem certa percentagem dos produtos, ali ficam, anônimos — nascendo, vivendo e morrendo na mesma quadra de terra — perdidos nos arrastadores e mocambos; e cuidando, avida inteira, fielmente, dos rebanhos que lhes não pertencem. O verdadeiro dono, ausente, conhece-lhes a fidelidade sem par. Não os fiscaliza. Sabe-lhes, quando muito, os nomes. Envolto, então, no traje característico, os sertanejos encourados erguem a choupana de pau-a-pique à borda das cacimbas, rapidamente, como se armassem tendas; e entregam-se, abnegados, à servidão que não avaliam. A primeira coisa que fazem é aprender o *a b c* e, afinal, toda a exigência da arte em que são eméritos: conhecer os “ferros” das suas fazendas e os das circunvizinhas. Chamam-se assim os sinais de todos os feitos, ou letras, ou desenhos caprichosos como siglas, impressos, por tatuagem a fogo, nas ancas do animal, completados pelos cortes, em pequenos ângulos, nas orelhas. Ferrado o boi, está garantido. Pode romper tranqueiras e tresmalhar-se. Leva, indelével, a indicação que o reporá na “solta” primitiva. Porque o vaqueiro não se contentando com ter de cor os ferros de sua fazenda, aprende os das demais. Chega, às vezes por extraordinário esforço de memória, a conhecer, uma por uma, não só as reses de que cuida, como as dos vizinhos, incluindo-lhes a genealogia e hábitos característicos, e os nomes, e as idades etc. Deste modo, quando surge no seu logradouro um animal alheio, cuja marca conhece, o restitui de pronto. No caso contrário, conserva o intruso, tratando-o como aos demais. Mas não o leva à feira anual, nem o aplica em trabalho algum; deixa-o morrer de velho. Não lhe pertence. Se é uma vaca e dá cria, ferra a esta com o mesmo sinal desconhecido, que reproduz com perfeição admirável; e assim pratica com toda a descendência daquela. De quatro em quatro bezerros, porém, separa um, para si. É a sua paga. Estabelece com o patrão desconhecido o mesmo convênio que tem com o outro. E cumpre estritamente, sem juízes e sem testemunhas, o estranho contrato, que ninguém escreveu ou sugeriu [...] (CUNHA, s/d, p. 109-110).

Figura 1 – O Vale do Jaguaribe e a divisão das sesmarias da Ribeira do Jaguaribe (séc. XVII)

Fonte: Lima (1997); Costa (2009); organizado pela autora.

Euclides da Cunha apresenta uma narrativa da obtenção da renda pelos proprietários de terra que mesmo sem qualquer trabalho exercido pelos os mesmos, se apropriavam da renda da terra, a partir da exploração que exercia sobre o trabalho do vaqueiro. Com alguns traços semelhantes, os camponeses do Nordeste vivenciaram diversas formas de subordinação oriundas das ações dos proprietários de terras (fazendeiros) ao longo dos séculos, utilizando a dominação das terras como forma de apropriação do trabalho de *outrem*.

Ao discutir o processo de formação social do Ceará, Pinheiro (2008, p. 351) destaca o papel da pecuária e agricultura como atividades predominantes, constituídas a partir da dominação da terra pelos grandes proprietários, destacando o lugar da agricultura de base familiar considerada secundária, à época:

Essa formação social que começou a se constituir em fins do século XVII estava consolidada na segunda metade do século XVIII. E o traço diferencial principal era ser pecuarista, de modo geral, grande proprietário de terras e de escravos; **de outro estavam os pobre-livres exercendo como atividade principal a agricultura, com trabalho familiar**, sem o concurso do trabalho escravo, acessando a terra de forma subordinada aos proprietários na condição de morador ou pequeno arrendatário (destaque nosso).

A agricultura camponesa produzia inicialmente o alimento para autoconsumo, não significando que se tratavam de proprietários de terras, já que um número significativo dos camponeses era despossuído ou “pobre-livres”, no dizer de Pinheiro (2008), embora, com o passar do tempo a posse das terras por parte dos camponeses tenha ampliado. De início os camponeses tornaram-se “moradores” dos grandes proprietários fazendeiros, na condição de meeiros, rendeiros etc, tendo que dividir sua produção com os mesmos, que subordinavam sua renda da terra, conforme entrevistas realizadas com “velhos camponeses” do Baixo Jaguaribe.

A pecuária, nesse sentido, constituiu-se a principal atividade mercantil dos fazendeiros, após a re-ocupação cearense, tendo o papel de abastecer a Bahia e Pernambuco, dentre outros. Desse modo, ao passo que ampliava a economia açucareira nordestina, expandia-se a demanda da pecuária (gado) para alimentar a população litorânea e servir de transporte do açúcar (MEDEIROS FILHO e SOUSA, 1988). O Vale do Jaguaribe, como a primeira a ser re-ocupada, tornou-se também uma das mais expressivas, sobretudo em relação à agropecuária à época, embora com destaque para a pecuária, ficando a agricultura em segundo plano (PINHEIRO, 2008).

A igreja católica teve um papel central no desenvolvimento do Vale do Jaguaribe, inicialmente, com a catequização dos povos originários, posteriormente, com o trabalho de formação nas comunidades rurais, traços ainda presentes, ora reafirmando processos mais conservadores, ora mais progressistas. No caso da área de estudo, esse segundo processo

prevalece, de modo que algumas entidades da igreja desempenham papel importante junto as resistências das comunidades camponesas. A marca do poder religioso é encontrada também nas cidades cearenses com a presença das capelas e igrejas nos centros dos municípios.

Nesse sentido, Chaves (2002), ao apresentar a narrativa de velhos e velhas camponesas do Baixo Jaguaribe, aponta dois elementos principais que estão presentes nas experiências dos camponeses, de grande significado em suas vidas: a religião e a natureza. Essas questões estão presentes no cotidiano dos camponeses da região, pois, ao dependerem das chuvas, recorrem aos sinais da natureza, bem como a crenças religiosas do catolicismo, como forma de obter um bom inverno. De acordo com Chaves (2002, p. 46-47):

De maneira geral, dois elementos de referência marcam o cotidiano dos camponeses: o ciclo da natureza, com a sucessão das estações do ano, e o ciclo das comemorações litúrgicas do catolicismo [...] Desta forma, os camponeses, por serem profundamente influenciados pelo catolicismo, têm em algumas datas comemorativas aos santos uma referência para observarem o comportamento do clima no dia reservado àquele santo, fazendo, assim, suas “experiências” para os meses de inverno [...] A partir do mês de dezembro os camponeses começam a fazer as suas “experiências” com vistas a saber se choverá ou não no ano vindouro. A treze de dezembro faz-se a experiência de Santa Luzia, a qual tem como principal referente a observação de algumas pedrinhas de sal.

A rigor, quando o inverno começa escasso, os camponeses apelam para o dia 19 de março, dia de São José e data que marca a passagem do equinócio, no qual se deposita a última esperança de inverno. No entanto, diferentemente das “experiências” de Santa Luzia, as quais pouco nos informam a respeito dos conteúdos de fé ou de milagres que podem de uma forma ou de outra ser atribuídos à Santa, o dia de São José guarda significados mais precisos de renovação da fé dos camponeses. Cabe ressaltar, ainda, que as crenças em Santa Luzia e São José, entre outros, devem-se em grande parte à Igreja Católica na medida em que esta contribuiu para a fixação da ideia de que a seca representava um castigo dado por Deus, em virtude dos pecados humanos.

No decorrer dos anos a agricultura do Baixo Jaguaribe passou por diversas transformações. Após o século XVIII, o algodão tornou-se uma das principais atividades não somente nessa região, mas em todo Ceará. Esse fenômeno resultou da demanda dessa matéria-prima para atender a industrialização inglesa e não por conta da crise da pecuária gerado pelas secas, como mostrou parte de história oficial (GIRÃO, 1999). O Baixo Jaguaribe desenvolvia, à época, também a cera da carnaúba, tanto pelos camponeses (em conjunto com a agricultura para consumo) como pelos fazendeiros, denominados de “senhores dos carnaubais”.

A agricultura camponesa voltada à produção de alimentos foi se desenvolvendo no decorrer dos séculos como atividade acessória, considerada de forma secundária pelo Estado, já que não tinha o mesmo caráter fortemente mercantil que as demais atividades como a pecuária,

algodão ou mesmo a cera de carnaúba, processo que permanece nos dias atuais em relação à produção da fruticultura para exportação.

3.3.2 Elementos atuais da questão agrária do Baixo Jaguaribe.

A questão agrária refere-se ao conjunto de problemas e contradições que envolve o campo, a partir das relações sociais que a constroem. Nesse sentido, serão analisados alguns desses elementos referentes ao Baixo Jaguaribe acerca da estrutura fundiária, produção agrícola, áreas de assentamentos de reforma agrária e do avanço do agronegócio nas áreas de perímetros irrigados, processo que tem elevado a violência no campo e ampliado os conflitos territoriais no contexto das disputas entre os modelos de produção, de um lado, o agronegócio e, de outro, o campesinato.

A produção agrícola do Baixo Jaguaribe, atualmente, refere-se às culturas temporárias e permanentes como grãos, frutas e hortaliças (feijão, arroz, algodão, batata, jerimum, melancia, melão caetano, coco, banana, acerola, goiaba, limão, hortaliças como cebola, coentro, jerimum, tomate, pimentão, pimentinha etc). No caso das áreas de Perímetros, o arroz e algumas frutas como a banana produzidas pela agricultura camponesa, são destinadas, prioritariamente, ao mercado, pois essas culturas ofertam renda para a compra de outras necessidades básicas. As demais, em geral, são principalmente para o consumo das famílias. No caso do agronegócio, as frutas são voltadas para exportação e também para o mercado brasileiro.

Na agricultura camponesa, a produção ocorre com a participação da família (homem, mulher e filhos), de modo geral. As mulheres, além dos afazeres domésticos, praticam artesanatos, principalmente com palha da carnaúba, a produção de vassouras, chapéus, bolsas etc, que também contam com a participação dos homens. As mulheres produzem também utensílios domésticos como panelas de barro, colher de madeira e outros. Algumas delas participam apenas em alguns momentos da roça, como na fase da colheita, já outras participam de todas as etapas, como é o caso de mulheres que integram áreas de reforma agrária que são responsáveis pela área de produção ou participam da divisão de tarefas do Acampamento ou Assentamento. Nesses dois últimos casos, as mulheres participam dos processos de lutas, desde a ocupação, na construção do acampamento, na organicidade interna, na segurança, nos atos políticos etc.

Analisando os dados mais recentes disponibilizados pelo IPECE, referente ao ano de 2015, percebe-se a diversidade de culturas produzidas segundo os municípios, embora alguns deles apresentem produção de determinadas culturas com maior expressividade, a exemplo da banana e da rizicultura (Figuras 2, 3 e 4), a exemplo dos municípios que compreendem a área deste estudo.

Figura 2 – Produção de feijão, Ceará (2015)

Figura 3 – Produção de arroz, Ceará (2015)

Figura 4 – Produção de banana, Ceará (2015)

Fonte: IPECE (2015)

Esse cenário pode variar no decorrer dos anos, dependendo dos níveis de precipitações, já que uma parte significativa depende da agricultura de sequeiro, pois mesmo aquelas que produzem por meio de irrigação, via pequenos poços, têm sido atingidos pelas secas dos últimos anos, por conta da falta de gerenciamento e do uso desigual das águas ao longo dos anos, priorizada para atendimento do agronegócio.

No caso da banana a produção ocorre com maior volume nos municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré, devido ao Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, produzida tanto pelo agronegócio (em maior volume), como pelos camponeses. No caso do arroz, o município de Morada Nova é quem produz em maior quantidade, oriunda, principalmente da pequena produção do Perímetro Irrigado de Morada Nova. Já em relação à produção incipiente de feijão, deve-se, provavelmente, aos baixos índices de precipitações no estado, desde o ano de 2012. Somente no ano de 2017 houve possibilidade maior de plantio na quadra invernos, isto é, no primeiro semestre do ano.

Tomando como referência o município de Limoeiro do Norte, de acordo com os dados do IBGE, em relação à média de produção do ano de 2015, observamos que as lavouras permanentes mais produzidas para esse período foram banana, limão e mamão. Já as lavouras temporárias mais produzidas destacam-se: melão, melancia, feijão e milho, como pode ser verificado nas Tabelas 2 e 3 e nos Gráficos 1 e 2, na sequência. Analisando esses dados, podemos constatar a disparidade do valor da produção das culturas para o consumo interno (feijão, arroz etc), em relação às culturas para exportação, a fruticultura.

Esses elementos identificam a importância dos subsídios para agricultura camponesa, que, além de produzirem para o sustento das próprias famílias, abastecem o mercado interno, necessitando-se, assim, de renda para complementar as demais necessidades básicas da família. O que não infere em considerá-la como agricultura capitalista, visto que não tem como princípio a acumulação, elemento que pode ser comprovado pelo predomínio da produção de culturas para família e consumo interno, mesmo obtendo renda irrisória.

Daí a reclamação constante dos camponeses em relação à desvalorização de sua produção e insuficiente ajuda do Estado, conforme entrevista de campo, no ano de 2016, em Limoeiro do Norte: “não temos ajuda do Estado e, mesmo com toda dificuldade de produzir, ninguém valoriza nossa produção, agora quando falta o feijão a coisa muda. Quando temos o feijão aí não vale nada, mas quando não temos, o feijão aumenta um absurdo no mercantil”.

Tabela 2 - Produção agrícola municipal de Limoeiro do Norte - lavoura permanente (2015)

Cultura	Quantidade produzida (toneladas)	Valor da produção (milhões de reais)	Área plantada e colhida (hectares)	Rendimento médio (quilogramas por hectare)
Banana (cachó)	41.160	45.070	2.100	19.600
Castanha de caju	28	68	1.630	17
Coco-da-baía*	666	674	73	9.123
Goiaba	750	1.148	80	9.375
Laranja	5	10	2	2.500
Limão	1.560	1.264	260	6.000
Mamão	1.190	679	16	74.375
Manga	339	424	29	11.690
Uva	10	29	1	10.000
Total	45.708	49.366	4.191	-

*A quantidade refere-se a mil frutos e o rendimento a frutos por hectare.

Fonte: IGBE (2015); elaborado pela autora

Tabela 3 - Produção agrícola municipal de Limoeiro do Norte - lavoura temporária (2015)

Cultura	Quantidade produzida (toneladas)	Valor da produção (milhões de reais)	Área plantada e colhida (hectares)	Rendimento médio (quilogramas por hectare)
Arroz (em casca)	2.700	2.252	450	6.000
Feijão (em grão)	554	1.381	2.900	191
Mandioca	430	354	38	11.316
Melancia	2.700	2.435	80	33.750
Melão	6.000	9.540	154	38.961
Milho (em grão)	1.222	3.320	3.702	330
Tomate	198	314	10	19.800
Total	13.804	19.596	7334	-

Fonte: IGBE (2015); elaborado pela autora.

Gráfico 1 - Produção agrícola municipal de Limoeiro do Norte – lavoura permanente (2015)

Fonte: IGBE (2015); elaborado pela autora.

Gráfico 2 - Produção agrícola municipal de Limoeiro do Norte – lavoura temporária (2015)

Fonte: IGBE (2015); elaborado pela autora.

Já em relação à produção da fruticultura, a narrativa não é a mesma, os incentivos do Estado são reafirmadas pelo agronegócio. Em entrevista realizada com um técnico da empresa transnacional Del Monte Fresh Produce, no ano de 2009, ao ser questionado sobre o motivo de transferir a área de produção do Rio Grande do Norte para a Chapada do Apodi, no Ceará, o mesmo foi enfático em afirmar: “o solo a gente cria [...] viemos pra cá porque o Ceará é fantástico em termos de incentivo”. Vale ressaltar que, após 10 anos de atuação, exatamente o período de duração de alguns incentivos, a empresa cessou a maior parte de sua produção na Chapada, gerando desemprego em massa, alegando queda de preços do melão no mercado externo, pragas resistentes no abacaxi, dentre outros. Apesar de cessar a produção, continuando obtendo renda da terra, com o mercado de terras (MARTINS, 1981), bem como arrenda sua área para outras empresas nacionais etc, favorecendo a ampliação da concentração de terras no Baixo Jaguaribe.

Em relação à estrutura fundiária do Baixo Jaguaribe, o estudo realizado por Alves (2012), com base em análise do Censo Agropecuário (2006), identifica tal concentração de terras. Esse estudo (que incorpora também o litoral de Aracati, isto é, os municípios de Fortim, Icapuí e Aracati), mostra que os estabelecimentos *familiares* correspondem a 89,64%, distribuídos nas modalidades *Proprietário* (55,76%), *Assentado sem titulação definitiva* (6,65%), *Arrendatário* (4,41%), *Ocupante* (8,29%) e *Produtor sem área* (9,6%). Tais estabelecimentos ocupam 42,55% da área, sendo a categoria *Proprietário* aquela que apresenta maior concentração de área entre os agricultores familiares, 34,49%. O município de Quixeré apresenta o maior número de estabelecimentos familiares, correspondente a 93,48% do total, nesse período.

Segundo Alves (2012), foram quantificados 22.473 imóveis rurais, os quais ocupam área de aproximadamente 491 mil hectares. As propriedades com 500 hectares ou mais representam 1%. Por outro lado, 51,5% dos imóveis que se enquadram no estrato menos de 5 hectares, não ocupam mais que 4,04% da área total. As maiores concentrações de terras se encontram nos municípios de Icapuí e Jaguaruana, cujas áreas médias são 5.054,2 e 1.717,4 hectares, respectivamente. Os agricultores identificados como *sem área* (terra) representam 10,19%, a maioria localizados no município de Russas (35,26%), Morada Nova (23,63%) e Tabuleiro do Norte (22,19%).

De acordo com o IPECE (2015), com base nos dados do INCRA (2005), levando em conta somente os municípios que compreendem o Baixo Jaguaribe, a distribuição da estrutura fundiária encontra-se organizada conforme mostra a Tabela 4. É notório o número de imóveis de pequenas propriedades e de minifúndio em relação ao número de imóveis da grande e média propriedade.

Tabela 4 – Número e área dos imóveis rurais, por tamanho do imóvel e classificação das áreas, segundo os municípios do Baixo Jaguaribe/Ceará (2005)

Municípios	Total		Grande propriedade		Média propriedade		Pequena propriedade		Minifúndio		Não classificados (1)	
	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)
Ceará	148.767	9.786.124	1.492	2.372.180	7.646	2.607.399	33.397	3.095.364	101.551	1.694.466	4.681	16.715
Alto Santo	320	70.529	20	47.148	29	11.425	74	7.455	193	4.419	4	82
Ibicuitinga	457	34.390	4	4.882	30	13.058	104	9.148	305	7.303	14	-
Itaiçaba	270	12.218	2	4.654	3	1.106	41	3.613	222	2.845	2	-
Jaguaruana	1.332	67.304	12	24.705	32	12.013	140	14.083	1.131	16.483	17	21
Limoeiro do Norte	1.777	48.170	5	6.384	33	14.031	126	12.210	1.594	15.512	19	34
Morada Nova	2.402	162.879	26	33.748	114	43.131	726	55.956	1.480	30.042	56	2
Palhano	715	28.318	4	9.299	12	4.497	56	5.202	630	8.844	13	476
Quixeré	1.238	33.025	7	9.458	24	9.464	51	5.600	1.145	8.503	11	1
Russas	2.274	99.965	15	36.819	62	25.090	195	18.801	1.959	19.244	43	11
São João do Jaguaribe	603	21.383	2	4.725	6	2.039	53	5.086	538	9.533	4	-
Tabuleiro do Norte	1.401	67.555	6	13.789	48	18.945	178	17.878	1.155	16.911	14	32
Total	12789	645.736	103	195.611	393	154.799	1744	155.032	10352	139.639	197	659

(1) Imóveis rurais que não possuem informações de área explorável ou com informações de área divergentes entre os formulários dados sobre estrutura e dados sobre uso e imóveis rurais não classificados com declaração de projeto técnico, de acordo com o art.7º da Lei nº8.629/1993.

Fonte: INCRA/IPECE (2015); elaborado pela aurora.

Já em termos de tamanho da área, a Tabela 4 mostrou o inverso, isto é, a área dos grandes e médios proprietários é superior à área da pequena propriedade e de minifúndios, questão que reafirma a concentração das terras do Baixo Jaguaribe, mesmo nas áreas de planície que, historicamente, possui número significativo de minifúndios.

Esses dados do Baixo Jaguaribe não se diferem da problemática da estrutura fundiária brasileira, visto que se trata de um dos países com as maiores concentrações de terras do mundo, processo que faz emergir os conflitos, a violência e as lutas por terra e território nos diferentes espaços do país. No Brasil, a grilagem de terras e a negação do direito assegurado na Constituição Federal (1988) de desapropriar terras para fins de reforma agrária, dentre outros, têm agravado o quadro de concentração de terras no país.

Segundo Oliveira (2015), somente nos últimos anos os grandes proprietários ampliaram mais de 90 milhões de hectares de terras, regularizadas com a participação de alguns técnicos do INCRA (CPT, 2015). Ao analisar os dados do INCRA, de 2003, Oliveira (2013, p. 144-145), mostrou que havia, à época, 4.238.421 imóveis ocupando uma área de 420.345.382 ha, problema que vem ampliando.

O Brasil caracteriza-se por ser um país que apresenta elevadíssimos índices de concentração da terra. Nele estão os maiores latifúndios que a história da humanidade já registrou. A soma das 27 maiores propriedades existentes no país atinge uma superfície igual àquela ocupada pelo estado de São Paulo, e a soma das 300 maiores atinge uma área igual à de São Paulo e do Paraná. Por exemplo, uma das maiores propriedades, da Jari S.A., que faz parte no Pará e parte no Amapá, tem área superior ao estado de Sergipe [...] Enquanto mais de 2,4 milhões de imóveis (57,6%) ocupavam 6% da área (26,7 milhões de ha), menos de 70 mil imóveis (1,7%) ocupavam uma área igual a pouco menos que a metade da área cadastrada no INCRA, mais de 183 milhões de ha (43,8%). O que isso quer dizer: *muitos têm pouca terra e poucos têm muita terra.*

Mesmo sem o acesso a terra, além da precariedade das condições de reprodução da agricultura camponesa por falta de subsídios, cabe lembrar a relevância dos pequenos estabelecimentos no Brasil, de acordo com dados do Censo Agropecuário (2006). Embora a soma de suas áreas configure apenas 30% do total, as áreas inferiores a 200 ha respondem por 84,36% das pessoas ocupadas, dentre outros. Em relação à produção de alimentos e soberania alimentar, são responsáveis por 87% da produção de mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 50% das aves, 21% do trigo, 58% do leite, dentre outros (CARNEIRO et. al, 2012).

Desse modo, ainda que a agricultura camponesa tenha um papel relevante no Brasil, a opção do Estado pelo agronegócio tem gerado um avanço do capital no campo, implicando em diversas problemáticas para os camponeses, ainda que a sujeição da renda terra, que compreende a face contraditória desse processo, recrie o campesinato. No caso do Baixo Jaguaribe, após a

última década ocorreu a inserção de diversas empresas nacionais e transnacionais, principalmente nas áreas dos perímetros irrigados da Chapada do Apodi e do Tabuleiros de Russas (Quadro 4), que identifica algumas das principais empresas do agronegócio, suas culturas produzidas, o destino da produção, as áreas (im)produtivas, dentre outros. Esse fenômeno está ligado à *mundialização do capital* (CHESNAIS, 1996), no qual o Brasil se inseriu, sobretudo nas últimas décadas, como afirma Oliveira (2013, p.113):

A mundialização assumiu, portanto, as características básicas do capitalismo monopolista no final do século XX, integrando o capital na escala mundial, criando as empresas mundiais. Ou seja, a ordem é *produzir em qualquer lugar do mundo* onde as possibilidades de redução de custo e acesso ao patamar tecnológico vigente sejam possíveis [...] O desenvolvimento do capitalismo, no período posterior à Segunda Guerra Mundial caracterizou-se, portanto, pelo processo de consolidação dos *oligopólios internacionais* que deu origem às *empresas multinacionais*, sejam elas *cartéis*, *trustes* ou *monopólios industriais* e/ou *financeiros*. Esse processo histórico teve como sujeitos principais a emergência dos Estados Unidos como potência econômica capitalista e a transformação interna das empresas norte-americanas (OLIVEIRA, 2013, p. 113).

Essa situação resulta, ainda, no quadro de precariedade da política de reforma agrária brasileira, algo que não se diferencia do Baixo Jaguaribe, questões apresentadas em diversos estudos que tratam do campo brasileiro. Em relação ao Baixo Jaguaribe, o trabalho de Cosme (2015) é um exemplo desses estudos que, de forma criteriosa, analisa a política de reforma agrária, evidenciando o processo de expulsão dos camponeses das áreas de assentamentos rurais, reafirmando que estamos diante do aprofundamento da *contrarreforma agrária* no país.

O que vem sendo denominado de “contrarreforma” no Brasil, entretanto, refere-se a uma “reforma” no contexto de uma sociedade capitalista, pois se analisamos a questão no âmbito da *totalidade* que a promove, veremos que o Estado (criador de tais políticas) desempenha o papel de regulador para atender aos interesses da reprodução ampliada do capital. Assim, uma mudança estrutural remeteria à *revolução agrária* e não a uma *reforma agrária*. Oliveira (2007, p. 68) diferencia *reforma agrária* de *revolução agrária*, cuja distinção reside do fato de que:

[...]a reforma agrária provoca alterações na estrutura fundiária sem alterar o modo capitalista de produção existente em diferentes sociedades. A revolução agrária implica necessariamente, na transformação da estrutura fundiária realizada de forma simultânea com toda a estrutura social existente, visando à construção de outra sociedade.

Quadro 4 – Empresas do agronegócio localizadas em áreas internas e circunvizinhas aos Perímetros Irrigados do Baixo Jaguaribe (2010-2016)

Empresa	Cultura	Mercado	Tamanho da Propriedade (ha)		Média da Produtividade (Ton/ha)	Empregos (regular e sazonal)	Localização
			Total	Produtiva			
Del Monte Fresh Produce Brasil Ltda. (multinacional)	Melão, abacaxi, banana, melancia	Interno (São Paulo) Externo (58 países dos cinco continentes)	5.960,00	2.720,00	30 (abacaxi); 26 (melão) e 45 (banana)	5.300	Rio Grande do Norte; Ceará (Limoeiro do Norte, Quixeré)
Banesa (FIFES) (multinacional)	Banana	Externo	300,00	180,00	-	300	Ceará (Limoeiro do Norte)
Fruta Cor	Banana, mamão	Interno (Recife, Natal, Mossoró, João Pessoa, Maranhão, Belém) Externo (através da empresa Agronol)	1.000,00	930,00	25	700	Ceará (Limoeiro do Norte, Quixeré).
Agrícola Famosa Ltda	Melão e melancia e Banana e mamão	Interno (São Paulo, Curitiba, Rio de Janeiro e Belo Horizonte); Externo (Holanda, Inglaterra, Espanha e Portugal)	25.000	18.000	25	8 mil na safra e 4 mil na entressafra	Rio Grande do Norte (Baraúna); Ceará (Icapuí, Russas, Quixeré, Limoeiro do Norte)
J. Sallouti Tropical Comercio Frutas Ltda.	Melão, manga, carambola, mamão, pitaya	Interno (Fortaleza) e Externo (Holanda)	534,00	324,00	25	430	Ceará (Quixeré)

Fonte: Freitas (2010); e dados coletados em trabalhos de campo, informados pelas empresas (2016); elaborado pela autora.

A luta por *território camponês*, isto é, por território não capitalista, de certo modo, é o que se aproximaria dessa perspectiva de *revolução agrária*, não somente pela mudança da ordem social vigente, mas por compreender a multidimensionalidade da vida camponesa, questões que a concepção de “reforma agrária” pensada, atualmente, não tem dado conta. A perspectiva de *revolução agrária* incorporaria inclusive a luta por território dos povos originários (indígenas, quilombolas etc), porém, considerando suas especificidades, abrangendo o debate e pensando prospectivamente o campo, do ponto de vista estrutural.

No contexto de precariedade da “reforma agrária” brasileiro, é notório que ao Estado interessa o avanço do agronegócio, materializando a reprodução ampliada do capital. No Baixo

Jaguaribe não é diferente. É assim que as empresas do agronegócio dessa região produzem fruticultura para exportação (banana, abacaxi, mamão, melão, melancia etc.) tornando-a uma das mais expressivas em termos de produção, não importando para o Estado os impactos negativos gerados pelo agronegócio, como é o caso dos agrotóxicos. Dentre esses impactos podemos citar as intoxicações e contaminação do ambiente e dos(as) trabalhadores(as) e a ampliação da *subordinação da renda da terra camponesa ao capital* (MARTINS, 1986). Dessa forma, os perímetros irrigados, que são políticas públicas, tornaram-se referências dessas problemáticas no Baixo Jaguaribe.

4 A EXPANSÃO DA POLÍTICA DE IRRIGAÇÃO E DO USO DE AGROTÓXICOS NO BAIXO JAGUARIBE NO CONTEXTO DA MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL NA AGRICULTURA

4.1 A política de irrigação e o uso de agrotóxicos: reflexos da atuação do Estado e do avanço do capitalismo no campo após a década de 1970

Anterior a implementação da política de irrigação no Baixo Jaguaribe, a irrigação já constituía uma prática dos camponeses daquele território. Além disso, durante os três primeiros séculos após a re-ocupação do Ceará, diversos estudos foram realizados sobre a viabilidade da irrigação, como forma de mercantilizar os espaços do Baixo Jaguaribe. A seca sempre esteve presente no discurso oficial como o grande problema das regiões semiáridas, conformando as estratégias de grupos políticos, em parte também latifundiários. A construção de represas (barragens) tornou-se uma das principais estratégias, o que viria efetivar a implantação da Política Nacional de Irrigação no Baixo Jaguaribe, após a segunda metade do século XX.

Conforme periodização apresentada em trabalho anterior (FREITAS, 2010), foram destacadas quatro fases superpostas da agricultura por meio da irrigação nesse território, aqui atualizadas: 1) A irrigação embrionária; 2) A irrigação artesanal camponesa; 3) A irrigação moderna camponesa; e, 4) A irrigação moderna camponesa e do agronegócio. Na sequência (Quadro 5), será apresentada uma atualização, em forma de síntese, desse processo no Baixo Jaguaribe vinculada à questão agrária. São fases que se superpõem entre si, pois a realidade não pode ser compreendida enquanto fenômeno linear, daí a superposição dos fatos e sujeitos e classes sociais, como o avanço do latifundiário/agronegócio e a permanência da agricultura camponesa.

Quadro 5 – Síntese da irrigação do Baixo Jaguaribe vinculada à questão agrária (Séc. XIX – atual)

Fases da irrigação e os sujeitos sociais da estrutura agrária	Fatos superpostos e ações dos sujeitos sociais e do Estado	Período (predominante)
I - A irrigação embrionária Camponeses (de origem indígenas – os “pobres livres”, moradores, meeiros etc.) versus Latifundiários (de origem vinculada aos dominadores e colonizadores).	O Estado (imperial) realizou estudos para efetivar a irrigação capitalista no Ceará, detalhado no relatório de 18 de março de 1894, com base nos estudos de O’Meara. Esse estudo, alicerçado pelo discurso das secas, contribuiu para objetivar a implantação de obras de engenharia ligadas aos recursos hídricos. A conformação espacial e territorial resulta do massacre contra as populações originárias.	A irrigação foi pensada no final do século XIX, sob ordenação do Imperador D. Pedro II, em 1881.
II - A irrigação artesanal Camponeses (posseiros, meeiros, moradores etc) versus Latifundiários (senhores dos carnaubais, proprietários de terras, fazendeiros, políticos)	A irrigação via catavento de carnaubeira. A experiência ocorreu, com destaque, no município de Limoeiro do Norte. Trata-se do uso de irrigação artesanal para consumo doméstico e irrigação das frutas, legumes e hortaliças produzidas em pequenos sítios de camponeses. Atividade ainda praticada nos dias atuais, embora em grau bastante inferior a outrora. A atividade era desenvolvida principalmente por camponeses. Os latifundiários investiam na cera da carnaúba, pois tinha alto valor agregado à época.	Principalmente, no final do século XIX e na primeira metade do século XX
III- A irrigação moderna camponesa Camponeses (posseiros, proprietários, moradores etc) versus Latifundiários (fazendeiros, proprietários de terras, industriais, grileiros, políticos)	Com a crise da carnaúba os latifundiários cobraram do Estado saídas. Foram efetivas políticas e programas privados e públicos. Foi implantação da Política Nacional de Irrigação por meio da instalação dos Perímetros Públicos Irrigados. Esse processo ocorreu como acompanhamento das mudanças direcionadas a alguns espaços nordestinos, alternativa criada pela SUDENE em fins da década de 1950 objetivando a expansão do capitalismo no campo e controlar os movimentos sociais. No Baixo Jaguaribe a política dos perímetros se efetivou apenas após a década de 1970 (Perímetro de Morada Nova e Jaguaruana), com relações assistencialistas e a inserção de parte significativa dos camponeses nas áreas desapropriadas, porém, significou um formato impositivo de produção e gerou expropriação. Embora camponeses tenham resistido, não houve organização das lutas camponesas. Os agrotóxicos passaram a ser usados no Baixo Jaguaribe.	A partir da década de 1960
IV - A irrigação moderna camponesa e do agronegócio Camponeses modernos (posseiros, “parceiros”, proprietários, meeiros etc) versus Latifundiários/ Agronegócio (proprietários, industriais, grileiros, políticos).	A partir do redirecionamento político-econômico no âmbito nacional, reflexo das mudanças no contexto mundial, o Estado redirecionou a lógica da Política Nacional de Irrigação, atendendo, prioritariamente, aos interesses do agronegócio e gerando expropriação dos camponeses dos projetos de irrigação, processo que, contraditoriamente, revelou a resistência camponesa nas áreas internas e circunvizinhas aos perímetros do Baixo Jaguaribe (Jaguaribe-Apodi e Tabuleiros de Russas), com a criação de assentamentos e acampamento organizados pelo MST. O uso de agrotóxicos cresceu consideravelmente após esse período, gerando impactos sociais, ambientais e ampliando a sujeição da renda da terra camponesa.	Após as décadas de 1990 e 2000

Fonte: Freitas (2010); atualizado em 2017 pela autora.

Em primeiro lugar, a tentativa de mercantilização dos espaços do Baixo Jaguaribe trata-se de uma estratégia bastante antiga, remota ao período imperial, quando os primeiros estudos faziam referência a possibilidade de produção em larga escala de culturas consideradas “nobres” pela Coroa, como era o caso a cana-de-açúcar, produzida em outras regiões do Nordeste. À época, já almejavam alta produtividade agrícola e o lucro exponencial para atender ao avanço do capitalismo europeu, questão verificada nos dias atuais com o incentivo às culturas voltadas à exportação, a exemplo da fruticultura produzida no Baixo Jaguaribe.

Em segundo lugar, o quadro mostra que a irrigação integra a própria lógica da agricultura camponesa do Baixo Jaguaribe. Após a implantação da política de irrigação, mesmo sendo denominados de irrigantes, colonos ou pequenos produtores, quando analisados a partir de suas faces ou especificidades (SHANIN, 1976), encontramos a presença do trabalho familiar, cultura análoga à comunidade rural, a agricultura como principal meio de vida, a sujeição aos agentes de dominação externos, como os atravessadores e os empresários do capital comercial de agrotóxicos que subordinam a renda da terra dos camponeses, o que indica, na verdade, que estamos nos referindo a camponeses que permanecem reproduzindo-se nos perímetros irrigados, como é o caso do Perímetro Irrigados de Morada Nova, projetado para atender à agricultura de base familiar da região. Contudo, há também agropecuária capitalista nesses espaços.

Em terceiro lugar, a permanência e resistência camponesa após os anos 1990, mesmo quando passaram a incorporar lotes empresariais nos projetos públicos, antes destinados à pequena agricultura (e aos técnicos agrícolas etc), demonstra que os camponeses querem ter acesso a água, visto que a dependência apenas da agricultura de sequeiro, a contar com as precipitações, não são suficientes para atender as demandas dos mesmos, questão que poderia ser atenuada com a perfuração de poços, de pequeno e médio porte, isso se o Estado não permitisse que as empresas perfurasse poços profundos, inviabilizando a captação dos pequenos e médios poços. Essa questão pode ser verificada nas ocupações em áreas de Perímetros Irrigados ou circunvizinhas ou mesmo pela resistência de comunidades camponesas dentro de projetos de irrigação. Um exemplo é o Assentamento Bernardo Marin II e a Comunidade Lagoa dos Cavalos, no Perímetro Irrigado Tabuleiros de Russas; outro é o caso do Acampamento Zé Maria do Tomé, no Perímetro Irrigados Jaguaribe-Apodi.

A importância dessa síntese reside em trazer algumas reflexões para compreensão da reprodução e resistência camponesa no contexto de implantação da Política Nacional de Irrigação no Baixo Jaguaribe, política que pretendia expandir o capital no campo e controlar os conflitos sociais nos diversos espaços nordestinos, como mostrou Oliveira (1981), não significando,

necessariamente, a destruição da agricultura camponesa, já que o capital cria as formas de se apropriar de sua renda sem com isso expropriar os seus meios de produção.

Com base no exercício da Política e no pensamento utópico, o ato de *anúncio* deve ser compreendido, em dialetização com o ato de *denúncia*, como mostrou Paulo Freire. Significa que, discutir a reprodução e resistência camponesa no Baixo Jaguaribe exige o esforço de apreendê-la em conjunto com a expansão do capital, via agronegócio, e sua relação com o Estado, por meio da Política Nacional de Irrigação implantada nesse território. De início, é importante refletir sobre o que explica a escolha do agronegócio pelo Estado, mesmo com toda contaminação ambiental e adoecimento dos(as) trabalhadores(as) em função do uso intenso de agrotóxicos? Essa reflexão leva a outra de tamanha significância: as razões pelas quais os camponeses têm usado agrotóxicos.

Uma primeira questão a esse respeito é a de que esse debate não se circunscreve apenas às escalas local e regional, mas está atrelado ao processo mais amplo, em âmbito nacional e mundial. Envolve compreender os elementos políticos e econômicos e o contexto da dependência do Brasil junto ao capital internacional e aos agentes financeiros, a exemplo do Banco Mundial. Daí uma questão metodológica para esse entendimento: é preciso enxergar os processos socioespaciais e territoriais de forma multiescalar, isto é, do local ao mundial e vice-versa, no seio da *totalidade*, envolvendo as diferenciações internas e o protagonismo dos agentes e sujeitos sociais e políticos.

É necessário compreender, sobretudo, a intervenção do Estado brasileiro, para entender o uso de agrotóxicos e a expansão do *agronegócio* no Baixo Jaguaribe, pois é pelas mãos do Estado que esses processos ocorreram, através da expansão da política de irrigação no Nordeste. É de uma aliança entre o Estado e o capital, em suas diversas expressões no âmbito da agricultura, que estamos tratando, na qual o Estado reafirma sua forte dependência ao capital internacional e aos interesses das elites políticas e econômicas brasileiras.

É nesse contexto que a política de irrigação no Nordeste foi pensada com o propósito de expandir o capitalismo no campo e controlar os conflitos sociais, como bem esclareceu Chico de Oliveira (1981), ao tratar do legado da SUDENE. Celso Furtado, o mentor intelectual dessa política, entretanto, afirmava que, embora não tenha se efetivado, a intenção da lei que fundamentou a política irrigação era amenizar a problemática das secas e desenvolver estratégias que propiciassem, ao mesmo tempo, a desapropriação de terras, promovendo uma pequena “reforma agrária” no sertão, porém, teria sido vencido pelo poder político e econômico, conforme afirmou em entrevista cedida a Manuel Correia de Andrade e outros, publicada no livro “Seca e poder: entrevista com Celso Furtado”, no ano de 1998:

[...]Uma das maiores batalhas que tive na Sudene, provavelmente a mais completa derrota que tive, foi no projeto de lei de irrigação. Já para aprovar o projeto no Conselho da Sudene foi um sacrifício. O projeto de irrigação dizia, basicamente, o seguinte: o dinheiro posto pelo governo na irrigação tem de ser de interesse social, não é para reforçar o que existe como estrutura agrária. Portanto, tinha de haver desapropriação dessas terras antes que elas se valorizassem.

[...] Depois de aprovado pela Sudene, o projeto de lei foi rejeitado pelo Congresso. A maior parte dos deputados nordestinos, na época, era contrária à Sudene. Meu maior inimigo era Argemiro de Figueiredo, senador pela Paraíba, o meu estado, e muito influente. Nunca me esqueço de uma coisa curiosa que ele disse em um discurso no Congresso: “Precisamos nos livrar desse astuto bolchevista”.

[...] São muitos os problemas do Nordeste. Uma das possibilidades de ação é a irrigação. A irrigação tem de ser feita dentro de um contexto maior, porque sabemos que, se você faz irrigação para concentrar renda, o problema social fica de pé. A irrigação teria de vir com o controle de uso do solo que permitisse uma divisão de renda [...] A lei de irrigação que eu tentei fazer quando estava na Sudene era uma pequena reforma agrária. A ideia era investir dinheiro público no setor rural, em grande escala. Isso só seria possível modificando a estrutura agrária. Mas fui derrotado.

[...] Depois do golpe de 1964, os militares aprovaram uma lei. Aprovaram e não executaram. A resistência era muito grande. Puderam aprová-la porque não dependiam do Congresso. Mas, e coragem para meter a mão na massa e executar? Isso dependia de outros fatores (TAVARES; ANDRADE; PEREIRA, 1998, p. 19-50).

É importante ressaltar que a maioria dos perímetros irrigados do Nordeste foram implantados em áreas de pequenas propriedades, inclusive havendo estratégias para que os grandes proprietários não fossem atingidos pelas desapropriações, como foi verificado pelo estudo de Silva (1988). Para agravar ainda mais a situação, após algumas décadas de implantação dos perímetros irrigados, verifica-se um processo de re-concentração de terras em alguns desses perímetros, em função da incorporação de lotes por empresas nacionais e multinacionais nos projetos de irrigação, após a década de 1990, questão analisada em trabalho anterior (FREITAS, 2010).

Manuel Correia de Andrade (1998), em diálogo com Celso Furtado, no contexto da implantação da política de irrigação, fala sobre a reação do poder político nordestino na medida em que fora questionado sobre a possibilidade de pagamento de terras com títulos do governo. A resposta foi a de que reagiram “à bala”, demonstrando o papel do latifúndio e sua imbricação com o poder político e econômico, tornando-se intocável a estrutura fundiária.

Eu me lembro, na época em que você estava lutando para implantar a Sudene, eu andei pelo Nordeste com Caio Prado Júnior. Conversamos com os prefeitos naquela área de Nazaré da Mata, e o Caio perguntou o que eles achavam da migração dos trabalhadores para o Maranhão. “Muito bom.” O que eles achavam da industrialização? “Muito bom.” E o que vocês acham de cederem terras para serem pagas com títulos do governo? “Péssimo.” Aí o Caio perguntou: “Como vocês reagiriam à implantação disso?”. Um deles: “À bala”. A industrialização, eles achavam que beneficiava a todos. A saída dos moradores para o Maranhão, não fazia falta. Mas quando se falou em tocar na terra, eles foram claros: reagiriam à bala” (TAVARES; ANDRADE; PEREIRA, 1998, p. 47).

Celso Furtado, ainda na referida entrevista, destaca a importância das lutas camponesas do Nordeste, no caso das Ligas Camponesas, enfatizando, mais recentemente, o papel do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no contexto nacional, e de que forma pode constituir-se como entidade social relevante, diante de uma estrutura agrária marcada pela concentração de terras e, conseqüentemente, da renda.

O MST é um movimento legítimo, que é respeitado e já demonstrou que tem grande responsabilidade, não improvisa nada. O MST partiu de uma situação de desleixo do governo. O que fez eu acho perfeitamente natural, isso é forma de fazer política [...] Eu estava na Europa quando tomei conhecimento do MST, dessa forma nova de luta no campo. Conheci muito as Ligas Camponesas [...] Há pouco tempo, fiz uma declaração pública, na Europa, dizendo que o MST é o mais importante movimento social já ocorrido no Brasil, neste século. Aí me perguntaram: por que neste século? Porque no século passado houve a Abolição da Escravatura. Eu coloquei no mesmo nível a luta do MST e a dos escravos. É um movimento da sociedade civil, organizado espontaneamente, preocupado com a educação, e alcançando todo o Brasil. É muito positivo. O Brasil é um país felizando por ter um movimento dessa ordem, que suscita no povo, nos mais pobres, o desejo de ficar na agricultura. Em nenhuma parte do mundo existe um movimento igual. É sempre o inverso: todos querem deixar a agricultura, emigrar do campo. E o MST educa o pessoal para mostrar que, num país onde não há criação de emprego urbano, onde se passa fome nas cidades, existe a chance de ficar no campo, trabalhando. Portanto, é um movimento que merece respeito e devia ser apoiado pelo governo, lembrando, porém, que se trata de uma iniciativa independente, da sociedade, e não um movimento do governo. Mas devia ter do governo uma certa ajuda, indiretamente, porque mobilizou a opinião pública do Brasil para aceitar a prioridade de medidas visando mudar a estrutura agrária (TAVARES; ANDRADE; PEREIRA, 1998, p. 27-29)

Nesse sentido, o marco da intervenção do Estado, objetivando a industrialização do campo brasileiro, ocorreu entre as décadas de 1960 e 1970, por meio de um conjunto de políticas e programas, a exemplo da política pública que criou os Perímetros Irrigados, embora a inserção e o incentivo ao agro-negócio tenha acontecido de forma mais intensa, após as últimas décadas do século XX. A mercantilização da terra, no entanto, trata-se de uma imposição de mais de 500 anos, momento em que os dominadores “limparam” o terreno, por meio do genocídio indígena (PINHEIRO, 2008), para inserir, em seguida, as monoculturas agroexportadoras, a exemplo da cana de açúcar no Nordeste brasileiro, com intuito de atender aos interesses da expansão do capitalismo europeu (PRADO JUNIOR, 1979; FURTADO, 2005).

Para implantação de um conjunto de infraestruturas e políticas públicas no Brasil, o governo militar (1964-1985) contraiu dívidas junto aos agentes internacionais, no âmbito dos países centrais, com intuito de industrializar o país, com o discurso de avançar “cinquenta anos em cinco, dentre essas políticas, encontra-se a Política Nacional de Irrigação. Esse processo de industrialização já havia iniciado em décadas anteriores, no contexto da política de substituição de importações, frente à crise da Grande Depressão, de 1929. Nesse contexto, a dívida externa

brasileira ampliou, revelando uma intensa dependência econômica e política brasileira em relação aos países credores (EUA, França, Inglaterra, Japão etc) à época (OLIVEIRA, 2011). De acordo com Oliveira (2016) a dívida externa (bruta) no país ampliou de US\$ 3,3 bilhões, em 1964, para US\$ 102,1 bilhões, em 1984, sendo que, nesse período, o Brasil pagou somente de juros US\$ 61,8 bilhões.

A dívida externa bruta do Brasil passou de US\$3,3 bilhões em 1964, para US\$6,2 bilhões em 1970, chegaram a US\$25,1 bilhões em 1975, a US\$52,2 bilhões em 1978 e, a US\$102,1 bilhões em 1984. Os governos militares assumiram uma política declarada de endividamento externo, período que prevaleceu a frase "a dívida não foi feita para ser paga, mas para ser administrada. Segundo o Banco Central, o Brasil tomou no mercado mundial entre 1964 e 1984 o total de US\$128,6 bilhões, e, pagaram-se no mesmo período US\$61,8 bilhões de juros da dívida externa (OLIVEIRA, 2016, p 18-19).

Após a década de 1970, com a crise do modelo taylorismo/fordismo de produção nos países centrais, a indústria desmembrou-se e expandiu seus tentáculos para o mundo, via “acumulação flexível” (HARVEY, 2008). Esses países necessitavam de consumidores para sua indústria, bem como produzir “a custo zero”, daí o processo produtivo estender-se aos países periféricos ou semiperiféricos, a exemplo do Brasil, visto que contariam com os incentivos do Estado, mão de obra barata, água e terra abundante etc. Além disso, imporiam seus produtos industrializados, como foi o caso do pacote da “revolução verde”, frente a forte dependência financeira e de dominação política, por meio, principalmente, de empréstimos ao capital internacional. Em 1978, por exemplo, o Brasil contraiu empréstimos junto aos bancos norte-americanos, alemães, britânicos e japoneses de US\$ 1 bilhão e se comprometeu a pagar, apenas nos cinco primeiros anos, US\$ 800 milhões de juros e comissões, ou seja, quase o valor integral do empréstimo (OLIVEIRA, 2011), o que demonstra a dominação desses países sobre o Brasil.

A década de 1990 foi definidora para a consolidação dessa “dependência” ao capital internacional, à medida que avançou a aliança do Estado brasileiro com o capital nacional e capital internacional, no âmbito do processo de “mundialização do capital” (CHESNAIS, 1996). Como mostra esse autor, cabe lembrar que “a mundialização do capital não apaga a existência dos Estados nacionais, nem as relações políticas de dominação e de dependência entre eles. Ela acentuou, ao contrário, os fatores de hierarquização entre países. O abismo que separa os países que pertencem aos pólos da ‘Tríade’ (América do Norte, a Europa Ocidental e o Japão) [...] daqueles que sofrem a dominação do capital financeiro sem retorno[...]

(CHESNAIS, 2000, p. 14). Nesse sentido, as políticas públicas brasileiras foram atingidas por esse processo, inclusive as políticas dos perímetros irrigados.

Segundo diagnóstico sobre a irrigação no Brasil, realizado pelo Ministério da Integração, em 2008, nesse período existiam 97 projetos de irrigação¹⁹, sendo 39 na jurisdição da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), 38 do DNOCS²⁰, instalados todos no Nordeste (Figura 5) e 20 do próprio Ministério, por meio de convênios com diversas unidades da Federação. O diagnóstico revela que essas políticas vinham sendo redefinidas, passando a denominar-se de *Projeto Novo Modelo de Irrigação*, que previa o fortalecimento da parceria público-privada, sendo o *agronegócio* o vetor desse processo. Essa orientação, por sua vez, partiu de outro estudo realizado pelo Banco Mundial (2004), também financiador dessa política, que considera a necessária mudança, com foco no *agronegócio* e desconsidera a prioridade para agricultura camponesa.

O Ceará e a Bahia foram os pioneiros da Política Nacional de Irrigação, no âmbito da atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). A implantação dos primeiros perímetros iniciou em Morada Nova, no Ceará (Perímetro Irrigado de Morada Nova) e em Itiúba, na Bahia (Perímetro Irrigado Jacurici), ambos em 1968. Esses projetos já apresentavam uma visão mercantilista, embora revelasse alguns vestígios de preocupação social, princípios que foram completamente desconsiderados no Novo Modelo de Irrigação.

Esses elementos podem ser percebidos nos objetivos específicos do Novo Modelo de Irrigação que “apresentam políticas e estratégias que viabilizem: “estimular o investimento privado em todas as fases do agronegócio da irrigação, orientar a produção para as oportunidades de mercado e redirecionar a participação do governo na atividade[...]. Objetivava, ainda, “gerar sinergia entre a iniciativa privada e as esferas governamentais[...]” (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, 2008, p. 12).

Como reflexos desse processo de expansão do capitalismo no campo, os agrotóxicos passaram a ser utilizados de forma cada vez mais intensa no Brasil. Esse processo relaciona-se ao contexto mundial pós-Segunda Grande Guerra, e sua materialização se deu inicialmente com a denominada “Revolução Verde”, por meio de políticas públicas, a exemplo da Política Pública dos Perímetros Irrigados, e de legislações específicas relacionadas ao crédito agrícola, aos agrotóxicos etc.

¹⁹ Segundo o Banco Mundial (2004), durante as últimas três décadas, foram investidos mais de US\$ 2 bilhões de recursos públicos em obras ligadas à irrigação, para desenvolver 200.000 ha no semi-árido brasileiro, um investimento médio de US\$ 10.000,00/ha.

²⁰ Dos 38 perímetros sob a responsabilidade do DNOCS, os três localizados no Maranhão estão sendo transferidos para o INCRA.

Figura 5 – Perímetros Irrigados do Nordeste organizados pelo DNOCS

Fonte: DNOCS (2010); organizado pela autora.

Segundo Carneiro et al (2015), desde 2008 o Brasil tornou-se o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, refletindo no avanço do mercado de agrotóxicos no país, crescendo 190% entre os anos de 2002 e 2012, superando o crescimento mundial, de 93%, nesse período, processo que tem suscitado diversas consequências para a sociedade e ambiente, dentre as quais, a ampliação das intoxicações por agrotóxicos. É nesse contexto que a ampliação do uso de agrotóxicos tem se materializado no estado do Ceará, especificamente no Baixo Jaguaribe, como acompanhamento dessa lógica de “modernização da agricultura”, resultante da expansão do capital no campo, muitas vezes sob o controle do mercado oligopolista de agrotóxicos, conforme analisado por Bombardi (2011a; 2016).

Observa-se [...] que as seis empresas que têm maior participação nas vendas de agrotóxicos no Brasil, sozinhas, controlam praticamente 60% do mercado. Observa-se também que se trata de empresas transnacionais com capital de origem na Suíça (Syngenta), Estados Unidos (Monsanto e Dow), Alemanha (Bayer e Basf) e Holanda/Israel (Milenia). Notadamente, percebe-se a subordinação da agricultura brasileira ao capital internacional. Arcaico e moderno se fundem: intoxicações, doenças e mortes, são o outro lado da moeda desta “moderna agricultura” que demanda toneladas de agrotóxicos produzidos com tecnologia de ponta, pelas maiores transnacionais do setor químico mundial (BOMBARDI, 2016, p. 27).

O Relatório Nacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos, divulgado em 2016 por órgãos vinculados ao Ministério da Saúde, evidencia o aumento de 13% das vendas de agrotóxicos no país, com faturamento líquido US\$ 12,2 bilhões, em 2014, o equivalente a R\$ 25 bilhões (BRASIL, 2016). De acordo com o referido relatório, no Ceará a relação de comercialização de agrotóxicos por área plantada ampliou, consideravelmente, entre 2012 e 2013, saltando de 7kg/hectare para 19,75kg/hectare, respectivamente (BRASIL/MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016). O referido estudo mostra que:

Entre 2007 e 2013, a relação de comercialização de agrotóxicos por área plantada aumentou em 1,59 vezes, passando de 10,32 quilos por hectare (kg/ha) para 16,44 kg/ha. Nesse período, o quantitativo de agrotóxicos comercializados no País passou de, aproximadamente, 643 milhões para 1,2 bilhão de quilos, e a área plantada total aumentou de 62,33 milhões para 74,52 milhões de hectares. Isso representa um aumento de 90,49% na comercialização de agrotóxicos e uma ampliação de 19,5% de área plantada (BRASIL/MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016, p.13).

Com base nos dados do Sistema de Agrotóxicos Fitossanitários (Agroft), o estudo apresenta os dez agrotóxicos mais consumidos no Brasil, por princípio ativo, no ano de 2013 (Quadro 6). O glifosato, que se trata de um herbicida amplamente utilizado na agricultura brasileira, aparece na primeira posição, correspondendo a 411.343.703 de kg comercializados.

Quadro 6 – Os dez agrotóxicos mais comercializados no Brasil, 2013

Classificação	Agrotóxicos químicos	Total (kg)
1	Glifosato (glicina substituída)	411.343.703,0
2	Atrazina (triazina)	57.303.387,8
3	2,4-D (ácido ariloxialcanoico)	52.914.148,6
4	Óleo mineral (hidrocarbonetos alifáticos)	50.500.762,7
5	Acefato (organofosforado)	42.472.574,4
6	Metomil (metilcarbamato de oxima)	41.420.919,3
7	Clorpirifós (organofosforado)	36.821.042,7
8	Dicloreto de paraquate (bipiridílio)	27.680.287,1
9	Carbendazim (benzimidazol)	17.824.758,9
10	Ametrina (triazina)	12.645.078,67

Fonte: Ministério da Saúde (2016); organizado pela autora.

O estudo alerta para o fato de o glifosato “recentemente ter sido classificado como provavelmente cancerígeno para humanos (Grupo 2A) pela *International Agency for Research on Cancer* (IARC). (INTERNACIONAL AGENCY...; WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2015)”. (BRASIL/MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016, p.13). O estudo mostra também a classificação por estados brasileiros, segundo a comercialização de agrotóxicos, no mesmo período (2013), demonstrando que São Paulo, Mato Grosso, Paraná e Minas Gerais são os que mais comercializam agrotóxicos no Brasil (Quadro 7).

Quadro 7 – Classificação dos dez estados que mais comercializaram agrotóxicos no Brasil, 2013

Classificação	UF	Comercialização de agrotóxicos (kg)
1	São Paulo	297.750.036
2	Mato Grosso	181.344.601
3	Paraná	158.481.566
4	Minas Gerais	119.117.416
5	Rio Grande do Sul	104.365.119
6	Goiás	95.677.438
7	Bahia	56.628.759
8	Mato Grosso do Sul	54.82, 9.832
9	Rio de Janeiro	27.341.441
10	Ceará	27.102.983

Fonte: Brasil/Ministério da Saúde (2016)

Tomando como referência esse parâmetro, o Ceará encontra-se na décima colocação, porém, se considerarmos os dados de comercialização de agrotóxicos e afins por área plantada (kg/ha), no ano de 2013, o estudo mostra o Ceará em terceira colocação, ficando atrás do Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente (Quadro 8 e Gráfico 3).

Quadro 8 - Comercialização* de agrotóxicos e afins por área plantada (kg/ha), por unidade da Federação, Brasil, 2013

Classificação	UF	Comercialização de agrotóxicos por área plantada (kg/ha)
1	Rio de Janeiro	135,45
2	São Paulo	35,72
3	Ceará	19,75
4	Minas Gerais	18,81
5	Goiás	16,96
6	Paraná	15
7	Mato Grosso	14,17
8	Roraima	13,98
9	Santa Catarina	13,96
10	Rondônia	12,73
11	Mato Grosso do Sul	12,68
12	Distrito Federal	12,49
13	Tocantins	12,2
14	Bahia	12,11
15	Rio Grande do Sul	11,91
16	Maranhão	9,26
17	Pernambuco	8,6
18	Pará	8,23
19	Espírito Santo	7,29
20	Piauí	6,73
21	Alagoas	6,3
22	Acre	5,41
23	Amapá	4,95
24	Paraíba	4,69
25	Sergipe	3,15
26	Rio Grande do Norte	2,16
27	Amazonas	1,77

* Comercialização estimada por meio da contabilização das variáveis cliente, venda direta, indústria e revenda.
 Fonte: Brasil/Ministério da Saúde (2016), com base nos dados do IBGE e Agrofitt, 2012 e 2013; organizado pela autora.

Gráfico 3 – Comercialização* de agrotóxicos e afins por área plantada (kg/ha), por unidade da Federação, Brasil, 2013

* Comercialização estimada por meio da contabilização das variáveis cliente, venda direta, indústria e revenda.
Fonte: Brasil/Ministério da Saúde (2016), com base nos dados do IBGE e Agrofitec, 2012 e 2013; organizado pela autora.

Essa questão no Ceará reafirma a intensidade do uso por área plantada, inclusive em pequena extensão de área, a exemplo da Chapada do Apodi. Além disso verifica-se grande diversidade de princípios ativos e marcas comercializadas no Ceará, como mostrou o estudo de Gama et al (2013), ao analisar o Baixo Jaguaribe, podendo ser considerados como indicativos para os efeitos à saúde e ambiente relacionados ao uso de agrotóxicos, elementos evidenciados por diversos estudos, questões que serão detalhadas mais adiante.

Em consonância com esse debate, Bombardi (2013, p.1) afirma que estamos diante de “uma forma silenciosa de violência no campo, que é resultado das intoxicações causadas pelo uso de tais substâncias. Estas intoxicações, além de serem em número extremamente elevado, têm levado à morte um número significativo de pessoas”. Do ponto de vista das intoxicações exógenas, o número ampliou consideravelmente, segundo estudo do Ministério da Saúde:

Em 2013, a incidência de intoxicações exógenas por agrotóxicos no país foi de 6,23 casos por 100 mil habitantes. No período de 2007 a 2014, houve um aumento de 87% dos casos notificados, sendo que o total acumulado no período alcançou 68.873 casos. Entretanto, para garantir a identificação e notificação dos casos, bem como as estratégias de prevenção e de assistência, é imprescindível a organização e o fortalecimento das ações de Vigilância em Saúde Ambiental no âmbito dos estados e dos municípios. Para tanto, é importante produzir e difundir protocolos diagnósticos e terapêuticos, qualificar

profissionais e aprimorar os mecanismos e fluxos de registro e análise das informações (BRASIL, 2016, p. 13).

O estudo menciona também a questão dos registros, ressaltando que “de acordo com estimativas do Ministério da Saúde, para cada evento de intoxicação por agrotóxicos notificado, há outros 50 não notificados” (PERESA; ROZEMBERGA; ALVES et al, 2001, p. 565). Trata-se, nesse sentido, de um quadro preocupante em relação aos efeitos do uso de agrotóxicos e sem o devido monitoramento, diante das limitações dos sistemas públicos de informações, responsáveis pelo controle de tais notificações (BOCHNER, 2007).

A violência tem sido a marca deixada pelos agrotóxicos não somente nos dias atuais. Sua própria origem e sua designação remetem a essa questão. “A primavera silenciosa” de Rachel Carson (1962), há décadas, já anunciava o caráter deletério e letal dos agrotóxicos, daí a mesma ter defendido que essas substâncias não deveriam ser chamadas de “inseticidas”, mas sim de “biocidas” o que designa “mata a vida”. Carson (1969, p. 16-19) apresenta importante reflexão sobre essa questão que, de certo modo, reflete o que estamos vivenciando no mundo contemporâneo em relação à problemática dos agrotóxicos:

As substâncias químicas, em relação às quais a vida é solicitada a efetuar os seus ajustamentos, já não são meramente o cálcio, o silício e o cobre [...] tais substâncias são as criações sintéticas do espírito inventivo do Homem; são substâncias compostas nos laboratórios, e que não têm as contrapartes correspondentes na Natureza. Para que a vida se ajustasse a essas substâncias químicas, seria necessário tempo, numa escala que é apenas da Natureza [...] Cerca de quinhentas delas, todos os anos, encontram caminho para entrar no uso geral, só nos Estados Unidos [...] substâncias químicas totalmente fora dos limites da experiência biológica [...] A partir de meados dos anos 1940, mais de 200 substâncias químicas, de ordem básica, foram criadas, para uso na matança de insetos, de ervas daninhas, de roedores e de outros organismos que, no linguajar moderno, se descrevem como sendo “pestes”, ou “pragas”; e elas são vendidas sob vários milhares de denominações diferentes de marcas [...]

Estes borrifos, estes pós, estes aerossóis são agora aplicados quase universalmente em fazendas, em jardins, em florestas, em residências; são substâncias químicas não seletivas, que têm poder para silenciar o canto dos pássaros e para deter o pulo dos peixes nas correntezas; para revestir as folhas das plantas com uma película mortal, e para perdurar, embebidas no solo. Tudo isto, de uma só vez, ainda que o objetivo desejado seja apenas a eliminação de umas poucas ervas, ou uns poucos insetos. Pode alguém acreditar que seja possível instituir semelhante barragem de venenos, sobre a superfície da Terra, se a tornar inadequada para a vida toda? Tais substâncias não deveriam ser denominadas “inseticidas”, e sim “biocidas”[...].

Os historiadores futuros bem poderão sentir-se admirados em face do nosso distorcido senso das proporções. Como poderiam seres inteligentes procurar controlar umas poucas espécies não-desejadas, por meio de um método que pode contaminar todo o meio ambiente, e que corporifica ameaça de enfermidades e de morte até mesmo para a sua própria espécie? [...] Informam-nos que o uso enorme, e cada vez mais amplo, dos

pesticidas, é necessário para sustentar a produção das fazendas agrícolas. Contudo, não é, porventura, o nosso problema, o da *superprodução*? [...].

E tudo isto não equivale a dizer que não há problema de insetos, nem que não há necessidade de controle. Estou afirmando, ao contrário, que o controle precisa ser conjugado com as realidades, e não com situações imaginárias; estou afirmando que os métodos empregados devem ser de tal ordem que não nos destruam, a nós, ao mesmo tempo que destroem os insetos.

No Brasil, são diversas as estratégias criadas pelo Estado para ocultar os efeitos dos agrotóxicos, por meio de legislações específicas, da falta de informação dos órgãos de saúde, dentre outros, processo que tem dificultado as pesquisas de evidenciarem seu potencial tóxico e letal, embora muitos estudos já tenham apontado resultados que faz crer nos seus danos, no problema de saúde pública e na gravidade dos efeitos gerados por seu uso, tanto para a vida humana como para a natureza.

Do ponto de vista da legislação, cabe lembrar os parâmetros de sua regulamentação. Segundo o Art. 1º, Inciso IV, do Decreto nº 4.074, de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 – dispendo sobre os parâmetros de uso, produção, comercialização, fiscalização etc – define os agrotóxicos e afins como:

produtos e agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou plantadas, e de outros ecossistemas e de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos, bem como as substâncias e produtos empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento (BRASIL, 2002).

O referido Decreto afirma que o uso de agrotóxicos, destina-se, dentre outras finalidades, “(...) a proteção de florestas, nativas ou plantadas, e de outros ambientes urbanos, hídricos e industriais (...) a fim de preservá-las da ação de seres vivos considerados nocivos (...)”. No entanto, os agrotóxicos, enquanto “biocida” (CARSON, 1968) podem gerar, além da contaminação ambiental, diversas implicações à saúde humana, conforme discutem Rosa, Pessoa e Rigotto (2011, p. 222-223), ao tomarem como referência diversos estudiosos sobre a questão:

Como biocidas, os agrotóxicos interferem em mecanismos de sustentação da vida que são comuns também aos seres humanos e, portanto, são associados a uma ampla gama de danos à saúde, como por exemplo: alterações cromossômicas: inseticidas organofosforados e carbamatos; teratogênese: fungicidas fentalamidas; herbicidas fenoxiacéticos; infertilidade masculina: nematocidas dibromocloropropano etc; carcinogênese: fungicidas ditiocarbamatos, herbicidas dinitrifênóis e pentaclorofenol,

fenociacéticos etc; neurotoxicidade: organofosforados e organoclorados; interferentes endócrinos: alquilfenóis, glifosato, ácido diclorofenoxiacético, praguicidas organoclorados, metolaclo, acetocloro, alaclo, clorpirifós, metoxicloro e piretróides sintéticos; doenças hepáticas: organocloratos, herbicidas dipiridilos; doenças respiratórias: inseticidas piretróides sintéticos, ditiocarbamatos, dipiridilos; doenças renais: organoclorados; doenças hermatológicas: organofosforados e carbamatos, ditiocarbamatos, dioridilos.

A ideia de “proteção” fortalece, inclusive, a concepção de “defensivos agrícolas”, apresentada pelo Projeto de Lei (PL) 3200/15, de autoria do Deputado Federal Covatti Filho (PP-RS), que propõe a substituição da atual Lei de Agrotóxicos (7.802/89). A mudança inclui a passagem do nome “agrotóxicos” para “defensivos fitossanitários e produtos de controle ambiental”, amenizando as impressões sobre os efeitos que podem causar. Vale ressaltar que o termo “agrotóxico” foi criado, após a década de 1980, pelo movimento ambientalista brasileiro, como forma de estabelecer diálogo e alertar a sociedade sobre as graves consequências desses venenos (LONDRES, 2011; SOUSA, 2015).

As implicações do uso de agrotóxicos tem se constituído problema de saúde pública, instigando pesquisadores de todo país, em diferentes áreas do conhecimento, a realizarem pesquisas científicas que problematizem e espacializem os desdobramentos do uso de agrotóxicos, cujos impactos negativos vêm sendo evidenciados em diversos espaços brasileiros, dentre os quais o estado do Ceará, especialmente, em áreas que incorporam perímetros públicos irrigados, tornando-se espaços de expansão do agronegócio e, conseqüentemente, de amplo uso de agrotóxicos.

Desde 1970, o uso de agrotóxicos passou a ser disseminado e incentivado no Brasil, amparado pelo Estado, sob a prelação do remate da fome, problema não solucionado até o momento atual, mesmo o campo tendo atingido amplas produtividades agrícolas. O país, com base nessa aliança, passa a incorporar a indústria de agrotóxicos, oriunda das grandes guerras, momento no qual os países centrais possuíam grandes estoques e necessitavam de mercados consumidores (LONDRES, 2011).

No caso do Baixo Jaguaribe, conversando com “velhos” camponeses, eles mostram como foi a introdução dos venenos nas décadas de 1970 e 1980. Segundo entrevista com um dos camponeses, a chegada dos venenos foi resultante da importação de algodão e de sementes, vindos de outros países nesse período. Mostra também que, em alguns momentos, a lógica da natureza resolvia, naturalmente, alguns problemas que surgiam na agricultura, a exemplo dos carcarás que eliminaram uma grande “praga” de gafanhoto. Mostra que somente após a 1990 é que ampliou a ganância para aumentar a produção, a partir de interesses das empresas e do Estado, apesar de que

já existia a dominação por parte dos proprietários terras (fazendeiros) em relação aos camponeses que se tornavam seus “moradores”, e tinham de plantar e repassar parte da renda da terra. Em suas palavras:

[...] Antes as pragas que davam era a largata no feijão. Ninguém usava veneno. Eu vim usar algum veneno só no algodão, na década de 1970, 1980, quando começou as pragas. Aí começou a dar [...] Disseram que veio de outros países, trouxeram inclusive com o algodão exportado pra cá, nas sementes. Aí começou a desgraça, mas era uma desgraça mesmo [...] Sabe o que deu uma vez? Foi uma praga de gafanhoto [...] Uma peste de não sei quantos mil [...] Mas pra você vê a natureza como é, viu!. Veio uma praga de carcará, comeram tudinho [...] Naquele tempo o povo plantava, mas não era tanto, era só pra sobreviver. O povo naquele tempo não tinha essa ambição de riqueza. Essa ambição veio chegar da década de 1990 pra cá. Os empresários, esses caras que são ricos já, e querem cada vez mais enriquecer. Os governos que querem dar emprego, ajudar aos empresários [...] Mas hoje ainda tem muita gente que planta, vive no campo [...]. Antigamente, eles [os grandes proprietários de terras] criavam gado, ovelha, plantavam algodão, feijão, milho, e, às vezes, arroz, muito difícil [...] Tinha aqueles chefões, que chamavam de coronel que colocavam um bocado de morador que trabalhavam pra ele [...] Porque naquele tempo não tinha comercialização de produtos, era só pra região, pra casa, é por isso que pouco eles plantavam, porque não tinha pra quem vender [...] Era só pra sobrevivência (SEBASTIÃO SANTIAGO COELHO, 73 anos)

Sales et al (1986, p. 43), já alertava para o avanço do uso de agrotóxicos no Brasil na segunda metade do século XX, dos seus impactos socioambientais e motivações do seu uso. Segundo os autores, o uso de agrotóxicos vem ocorrendo desde as primeiras décadas do século passado, contudo, ampliou consideravelmente após os anos 1970. Entre 1964 a 1979 verificou-se que “a taxa média de crescimento foi de 5.414,2% para herbicidas, 584% para fungicidas e 2.336% para inseticidas”. Nesse período, “foram aplicados perto de 1 milhão de toneladas de princípios ativos de agrotóxicos na agricultura brasileira, representando uma taxa de crescimento da ordem de 421,2%” (SALES et al, 1986, p. 43). Segundo os autores, no ano de 1984, o comércio de agrotóxicos representou o volume de cerca “de US\$ 1 bilhão, gerando lucros de 300% a 400%, sendo que 60% a 70% foram repassados para multinacionais”.

A utilização de elementos químicos no controle de pragas na agricultura brasileira vem ocorrendo desde as primeiras décadas desse século, como demonstra a legislação datada de 1934. Depois do final da segunda guerra mundial, com a introdução do DDT e mais tarde, de outros inseticidas organosintéticos, o consumo de pesticidas aumentou consideravelmente, sobretudo a partir da década de 70. Em meados da década de 60, o consumo aparente de inseticidas, fungicidas e herbicidas era de 16.193 toneladas de princípios ativos. Na década de 70, o Brasil passou a ser o terceiro país do mundo em consumo de agrotóxicos [...]. Na época, superou o mercado japonês, com investimentos da ordem de US\$ 679 milhões, para um total estimado em US\$ 9,18 bilhões. Em 1979 foram aplicados na agricultura brasileira 228.441 toneladas de inseticidas, fungicidas e herbicidas, equivalentes a 84.394 toneladas de princípios ativos. A taxa média de crescimento foi de 5.414,2% para herbicidas, 584% para fungicidas e 2.336% para inseticidas, entre 1964 e 1979. Dados existentes permitem concluir que, nesse período (15 anos), foram aplicados perto de 1 milhão de toneladas de princípios ativos de

agrotóxicos na agricultura brasileira, representando uma taxa de crescimento da ordem de 421,2%. O comércio de agrotóxicos em 1984 representou um volume da ordem de US\$ 1 bilhão, gerando lucros de 300% a 400%, sendo que 60% a 70% foram repassados para multinacionais (existem 34 indústrias cadastradas que produzem princípios ativos de agrotóxicos no Brasil, sendo que apenas duas são de capital privado nacional) (SALES et al, 1986, p. 43).

Se compararmos com o momento atual, esse avanço ocorreu de forma ainda mais intensa, pois, naquela época, o Brasil tornou-se o terceiro maior consumidor de agrotóxicos do mundo, e após 2008 assumiu a primeira colocação. Se em 1984 o comércio lucrava cerca de US\$1 bilhão, em 2014, o montante chegou a US\$ 14 bilhões, o equivalente a R\$ 25 bilhões (BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016). É importante destacar que a ampliação do uso de agrotóxicos no Brasil esteve atrelado, desde o início, às estratégias do Estado brasileiro, cuja razões revelam sua dependência ao capital internacional. Sales et al (1986) mostra também esses elementos, bem como as implicações socioambientais dessa escolha do Estado brasileiro.

[...] A razão desse surto de expansão do setor liga-se diretamente às intenções expressas no "Plano de Desenvolvimento Nacional", bem como aos incentivos governamentais para que se incremente o seu uso, através do FUNDAG (Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola), implantado em abril de 1970. Em 1975, foi lançado o PNDA (Programa Nacional de Defensivos Agrícolas), cuja meta principal era a redução da dependência externa de 70% para 50% em 1980. As estimativas existentes previam que como consequência desse programa, a produção de agrotóxicos no Brasil atingiria 123.516 toneladas de princípios ativos em 1980, representando um aumento de 450% em apenas seis anos. Paralelamente ao aumento do consumo do agrotóxicos, evoluíram as técnicas de produção e utilização, sem que tenha havido evolução da necessária infra-estrutura de fiscalização da produção, da venda e dos usos dos agrotóxicos, bem como atualização da legislação vigente. O desenvolvimento de uma economia voltada para exportação fez com que na agricultura brasileira predominassem as monoculturas. Estas propiciaram o aparecimento de pragas antes não existentes, em função da pouca diversidade florística e da alteração primária do ambiente. A tentativa de exterminar as pragas da agricultura provocou a introdução do uso de defensivos agrícolas, e a necessidade de aumentar a produção para responder à demanda externa e interna fomentou o uso dos fertilizantes, químicos. De fato, um dos argumentos comumente usados pelos produtores é o de que, no estágio atual do desenvolvimento da produção, torna-se absolutamente indispensável o uso de produtos químicos na agricultura, como condição única para o aumento da produtividade e expansão da fronteira agrícola. Sob um outro prisma - o da saúde pública - os produtores enfatizam a eficiência dos produtos na erradicação de doenças e enfermidades, principalmente em países tropicais. **Na verdade, os argumentos acima são usados apenas como fachada para esconder a real utilidade da produção: a acumulação de capital para multinacionais.** Os produtos químicos usados em saúde pública são restritos a um pequeno número de compostos químicos. Na agricultura, os agrotóxicos incluem porém inúmeros produtos, largamente utilizados, como consumo crescente nos últimos anos. No entanto, os esforços para dar à agricultura nacional um caráter mais moderno, inclusive com recursos à mecanização em moldes de empresas capitalistas, não oferecem os resultados esperados. O aumento da produção e consumo de agrotóxicos nos últimos anos está nitidamente em contraste com o aumento da produção na agricultura, sendo a última menor que a primeira [...] Assim, grande parte das justificativas para a utilização dos agrotóxicos mostram-se falaciosas quando checadas com os fatos. O que de concreto resulta dessa prática é a grande alteração imposta ao meio como um todo, causando prejuízos inestimáveis à fauna, à flora, às populações rural e urbana, à própria agricultura e à economia nacional. As alterações ambientais são

causadas porque "os agrotóxicos muitas vezes funcionam como agentes heterobióticos causadores de disassociação das proteínas em aminoácidos, tornando as culturas predispostas ao ataque de pragas e moléstias". Por outro lado, determinadas pragas, com o aumento da utilização desses produtos tornam-se resistentes a eles, adquirindo assim maior importância. Há ainda vários exemplos de surgimento de novas pragas em função de utilização contínua dos produtos químicos e casos de destruição parcial e/ou extermínio de insetos úteis (SALES et al, 1986, p. 43-44, destaque nosso)

Segundo Machado e Machado Filho (2014, p. 92) ao final da I Guerra Mundial (1914-1918), os alemães tinham grandes estoques de nitratos, usados na fabricação de explosivos. A indústria química os reciclou e introduziu na agricultura (...). Os autores esclarecem, ainda, que:

Como frutos da guerra, os nitratos foram criados para matar o homem e destruir suas plantações e não para beneficiar a humanidade (GOMEZ, 2012). Os agrotóxicos, igualmente, foram desenvolvidos para a guerra e não para a agricultura! O DDT, criado por Paul Muller, na Suíça, em 1939, foi inicialmente usado na guerra: lançado como inseticida para 'limpar' as áreas de combate das tropas norte-americanas, primeiro na Itália, onde havia uma epidemia de tifo (...) O mesmo se deu com o 'agente laranja', empregado pelos norte-americanos nas guerras contra o Japão e o Vietnã. Esse veneno, que tem a dioxina como princípio ativo, foi responsável pela destruição de dezenas de milhares de quilômetros quadrados de florestas e plantações [...] além das mortes humanas e das sequelas deixadas nas populações sobreviventes". No Brasil, há muitos casos de contaminação por agrotóxicos, que vão desde simples intoxicações até cegueira, distúrbios e disfunções, câncer, danos a fetos, venenos no leite materno e mortes (MACHADO, MACHADO FILHO, 2014, p.92).

Shaffer (1985) também aponta elementos sobre as origens do uso de agrotóxico no mundo, atrelado às guerras, mostrando o cenário ao qual o Brasil inseriu-se, no contexto da expansão das fronteiras agrícolas nos países da América Latina, após meados do século XX. Esse processo vinculou-se, segundo o autor, à dependência financeira e à expansão do capital internacional em direção desses países, como foi o caso das grandes filiais das indústrias químicas Dow Chymical, Bayer, Rhodia, Union Carbide que se instalaram no Brasil, Argentina, México etc, nesse período.

O discurso que alimentava a ideologia da expansão da indústria química remetia-se à resolução do problema da fome, devido ao aumento populacional. Vale ressaltar, que mesmo com o aumento da produtividade agrícola nas últimas décadas, o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2015, mostrou que 836 milhões de pessoas vivem em extrema pobreza e 795 milhões de pessoas passam fome crônica no mundo, questões que negam tal ideologia disseminada.

A expansão da indústria química mundial é relativamente recente e a produção de biocidas está ligada às experiências e uso de venenos como armas de guerra durante a II Guerra Mundial. É apenas no final da década de 40 e, especialmente na década de 50 que começa a generalizar-se a utilização de produtos químicos sintéticos na agricultura [...] Os biocidas (agrotóxicos para os ecologistas e de defensores de uma agricultura

ecológica; defensivos agrícolas para os produtores e defensores da agricultura convencional) passam a ser introduzidos no Terceiro Mundo, quase ao mesmo tempo que nas áreas de produção (EUA, Europa e Japão) a partir de intensas campanhas de divulgação. Nelas os horrores da fome eram apontados como consequências da explosão populacional que verificava-se entre as populações subdesenvolvidas. Concomitantemente estas campanhas mostravam as imagens da abundância do mundo industrial, obtida, nesta linha de raciocínio, pelo emprego maciço de fertilizantes e pesticidas[...] No Brasil, intensifica-se a dependência de produtos importados (matérias primas para o fabrico de insumos, petróleo) e, sobretudo, a dependência financeira. Empréstimos são solicitados, e concedidos, para que se estruture a agricultura de exportação, que exigia a abertura de novas e boas rodovias, melhoria nos protos de embarque, montagem de fábricas de implementos agrícolas etc. (SHAFFER, 1985, p. 64)

Shaffer (1985) mostra, ainda, que essa dependência financeira do Brasil ao capital internacional gerou outros processos como a vinculação do crédito concedido ao agricultor às exigências de parte do total obtido com o uso de agrotóxicos; a formação técnica no âmbito do sistema educacional que passa a enfatizar o modelo agrícola convencional nos cursos de agronomia e veterinária, atingindo também a geografia que passa a disseminar nos livros didáticos uma visão desenvolvimentista, sem que o professor tivesse as condições para realizar uma análise crítica sobre a questão, como enfatiza o autor:

A nível local o crédito concedido ao agricultor trará no seu bojo o compromisso de atender a determinadas exigências, como a aplicação de parte do total obtido na aquisição de agrotóxicos, e a necessidade de orientar sua lavoura segundo aquelas produções financiadas [...] A propaganda e os incentivos colocados a serviço desta agricultura, moderna ou convencional, baseada no uso maciço de produtos químicos e de máquinas, atingirá a formação de quadros técnicos. A reforma no sistema educacional insere-se neste contexto. Os cursos de Agronomia e Veterinária vão enfatizar este modelo agrícola. Na geografia, os textos tradicionais, descrevem países industrializados e dos países subdesenvolvidos, sem análises detalhadas das causas que conduziram a tais diferenciações e dos efeitos genéricos sobre o ambiente e a população, reforçavam a cópia do modelo e, a partir de inclusão da visão desenvolvimentista nos livros didáticos de 1º e 2º grau sem que o professor tivesse, em sua grande maioria, condições de uma leitura crítica [...] o livro de geografia serviu como justificador, para largas porções da população, do modelo assumido pelas classes dirigentes. Desta época são os textos que destacam a “Revolução Verde”, e o trabalho de Norman Borlaug, além do entusiasmo pela tecnologia sofisticada e cara que impartávamos (SHAFFER, 1985, p. 64-65)

A partir dessas transformações, a agricultura camponesa também passou a incorporar o “pacote tecnológico” imposto pelo Estado e capital privado, a exemplo de insumos, ferramentas, equipamentos etc., tratando-se de uma situação diferenciada da agricultura capitalista, isto é, do latifúndio-agronegócio, conforme foi mostrado por Bombardi (2012, p. 78).

No Brasil, segundo o Ibama (MMA, Ibama, 2010), esse aumento no consumo de agrotóxicos está, sem dúvida, vinculado à chamada “expansão da fronteira agrícola” e ao “plantio direto” nessas terras, o que literalmente tem significado a supressão das matas naturais. Claro está que o controle químico das chamadas “ervas daninhas” se faz

necessário para as monoculturas justamente em função da especificidade da agricultura capitalista: em grande escala e com reduzida utilização de mão de obra. O contrário – aliás – da especificidade da agricultura camponesa: pequena escala e intensa utilização de mão de obra; motivo pelo qual a agricultura capitalista se desenvolve, sobretudo, com base nos produtos não cultivados pelos camponeses e que permitem a extensividade através da utilização do pacote químico da “Revolução Verde”.

Londres (2011) também mostrou algumas estratégias do Estado que incentivaram o uso de agrotóxicos no Brasil nas décadas de 1960 e 1970, respectivamente, por meio da política de crédito agrícola, e pela oferta de recursos para criação de empresas nacionais e subsidiárias internacionais de insumos agrícolas, momento em que a FAO e o Banco Mundial promoveram a propagação do pacote tecnológico da “Revolução Verde”, também sob o discurso da necessidade de derrotar a fome no mundo.

No cenário mundial, a FAO (órgão das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) e o Banco Mundial foram os maiores promotores da difusão do pacote tecnológico da Revolução Verde. No Brasil, uma série de políticas levado a cabo por diferentes governos cumpriu o papel de forçar a implementação da chamada “modernização da agricultura”. Neste processo teve papel central a criação, em 1965, do Sistema Nacional de Crédito Rural, que vinculava a obtenção de crédito agrícola à obrigatoriedade da compra de insumos químicos pelos agricultores. Outro elemento chave foi a criação, em 1975, do Programa de Defensivos Agrícolas, no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) que proporcionou recursos financeiros para a criação de empresas nacionais e a instalação no país de subsidiárias de empresas transnacionais de insumos agrícolas (LONDRES, 2011, p. 17-18).

Esses processos foram acentuados nas décadas seguintes, com o viés neoliberal no contexto do desenvolvimento político e econômico do país. A inserção sistemática do Brasil na economia mundial e a continuidade da dependência em relação ao capital internacional teve implicações nas políticas públicas brasileiras voltadas ao campo, que passam a sofrer as consequências das escolhas do Estado, no sentido de pensar caminhos que priorizam as questões econômicas, em detrimento das sociais e ambientais. É nesse contexto que o agronegócio ganha espaço nas áreas de perímetros irrigados, dinamizando a economia, todavia, gerando impactos socioambientais perversos e, algumas vezes, irreparáveis.

4.2 Expansão dos perímetros irrigados e do agronegócio no contexto da mundialização do capital na agricultura

Com o advento do neoliberalismo após a década de 1990, o uso de agrotóxicos tornou-se cada vez mais intenso, momento em que *agronegócio* passou a constituir-se o modelo adotado de forma predominante no Brasil, objetivando a produção de *commodities* (mercadorias) a ser

ofertada ao mercado mundial, processo que envolveu a intensificação da aliança entre o Estado, o capital nacional, associado ao capital internacional de que falava Chico de Oliveira (1981). De acordo com Oliveira (2015), os subsídios para a agricultura de base camponesa – a responsável pela produção de alimentos para consumo interno – passam a ser questionados de forma enfática, colocando em risco a *soberania alimentar* do país. Os Estados neoliberais substituem a política de *soberania alimentar* pela política de *segurança alimentar*, ao passo que criam as condições de controle do mercado dos estoques de alimentos governamentais pelas empresas monopolistas mundiais, conforme esclarece Oliveira (2015, p.240).

Com o neoliberalismo, passou a ocorrer, em primeiro lugar, a pregação neoliberal contra os subsídios, obviamente, uma postura contra a agricultura de base familiar camponesa. Em segundo lugar, os governos neoliberais passaram a reduzir os estoques governamentais de alimentos, por uma subreptícia substituição das políticas de soberania alimentar pela política de segurança alimentar. O neoliberalismo retirou a noção de segurança alimentar da área de saúde pública, onde o conceito é formulado, fundado na qualidade dos alimentos, e levado para as políticas públicas de abastecimento alimentar [...] Em terceiro lugar, as políticas de segurança alimentar dos Estados neoliberais passaram a substituir os estoques governamentais pelos estoques das empresas monopolistas mundiais, tornando o mercado o único regulador do abastecimento alimentar das populações nacionais. Em quarto lugar, foi criada em 1994 a Organização Mundial do Comércio (OMC), como órgão mundial de regulação e de decisões mundiais entre os países com contendas comerciais.

A agricultura brasileira passa a assumir novo lugar no mundo como integrante da mundialização do capital estruturando-se, segundo Oliveira (2015, p. 240), “sobre uma tríade: a produção de *commodities*, as bolsas de mercadorias e de futuro e a formação das empresas monopolistas mundiais”, conforme detalha o autor:

Assim, sob o capitalismo monopolista mundializado, a agricultura passou a estruturar-se sobre uma tríade: a produção de *commodities*, as bolsas de mercadorias e de futuro e a formação das empresas monopolistas mundiais. **O primeiro termo da tríade** teve como objetivo transformar toda a produção do campo em produção de *commodities* (mercadorias) para oferecê-la ao mercado mundial. Ou seja, a produção de alimentos saiu da órbita da geopolítica como questão estratégica nacional, passando a ser simplesmente mais uma mercadoria a ser comprada no mercado mundial, independentemente de onde ela fosse produzida. Isso quer dizer que a lógica neoliberal atua no sentido de tentar converter todo alimento produzido em mercadoria, não para ser consumido pelos que o produziram, mas para ser adquirido por quem tenha dinheiro, onde quer que esteja no mundo [...] **O segundo termo da tríade** são as bolsas de mercadorias e futuro, que passaram a ser o centro regulador dos preços mundiais das *commodities* [...] **O terceiro termo da tríade** foi a formação das empresas monopolistas mundiais, o que permitiu o controle monopolista da produção das *commodities* do campo. Essas empresas monopolistas mundiais têm nas multinacionais suas bases formadoras, ou seja, nasceram pelo processo mundial de investimentos diretos de capitais através das filiais, fusões, associações, aquisições, franquias etc [...] (OLIVEIRA, 2015, p. 240-241, destaque nosso).

Como parte das estratégias do Estado neoliberal, as políticas públicas foram sendo redirecionadas, bem como foram construídas legislações que serviram de estímulo à inserção do capital monopolista no campo, ocorrendo em função das condições de lucratividade ofertadas. É nesse sentido que vinha sendo redesenhada a Política Nacional de Irrigação, passando a incorporar lotes empresariais no âmbito dos projetos de perímetros irrigados, anteriormente direcionados, prioritariamente, à agricultura de tamanho familiar (FREITAS, 2010; LIMA; VASCONCELOS; FREITAS, 2011).

Os perímetros irrigados foram implantados no âmbito da Política de Irrigação na década de 1970. Esse projeto foi concebido no âmbito do governo militar (1964-1985), sob o discurso de reforma agrária e colonização, como estratégia para amenizar os conflitos sociais e ampliar a produtividade do campo no semiárido nordestino, integrando-se ao capital nacional, por sua vez, associado ao capital internacional (OLIVIERA, 1981). Nesse sentido, Diniz (2002, p. 42) afirma que:

O projeto dos perímetros de irrigação fundamenta-se juridicamente no Estatuto da Terra (Lei nº 504, de 30 de novembro de 1964), aprovado na vigência da ditadura militar apresentando, e traz duas propostas bem nítidas no que se refere à política fundiária: a Reforma Agrária e a Colonização, sem que uma excluísse a outra. Sabe-se, entretanto, que a colonização foi uma medida paliativa (...) no intuito de desmobilizar os crescentes conflitos ocorridos no campo, colocando-se também como uma forma de aumentar a produtividade no meio rural, integrando-o ao contexto do capitalismo nacional.

Com base nesses propósitos os perímetros passaram a incorporar, seletivamente, alguns espaços nordestinos detentores das condições que atenderiam aos interesses do capital, processo também denominado de “modernização da agricultura”, conforme destacam Pontes, Gadelha, Freitas et al (2013).

As políticas agrícolas no semiárido brasileiro, desde os anos 1960, vêm acompanhadas da implantação dos perímetros irrigados como estratégia geopolítica de expansão seletiva da *fronteira agrícola*, na perspectiva da indução do desenvolvimento. Os perímetros irrigados são áreas delimitadas pelo Estado para implantação de projetos públicos de agricultura irrigada que, em geral, possuem significativo potencial agricultável, caracterizado pelos solos férteis, presença hídrica, clima favorável e abundante força de trabalho. Estes elementos conjugados às infraestruturas implementadas (canais, piscinas etc.) favorecem ampla produtividade agrícola. Tal estratégia é, agora, retomada pelo governo com grande ênfase e, certamente, vem ao encontro deste capital transnacional que aqui se instala para produzir *commodities* agrícolas, a partir de terra, água e mão de obra, facilidades de infraestrutura e de financiamento, além de condições políticas e institucionais favoráveis (p. 3214).

Com o avanço do agronegócio nas áreas de perímetros públicos irrigados e do uso de agrotóxicos após os anos 1990, diversos impactos negativos relacionados ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e dos camponeses foram identificados. Estudos referentes ao Perímetro Irrigado Jaguaribe Apodi, leste do Ceará mostram as implicações desse modelo de agricultura, dentre eles a concentração de terras, os deslocamentos da população, violência, contaminação do ar e de águas superficiais e subterrâneas por fertilizantes e agrotóxicos etc (PONTES; GADELHA; FREITAS et al, 2013).

Além disso é importante mencionar os incentivos concedidos ao comércio de agrotóxicos pelo Estado brasileiro, por meio de isenções fiscais e tributárias etc, como mecanismos de atrair os empreendimentos do agronegócio, como ressalta a análise de Londres (2011, p 18-19) advertindo, ainda, sobre a existência de isenções complementares ofertadas por alguns estados:

Através do Convênio ICMS 100/97, o governo federal concede redução de 60% da alíquota de cobrança do ICMS (Imposto sobre Circulação de mercadorias e Serviços) a todos os agrotóxicos²¹[...] Além disso, o Decreto 6.006/06²² isenta completamente da cobrança de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) os agrotóxicos fabricados a partir de uma lista de dezenas de ingredientes ativos (incluindo alguns altamente perigosos como o metamidofós e o endossulfam, que recentemente tiveram o banimento determinado pela ANVISA) [...] O Decreto 5.630/05 isenta da cobrança de PIS/PASEP (Programa de Integração Social/ Programa de Formação do Patrimônio do Servidor) e de CONFINS (Contribuição para o Financiamento do Patrimônio da Seguridade Social) os “defensivos agropecuários classificados na posição 38.08 da NCM e suas matérias-primas”. A posição 38.08 da NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) compreende produtos diversos das indústrias químicas como inseticidas, fungicidas e herbicidas. Além das isenções federais, há as isenções complementares determinadas por alguns estados [...]

No caso do Ceará, as isenções para atividades que envolvem o agronegócio constituem elementos explicativos para ampliação do uso nesse estado nos últimos anos. Carneiro, Almeida, Teixeira et al (2011), em levantamento realizado na Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (SEFAZ), detalharam os meios legais pelos quais o Estado oferta reduções e isenções fiscais relativas ao agronegócio, constatando que no estado do Ceará, incidem sobre os agrotóxicos

²¹ O Deputado Federal João Daniel (PT/SE) requereu, em maio de 2015, à presidência da república, a revisão da legislação referente cobrança de impostos sobre a produção e comercialização dos agrotóxicos. Baseou-se nos seguintes argumentos apresentados pela Fiocruz em carta aberta à sociedade alerta para inúmeros trabalhos científicos mostrando a periculosidade desses produtos para a saúde humana, animal e o meio ambiente. Conclusões corroboradas pelo INCA (Instituto Nacional de Câncer) e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO)”, dentre outros elementos como os ajustes fiscais a serem aplicados no país.

²² Revogado pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, que aprova Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI).

isenção total de ICMS, além das isenções concedidas pelos decretos federais de IPI e de PIS/PASEP e COFINS:

a) Agrotóxicos isentos da cobrança de ICMS no Estado do Ceará, por força do Decreto Nº 24.569, publicado em 31 de julho de 1997; b) Agrotóxicos com redução de 60% da alíquota de cobrança do ICMS nos demais estados da federação (à exceção daqueles que se manifestarem em sentido diverso), por força do Convênio Nº 100/97, que teve sua vigência prorrogada até 31.12.2012; c) Agrotóxicos isentos da cobrança de IPI, por força da Tabela de Incidência do IPI, apresentada no Decreto 6.006/06, de 28 de dezembro de 2006; d) Agrotóxicos isentos da cobrança de PIS/PASEP e de COFINS, por força do Decreto 5.630, de 22 de dezembro de 2005 (CARNEIRO; ALMEIDA; TEIXEIRA, et al, 2011, p. 592).

Essas questões estão em consonância com as mudanças da política de irrigação nas últimas décadas que passa a denominar-se de *Projeto Novo Modelo de Irrigação*, prevendo o fortalecimento da “parceria” público-privada, sendo o *agronegócio* o vetor desse processo. Essa orientação, por sua vez, partiu de outro estudo realizado pelo Banco Mundial (2004), também financiador dessa política, que considera a necessária mudança, com foco no *agronegócio* e desconsidera a prioridade para agricultura camponesa. Esses elementos podem ser percebidos nos objetivos específicos do Novo Modelo de Irrigação que visavam “estimular o investimento privado em todas as fases do agronegócio da irrigação, orientar a produção para as oportunidades de mercado e redirecionar a participação do governo na atividade (...)” (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, 2008, p. 12).

De acordo com Banco Mundial (2004, p 73), “a presença de produtores empresariais é um fator-chave de sucesso dos projetos, contribuindo na definição dos cultivos, cadeias produtivas comerciais e logísticas [...]”. Contraditoriamente, reconhece que “a superexploração da água subterrânea nos projetos Jaguaribe-Apodí e Gorutuba conduziu à exaustão dos aquíferos, ameaçando, assim, sua sustentabilidade; em alguns projetos, o uso inadequado de agro-químicos contaminou as águas superficiais e, possivelmente, também as subterrâneas” (BANCO MUNDIAL, 2004, p 73).

O Banco Mundial (2004) apresentou diagnóstico e “sugestões” para as intervenções governamentais brasileiras, no sentido de priorizar o agronegócio nos perímetros públicos. A Nova Política de Irrigação demonstra que o Estado brasileiro segue as orientações do Banco Mundial, expressando dependência ao capital internacional. De acordo com o Banco Mundial o suposto “sucesso” dos perímetros irrigados seria resultado da inserção das empresas nesses projetos, após os anos de 1990, desconsiderando os impactos negativos por ele mesmo apontado. Analisa o caso do Perímetro Irrigado de Morada Nova, no Ceará, dentre outros, considerando que trata-se de

“extremos fracassos econômicos”, revelando, entretanto, as estratégias para entregar os perímetros irrigados nas mãos do capital, isto é, do agronegócio.

Os perímetros que reúnem essas características obtiveram sucesso em seu desenvolvimento, como nos casos do Pólo de Petrolina e Juazeiro [...]. Os projetos Jaíba e Morada Nova, no Norte dos estados de Minas Gerais e do Ceará, respectivamente, constituem exemplos extremos de fracassos econômicos. Esse elevado retorno social gerado pela agricultura irrigada deve-se, em grande parte, ao envolvimento, a partir da década de 1990, de produtores empresariais nos projetos, os quais contribuíram para a reconversão dos cultivos tradicionais em produtos exportáveis de maior valor agregado e mais intensivos em mão-de-obra [...] **Portanto, essa experiência demonstra que sistemas de produção intensivos em capital, em lotes empresariais, têm sido consideravelmente mais efetivos na redução da pobreza do que os sistemas tradicionais de pequenas propriedades** (BANCO MUNDIAL, 2004, p. 71-72, destaque nosso).

É nesse sentido que está sendo regulamentada a nova Lei de Irrigação, nº. 12.787, de 2013, que fundamenta a Política de Irrigação, apontando como um dos seus objetivos “concorrer para o aumento da competitividade do agronegócio brasileiro” (BRASIL, 2013). Como parte dessa estratégia foi lançada a segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2), tendo como meta o investimento de recursos públicos da ordem de R\$ 6,9 bilhões para a expansão dos perímetros irrigados, visando à ampliação da área abrangida pelos perímetros já existentes em 193.137 hectares e a instalação de novos perímetros em 200.000 hectares (PONTES, GADELHA, FREITAS et al, 2013).

Isso significa que, se o cenário atual é preocupante em relação ao uso de agrotóxicos, resultante do modelo de agricultura adotado no Brasil, a situação pode se agravar ainda mais, se a meta estabelecida pela política pública de irrigação se efetivar. No Ceará, cerca de 100 mil hectares foram desapropriados para implantação de perímetros públicos, gerando intensos problemas para o meio ambiente, camponeses e trabalhadores assalariados nas áreas implantadas (FREITAS, 2010). Junto com a expansão dos perímetros irrigados, vem o agronegócio e o pacote de veneno, e, conseqüentemente, a lastro de intoxicações e contaminação ambiental.

4.3 Intoxicações e contaminação pelo uso de agrotóxicos em áreas de perímetros irrigados do Baixo Jaguaribe: reflexos do papel do Estado na agricultura brasileira

O Baixo Jaguaribe é um território expressivo dos impactos negativos de agrotóxicos no Ceará, questão evidenciada por diversas pesquisas científicas, desencadeando a insurgência das lutas de sujeitos sociais e políticos, como as resistências às políticas do Estado e ao agronegócio. Nesse território ocorreu a primeira experiência da Política Nacional de Irrigação no estado do

Ceará, resultante do avanço dos perímetros irrigados do Nordeste, por meio da atuação do DNOCS (FREITAS, 2010).

No Baixo Jaguaribe foram implantados quatro perímetros irrigados: o Perímetro de Morada Nova; o Perímetro Irrigado de Jaguaruana; o Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi; e, o Perímetro Irrigado Tabuleiros de Russas. Estes dois últimos integram a nova fase da Política de Irrigação, incorporando lotes empresariais, ou seja, do agronegócio. Já os Perímetros Morada Nova e Jaguaruana foram construídos na fase inicial dos projetos de irrigação, incorporando a agricultura de base familiar, embora tenha expropriado parte dos camponeses desapropriados à época.

A estratégia do Estado no Ceará de apoio a essa política nacional e ao modelo de agronegócio foi a criação da Secretaria de Agricultura Irrigada, em 1999 (FREITAS, 2010). O governo estadual instituiu, em 1998, a Coordenação da Agricultura Irrigada do Ceará, sob o comando de um empresário ligado ao agronegócio, nomeado um ano depois para a referida Secretaria. Foi elaborado o Programa Cearense de Agricultura Irrigada-PROCEAGRI que estabeleceu, dentre os seus projetos, o Agropolos, concebido nas mesmas características do empreendimento integrado, do Programa Brasil em Ação, do Governo federal à época, visando um ambiente de parceria e cooperação empresa-Estado (SABADIA, et al, 2006).

De acordo com o programa, foram definidos seis Agropolos de atuação no Ceará (Figura 10): metropolitano; Baixo-Jaguaribe; Ibiapaba; Baixo-Acaraú; Centro-Sul; e, Cariri. O apoio à comercialização e à exportação constituíram algumas das ações do Agropolos, voltados ao agronegócio de frutas, flores etc (SABADIA et al, 2006). Esses projetos, vinculam-se aos parâmetros dos perímetros irrigados, atrelando-se à teoria dos “pólos de desenvolvimento” (ANDRADE, 1977), aplicada ao Nordeste brasileiro.

Esses programas e ações do Estado cearense, como acompanhamento às políticas dos governos federais, apresentam forte apelo aos parâmetros neoliberais, principalmente nos mandatos dos governos de Tasso Jereissati (1995-2002), do PSDB; Cid Ferreira Gomes (2007-2014), do PSB/PROS, pautados na “parceria” público-privado e na articulação com o mercado internacional, postura que tem se mantido no governo de Camilo Santana, do PT (2015-atual), embora com algumas especificidades diferenciadas desses primeiros. De acordo com o estudo de Carvalho (2005, p. 91-92):

Os elementos basilares do Pacto do Ceará foram incorporados aos planos de Governo do Estado, entre os anos de 1995 a 2003, dentre os quais se destacam a descentralização do estado, a parceria público-privado e a gestão compartilhada. Para o Ceará Rural, a operacionalização desses princípios dirige-se, fundamentalmente, à agricultura de irrigação, posta pelas instâncias governamentais como área focal de irradiação do “crescimento econômico estadual com desenvolvimento social”, objetivo-síntese

anunciado em quase duas décadas de gestão “mudancista” no Estado [...] de acordo com as instâncias governamentais, a agricultura de irrigação, sob a ótica do agronegócio, foi a estratégia utilizada pelo governo para modernizar e alavancar o setor primário cearense, baseada, sobretudo, na vocação do estado para a fruticultura.

Atualmente, como continuidade desse processo, foi criada a Secretaria do Desenvolvimento Econômico (SDE), por meio da Lei Nº15.773, de 10 de março de 2015, de acordo com o decreto 31.6791, de 23 de março de 2015. Dentre os objetivos da SDE destacam-se: aprovar e acompanhar projetos de investimentos no setor de indústria, comércio, turismo e agronegócio de médio e grande porte; avaliar a possibilidade quanto à formatação de projetos de infraestrutura concebidos na forma de parcerias público-privadas (Programa PPP); desenvolver e fomentar a promoção comercial de âmbito nacional e internacional; avaliar e monitorar a política de incentivos fiscais, financeiros ou tributários do Estado; planejar e desenvolver programas de apoio e incentivos aos pequenos negócios, dentre outros²³.

Com a finalidade de executar as políticas e diretrizes oriundas da SDE, o governo criou a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (ADECE), competindo à mesma a execução da política de desenvolvimento econômico, industrial, comercial, de serviços, agropecuário e de base tecnológica, articulando-se com os setores produtivos e atraindo e incentivando investimentos, além de criar condições para a competitividade dos setores econômicos do Estado do Ceará, atuando nas áreas de mineração, indústria, agronegócio empresarial, comércio, serviços e energia²⁴.

A ADECE tem utilizado os números das exportações do agronegócio para justificar as ações e os incentivos do Estado, porém, desconsidera a socialização das perdas e seus impactos negativos no estado. É notório o crescimento das exportações das frutas (e da água) no Ceará, principalmente para o mercado europeu. O Baixo Jaguaribe participa desses números, em relação às exportações do estado, como pode ser verificado nos dados do IPECE, em relação ao ano de 2015 (Mapa 2). Do mesmo modo que essa região tornou-se o celeiro dos impactos do agronegócio e dos agrotóxicos no Ceará.

De acordo com os dados da ADECE (2013), as exportações de frutas cearenses passaram de US\$ 3.224 milhões em 2000, para US\$ 131,604 milhões no ano de 2008, tendo um decréscimo em 2012 em função da “crise hídrica” iniciada a partir desse período, mesmo assim,

²³ De acordo com site oficial do governo do Estado. Disponível em: <<http://www.cede.ce.gov.br/cede/paginas/legislacao-cede>>. Acesso em: 8 abr. 2016

²⁴ Conforme apresentado no site oficial do governo do estado. Disponível em: <http://www.adece.ce.gov.br/index.php/sobre-a-adece?select_wlcombo_plus=http%3A%2F%2Fwww.cede.ce.gov.br%2F>. Acesso em: 8 abr. 2016

atingiu o montante de US\$ 108,1 milhões. Nesse último ano (2012) as culturas exportadas foram: melão (72%); banana (9,1%); melancia (8,5%); manga (4,1%); mamão (0,9%); e, outras frutas (4,8%). Os principais mercados para esse mesmo período (2012) foram, respectivamente: Holanda, Reino Unido, Espanha, Alemanha, Itália, Estados Unidos, Irlanda e Canadá (ADECE, 2013).

Mapa 2 – Exportações, segundo os municípios do estado do Ceará, 2015.

Fonte: IPECE (2017)

O volume da produtividade e lucratividade do agronegócio nas áreas de agropolos/perímetros de irrigação, tem sido proporcional aos impactos negativos gerados, a

exemplo daqueles oriundos dos agrotóxicos. Vale salientar, entretanto, que o uso de agrotóxicos na região do Baixo Jaguaribe tem sido ampliado também pelos camponeses, embora o maior volume seja utilizado pelo agronegócio (RIGOTTO, 2011), quadro que não se diferencia do restante do país.

O uso de agrotóxico pela pequena propriedade no Brasil tem sido resultante da subordinação da renda da terra camponesa ao capital monopolista, conforme foi discutido no trabalho de Bombardi (2011b. p. 1-2), com base na análise do Censo Agropecuário de 2006, no qual mostra que mais de um terço das pequenas propriedades usam agrotóxicos no país.

Se analisarmos o consumo de agrotóxicos pelas pequenas propriedades, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE), verificaremos que dentre aquelas que têm entre 0 e 10 hectares, 23,7% utilizaram agrotóxicos e 2,9%, embora não tivessem utilizado no ano do Censo, costumam utilizar. Isto significa que dentre as menores propriedades do Brasil, 27% lançam mão do uso de agrotóxicos. Já entre as propriedades que têm entre 10 a 100 hectares, a porcentagem daquelas que utilizaram agrotóxicos no ano do Censo alcançou 33,2%, se consideradas aquelas que utilizam, mas não utilizaram no ano do Censo, este número chega a 36%. Estes dados são reveladores de um intenso processo de subordinação da renda da terra camponesa ao capital monopolista: mais de 1/3 das pequenas propriedades no Brasil utilizam venenos.

As intoxicações, óbitos e a contaminação ambiental por uso de agrotóxicos são alguns dos impactos decorrentes do uso de agrotóxicos no Ceará, identificados por estudos científicos e através de levantamento realizados por órgãos do Estado, relacionados à saúde e ao gerenciamento dos recursos hídricos. O Ceará tem se destacado no âmbito do país, em termos de uso, intoxicação e mortes por agrotóxicos de uso agrícola, como tem sido mostrado por diversos estudiosos brasileiros. Um desses estudos mostra a espacialização desse fenômeno também em outros estados nordestinos, como pode ser verificado em mapa produzido por Bombardi (2017), na sequência (Mapas 3).

Nos referido Mapa 3, podem ser observadas as áreas dos estados nordestinos em que esse processo ocorre de forma mais perceptível, coincidindo com as áreas que incorporam a Política Nacional de Irrigação, coordenada pelo DNOCS, portanto, espaços de expansão do agronegócio. O quadro de intoxicações compreende, também, a faixa que se estende os caminhos do rio São Francisco. Essa última faixa coincide com os polos de irrigação coordenados pela CODEVASF, como pode ser verificado no mapa de localização dos polos de irrigação do Nordeste (Mapa 4), segundo o estudo realizado por Buainain e Garcia (2015).

Mapa 3 – Intoxicação por agrotóxicos de uso agrícola, Brasil (2007-2014)

Fonte: Bombardi (2017).

Mapa 4 – Polos de Irrigação do Nordeste (DNOCS e CODEVASF)

Fonte: Buainain e Garcia (2015).

O Mapa 3 identifica, ainda, que o problema é bastante acentuado nas regiões Sul e Centro Oeste do país. O número de intoxicações decorrentes do uso de agrotóxicos no celeiro do agronegócio (com a produção de soja, milho etc.) evidencia que por onde o agronegócio passa os agrotóxicos o acompanha, junto com eles, a contaminação e a morte. Nos casos que aparecem com número reduzido de notificações, vale lembrar os casos não registrados, visto que esse quadro pode ser 50 vezes maior, já que a cada notificação, estima-se 50 não informados (PERESA; ROZEMBERGA; ALVES et al, 2001).

Com base na análise do estudo de Bombardi (2017)²⁵, sobre as intoxicações agudas por agrotóxicos de uso agrícola no Nordeste e no estado do Ceará, referente ao período de 2007 a 2014, a partir de dados oficiais do Ministério da Saúde/SINAN, pode-se verificar os maiores índices de intoxicações por municípios. O Ceará é um dos estados nordestinos que apresenta os maiores índices de intoxicações. Parte significativa dos municípios que incorporam a política pública de perímetros irrigados (DNOCS) e áreas de expansão do agronegócio no Ceará, corresponde aos que apresentam os maiores índices de intoxicações, como mostra o mapa na sequência (Mapa 5).

Essas intoxicações agudas foram evidenciadas em 100% dos 20 municípios do Ceará que incorporam Perímetros Irrigados, coordenados pelo DNOCS. Desses 20 (vinte) municípios, 3 (três) estão incluídos entre os que apresentam os maiores índices de intoxicações no estado, referindo-se aos municípios de Bela Cruz, Sobral e Varjota, correspondendo a faixa de 26,14 a 74,12 casos em relação à população do município, utilizando a escala de um para cada cem mil habitantes. Na sequência, encontram-se os municípios de Limoeiro do Norte, Morada Nova e Tabuleiros de Russas (faixa de 19,05 a 26,13 casos); Quixeré, Acaraú, Paraipaba, Forquilha, Reriutaba e Cariré (faixa de 14,32 a 19,04 casos). Nesses municípios encontram os Perímetros Irrigados Araras Norte, Ayres de Souza e Baixo-Acaraú, Jaguaribe-Apodi, Morada Nova, Curu-Paraipaba, Forquilha e Araras Norte, sendo que alguns perímetros incorporam mais de um município (Mapa 6).

Se correlacionarmos os municípios que apresentam as maiores intoxicações agudas com o uso de agrotóxicos por estabelecimentos agrícolas em relação ao total utilizado por município, as áreas que apresentam os maiores índices coincidem também com as áreas de perímetros irrigados do Ceará (Mapa 7).

²⁵ De acordo com o estudo de Bombardi (2017).

Mapa 5 – Intoxicações por agrotóxicos de uso agrícola no Nordeste e Ceará (2007-2014)

INTOXICAÇÃO POR AGROTÓXICOS DE USO AGRÍCOLA/Perímetros Irrigados do Nordeste/Ceará (DNOCS)

NORDESTE INTOXICAÇÃO POR AGROTÓXICO DE USO AGRÍCOLA Municípios (2007-2014)

CEARÁ INTOXICAÇÃO POR AGROTÓXICO DE USO AGRÍCOLA Municípios (2007-2014)

Legenda

- Perímetros Irrigados do Nordeste/Ceará (DNOCS)
- Perímetros Irrigados do Baixo Jaguaribe (DNOCS)

- Baixada Ocidental Maranhense
- Tabuleiros de São Bernardo
- Várzea dos Flores
- Tabuleiros Litorâneos do Piauí
- Lagoas do Piauí
- Caldeiro
- Platôs de Guadalupe
- Gurguéia
- Fidalgo
- Araras Norte
- Ayres de Souza
- Baixo Acaraú
- Forquilha
- Curu-Pentecoste
- Curu-Paraipaba
- Morada Nova
- Jaguaruana
- Tabuleiros de Russas
- Jaguaribe-Apodi
- Ema
- Itô-Lima Campos
- Várzea do Boi
- Quixabinha
- Pau dos Ferros
- Cruzeta
- Itans
- Sabuti
- Baixo-Açu
- São Gonçalo
- Engenheiro Arcoverde
- Sumé
- Boa Vista
- Cachoeira II
- Custódia
- Moxotó
- Vaza Barris
- Jacurici
- Brumado

Elaboração:
Profa. Dra. Larissa Mies Bombardi (2017)
Doutoranda Bernadete Maria Coêlho Freitas (2017)

Mapa 6 – Intoxicações por agrotóxicos de uso agrícola em perímetros irrigados do Ceará (2007-2014)

Fonte: Bombardi (2017); elaborado por Bernadete Maria Coêlho Freitas (2017).

Mapa 7- Uso de agrotóxicos em estabelecimentos agrícolas no Ceará (2006)

No Baixo Jaguaribe, os municípios que apresentam os maiores índices de intoxicações (Limoeiro do Norte, Quixeré e Russas) correspondem a espaços de expansão do agronegócio, principalmente de fruticultura voltada para exportação, embora uma parte destinada ao mercado interno (banana, melão, abacaxi, milho, soja-semente, etc). Morada Nova, por sua vez, trata-se de um perímetro com predominância da agricultura camponesa que incorporou o pacote tecnológico da “revolução verde” na produção de rizicultura irrigada e, atualmente, convivem com a sujeição da renda da terra ao capital, por meio do comércio de agrotóxicos, questão que será apresentada posteriormente.

Esses dados dialogam com os estudos realizados recentemente pela UFC/TRAMAS, que demonstram os riscos dos agrotóxicos para a saúde e ambiente, principalmente as pesquisas coordenadas e orientadas pela Professora Raquel Rigotto, da Universidade Federal do Ceará (UFC)²⁶, no Baixo Jaguaribe, desde o ano 2007, mostrando a intensa exposição do ponto de vista ocupacional, em relação aos agrotóxicos, gerando níveis elevados de intoxicações, o que remete a um grave problema de saúde do trabalhador e pública. Recentemente vem apresentando também dados sobre os efeitos crônicos dos agrotóxicos na região.

Inicialmente, a pesquisa analisou 540 trabalhadores (341 do agronegócio e 199 da agricultura camponesa), de modo que este último segmento foi dividido em duas categorias, sendo uma delas com 34 trabalhadores de Comunidade Agroecológica e Assentamento Bernardo Marin II (MST), localizado no entorno do Perímetro Tabuleiro de Russas (RIGOTTO, 2011; PONTES; GADELHA; FREITAS, et al, 2013).

O uso de agrotóxicos e fertilizantes nos cultivos foi relatado pelos trabalhadores dos três segmentos estudados, sobressaindo-se no ramo do agronegócio (99,1%) e agricultores familiares camponeses (93,9%). Cabe salientar que o segmento Comunidade Agroecológica e Assentamento Bernardo Marin II composto por 43 trabalhadores, somente os agricultores assentados (55,8%) utilizam agrotóxico no cultivo de suas lavouras (...) em escala bem menor do que a verificada no segmento agronegócio (...) (RIGOTTO, 2011, p. 319-320).

[...] Entre os trabalhadores examinados, 46,6% queixaram-se de problemas de saúde e os relacionaram aos agrotóxicos, e 43,3% referiram quadros que podem ser considerados como intoxicação aguda em algum momento da vida. Entre os problemas atuais de saúde, destaca-se a alta prevalência de relatos de problemas neurológicos (78,45%). Transtornos mentais comuns, avaliados por meio do Self Report Questionnaire (SRQ20), foram encontrados em 24,3% dos trabalhadores do agronegócio e da agricultura familiar, o que pode ser compreendido como resultante, além da exposição aos agrotóxicos, da relação com todo o contexto de transformação no modo de vida do camponês empregado (PONTES; GADELHA; FREITAS; et al, 2013. p. 3217).

²⁶ Pesquisa coordenada pela professora Dra. Raquel Maria Rigotto, intitulada “Estudo epidemiológica da população da região do Baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos”, contemplada no edital: MCT-CNPq/MS-SCTIE-DECIT/CT – Saúde – Nº24/2006.

A referida pesquisa mostra que em três municípios do Baixo Jaguaribe (Limoeiro do Norte, Russas e Quixeré) que incorporam o agronegócio e os perímetros irrigados Tabuleiros de Russas e Jaguaribe-Apodi, foi evidenciada taxa de mortalidade por câncer 38% maior nesses municípios, quando comparados a outros 12 municípios-controle da região que desenvolvem agricultura de sequeiro (RIGOTTO et al., 2013). Esses dados foram apresentados também em Rigotto (2011, p. 127):

Comparando os municípios de Limoeiro do Norte, Quixeré e Russas, onde avança há dez anos o agronegócio da fruticultura irrigada para exportação, com outros doze municípios do Ceará pareados por população e que desenvolvem apenas agricultura de sequeiro, com pequeno uso relativo de agrotóxicos, verificamos que a taxa de mortalidade por neoplasias foi 38% maior nos municípios onde está o agronegócio, assim como a taxa de internações por abortos foi 40% maior neles, entre outros indicadores relevantes para os diversos efeitos crônicos dos agrotóxicos.

De acordo com os resultados apresentados no livro “Agrotóxicos, Trabalho e Saúde”, coordenado pela Profa Raquel Rigotto, com base na pesquisa desenvolvida nos municípios de Limoeiro do Norte, Russas e Quixeré-CE, entre 2007 e 2011, verificou-se, dentre outros, que:

- a) mais de 97% dos trabalhadores do agronegócio e dos agricultores familiares/camponeses dos municípios estudados estão expostos a agrotóxicos;
- b) foi possível identificar o uso de 90 ingredientes ativos, pertencentes a 25 grupos químicos diferentes, sendo 68,5% deles classificados como extremamente tóxicos ou muito tóxicos;
- c) entre os trabalhadores do agronegócio a exposição é mais frequente e tem caráter regular (cerca de 70% deles teve o último contato com agrotóxicos entre 12 e 24 horas antes da entrevista), já a exposição dos agricultores familiares é de caráter eventual, a maioria declarou ter tido contato há mais de sete dias.

Considerando que mais de 97% dos trabalhadores do agronegócio e dos agricultores familiares/camponeses dos municípios estudados estão expostos a agrotóxicos, significa dizer que esse uso de agrotóxicos pelos camponeses é revelador do processo de sujeição da renda da terra camponesa pelo capital, visto que os venenos são responsáveis por parte significativa dos gastos da produção. Percebe-se, assim, que o uso pelos camponeses além favorecer a perda da renda da terra para ao capital comercial e industrial, gera o adoecimento dos mesmos. No caso dos trabalhadores rurais do agronegócio, os agrotóxicos têm implicado, inclusive, em óbito.

O estudo mostrou a repercussão da exposição dos agrotóxicos sobre a função hepática de trabalhadores, chegando a comprovação científica do caso de um óbito por hepatopatia crônica

tóxica de um deles que trabalhava em empresa de monocultivo do abacaxi, na Chapada do Apodi, conforme esclarecem os autores:

Chama atenção ainda a repercussão dessa exposição a agrotóxicos sobre a função hepática dos trabalhadores: os indicadores apareceram em 53% da amostra de trabalhadores do agronegócio do abacaxi na região. **Merece destaque a ocorrência de óbito de trabalhador de 29 anos, do monocultivo do abacaxi, por hepatopatia crônica tóxica.** Na investigação sobre casos de câncer, foi averiguada incidência de neoplasias em trabalhadores rurais do sexo masculino através de dados secundários, em hospital de referência no Estado do Ceará, comparando-se casos entre agricultores e não agricultores, em série histórica de 2000 a 2006 e calculando-se a Razão Proporcional de Incidência de Câncer (PCIR), ajustada por idade. O resultado apresentou risco de câncer maior para os agricultores em 15 das 23 localizações anatômicas estudadas, como pênis (6,44), leucemias (6,35) e testículos (5,77) (PONTES; GADELHA; FREITAS; et al, 2013. p. 3217, destaque nosso).

A pesquisa identificou também a contaminação de água que abastecia comunidades da Chapada do Apodi. A pesquisa analisou 23 amostras de água coletadas nos canais que abastecem as comunidades, nas caixas d'água e poços profundos da referida Chapada. Foi verificado a contaminação por agrotóxicos da água disponibilizada para consumo humano e das águas subterrâneas, em 100% das 23 amostras analisadas, identificando-se a presença de 3 a 12 ingredientes ativos diferentes em cada amostra. O estudo partiu de metodologia que permitiu caracterizar o contexto de risco e a exposição aos agrotóxicos a partir de diferentes técnicas, incluindo as amostras analisadas no Laboratório do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Ambientais Avançados (NIEAMBAV), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). As análises foram realizadas utilizando a técnica de Cromatografia Líquida acoplada a Espectrometria de Massas com Ionização Electrospray - LC-MS (MARINHO; CARNEIRO; ALMEIDA, 2011, p.196-199).

De acordo com o estudo, nos últimos 10 anos, houve o lançamento sobre a região da Chapada (onde se encontra o Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi) por pulverização aérea, aproximadamente 4 (quatro) milhões de litros de calda extremamente tóxica ou muito tóxica, altamente persistente no meio ambiente e muito perigosa, como mostram alguns autores da pesquisa.

É necessário atentar que, considerando-se o total de 2.950 hectares de cultivo de banana, tem-se o lançamento de 73.750 litros de calda tóxica a cada pulverização. Como, segundo a informação colhida, são realizadas no mínimo seis pulverizações durante a quadra invernal, tem-se um total de 442.500 litros lançados na Chapada por ano, desde 2000. Ou seja, ao longo dos últimos 10 anos, pode-se estimar o lançamento sobre a região de 4.425.000 litros de calda tóxica extremamente ou muito tóxica, altamente persistente no meio ambiente e muito perigosa (MARINHO; CARNEIRO; ALMEIDA, 2011, p. 175).

No âmbito dos efeitos crônicos, a pesquisa de Barbosa (2016) mostra a relação entre câncer infanto-juvenil e os polos de irrigação do Ceará. A pesquisa alertou sobre o problema dos

registros nos sistemas de notificações, defendendo a necessidade de o Sistema Único de Saúde (SUS) “investir em capacitações para melhoria dos registros nos sistemas de notificação, além de investigação sobre a história ocupacional e ambiental dos casos notificados e incentivar ações de educação em saúde que visem reduzir os fatores de riscos associados à carcinogênese” (BARBOSA, 2016, p. 101).

Entretanto, mesmo com as dificuldades dos dados, a pesquisa mostra que “na correlação espacial dos casos de câncer com os polos de irrigação, percebeu-se que as maiores concentrações de casos estão nas microrregiões que apresentam polos de irrigação”, afirmando também que “foi verificado nos relatos de casos de crianças e adolescentes do Baixo Jaguaribe que o fator de risco para câncer mais presente foi o de exposição a agrotóxicos [...]” (BARBOSA, 2016, p. 7).

Realizando uma análise por microrregião do estado do Ceará no período de 2000 a 2011, nota-se que as quatro microrregiões que apresentaram mais casos de câncer foram: Fortaleza (49,9%), Sobral (4,0%), Baixo Jaguaribe (3,7%) e Cariri (3,5%), a partir do total de casos registrados nesse período. Sabe-se que Fortaleza, Sobral e Barbalha (Cariri) são sedes de macrorregiões para tratamento do câncer e que alguns pacientes acabam fornecendo endereço de procedência nessas sedes, mesmo sendo de outros municípios. Entretanto, o Baixo Jaguaribe não, o que pode significar que esse número de casos registrados com procedência dessa microrregião, realmente seja desta área, além dos casos que deram o endereço de Fortaleza, sendo possível que o número seja maior do que os 3,7% identificados neste estudo (BARBOSA, 2016, p. 60).

E, mais recentemente, no segundo semestre de 2017, foram defendidas duas dissertações, vinculados ao TRAMAS/UFC. Uma delas trata da exposição aos agrotóxicos e efeitos crônicos sobre a saúde humana na Chapada do Apodi, realizada por Aguiar (2017). A outra refere-se à desinvisibilização das causas de câncer, tomando como referência uma série histórica a partir da Seguridade Social no Ceará, caracterizando os contextos de exposições aos agrotóxicos no Baixo Jaguaribe, realizado por Diógenes (2017). Ambos estudos constituem importantes avanços em relação aos indicativos relacionadas aos efeitos dos agrotóxicos à saúde humana no Baixo Jaguaribe.

Outra pesquisa relevante sobre a questão relacionada ao uso de agrotóxicos na região trata-se do trabalho de Ferreira Filho (2013) com 50 trabalhadores rurais (da agricultura de base familiar e do agronegócio) do Baixo Jaguaribe, no município de Limoeiro do Norte. O estudo concluiu que a exposição crônica aos agrotóxicos implicou em alterações cromossômicas em células da medula óssea. Das amostras viáveis analisadas, 11 apresentaram significativas alterações cromossômicas. Dentre as conclusões o estudo mostra que “a exposição crônica aos agrotóxicos leva à ocorrência de alterações cromossômicas em células da medula óssea. As

anormalidades encontradas são semelhantes às alterações descritas em doenças clonais da medula óssea como síndromes mielodisplásicas e leucemias mielóides agudas” (FERREIRA FILHO, 2013, p. 68). Esse estudo é demonstrativo do uso de agrotóxicos pela agricultura camponesa, o que também revela a sujeição da renda da terra pelos agrotóxicos, embora a maior parcela estudada refira-se a trabalhadores do agronegócio de empresa agrícola da banana.

Fizeram parte deste estudo 50 trabalhadores rurais moradores de comunidades dos municípios de Limoeiro do Norte e Potiretama - CE. Após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, apenas 43 puderam ser avaliados quanto à exposição aos agrotóxicos. Dos 43 trabalhadores avaliados, 23% representava o grupo que trabalha apenas com agricultura familiar, 18% pertencia ao grupo com mais de cinco anos sem exposição a agrotóxicos, que atualmente praticam agricultura ecológica e 58% pertencia ao grupo de trabalhadores do agronegócio da banana [...]. Após a cultura de células hematopoéticas para citogenética, foi realizada análise cromossômica em 43 casos. Em 13 (30%) casos não houve crescimento celular suficiente e não foram encontradas metáfases para avaliação da estrutura dos cromossomos. Entre os casos com resultados de citogenética, 63% revelaram ausência de anormalidades com cariótipo normal (46,XY[20]). **Foram detectadas alterações cromossômicas nas células de 11 (25%) trabalhadores rurais** (FERREIRA FILHO, 2013, p. 51-54, destaque nosso)

Além das implicações à saúde, outros estudos também verificaram a contaminação da água subterrânea por agrotóxicos no Baixo Jaguaribe. Um desses foi realizado pelo próprio Estado, através da COGERH (2009), referente ao Aquífero Jandaíra, na Chapada do Apodi, como pode ser percebido um dos seus resultados (Quadro 9). A presença de agrotóxicos no período de junho de 2008 e a ausência em outubro do mesmo ano deve-se ao fato de ocorrer maior intensidade de precipitações na primeira metade do ano, implicando em maior infiltração das águas no solo e, conseqüentemente, maiores índices de contaminação.

Em relação à contaminação do ar, o estudo de Sousa (2015) confirmou a presença do glifosato na atmosfera do Baixo Jaguaribe, a partir do estudo de caso do município de Limoeiro do Norte. A pesquisa verificou a presença do referido herbicida no campo e na cidade e demonstrou que os níveis de glifosato encontrados nas áreas urbana e rural desse município são dezenas a centenas de vezes superiores aos encontrados em literaturas referentes a outros países.

O glifosato foi apresentado em maiores concentrações na área urbana que, segundo a autora, esses maiores níveis “podem ser atribuídos a dispersão dos poluentes pela ação dos ventos da zona rural para zona urbana e também pelo uso doméstico desse herbicida na zona urbana” (SOUSA, 2015, p. 61). Vale lembrar o uso de agrotóxicos por pulverização aérea em Limoeiro do Norte, na Chapada do Apodi, principalmente na monocultura da banana, questão que pode ser relacionada com tais resultados. Segundo Sousa (2015, p. 61):

As concentrações de glifosato no material particulado das áreas urbana e rural variaram entre 0,009 e 2,576 $\mu\text{g}/\text{m}^3$ e de 0,002 e 0,144 $\mu\text{g}/\text{m}^3$ respectivamente, e em geral, os maiores níveis da zona urbana podem ser atribuídos a dispersão dos poluentes pela ação dos ventos da zona rural para zona urbana e também pelo uso doméstico desse herbicida na zona urbana. No município de Limoeiro do Norte, o herbicida glifosato foi detectado (0,313 a 2,939 $\mu\text{g}/\text{m}^3$) na atmosfera em todas as amostras coletadas na área rural, incluindo áreas agrícolas e não agrícolas. O glifosato na forma de aerossol atmosférico foi a principal forma de apresentação deste herbicida. Embora os impactos atmosféricos dos agrotóxicos sejam mais prováveis nas proximidades das áreas de aplicação, **os níveis de herbicidas encontrados nas zonas urbana e rural foram dezenas a centenas de vezes maiores que os relatados na literatura em outros países**, o que certamente pode ser considerado preocupante do ponto de vista da saúde ambiental (SOUSA, 2015, p. 61, destaque nosso).

Quadro 9 – Contaminação por agrotóxicos da água subterrânea, Chapada do Apodi, Ceará, 2008.

Nº	Amostra	Junho/2008		Outubro/2008	
		Agrotóxico	Conc. ($\mu\text{g}/\text{L}$)	Agrotóxico	Conc. ($\mu\text{g}/\text{L}$)
1	COG/TAN/0017	-	-	-	-
2	*COG/TAN/0001	Ciromazina Diazinona	0,02 0,03	-	-
3	COG/ALS/0005	Diazinona	0,01	-	-
4	COG/LIN/0017	-	-	-	-
5	*COG/LIN/0030	Diazinona	0,01	-	-
6	COG/QUE/0083	-	-	-	-
7	*COG/QUE/0043	Flutriafol	0,01	-	-
8	COG/QUE/0105	-	-	-	-
9	COG/QUE/0137	-	-	-	-
10	*COG/QUE/0020	Flutriafol Propiconazol (I e II)	0,02 0,05	Ametrina	0,03

Fonte: COGERH (2009)

Essas implicações do uso de agrotóxicos podem atrelar-se, ainda, aos dados da pesquisa realizada por Gama, Oliveira e Cavalcante (2013), que evidencia uma grande heterogeneidade de marcas de produtos e de princípios ativos dos agrotóxicos utilizados no Baixo Jaguaribe. O trabalho aponta a utilização de 151 princípios ativos diferentes, pertencentes a 201 marcas comerciais na região do Baixo Jaguaribe. A problemática é atribuída pelos autores ao

avanço do agronegócio, “incentivos ao pequeno e médio agricultor” e, sobretudo, pelos incentivos fiscais.

O grande número de agrotóxicos administrados nessa região é reflexo do aumento da área de plantio, impulsionado pelo crescimento no agronegócio e pela melhoria e incentivos ao médio e pequeno agricultor e, principalmente, pela isenção de impostos. A análise mostrou uma nova realidade no semiárido nordestino, uma vez que nas décadas de 80 e 90 poucas lojas de produtos agrícolas eram encontradas na região e o uso de agrotóxicos era reduzido e limitado a poucas marcas e princípios (...) A diversificação de produtos agrícolas administrados na região estudada, bem como dos princípios ativos, é bem maior quando comparada com estudos nas regiões Sul e Sudeste. Isso torna a região dos perímetros de irrigação dos municípios de Russas, Morada Nova, Limoeiro do Norte e Quixeré um dos maiores e mais diversificados no uso de agrotóxicos no país (GAMA; OLIVEIRA; CAVALCANTE, 2013, p. 464).

Diante desse quadro, a expansão do agronegócio e do uso de agrotóxicos tem motivado a reação de camponeses, trabalhadores rurais, movimentos sociais, universidades, entidades vinculadas à igreja católica, sindicatos e parlamentar, que denunciam e buscam alternativas, no sentido de construir políticas públicas que incentivem formatos de agricultura camponesa de base agroecológica e, ao mesmo tempo, coíbam o uso de agrotóxicos no estado.

É nesse sentido que vem ocorrendo um movimento contra a pulverização aérea no Ceará, iniciado pelo ativista Zé Maria do Tomé, cuja luta resultou na elaboração e aprovação da Lei nº 1478/2009, que dispõe sobre a proibição do uso de aeronaves nas pulverizações de lavouras. A referida Lei, sob a pressão das empresas do agronegócio, foi revogada pela câmara municipal de Limoeiro do Norte, logo após o assassinato desse ativista, em 21 de abril de 2010, que também denunciava a grilagem de terras no projeto Jaguaribe-Apodi, questão evidenciada por DNOCS (2009), apresentada em capítulo posterior.

Atualmente, um novo projeto de Lei (nº 18/2015), de autoria do deputado estadual Renato Roseno (PSOL), através de seu mandato “é tempo de resistência”, tramita na Assembleia Legislativa do Ceará e pretende proibir a pulverização aérea dos venenos agrícolas. A nova Lei questiona, ainda, as isenções relacionadas ao comércio de agrotóxicos no estado, conforme foi discutido em uma audiência pública, realizada na referida Assembleia, em abril de 2015. Na ocasião uma camponesa apresentou alguns impactos da pulverização aérea na Chapada do Apodi, destacando o papel do ativista Zé Maria do Tomé em sua comunidade:

Quando o avião passava expurgando nossa comunidade parecia que estava nevando (...) Quatro horas da tarde, a gente olhava pra comunidade, via tudo branco. Nem a igreja a gente não via. Muitas galinhas faleceram, muitos animais faleceram. Eu digo isso porque eu tinha no meu quintal, com 120 galinhas e 80 galinhas morreram numa tarde só, quando

o avião passou expurgando. Isso aconteceu no quintal da minha casa. Por isso é que a gente fala contra os agrotóxicos. E a gente tem ainda o caso de doença. E aí eu lembro do companheiro Zé Maria que ele dizia – daqui a dez anos talvez eu não esteja vivo, mas vocês vão estar pra ver o número de câncer em nossa população; o número de crianças que vão nascer com má formação. E a gente já tem um número altíssimo de casos de câncer em nossa comunidade. De janeiro até março nasceram quatro crianças com má formação (...) (SOCORRO, COMUNIDADE DO TOMÉ, AUDIÊNCIA PÚBLICA, 24 DE ABRIL DE 2015)

Além da questão dos agrotóxicos, os movimentos sociais, os(as) camponeses(as) e as demais entidades e universidades cobram do Estado a punição pelo crime cometido contra o ativista da região que, segundo denúncia do Ministério Público Estadual, envolve um empresário do ramo da banana da Chapada do Apodi. A questão tem sido amplamente divulgada, inclusive na imprensa nacional e internacional, frente à violência no campo e os danos gerados pelos agrotóxicos no Ceará, mais especificamente no Baixo Jaguaribe.

Esses problemas decorrentes da implantação da Política de Irrigação no Baixo Jaguaribe mostram que o uso de agrotóxicos pela agricultura camponesa tem ampliado a sujeição de sua renda da terra ao capital, processo que pode ser verificado nos Perímetros Irrigados do Baixo Jaguaribe, através do controle do capital comercial e industrial de agrotóxicos e pela transferência de pacote tecnológico ofertado por empresa do agronegócio, questões discutidas na sequência.

5 A SUJEIÇÃO DA RENDA DA TERRA CAMPONESA AO CAPITAL PELO USO DE AGROTÓXICOS NOS PERÍMETROS IRRIGADOS DO BAIXO JAGUARIBE

5.1 A in-sujeição camponesa: a sujeição da renda da terra camponesa ao capital

Martins (1979, 1980; 1981) mostra que as transformações no campo perpassam pelo entendimento do processo de produção capitalista de relações não-capitalistas de produção. Nesse âmbito, a sujeição da renda da terra camponesa, tem sido estratégica para o desenvolvimento do capitalismo, de modo que sua apropriação ocorre sem necessariamente expropriar o camponês dos meios de produção (MARTINS, 1980). Nesse mesmo sentido, Oliveira (1981, p. 7) esclarece esse movimento dialético da realidade concreta que envolve o desenvolvimento do capitalismo:

[...] O desenvolvimento do capitalismo tem que ser entendido como processo (contraditório) de reprodução capitalista ampliada do capital. E esta, como reprodução de formas sociais não-capitalistas, embora a lógica, a dinâmica, seja plenamente capitalista; nesse sentido o capitalismo se nutre de realidades não-capitalistas, e essas desigualdades

não aparecem como incapacidades históricas de superação, mas mostram as condições recriadas pelo desenvolvimento capitalista.

Essa compreensão do desenvolvimento do capitalismo no campo se aproxima e, ao mesmo tempo, se distancia da discussão de Lowy (1995) em relação à “teoria do desenvolvimento desigual e combinado” de origem trotskyana que, segundo Lowy (1995, p. 73), não somente contribuiu à teoria marxista, à reflexão acerca do imperialismo, mas também se refere à “uma das tentativas mais significativas de romper com o evolucionismo, a ideologia do progresso linear e o euro-centrismo”. Trotsky abordou essa discussão ao tratar da inserção da economia russa no sistema capitalista, no início do século XIX, contrariando Lenin, que examinou o desenvolvimento do capitalismo na Rússia tomando como parâmetro as contradições internas da agricultura (LOWY, 1995). Segundo essa compreensão de Trotsky, o capitalismo ao ligar todos os países entre si pelo seu modo de produção e de comércio, transformou o mundo inteiro em um só organismo econômico e político.

De acordo com Lowy (1995), a visão de Trotsky não infere em uma análise somente econômica, mas também social e cultural. Esse elemento teria permitido ao mesmo “escapar à concepção evolucionista que fazia da história uma sucessão de etapas rigidamente pré-determinadas e de esboçar uma visão dialética de desenvolvimento histórico através de saltos súbitos e de fusões contraditórias”, quando Trotsky em suas palavras afirmou:

A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, manifesta-se com o máximo de vigor e de complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o açoitado de necessidades exteriores a vida retardatária é estrangulada a avançar saltos. **Desta lei que, na falta de uma denominação mais apropriada, chamaremos lei do desenvolvimento combinado, no da reaproximação de diversas etapas, da combinação de fases distintas, do amálgama de formas arcaicas com mais modernas[...]** Como a experiência russa já demonstrou (...) a política não possui o mesmo ritmo que a economia(...) A despeito do atraso da economia chinesa, e em parte precisamente por causa deste atraso, **a revolução chinesa é perfeitamente capaz de levar ao poder político uma aliança dos operários e camponeses sob a direção do proletariado** (LOWY, 1995, p. 77-78, grifos nosso)

Para Lowy (1995) o fato de Trotsky ter aceitado a possibilidade de que os países periféricos se tornassem a vanguarda do movimento histórico, demonstra que sua teoria se dissocia do eurocentrismo. Por sua vez, a visão trotskyana revela que uma aliança entre o proletariado e camponeses, partindo dos países periféricos, ocorreria sob a direção desse primeiro, relegando o campesinato ao segundo plano. Além disso, a visão à época das desigualdades entre os países que trata os países periféricos como “atrasados” ou “arcaicos” mais reforçam do que rebatem o eurocentrismo. Essas questões, entretanto, não invalidam a contribuição de sua teoria à

compreensão do mundo, sobretudo, no que diz respeito ao desenvolvimento desigual, combinado e contraditório do capitalismo monopolista na atualidade.

Nesse sentido, Lowy (1995) alerta sobre as formas de dominação do capital, cujo entendimento não perpassa pela análise de modos de produção diferentes, mas de ramos distintos de produção (e as relações que entre eles se estabelecem) entre a agricultura e a indústria e o capital e a renda fundiária. Essa análise de Lowy (1995) baseia-se em argumentos deixadas por Marx, mesmo anterior a era imperialista, momento no qual o mesmo não poderia dar conta com maior vigor de problemas atrelados à expansão mundial do capital. Segundo Lowy (1995), Marx, entretanto, deixou pistas descritas na passagem da *Introdução à crítica da economia política* (1857), ao afirmar que:

Em todas as formas de sociedade, é uma produção específica que determina todas as outras, são as relações engendradas por ela que atribuem a todas as outras o seu lugar e a sua importância. É uma luz universal onde são mergulhadas todas as outras cores e que as modifica no seio de suas particularidades. É um éter particular que determina o peso específico de toda a existência que aí se manifesta [...] (MARX, 1977, p. 172).

Para Lowy (1995, p. 73) o capital constitui-se, assim, “a ‘luz universal’ que modifica todas as outras ‘cores’ econômicas e sociais”. Esse fato não implica na eliminação das resistências e da contra-hegemonia, pelo contrário, revela a necessidade ser enfrentado em seu formato estrutural. É nesse contexto, segundo esse autor, que se pode “alargar o alcance desta formulação e utilizá-la para compreender o tipo de dominação que o capital exerce nas formações sociais onde subsistem relações pré-capitalistas” (LOWY, 1995, p. 73). Essas relações que subsistem, contudo, são condições recriadas pelo próprio movimento contraditório do capitalismo e não como uma condição que o antecede.

É válido, nesse contexto, retomar a afirmativa inicial de Oliveira (1981, p7) em relação ao desenvolvimento do capitalismo, quando ele mostra que “essas desigualdades não aparecem como incapacidades históricas de superação, mas mostram as condições recriadas pelo desenvolvimento capitalista”. Essa questão é reforçada por Luxemburgo (1976, p. 314-315), ao afirmar que “a acumulação do capital como processo histórico depende, em muitos aspectos, de camadas e formas sociais não-capitalistas”.

É nesse contexto que se origina a sujeição da renda da terra pelo capital, constituindo-se uma das estratégias de dominação do capitalismo, cuja materialização é forjada, por meio dessa sujeição, sem necessariamente, haver a expropriação dos instrumentos de produção, além de outras estratégias, como enfatiza Oliveira (1981, p. 8):

No processo contraditório de apropriação da renda da terra pelo capital, assistimos, portanto, de um lado a unificação do proprietário e do capitalista numa mesma pessoa; de outro lado o processo de sujeição da renda ao capital nos setores de produção não-capitalistas, por exemplo, no caso da propriedade familiar de tipo camponês. Nesse caso temos a sujeição da renda da terra ao capital sem que se dê a expropriação dos instrumentos de produção [...]

Oliveira (2007) destaca o caráter rentista da terra como raiz do desenvolvimento do capitalismo moderno, estratégia atrelada à questão da propriedade privada da terra e à subordinação da renda da terra a seu interesse. Esse processo gera a concentração da riqueza por meio da unificação, na mesma pessoa, do capitalista e do proprietário de terra, como foi mostrado acima, dentre outros.

Oliveira (2004, p. 15) apresenta também alguns elementos vinculados à apropriação da renda da terra e as formas em que o espaço geográfico e o território respondem e atendem às transformações gestadas pelo capital, redefinindo-os conforme sua produção e reprodução.

O capital estrategicamente articula estas questões no campo, recria-se e define como se dão no espaço geográfico as relações sociais. Entende-se, portanto, que através da produção/reprodução do capital, da geração da mais-valia e da reprodução do trabalho humano ocorre a transformação do território. No campo brasileiro este movimento capitalista possibilitou a industrialização da agricultura permitindo a apropriação da renda da terra.

É relevante também a reflexão de Oliveira (1981, p.8), ao apresentar as diferentes estratégias e formas de apropriação da renda da terra pelo capital. Aqui ele mostra os agentes e as ações que efetivam a sujeição da renda da terra camponesa ao capital. O Estado, os intermediários ou atravessadores, bancos e atacadistas são alguns desses agentes. Os processos envolvem desde o endividamento bancário dos camponeses à desvalorização de sua produção, dentre outros.

Conforme já afirmamos, o processo de produção de relações não-capitalistas de produção como recurso para garantir a sua própria expansão, tem-se dado, **no caso brasileiro, inicialmente pela intensificação das relações comerciais, que têm, através da circulação da mercadoria de origem agrícola, drenado toda a renda diferencial para esse setor, onde graçam toda sorte de representantes do capital comercial, também conhecidos como intermediários, atravessadores, atacadistas, etc.** Mas o processo não se restringe aí, o Estado se incumba de mediar esse processo e acelerá-lo. Agindo, pois, através do crédito bancário (oficial), cria os liames da dependência do produtor (do pequeno, principalmente), mantendo-o permanentemente endividado. No final do processo, drena, através dos juros cobrados pelos empréstimos, parte da renda da terra, mesmo no caso de não ser o proprietário dela. **A outra parte da renda da terra é extraída pelos componentes do capital comercial, que tem atuado no sentido de impor preços abaixo do valor aos produtos,** ficando assim com parcela cada vez maior da renda e da parte que seria creditada como lucro médio, que nesse caso não regula a produção, pois a terra do pequeno produtor é terra de trabalho, e não empregada como instrumento da exploração da força de trabalho de outrem (assalariado). É terra, portanto, de trabalho e não de uso capitalista, onde a produção não é regulada pelo lucro médio,

mas sim pela reprodução da agricultura de tipo camponês, regulada aí pela necessidade de reposição da força de trabalho familiar (OLIVEIRA, 1981, p. 8, grifo nossos).

Segundo Martins (1980; 1986), nesse processo o camponês luta pela *terra do trabalho* e o capitalista pela *terra de negócio* e pela *renda da terra*. O fato de o capital se apropriar da renda da terra não significa que não extraia também o lucro. Na verdade, os processos podem ocorrer ao mesmo tempo. Caso não consiga realizar esse segundo, assegura a realização do primeiro, motivo da dependência camponesa ao crédito bancário e seu constante endividamento, conforme explica Martins (1986):

Enquanto o lavrador luta pela terra do trabalho, a grande empresa luta pela renda da terra [...] Onde o capital não pode tornar-se proprietário real da terra para extrair juntos o lucro e a renda, ele se assegura o direito de extrair a renda. Ele não opera no sentido de separar o proprietário e o capitalista, mas no sentido de juntá-los. Por isso começa estabelecendo a dependência do produtor em relação ao crédito bancário, em relação aos intermediários etc [...] o que hoje acontece com a pequena lavoura de base familiar é que o produtor está sempre endividado com o banco, a sua propriedade sempre comprometida como garantia de empréstimos para investimento e, sobretudo, para custeio de lavouras [...] o lavrador entrega ao banco anualmente os juros dos empréstimos que faz, tendo como garantia não só os instrumentos adquiridos com os empréstimos, mas a terra. Por esse meio, o banco extrai do lavrador a renda da terra, sem ser o proprietário dela”. (p. 176).

Martins (1986) ao analisar a questão da *renda da terra*, mostra de que forma esta vai revelar as contradições entre a terra e o capital, de modo que este último vai criar as condições para se apropriar da renda camponesa, por monopolizar os meios de produção etc. Além disso, esclarece que a renda capitalista da terra, de forma ampla, vai ser paga pelo conjunto da sociedade. O autor nega, ainda, o elemento do “aluguel” como a condição para esse processo, conforme foi defendido na teoria da economia clássica.

A sujeição da renda da terra, contraditoriamente, tem promovido a reprodução e recriação do campesinato (OLIVEIRA, 1981; 2007), embora essa sujeição tenha gerado diversos problemas como a desvalorização da produção camponesa, mediada pela subordinação ao capital industrial, comercial e financeiro (MARTINS, 1980; OLIVEIRA, 1981; 2007; BOMBARDI, 2004). Nesse contexto, o Estado tem assegurado a sujeição da renda da terra camponesa por meio de subsídios e de legislações específicas que facilitam a captura da renda da terra pelo capital (comercial, industrial e financeiro) e, por outro lado, pela imposição do “pacote tecnológico” aos camponeses. Esse processo culmina com a própria submissão do Estado ao capital internacional, forjado sob parâmetros neoliberais, questão que se remete à condição dos países periféricos em relação aos países centrais, no âmbito da *mundialização do capital* (CHESNAIS, 2000).

A materialização da sujeição da renda da terra pode ser verificada na área deste estudo por meio da presença de atravessadores desvalorizando a produção camponesa; a dependência dos

camponeses ao pacote tecnológico, que inclui os agrotóxicos e demais insumos agrícolas; o endividamento dos camponeses junto aos bancos e, agora, também junto às lojas que comercializam agrotóxicos, que funcionam como capital financeiro, por meio de prazos estendidos na venda de agroquímicos etc; pelo conjunto de políticas, incentivos e legislações criadas pelo Estado para atender ao capital. É nesse contexto que emergem as lutas camponesas por terra, território e contra a subordinação, como forma de enfrentamento ao capital.

5.2 A sujeição da renda da terra no Perímetro Irrigado de Morada Nova

Diversos estudos foram realizados sobre o desenvolvimento do Perímetro Irrigado de Morada Nova, cada um com suas especificidades, a exemplos do trabalho de Soares (1999); Elias (2000; 2002); Santos (2015), dentre outros. Nesta tese serão analisados alguns elementos que compreendem à sujeição da renda da terra camponesa, verificada por meio da compra de agrotóxicos, dentre outros insumos por parte dos camponeses, revelando a drenagem da renda da terra pelo capital comercial e industrial. Ao mesmo tempo é verificada a reprodução camponesa, embora de forma *subalterna*²⁷ (MOURA, 1986; TAVARES DOS SANTOS, 1978), conforme será mostrado a partir da análise da comunidade do Setor NH3 (Mapa 8), a mais expressiva em relação à problemática estudada, atualmente.

O Perímetro Irrigado de Morada Nova (PIMN) foi a primeira experiência de irrigação pública no Baixo Jaguaribe, entre as décadas de 1960 e 1970, em conjunto com o Perímetro Irrigado de Jaguaruana, este último menos expressivo em termos de área implantada e do número de famílias atingidas. O PIMN destinou-se à agricultura de base familiar, embora tenha expropriado parte dos camponeses à época, no momento da desapropriação. Além disso, camponeses afirmam que ainda não receberam indenizações, mesmo após cinco décadas de desenvolvimento do perímetro.

²⁷ De acordo com Moura (1986) o caráter da subordinação se faz presente historicamente na vida campesina, o que não implica dizer que o campesinato desapareceu. Segundo a autora “o campesinato é sempre um pólo oprimido de qualquer sociedade. Em qualquer tempo e lugar a posição do camponês é marcada pela subordinação aos donos de terra e de poder, que dele extraem diferentes tipos de renda: renda em produto, renda em trabalho, renda em dinheiro (MOURA, 1986, p. 10).

Mapa 8 – Localização do Perímetro Irrigado de Morada Nova/Comunidade Setor 3

Elaboração: Bernadete Maria Coêlho Freitas; cartografia: Augusto César P. Sampaio (2017)

As terras do Vale do Jaguaribe foram decretadas de utilidade pública em 21 de agosto de 1967, pelo então Presidente da República Marechal Arthur da Costa e Silva, por meio do Decreto de nº 61.185, conforme previa o Estatuto da Terra. A área desapropriada compreendia cerca de 11.166, 31 ha, da qual seriam implantadas 4.477,19 ha que seria irrigada pelo Açude Pedra Branca e o Açude Banabuiú (FREITAS, 2010; SANTOS, 2015).

A área desapropriada era constituída por diversas comunidades rurais, pertencentes aos municípios de Morada Nova e Limoeiro do Norte, marcada por uma paisagem com grandes extensões de carnaubais, atividade que teve destaque na economia regional, principalmente na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX (FREITAS, 2010).

As famílias foram desapropriadas, sendo que parte delas foram expropriadas ou não receberam indenização até o presente momento. Quanto aos carnaubais, o desmatamento dizimou parte significativa, à época, embora ainda integra parte paisagem do Baixo Jaguaribe.

Até a década de 1960, a paisagem na região do Baixo Jaguaribe era fortemente marcada pela presença de enormes extensões de carnaubais (como é possível observar ainda hoje, só que em menor quantidade). Como mencionado anteriormente, os carnaubais foram de suma importância para a economia da região bem como a produção de algodão e a pecuária extensiva. Estima-se que nesse período a extração da cera da carnaúba estava em segundo lugar nas exportações do Ceará, ficando abaixo apenas do algodão em fibra (GEVJ, 1967). A econômica da região girava entorno dessas três atividades, embora houvesse outras culturas, plantações cultivadas em pequenos sítios. As plantações em minifúndios caracterizavam a agricultura de subsistência que garantia o sustento das famílias da região, bem como a produção de alimentos. Segundo Hidelbrando dos Santos Soares (1999), a produção de fruticultura ficava a cargo dos pequenos agricultores que plantavam nos seus pedaços de terra (na maioria das vezes nos quintais das casas), enquanto que os grandes produtores se detinham mais às atividades econômicas mais rentáveis, como a extração da cera carnaúba, a produção de algodão e a pecuária. Essas atividades geravam emprego e renda, visto que, muitas famílias tiravam o seu sustento trabalhado para os latifundiários da região como assalariados (SANTOS, 2015, p. 32).

A desapropriação do PIMN atingiu as famílias de camponeses deixando marcas profundas, pois não se tratava apenas de um novo modo de produzir, mas também de outro modo de vida, não respeitando a identidade com a terra e a relação que estabeleciam com a natureza. Além desses elementos, outros problemas foram identificados através das entrevistas realizadas, como os baixos valores recebidos por aquelas famílias que conseguiram as indenizações, bem como o caráter expropriador no processo de seleção para participar do projeto, levando à expulsão de algumas famílias, sendo que outras permaneceram em áreas circunvizinhas ao PIMN, questões que podem ser verificadas também no trabalho de Santos (2015), na sequência.

Para construção do PIMN, essas comunidades foram desapropriadas e as famílias tiveram que sair do lugar onde sempre viveram, tendo sido indenizadas, recebendo por suas terras uma pequena quantia que na maioria das vezes mal dava para comprar outra casa. Com a derrubada das carnaúbas a atividade de extração da cera foi ficando cada vez mais difícil. Aos poucos as famílias desapropriadas foram se retirando e por não atenderem aos critérios de seleção do projeto não puderam ser irrigantes. A maioria delas foi para as proximidades do perímetro e continuaram vivendo da agricultura quando dava, outros foram para cidade buscar meios de sobreviver (SANTOS, 2015, p. 32).

O processo de implantação do PIMN através da desapropriação das terras no Baixo Jaguaribe está marcado na memória dos camponeses que foram desapropriados, pois, não foram consultados quanto ao acontecimento e, quando o foram, não tiveram voz e muito menos escolha, ou seja, tiveram de sair das terras onde sempre viveram. Seu trabalho, sua cultura, sua identidade não foram respeitadas (SANTOS, 2015, p. 39).

Após a implantação do PIMN uma das mudanças direcionadas foi em relação ao processo de produção, com a incorporação do uso intenso de agrotóxicos, a definição do tipo de cultura a ser produzido e o controle sobre alguns processos de trabalho dos camponeses, como a jornada de trabalho, não mais determinada pelo tempo do camponês. Esse processo ocorreu a partir de então sob a orientação dos técnicos do DNOCS, visando ampliar a produtividade no campo. Os camponeses, por sua vez, buscavam formas de continuar se reproduzindo. Uma das alternativas era plantar suas culturas de preferência como feijão e outros para consumo, nas áreas não irrigadas, denominada no projeto de “área morta” que, na verdade, significava “vida” para os camponeses, pois de lá eles retiravam parte do sustento da família, elementos verificados na fala da camponesa Terezinha, antiga colona do projeto.

Pra nós, se plantava assim nos diques [...] plantava pra sobreviver, na área morta, fora da área dos lotes, da irrigação[...]. O arroz, feijão, a gente tirava umas duas ou três sacas. O resto a gente entregava tudo pra eles. Nós fomo colono fiel. Lá ele tirava as despesas toda. O que a gente tirava, tinha vez que era 50 reais, 200 reais, não, cruzeiro nessa época [...] Era bem fraquinho. **Agora, nós era muito vivedor.** Assim mesmo ele arremendava pneu. Nós tinha uma máquina de remendar, nós arremendava pneu de trator [...] Nós era muito vivedor. Toda vida fomo. Eu fazia galão pra vender. Fiz muita tarrafa pra vender. Eu pegava no oin e dava pronta em 15 dias. Mas também trabalhava direto [...] Eu era viveadeira, graças a deus (TEREZINHA, CAMPONESA DO PERÍMETRO IRRIGADO DE MORADA NOVA, 2017, grifos meus).

Uma questão importante observada na fala da Sra Terezinha trata-se das alternativas criadas pelos camponeses diante das crises; a diversidade de atividades que costumam desenvolver para complementar a renda, para sobreviver. Essa questão é esclarecida por Shanin (1985; 2008), referindo-se às características e ao papel significativo dos camponeses na atualidade. Daí, esse autor afirmar que “as soluções encontradas para o problema de como

permanecer camponês e assegurar a subsistência da família costumam ser muito flexíveis, inventivas e criativas” (SHANIN, 2008, p. 25). Afirmar ainda:

Outra importante característica a ser destacada a partir dos acontecimentos dos séculos XX e XXI é que as comunidades camponesas demonstram uma real habilidade para se ajustar a novas condições e também uma grande flexibilidade para encontrar novas formas de se adaptar e ganhar a vida. Em alguns lugares, há comunidades de camponeses que hoje vivem principalmente do turismo. Há lugares onde as comunidades camponesas ganham a vida com novos métodos de produção e, em outros, os camponeses ganham a vida por meio da combinação do trabalho camponês e do trabalho não-camponês [...] E, só é possível entendermos como eles vivem e como eles conseguem manter estável a sua subsistência econômica, se conseguirmos entender essa complexidade [...] Considerando-se o que foi dito até aqui, podemos chegar a uma dupla conclusão. Primeiramente, que a vida e existência camponesa é sob um grau considerável definida por não-camponeses, pelo governo e decisões governamentais, pelo movimento de fronteiras, pela mudança da natureza de regimes políticos etc. Ao mesmo tempo, podemos concluir que a resposta do campesinato às situações de crise nas quais eles são submetidos é sobretudo complexa e eles não ficam esperando que alguém traga a solução. (SHANIN, 2008, p. 24-25)

Essas características, por sua vez, são analisadas por alguns autores de forma simplista, sem a devida compreensão acerca da complexidade do campo, entendendo tais atributos como um parâmetro para a descampesinidade, como uma espécie de “pluriatividade” do campo. Entretanto, como mostra Shanin (2008, p. 25), esses elementos evidenciam que os “camponeses têm provado ser extremamente resilientes e criativos em situações de crise e não há uma forma simplista para descrever isso”.

Além desses elementos, mesmo com toda dificuldade para sobreviver, sempre fazem questão de ressaltar o caráter ético, parâmetro que se trata de um elemento central do modo de vida campesino. Na fala da camponesa Terezinha é evidenciado essa questão, que Woortmann (1990, p. 11) denomina de “ética camponesa constitutiva de uma ordem moral”. Esse parâmetro é evidenciado quando a camponesa afirma que “a gente entregava tudo pra cooperativa [...] nunca disviemos um quilo de feijão”, ou quando diz que “não fiquemos devendo um real”.

Na época que nós entramos aqui tava na emergência, em 70. Nós tava na Lagoa de Tapui, quando entraram aqui os primeiros colonos[...] Aí eu: Zé Sabino vamo entrar pra ser colono, Zé? [...] Eu garanto que o que um homem fizer eu faço. Aí nós entremos. No início mesmo, a nossa felicidade foi meu pai e meu sogro, porque nós não tinha direito a nada. Quando recebemos o primeiro dinheiro nós já tava colhendo o algodão. Foi muito sofrido [...] Pra ser sincero, nosso lote era muito difícil. O maior saldo, durante 23 anos que passei aqui, foi de 600 reais [cruzeiros] Mas também **não fiquemos devendo um real**. Porque lá na cooperativa nós não num ficava devendo não. Nós não podia era tirar saldo. O que nós fazia dava pra cobrir, pra sobreviver. Mas também lucro não tinha não. Só tiremos 600 reais de lucro durante 20 e tantos

anos trabalhando. Era só pra comer (TEREZINHA, CAMPONESA DO PERÍMETRO IRRIGADO DE MORADA NOVA, 2017, grifos meus).

Teve muito arroz [...] feijão, arroz, amendoim, tomate. Tinha muito atravessador. Nós sempre só botava na cooperativa [...]. Nós gostava de trabalhar na agricultura. Antes da gente vim pra cá [...] Era muito sofrida a nossa vida. Aqui, mesmo sem tirar saldo, mas graças a deus tinha o feijão, o leite, a gente fazia o de comer. A cooperativa lá fazia a despesa o e nós jogava os legume pra lá. **A gente entregava tudo pra cooperativa [...] Nunca disviemos um quilo de feijão** (TEREZINHA, CAMPONESA DO PERÍMETRO IRRIGADO DE MORADA NOVA, 2017, grifos meus).

Outra questão presente na fala da camponesa é a questão da subordinação, no contexto da comercialização, seja pela cooperativa, em conjunto com os atravessadores. Em relação à problemática envolvendo os atravessadores, parte dos entrevistados atribuem à própria organização do PIMN, a partir das formas de comercialização conduzidas pelas cooperativas, que não necessariamente respondiam aos interesses dos camponeses colonos, mas sim do DNOCS e do capital comercial (na figura do atravessador).

Apesar de os camponeses colonos terem tido bastante êxito na produção de rizicultura no início e durante determinado período de desenvolvimento do PIMN, a maioria da renda da terra era apropriada pelos atravessadores, um dos maiores problemas do projeto. O PIMN dinamizou a produção de arroz no Baixo Jaguaribe, após a década de 1970, em conjunto com o Programa de Valorização Rural do Baixo e Médio Jaguaribe (PROMOVALE)²⁸, criado uma década depois, atendendo aos interesses dos grandes proprietários locais, como mostrou Soares (1999), ao analisar a rizicultura no município de Limoeiro do Norte.

Esse desenvolvimento extraordinário da produção de arroz, a partir de 1980, estava intimamente relacionado a expansão da utilização agrícola das terras do município e a sua incorporação ao processo produtivo[...] As entrevistas realizadas no trabalho de campo indicam a década de 70, com a instalação do perímetro irrigado de Morada Nova, e a década de 80, com a implantação do Promovale, como os marcos históricos de referência da investida da agricultura sobre os carnaubais (SOARES, 1999, p. 47).

A imposição do pacote tecnológico aos camponeses que constituíram o perímetro de Morada Nova integrou as estratégias do Estado de ampliar a produtividade, por meio do avanço da agricultura capitalista no campo, conforme foi discutido em capítulo anterior. Os camponeses demonstram em suas falas que mesmo com todo investimento do DNOCS no

²⁸ O PROMOVALE foi um programa que beneficiou os grandes proprietários de terras da região, antigos senhores de carnaubais, apesar de ser direcionado também para pequenos e médio. Desse modo, “o público-meta do PROMOVALE envolvia todos os proprietários assentados nos espaços aluvionais banhado pelos rios Jaguaribe e banabuiu, fossem eles grandes, pequenos ou médios. Porém, os grandes beneficiados desse programa foram, efetivamente, os proprietários de carnaubais e os donos dos grandes pomares[...]” (SOARES, 1999, p.71).

sentido de torná-los “pequenas produtores”, eles resguardaram relações próprias da lógica camponesa, como a ajuda mútua, as relações de vizinhança e cultura análoga às comunidades rurais etc (SHANIN, 1976), com seus hábitos e costumes. Esses elementos são fundamentais para que os camponeses sobrevivam diante das dificuldades enfrentadas ao longo dos anos, como mostra Shanin (2008, p. 25):

[...] Ao compararmos o que foi dito no século XIX por vários especialistas e muitos teóricos marxistas e não-marxistas a respeito do campesinato com o que está acontecendo, fica evidente que os recursos de sobrevivência do campesinato têm provado ser mais fortes do que o que se poderia esperar naquele período. A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar.

A ajuda mútua é relatada até mesmo em relação ao uso de agrotóxicos (que os mesmos demonstram terem usado bastante nos últimos anos). Na prática, eles dividiam o aplicador costal, por conta das diferenças socioeconômicas existentes entre alguns colonos. Apenas alguns tinham condições de adquirir o aplicador costal no início do desenvolvimento do projeto, o que levava à socialização dos equipamentos com os demais que tinham menor poder aquisitivo.

O povo se ajudava. Até mesmo esse homi que morreu um dia desses, Aloísio Fernande. Nós num tinha um pulverizador, assim que nós chegamo, ele já tinha um pulverizador, ele já vinha com boas condições, o DNOCS num deu logo. Ele pulverizava até 10 horas, depois de 10 horas do dia ele emprestava a Zé Sabino. Aí Zé Sabino pulverizava até 12 horas aí depois entregava. Quando era 4 horas que ele largava, Zé Sabino pegava de novo. Zé Sabino até se envenenou na época, quase morre. Ele foi pro balão bem três vez [...] Porque o algodão era muito alto [...] O veneno era o idrex, o metastox, um que vinha num vidrão aniquilido [...] Menino, com 15 dias, a roupa de Zé, a rede de Zé, você num podia nem chegar perto, era puro veneno. Ficou sem comer um orrou de dia [...] Teve uns pouco que se envenenou, bem uns três ou quatro, na época [...] Tem uns que ficaram com sequela, cegueira. Negócio de ficar com o fígado inflamado [...] Eu sei que um morreu, era um que vivia lá em Chico Fernando (TEREZINHA, CAMPONESA DO PERÍMETRO IRRIGADO DE MORADA NOVA, 2017).

Atualmente, o projeto conta com pouco mais de 900 irrigantes, cada um com área de 4,5 hectares de terras. Parte da terra é arrendada para a própria família, em função de parte dos colonos terem se tornado idosos e por conta do tamanho ser insuficiente para atender a demanda de crescimento das famílias. Em geral, os lotes estão sendo aos poucos transferidos para os filhos e netos, que continuam trabalhando na agricultura ou na pecuária. Outras questões

são mostradas pelos camponeses em relação a problemas fundiários, sob o comando do próprio DNOCS

Daquelas pessoas que moram sem ser irrigante nós não temos o número. Hoje tem 930 e poucos irrigantes [...] A média das terras é de 4,5 hectare por irrigante. Tá se fazendo um recadastramento e tá diminuindo o número de irrigantes. Pessoas que só tem os nomes e não tem a terra. Cadê sua terra? E não existe. Passou umas pessoas maldosas [...] Eu vou dá aqui a nomenclatura dum lote num setor tal e você vai no Banco do Nordeste... Já teve até 960 irrigante, hoje já tá em 930 irrigantes. Hoje tão fazendo o recadastramento, tá diminuindo o número de irrigantes. A média das terras é de 4,5 hectares por irrigante. Hoje os irrigantes já podem vender os lotes, alguns já têm escritura, uns quarenta já tem escritura. Alguns arrendam a terra. Sempre a gente daqui. Pegam pessoas de 80 anos. A maioria que arrenda é filho de irrigantes ou os netos que arrendam as terras[...] (SALES, PRESIDENTE DA ADIPIMN, 2017).

Em relação à mecanização, apesar da presença das máquinas no âmbito do projeto, principalmente na cultura do arroz, ainda é verificado mecanismos manuais como a debulha do feijão, processo que faz ainda parte do cotidiano de alguns camponeses do Baixo Jaguaribe, inclusive nas áreas de perímetros irrigados. A presença do trabalho familiar nesses espaços revela a reprodução camponesa, como pode ser observado na imagem do Sr. Antônio (Figura 6), antigo colono do PIMN.

Figura 6 – Colono do PIMN (2016)

Fonte: Bernadete Freitas, 2016

Atualmente as cooperativas do PIMN funcionam de forma bastante incipiente. De um lado os camponeses reclamam que as cooperativas intermediavam a sujeição da renda da

terra para os atravessadores; de outro, os gestores das cooperativas afirmam que, pelo fato dos irrigantes terem preferido o formato individual, as lojas de venenos controlam todos os processos, desde o preparo do solo, ou seja, constituem-se os principais agentes que subordinam a renda da terra camponesa no PIMN (MARTINS, 1981).

De acordo com algumas entrevistas com representantes das antigas cooperativas, hoje alguns camponeses estão subordinados a ponto de as lojas de agrotóxicos ficarem com 100% da produção do camponês, no caso de não cessarem suas dívidas. Segundo o Sr. Sales, presidente da Associação AUPIMN, “hoje a comercialização é individual. Só a AUDIPIMN tem atuação no Perímetro. A cooperativa hoje não tem mais atuação nenhuma”. AUDIPIMN realiza reuniões com certa frequência para fazer prestação de contas sobre a manutenção do perímetro e demais demandas (Figura 7).

Figura 7 - Reunião da AUDIPIN (2016)

Fonte: Bernadete Freitas, 2016.

Do mesmo modo, o Sr. Zé Ferreira, presidente uma das antigas cooperativas (CAPIVAB), afirma que “hoje é tudo individual. As lojas de insumos é quem toma de conta [...] começa desde o preparo do solo”. Ou seja, se antes os camponeses já tinham problemas com as cooperativas e com a venda “coletiva”, atualmente, no formato individual, os atravessadores continuam desvalorizando sua produção, e ainda têm que transferir parte significativa de suas rendas na compra insumos agrícolas às empresas que comercializam

agrotóxicos. José Ferreira fala da sujeição da renda da terra com a compra dos insumos em geral, chegando a 50% dos gastos da produção. São as formas que encontraram para sobreviver, segundo ele.

Há uns anos a produção era toda vendida para cooperativa. Ela fazia toda parte do custeio. Mas aí depois surgiu o Pronaf, muitos colonos saíram. Hoje é tudo no individual. **As lojas de insumos é quem toma de conta [...] começa desde o preparo do solo.** Eu uso de agrotóxicos. Inseticidas para as pragas e lagartas, fungicidas para as doenças, herbicidas para controlar as ervas. É glifosato, propanil, opera, DMA. **Uns 50 por cento de insumos, uns 20 por cento de agrotóxicos** [gastos]. As empresas são Agrovale, Terra Fértil, Plantec e Sidagro. Acho que não é possível plantar sem venenos [...] Só se parar a cultura de arroz por uns dois anos para “limpar” a terra [...]. **Quando começou aqui era apenas uma aplicação só** para controlar a erva. Aí entrava com duas coberturas de ureia e pronto. **Mas de um tempo desse para cá,** precisa entrar com inseticidas para controlar a lagarta. **Usa-se de 7 a 8 aplicações, alguns, até mais** (JOSÉ FERREIRA, 2016, AGRICULTOR DO PIMN).

Outro elemento preocupante nas falas dos agricultores, inclusive na de José Ferreira, trata do aumento significativo do uso de veneno na produção, pela persistência das “pragas”. Segundo eles, antigamente usavam poucas aplicações de agrotóxicos, o quadro mudou nos últimos anos, ao ponto de os insumos agrícolas aparecerem de forma frequente no cotidiano das comunidades presente nos diferentes espaços (Figura 8) como, por exemplo, trabalhadores com o aplicador costal ou até mesmo a presença dos insumos nas residências.

De acordo com as entrevistas realizadas no PIMN, alguns agricultores afirmam que anteriormente realizavam uma aplicação de agrotóxicos para um período de safra das culturas. Hoje, utilizam de 7 a 8 aplicações, podendo ser ainda maior, conforme informou o Sr. José Ferreira. A mesma situação é verificada na Chapada do Apodi, nas áreas de agronegócio. A diferença é que no caso do agronegócio esse processo ocorre em amplas extensões de terras e quantidade superior de produção, além de utilizarem a pulverização aérea.

Figura 8 – Cotidiano e a presença dos agrotóxicos nas comunidades do PIMN

Fonte: Bernadete Freitas, 2017.

A questão da sujeição da renda da terra pelo capital via comercialização de agrotóxicos, é relatada por outros alguns camponeses *irrigantes*²⁹ do Perímetro, que esclarecem

²⁹ O termo *irrigante* é utilizado para designar aqueles que desenvolvem agricultura nos perímetros públicos irrigados, que podem ser de porte familiar, no caso, integrante da classe camponesa, mas pode se referir também

como funciona a comercialização de agrotóxicos na região, atualmente. Os camponeses falam também dos efeitos dos agrotóxicos, pois, alguns deles consideram que doenças como cegueira e câncer foram decorrentes do uso desses venenos, desde o início da implantação do projeto, como mostram alguns camponeses na sequência.

Aqui a renda fica mais com os atravessadores [...] Até 94 tinha o financiamento bancário. Antes era só as cooperativas [...] Aí houve uma inadimplência. Aí o que foi que aconteceu, aquelas pessoas terceiros começaram a entrar, fornecendo ureia, máquina. **Hoje a venda até que é mais livre, o que é mais preso é o fornecimento de insumos e máquinas [...]** São empresas variadas [...] **Aí, por exemplo, um saco de adubo hoje, de fertilizante, de ureia custa 70 reais, é passado pro irrigante a 90, 100, 120 reais, a um preço bem alto.** Por que? Porque os irrigantes não tem o recurso pra pagar. Aí eles fornecem pra 150 dias [...] (CAMPONÊS DO PROJETO DE MORADA NOVA, 2015)

Tem uns que ficaram com sequela, cegueira [...] Aqui, a maioria das pessoas morrem de câncer (SALES, PRESIDENTE DA ADIPIMN, 2017).

A sujeição da renda da terra é expressiva no PIMN, chegando a se apropriar de 30 até 70% da renda da terra do camponês. Em tese, a apropriação da renda ocorre tanto pelo capital industrial (que fabrica os agrotóxicos), como pelo capital comercial (lojas que vendem os agrotóxicos aos camponeses) bem como análogo ao capital financeiro, já que em função dos prazos estendidos para pagamento, a venda ocorre em valores muito altos, semelhantes aos juros cobrados pelos bancos. Para alguns, é como substituir os empréstimos que realizavam junto aos bancos, hoje impossibilitados, por conta de dívidas acumuladas. Dessa forma, quando têm uma safra boa de arroz (após de três meses), eles obtêm uma renda de cerca de R\$ 20 mil reais. Desse total, em torno de R\$ 9 mil é transferido para as lojas de insumos, o que equivale a quase 50% do valor total. Na fala de dois camponeses, podem ser observados esses elementos.

Aqui na produção chega a 50% de gastos com insumos, podendo chegar até uns 70% da produção (SALES, PRESIDENTE DO AIDIPIMN, 2016)

Aqui a gente usa muito. Antes era Tamaron, Alzadin... No feijão, 7 a 8 pulverização numa safra, em 3 meses. **Quando dá bom a gente tira uns 20 mil reais. Desse total, uns 9 ou 10 mil é só pra lojas de insumos.** Só de agrotóxicos é uns 2 mil reais, isso sem os fertilizantes pro preparo do solo [...] Agora se você for comprar à vista, gasta só uns 7 mil de insumos. O Zé [...] compra direto de Fortaleza em grande quantidade, aí sai bem mais barato. Nós aqui não temos outro jeito. Às vezes já devemos no banco. Eu peguei no banco do PRONAF. Cheguei lá pra pagar aí não receberam por conta de umas burocracias[...] Aí tivemos uma praga de rato, tive que gastar o dinheiro todo e fiquei com a conta no banco pra pagar[...] (CAMPONÊS DO PIMN, 2017)

a médios produtores, atrelado a classe do agronegócio, que por sua vez é representado também pelas empresas agrícolas, nacionais e multinacionais nas áreas de perímetros irrigados.

Em relação às empresas que comercializam agrotóxicos, além de serem responsáveis pela drenagem da renda da terra camponesa, alimentam o oligopólio da indústria de veneno. É importante lembrar que apenas seis empresas controlam 68% do mercado de agrotóxicos mundial, são elas: Bayer, Basf, Dow, Dupont, Syngenta e Monsanto. As principais empresas que comercializam agrotóxicos no Baixo Jaguaribe, estão localizadas na cidade de Limoeiro do Norte e são representantes dessas marcas, como a Agrovale (Monsanto, Dupont etc) e a Terra Fértil (BASF, Bayer etc), além da Syngenta que possui uma distribuidora própria nessa cidade.

A Terra Fértil destaca em página eletrônico oficial a “parceria com o agricultor” (Figura 9), além de enfatizar o crescimento da empresa, mostrando que a mesma “inicia seus trabalhos em 1994 na cidade de Limoeiro do Norte em uma pequena unidade com 3 funcionários, sendo transferida mais tarde para uma loja mais estruturada onde hoje funciona a loja matriz da empresa”. Atualmente possui sedes em diversos outros municípios e estados: Barbalha, Guaraciaba do Norte, Maracanaú e Iguatú (Ceará); Sousa (Paraíba) e Mossoró (Rio Grande do Norte) e quadro de funcionário bastante superior. A “parceria com o agricultor” é o mote da empresa, questão que explica sua ascensão nos últimos anos e expressa a *sujeição da renda da terra camponesa ao capital* no Baixo Jaguaribe.

Figura 9 – Terra Fértil – empresa de comercialização de agrotóxicos, em Limoeiro do Norte/CE.

Fonte: Disponível em: <<http://www.terrafertil.com.br/quem-somos>> Acesso em: out. 2107.

A Agrovale passou por semelhante processo de ascensão nas últimas décadas. De acordo com a página eletrônica oficial da mesma, a empresa foi fundada no ano de 1992, dedicando à “comercialização de defensivos agrícolas, sementes, fertilizantes, ferramentas e especialidades para as principais culturas desenvolvidas na região do Vale do Jaguaribe”. Segundo consta no site a empresa iniciou “suas atividades como revenda de varejo, e ao longo dos anos tornou-se distribuidora [...] a Agrovale tornou-se referência no seu segmento e mantém-se em atividade há mais de duas décadas, hoje representando mais de 10 empresas multinacionais do setor agrícola” (Figura 10).

Figura 10– Agrovale – empresa de comercialização de agrotóxicos, em Limoeiro do Norte/CE.

Fonte: Disponível em: <<http://agrovalelimoeiro.com.br/quem-somos>> Acesso em: out. 2017.

Dentre as empresas que oligopolizam o mercado de agrotóxicos, a Syngenta possui uma distribuidora em Limoeiro do Norte (Figura 11) e uma filial localizada no município de Aracati, onde possui estação experimental e centro de pesquisa e desenvolvimento. A Syngenta está presente em mais de 90 países e possui mais de 28 mil funcionários³⁰. Não é por acaso que no ano de 2015 a indústria de agrotóxicos lucrou R\$ 25 bilhões, segundo dados do Ministério da Saúde (2016), ou seja, parte desse lucro é apropriado da renda da terra camponesa.

³⁰ Fonte: Disponível em: < <https://www.syngenta.com.br/quem-somos>> Acesso em: out. 2017.

Figura 11 – Espacialização da Syngenta no Brasil/Distribuidora da Syngenta em Limoeiro do Norte

Fonte: Disponível em: < <https://www.syngenta.com.br/quem-somos> > Acesso em: out. 2017;
Foto: Bernadete Freitas, 2017.

No Brasil, de acordo com os dados do site oficial da empresa³¹, a Syngenta atua por meio de centros de pesquisa e estações experimentais, bem como pela realização de plantios experimentais desenvolvidos em “parceria” com produtores de culturas variadas, nas regiões em que o agronegócio tem se expandido, além de ter representação institucional em São Paulo e Brasília. A cadeia produtiva da empresa envolve desde a indústria química de ponta em atuação global até companhias agrícolas, produtores independentes e cooperativas de agricultores. Essas relações que estabelece com os agricultores reforçam a tese da sujeição da renda da terra ao capital.

No caso do PIMN, a sujeição da renda da terra ocorre, principalmente, na cultura do arroz, embora os colonos produzam outras culturas como o milho, feijão, além da pecuária, que se trata de uma das principais atividades do PIMN, atualmente. Em geral eles plantam 1 hectare de feijão e 3 de arroz, sendo a primeira voltada mais ao consumo das famílias, dentre outras culturas (Figuras 12, 13, 14 e 15).

³¹ Fonte: Disponível em: < <https://www.syngenta.com.br/quem-somos> > Acesso em: out. 2017.

Figura 12 – Produção de arroz – PIMN

Fonte: Bernadete Freitas, 2017

Figura 13 – Pecuária – PIMN

Fonte: Bernadete Freitas, 2017

Figura 14 – Produção de milho – PIMN

Fonte: Bernadete Freitas, 2017

Figura 15 – Produção de Feijão – PIMN

Fonte: Bernadete Freitas, 2017

Parte dos agricultores preferem trabalhar com pecuária, pois depende menos das chuvas, além de não necessitar da autorização do DNOCS, como é o caso de algumas culturas

como o arroz. Esse Departamento vem proibindo a rizicultura nos últimos anos, comprometendo-se a pagar uma taxa, alegando o consumo de água excessivo. Contraditoriamente, o Estado prioriza ao longo dos anos atividades como carcinicultura e fruticultura para exportação na região, sendo restringido o uso de água somente recentemente, quando a situação já está bastante problemática.

Em relação à área produtiva do PIMN, o arroz, o feijão e as pastagens são os que possuem as maiores áreas plantadas, de acordo com os dados da AUDIPIMN, conforme pode ser verificado os números referentes ao ano de 2014, vinculadas às antigas cooperativas (Tabela 5). Vale ressaltar que nos últimos anos diminuiu consideravelmente a produção em algumas áreas do perímetro, devido à proibição do DNOCS, retomada somente no início do ano de 2017, quando as chuvas retornaram.

Tabela 5 – Culturas e área plantada do PIMN, 2014

Culturas plantadas	Cooperativa/Área plantada (hectares)			
	CAPI	COPAMN	CAPIVAB	TOTAL
Arroz	51,70	414,33	311,39	777,42
Feijão	0,00	0,70	8,40	9,10
Sorgo forrageiro	0,00	1,50	0,00	1,50
Brequiaria	0,80	0,00	8,40	9,20
Paulistinha	18,50	31,40	72,95	122,85
Pastagem Nativa	17,90	60,20	36,60	114,70
Cultura Perene	1,00	0,70	7,90	9,60
Total Geral	89,90	508,83	445,64	1.044,37

Fonte: AUDIPIMN, 2017.

A partir do segundo semestre deste ano, entretanto, o problema tem acentuado com a “crise hídrica” construída pelo Estado no Ceará, já que permitiu nos últimos anos o uso da água de forma abundante para atividades voltadas à exportação, a exemplo da fruticultura, no PIJA e da carcinicultura, no Perímetro Irrigado de Jaguaruana³². Ao camponês restou a proibição do uso da água ou a constarem seus pequenos poços secarem, diante do uso da água subterrânea no Baixo Jaguaribe. Mas o “sertanejo, é antes de tudo um forte” como dizia Euclides da Cunha, em “os sertões”, o que o faz continuar lutando.

³² O perímetro de Jaguaruana foi criado no mesmo período e lógica semelhante ao PIMN, porém, a agricultura de base camponesa tem sido substituída pela carcinicultura, questão verificada em trabalhos de campo e entrevistas com técnicos do DNOCS.

Os Perímetros de Morada Nova e Jaguaruana apresentam menor expressividade em relação a presença dos movimentos sociais vinculados à resistência camponesa, se comparados aos Perímetros Jaguaribe-Apodi e Tabuleiros de Russas. A maior incorporação dos camponeses nesses primeiros quicá possa explicar tal fenômeno. Além disso, nos perímetros mais recentes (PIJA e PITR) a incorporação das áreas empresariais trouxeram implicações severas aos camponeses. É importante destacar que as crises e as mudanças ocorridos nos perímetros irrigados do Baixo Jaguaribe vinculam-se, principalmente, ao redirecionamento político e econômico no país. Com isso, a partir de fins dos anos de 1990 e início de década seguinte, os perímetros de Morada Nova e o de Jaguaruana (ambos voltados para agricultura de base familiar) foram desvalorizados e o agronegócio e a fruticultura para exportação e, mais recentemente, a carcinicultura, tornaram-se os principais interesses de investimentos do Estado.

Com esse propósito, a Chapada do Apodi e, posteriormente, o Tabuleiro de Russas tornaram-se os principais alvos do Estado, alimentando, ainda mais, o capital, sedento por lucro. Contraditoriamente, as resistências camponesas ocorreram intensa em área internas e circunvizinhas a esses perímetros, materializando a construção do Assentamento Bernardo Marin II (Tabuleiros de Russas) a resistência da Comunidade Lagoa dos Cavalos e Junco e o marcante processo de luta do Acampamento Zé Maria do Tomé (Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi). A luta por terra, água, território e contra a sujeição da renda da terra ao capital tem alimentado a insurgência desses camponeses.

5.3 Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas e a reprodução e resistência camponesa das Comunidades Lagoa dos Cavalos, Junco e Assentamento Bernardo Marin II

O Perímetro Irrigado Tabuleiros de Russas (PITR) constitui-se uma extensão do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, visto que parte das empresas da Chapada se instalaram também no PITR após sua implantação, levando consigo o mesmo pacote de destruição. O projeto foi criado no ano de 2004, desestruturando diversas comunidades camponeses, embora algumas tenham resistido fortemente, a exemplo de Lagoa dos Cavalos (hoje, vizinha a Junco), considerada referência em transição agroecológica. No contexto da implantação do perímetro, foi construído o Assentamento Bernardo Marin II, sob a coordenação do MST, no seio da expansão do capital do Baixo Jaguaribe. Esses elementos motivaram a escolha dessas comunidades como áreas deste estudo, no âmbito da expansão da Política Nacional de Irrigação, por meio da implantação do PITR (Mapa 9)

Mapa 9 – Localização do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas/Comunidades Lagoa dos Cavalos, Junco e Assentamento Bernardo Marin II

Elaboração: Bernadete Maria Coêlho Freitas; cartografia: Augusto César P. Sampaio (2017)

Para a implantação do PITR, o Governo Federal publicou o Decreto nº 97.143, de 29 de novembro de 1988, declarando de utilidade pública e interesse social uma área com aproximadamente 24.471 hectares. O projeto foi dividido em duas etapas. A primeira foi iniciada no ano de 1992, objetivando a implantação de área de 10.765,72 hectares, atualmente com 9.643,49 hectares licitados e 1.122,23 hectares a serem licitados, além de área de reserva legal com 3.702,00 hectares e outra destinada a infraestrutura com 198,28 hectares, totalizando 14.666,00 hectares. A segunda etapa, implantada em 2008, totaliza 3.600,00 hectares de área irrigável que, somada à primeira etapa corresponde ao total de 18.637,00 hectares. A fonte hídrica do projeto é advinda do rio Banabuiú/Açude Castanhão (DOSSIE PERÍMETROS IRRIGADOS ONLINE, 2015).

O PITR incorporou áreas dos municípios de Russas, Morada Nova e Limoeiro do Norte. A primeira etapa atingiu 17 comunidades rurais: Umari, Canafístula, Liberdade, Lagoa da Várzea, Lagoa Salgada, Lagoa da Roça, Iracema, Baixio dos Azuis, Açude dos Venâncios, Massapê de Dentro, Massapé de Fora, Sítio Córrego, Córrego dos Estácios, Germana, Povoado do Umari, Paraíba e Sussuarana, como pode ser verificado na imagem de um mapa antigo do DNOCS (produzida em trabalho de campo), referente à área de implantação do PITR, identificando todas essas comunidades atingidas (Figura 16). As famílias expropriadas buscaram reterritorialização em comunidades vizinhas, no Distrito de Flores (Russas), em Jardim de São José e nas áreas periféricas dos municípios de Russas e Limoeiro do Norte.

Já a segunda etapa abrangeu 8 comunidades: Bananeira, Escondida, Bixopá, Junco, Córrego Salgado, Barbatão, Lagoa dos Cavalos e Distrito de Peixe. No caso da segunda etapa houve bastante resistência por parte de algumas comunidades, como foi o caso de Lagoa dos Cavalos em conjunto com outras comunidades vizinhas. Essa comunidade tornou-se símbolo de luta e resistência, ao ponto de ter conseguido alterar o ordenamento territorial projetado pelo DNOCS, conquistando uma área de produção e moradia, isso com o apoio de algumas entidades como a Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte. Isso não significou a solução para danos causados pelo DNOCS, já que se mostram irreparáveis.

Figura 16 – Comunidades destruídas ou atingidas para implantação da primeira etapa do PITR

Fonte: Imagem de mapa antigo DNOCS; organizado por Bernadete Freitas, 2017

Nesse sentido, em relação à segunda etapa, as comunidades Bananeiras, Escondida, Córrego Salgado e Barbatão foram desapropriadas, enquanto Lagoa dos Cavalos, Junco e o Distrito de Peixe tiveram sua área reduzida, com a desapropriação de moradias e terras de produção de parte das famílias atingidas (DOSSIÊ PERÍMETROS IRRIGADOS, 2015). Hoje, Lagoa dos Cavalos e Junco formam praticamente uma única comunidade.

A líder comunitária Osarina da Silva fala sobre a desapropriação da primeira etapa, evidenciando o problema das indenizações injustas aos camponesas, demonstrando que algumas dessas indenizações se quer foram realizadas, questão recorrente nos demais perímetros do Baixo Jaguaribe, conforme foi apresentado no Dossiê Perímetros Irrigados (2015). A líder destaca, ainda, o papel de Lagoa dos Cavalos e fala do anúncio da segunda etapa (para seis comunidades), questão que fez emergir a resistência das comunidades que seriam atingidas, diferentemente do que ocorreu na primeira etapa, que não conseguiram ter a devida reação ao projeto.

A Lagoa dos Cavalos hoje é conhecida, posso dizer, praticamente no mundo porque o nosso trabalho tem se destacado muito. Em vários lugares do mundo, muitas pessoas sabem disso, então por ser essa comunidade modelo, ela é entre essas seis a que se destaca pelo trabalho de organização, pelas experiências que nós desenvolvemos aqui em relação a convivência no semiárido. Há 20 anos atrás houve a primeira etapa de desapropriação do projeto, foram outras comunidades próximas a nós que foram desapropriadas e as famílias, não sei se por não terem força para lutarem, por não conhecerem ou pode ter sido utilizado outros métodos piores do que os que se vem sendo utilizados agora, em relação ao órgão que está desenvolvendo o projeto, essas comunidades saíram. As pessoas dessas propriedades e muitas até hoje não receberam suas indenizações. Não receberam o valor pela casa e até pelo que tinha na sua propriedade e foram buscar alternativas de vida em outros lugares, e a maioria delas se encontram hoje em uma situação pior do que viviam. Era difícil a vida, não tinha água, a terra muitas vezes não era suficiente pra produção mas ali eles conseguiam desenvolver, criar sua família e sobreviver com muita dignidade, aí vem o projeto, desapropriam, vão embora, muitas foram ameaçadas e tiveram que sair praticamente jogadas, escorraçadas mesmo. E muitas dessas não tiveram forças para continuar lutando e não receberam um valor justo, outras ainda estão na justiça tentando receber esse recurso, e agora acontece a mesma coisa na chamada segunda etapa, que inclusive o DNOCS que em muitas reuniões diz que não é uma segunda etapa do projeto, que o projeto é uma etapa só, como não teve recursos na primeira etapa pra desapropriar toda a área, foi dividido em duas etapas, e agora chega a vez dessa segunda etapa, onde as comunidades serão atingidas. Em dezembro de 2007, tivemos reunidos em Russas uma assembleia, o DNOCS estava falando sobre como é que estava a primeira etapa do projeto e nessa reunião eles colocaram que a segunda etapa estava prevista para começar em 2008 e que até abril todas as famílias dessas 6 comunidades estariam desapropriadas (OSARINA DA SILVA, 2009).

A formação dessas comunidades (Figura 16) ocorreu, em geral, a partir da presença de alguns latifundiários, mas também pelos camponeses posseiros. No primeiro momento parte dos camponeses tornavam-se “moradores” dos latifundiários e somente depois conseguiram a posse da terra. A agricultura camponesa predomina no Baixo Jaguaribe quanto ao número de

estabelecimentos, embora a área apresente concentração, conforme foi apresentado. Mesmo nas áreas de planície e tabuleiros a concentração de terras se fazem presentes, embora a área da Chapada tenha sido, historicamente, o principal refúgio de latifundiários, como o “Velho da Serra”, este vinculado ao poder político local.

Isso significa que maioria das áreas desapropriadas atingiram camponeses e seus modos de vida, ao contrário do que falava Celso Furtado, ao se referir aos propósitos iniciais dessa política. No caso da implantação do PITR, o DNOCS incorporou até mesmo o “Bar da Lasca”, espaço de lazer frequentado pela população das comunidades e área urbana, principalmente, do município de Russas. Em entrevista realizada a um técnico do DNOCS, o mesmo afirmou que “o departamento não sabe o que fazer com esse bar”, questão que demonstra a irrisória preocupação do DNOCS com o cotidiano da população envolvida no contexto da expansão dessa política pública.

Entretanto, a questão que deve ser analisada com afinco e preocupação trata-se da desconsideração do DNOCS em relação à vida camponesa. É corriqueiro falas dos camponeses em relação à imposição do DNOCS, como: “eles não dão escolha para os pequenos agricultores. Nós temos o nosso modelo e não queremos o deles!”. O departamento considera o modo de vida camponês “atrasado” por não utilizarem agroquímicos em abundância, por destinar sua produção prioritariamente para o consumo das famílias etc. Alguns estudos abordam essas questões, como Braga (2010), Alves (2012) e o Dossiê Perímetros Irrigados (online), publicado em 2015.

A instalação e operação do Perímetro Irrigado Tabuleiros de Russas, contudo, não acontece num espaço ‘vazio’, sem ocupação e usos do território. Ocupavam e ocupam a mesma área disputada pelo DNOCS um conjunto de comunidades rurais, que desde a década de 1930, se apropriaram do território e desenvolveram/desenvolvem um conjunto de saberes e práticas, que divergem da racionalidade economicista impregnada na política de irrigação proposta pelo órgão. Os planos e obras do DNOCS, contudo, expressam uma concepção abstrata do espaço, entendendo-o como palco, receptáculo, como mero componente físico, desprovido de dinâmica, vida, identidade, sentidos e sujeitos sociais. Tal concepção implica na imposição de uma racionalidade exógena, distinta das formas de apropriação e de usos do território em curso nas comunidades rurais atingidas pela instalação do PITR (DOSSIÊ PERÍMETROS IRRIGADOS (ONLINE), 2015)

Tomando como referência os estudos de Braga (2010) e Alves (2012), dentre outros, o referido Dossiê, analisa o Estudo de Impactos Ambientais (EIA) para implantação da segunda etapa do projeto, mostrando esse entendimento do Estado acerca da agricultura camponesa, bem como sua defesa pela fruticultura irrigada, isto é, pelo agronegócio. Dentre as características das comunidades apresentadas como símbolo do “atraso” pelo EIA, destacam-se: 1) não utilização de

adubação química; 2) não utilização de sementes selecionadas; 3) a predominância da tração animal como força motriz dos trabalhos agrícolas; 4) baixa capitalização dos produtores, no quesito mecanização agrícola, por utilizarem estratégias coletivas de uso comum de tratores, via Associações e Prefeitura; 5) ausência de irrigação, condicionada pela escassez de recursos hídricos; e, 6) ausência de assistência técnica e crédito agrícola (DOSSIÊ PERÍMETROS IRRIGADOS ONLINE, 2015; BRASIL, 2005, p. 159).

A estratégia do Estado, via DNOCS, é desqualificar o modo de vida camponês, para dar lugar ao agronegócio, à produção de *commodities*. Além disso, tenta invisibilizar as comunidades, afirmando que se tratam de uma “densidade demográfica bastante rarefeita”, como pode ser verificado em trechos do EIA (BRASIL, 2005), abordados pelo Dossiê Perímetros Irrigados (2015) e no estudo de Braga (2010).

O projeto visa contribuir, ainda, para a expansão das atividades de fruticultura irrigada, com qualidade total, de forma a tornar a região uma das líderes nacionais neste segmento, gerando empregos permanentes [...] o projeto servirá como pólo de difusão de técnicas agrícolas modernas para a região, incluindo aspectos agrotécnicos, organizacionais, gerenciais, de engenharia, de comercialização e de capacitação de recursos humanos, contribuindo assim para o seu desenvolvimento. [...], em consequência, promovendo o bem-estar e social das populações envolvidas (BRASIL, 2005, p. 12).

Dentre os aspectos mais urgentes da implantação de empreendimentos de grande porte, estão os que dizem respeito à evacuação da população da área do projeto. No caso específico da 2ª Etapa do Projeto de Irrigação Tabuleiros de Russas estes efeitos, embora significativos, não atingem grande monta, visto que as terras alvo de desapropriação estão situadas numa área de tabuleiro, caracterizada pela escassez de recursos hídricos, a qual apresenta uma densidade demográfica bastante rarefeita (BRASIL, 2005, p. 194; (DOSSIÊ PERÍMETROS IRRIGADOS ONLINE, 2015).

O desenvolvimento de uma agricultura tecnificada, centrada na produção de culturas nobres (fruticultura), permitirá ao homem rural auferir rendas superiores à obtida na agricultura de subsistência, o que terá reflexos positivos sobre a arrecadação tributária (BRASIL, 2005, p. 199; DOSSIÊ PERÍMETROS IRRIGADOS ONLINE, 2015).

Outra questão importante que deve ser destacado nesse discurso do Estado é a transferência de tecnologia e, conseqüentemente do “desenvolvimento” nas áreas de perímetros irrigados, conforme previa a concepção que influenciou a construção dos Polos de Desenvolvimento”³³ no Nordeste brasileiro. Os polos de desenvolvimento foram criados pela

³³ A SUDENE realizou o I Seminário sobre os polos de desenvolvimento em Recife, no ano de 1966, quando elaborou uma metodologia que permitisse aplicar a Teoria, adaptando ao espaço brasileiro, mesmo com realidade completamente diversa da europeia, onde foi enunciada. O Baixo Jaguaribe refere-se a um desses polos de desenvolvimento do Ceará, a partir dos quatro perímetros irrigados. Se a teoria dos “pólos” já era questionável, por tratar-se de realidades diferentes, com o advento da mundialização do capital a presença das empresas transnacionais tem mostrado que suas intenções circunscrevem-se em obter vantagens e não transferir tecnologias e conhecimento.

SUDENE sob a influência francesa da Teoria de Polos de Desenvolvimento, de Perroux (ANDRADE, 1977). Defendia-se que ocorreria a propagação do “desenvolvimento” nos locais onde determinadas infraestruturas fossem criados e novas tecnologias e conhecimento pudessem ser incorporados. Nesse processo, a criação dos perímetros irrigados e instalação de empresas agrícolas em áreas circunvizinhas ou internas aos perímetros cumpririam esse papel de transferência de tecnologia, conhecimento etc.

A experiência do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, por exemplo, mostra que as empresas transnacionais não transferem qualquer informação ou tecnologia, em geral, nem mesmo visitas são permitidas pelas empresas, como é o caso da Del Monte Fresh Produce. Na prática, essa transferência tem significado a sujeição da renda da terra camponesa ao capital, via pacote tecnológico, a exemplo da “parceria” da empresa nacional Fruta Cor, que será mostrado mais adiante.

Outra questão que merece destaque é a compreensão do DNOCS em relação à “não utilização de adubação química” como característica do “atraso”, do “rudimentar”, do “improdutivo”. No caso da comunidade Lagoa dos Cavalos, a prática do uso de agrotóxico é reduzida ou inexistente em alguns casos, por uma escolha da comunidade em produzir alimentos saudáveis. Já a agricultura camponesa, para eles, representa a sustentabilidade, diferente da fluidez das empresas, em função da dependência em relação ao mercado, fazendo com que migrem facilmente em momentos de crise ou em função das ofertas do Estado etc, gerando desemprego em massa, questões observadas na Chapada do Apodi e também em Tabuleiro de Russas.

No momento inicial da expansão da segunda etapa do PITR, esses elementos foram debatidos em intercâmbios entre as comunidades camponesas da Chapada do Apodi, Tabuleiros de Russas, dentre outras. A fala do líder comunitário Dino Gomes foi expressiva a esse respeito: “lá em Lagoa nós não queremos saber de veneno. Produzimos nossos alimentos de forma saudável, para alimentar nossa família!”. Em momento posterior, no ano de 2015, o referido líder avaliou a situação de Lagoa dos Cavalos e demais comunidades atingidas pelo PITR: “só tem duas coisas que a gente não quer: ir pra uma cidade e nem trabalhar em nenhuma empresa dessas. Porque essas coisas de emprego é hoje, amanhã não é mais. É insustentável”. Ou seja, os camponeses têm clareza em relação às suas escolhas e ao modo de vida que acreditam e defendem.

A “crise hídrica construída”³⁴ pelo Estado tem revelado essa insustentabilidade das empresas, em momentos de crise. O caso de Tabuleiros de Russas, atualmente (segundo semestre de 2017), é um bom exemplo desse processo, questão que tem levado os pequenos agricultores a sustentarem o perímetro. Hoje, quem tem mantido o PITR são os lotes de 8 hectares, de pequenos produtores, enquanto as empresas fecharam de 90% a 100% da sua área produtiva, gerando desemprego em massa. Alguns camponeses ficaram sem terra e sem trabalho, já que “alguns deles que não resistiram venderam suas terras acreditando no emprego e agora tão sem nada”, como afirma o camponês Ercílio, de Lagoa dos Cavalos.

A situação atual do desemprego e da ociosidade do PITR é descrita pela líder comunitária Osarina Silva, que evidencia a “herança maldita” do agronegócio e do DNOCS para as comunidades camponesas, no contexto da “crise hídrica”, que atinge, sobretudo, os camponeses, já que as empresas migram para outros municípios vizinhos e perfuram poços. Como ela mesma destaca, “as comunidades sempre são as que perdem. A parte triste dessa história são sempre as comunidades que passam, são elas que ficam com esse fardo”.

A implantação do perímetro trouxe mudanças desastrosas para as comunidades. Tudo aquilo que a gente já discutia durante o processo de implantação que o próprio DNOCS anunciava, a geração de emprego, a contratação da mão-de-obra dos agricultores para as empresas que isso ia gerar um ganho para as comunidades, a gente já sabia que isso não ia ser, de fato, como eles anunciavam. **Então, primeiro a gente perde a terra, o direito de uso da terra de produção, perde a água.** Acaba que, querendo ou não, a alimentação da água para o perímetro dificulta também o acesso da água pra comunidade. Antes a gente tinha uma água que, embora não fosse tratada, mesmo usando somente uso de limpeza doméstica e uso animal, então não teria necessidade de tratamento, vinha de uma adutora sob gravidade, a gente não pagava por essa água e hoje a gente tem uma água que passa pelo processo de tratamento, e paga a tarifa de água como se paga na cidade, então isso também foi uma mudança que aconteceu por conta do perímetro na segunda etapa [...]

A realidade ociosa que está o perímetro trouxe um desemprego em massa para as comunidades [...] a grande maioria que trabalhava nas empresas estão desempregados [...] Alguma empresa que conseguiu manter esses trabalhadores, estão indo pra Mossoró, alguns já se mudaram para lá para poder continuar trabalhando na empresa que tinha produção aqui e os outros estão desempregados [...] Além do processo de estiagem que a gente teve vivenciado nos últimos anos que, embora toda dificuldade, de perder a terra, alguns ainda conseguem um pequeno espaço que foi ficando ou outros com o acesso aos lotes da primeira etapa que alguns aqui tem, então conseguem produzir.

³⁴ Trata-se de uma “crise construída” em função do Estado ter permitido o uso da água de forma abundante por alguns setores como indústria, carcinicultura, mineração, agronegócio até chegar numa situação insustentável como é o caso atual. Somente recentemente é que o Estado criou algumas medidas para restringir o uso da água pelo agronegócio e carcinicultura no Baixo Jaguaribe, quanto o problema já se encontra bastante acentuado.

Mas além dessa ausência das chuvas que não gera renda suficiente, também o emprego que não está sendo de acordo com o que eles prometeram e anunciaram, então, assim, as comunidades estão passando por um processo da crise, além da crise que se instalou no Brasil [...] Então, houve uma decadência muito grande desse processo e só deus sabe quando o açude tiver recarga de água suficiente pra voltar a produzir aqui, então as pessoas voltarão talvez a ter seu trabalho. **Mas é isso, as comunidades sempre são as que perdem, a parte triste dessa história são sempre as comunidades que passam, são elas que ficam com esse fardo** (OSARINA DA SILVA, 2017, grifos nossos)

Parte significativa dos camponeses encontram-se sem água, sem terra (aqueles que foram desapropriados) e também sem emprego. Outros tentam criar estratégias para continuarem reproduzindo-se como camponeses, embora com bastante dificuldade. Desenvolvem atividades como a farinhada na bodega coletiva, a apicultura (embora menos que em períodos anteriores), plantam em áreas do perímetro irrigado algumas culturas dentre elas frutas como goiaba que, segundo eles, gera uma renda complementar para garantir o pagamento dos custos no perímetro.

Como já foi mostrado, Shanin (2008) afirma que os camponeses têm algumas características fundamentais que revelam sua capacidade de construir estratégias diante das crises, a flexibilidade no sentido de se adaptar às adversidades, elementos presentes no seu modo de vida. Outra questão evidenciada pelo autor trata-se da centralidade da economia familiar camponesa e do papel da ajuda mútua nesse processo, uma vez que os camponeses contam com ajuda tanto da família como fora dela. Em suas palavras Shanin (2008, p. 25) esclarece essa questão:

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E no centro dessas particularidades, está a natureza da economia familiar.

Essa “ajuda de fora” nos remete ao debate de Marx, apresentado no início desta tese, em que mostrava a necessidade de apoio aos camponeses para garantir, à época, que se tornassem uma classe social, no contexto de construção de uma sociedade emancipada. O que faz crer no papel de algumas entidades, instituições e movimentos sociais que se unem aos camponeses no sentido de fortalecer suas lutas e garantir direitos, fundamentais à sua reprodução social.

No caso do Baixo Jaguaribe, algumas entidades têm contribuído com às comunidades, como é o caso da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte e departamentos de algumas Universidades, sindicatos etc. Para os camponeses, uma simples visita de campo de estudantes e professores das universidades tem importância, pois é uma forma de incentivá-los à continuar

lutando para se reproduzir como camponeses, em meio a tantas dificuldades. Os mesmos sentem-se bastante desvalorizados pelo Estado e pelo conjunto da sociedade, apesar de serem os responsáveis por colocar o alimento na mesa da população, tanto do campo como da cidade.

As características apresentadas por Shanin (2008) podem ser verificadas nas falas de alguns camponeses de Lagoa dos Cavalos e Junco, a exemplo de Raimundo Ercílio Silva Loureiro, em entrevista realizada no segundo semestre de 2017. O camponês afirma que buscam diversas estratégias para se sobressaírem diante das crises. Já as empresas fecham as portas, pois não estão dispostos a correr riscos, nem tampouco a obter prejuízo. Ercílio fala das culturas que produz e de quais utiliza agrotóxicos, como é o caso da goiaba, diferente do cajueiro, mandioca, macaxeira e legumes que não usa veneno.

A gente planta mandioca, verdura, bastantes goiabas e duas hectares de cajueiros. Planta roça e melancia. Tem uns pés de feijão também. A gente planta muita coisa. Eu tanto planto na chuva como irrigado. Tenho 8 hectares no Chapadão de Russas [PITR]. Ainda tem muitos pequenos. Quem tá ficando são praticamente só os pequenos. **Os grandes mexem com muita coisa, como não tem água suficiente eles estão indo embora.** Agrícola já foi embora quase tudo, tem só um pouco de banana, João Teixeira já fechou quase toda também. Os pequenos como não têm muito para onde correr, estão ali esperando que venha uma água. Desde de 2012 que o açude só vem secando. Os pequenos estão se aguentando aos troncos e barrancos. Muita gente que foi para as empresas, que tinham chance de pegar um lote, não pegou com medo. Partiram para os empregos, mas hoje tá zero, pois as empresas colocaram tudo para fora. **Eu não vivo apenas da agricultura, eu crio abelha também [...]** Tem muita gente querendo voltar para esse ramo. Esse negócio de só querer fazer as coisas quando está no tempo bom, não é fácil. Ai quando vem o tempo difícil você dá para trás, mas não é por aí. Tem que pegar coisa boa, mas tem que esperar que vem coisa fraca também [...] **Utilizo agrotóxico, mas produzo orgânico também. Não tem como produzir goiaba sem utilizar veneno. Mas Cajueiro, mandioca, macaxeira e verduras a gente não usa.** Você tem que ter um pouco de tudo, porque as contas são exorbitantes [...] Tem a casa de farinha que é coletiva também [...] (RAIMUNDO ERCÍLIO SILVA LOUREIRO, 2017, grifos nossos)

Atualmente, os camponeses de Lagoa dos Cavalos e Junco têm prejuízos e não contam com ajuda do Estado, pelo contrário, as cobranças de taxas nas áreas dos perímetros ampliaram para a pequena produção irrigada. A realidade dos camponeses é esclarecedora acerca do papel do Estado, via DNOCS. A saída do governo do PT acentuou a questão da expulsão dos camponeses da terra dos perímetros, segundo eles, objetivando a entrega nas mãos dos grandes empresários, próprio dos parâmetros de governos neoliberais, ressaltando que esse primeiro também praticava tais parâmetros, embora ofertasse alguns subsídios à agricultura camponesa. A destruição de comunidades na segunda etapa do PITR para inserção do agronegócio exemplifica essa questão.

A fala de Ercílio é didática a esse respeito, quando afirma: “[...] foi só esse governo assumir que veio os papéis mais caríssimos para nós. Papel aí de quase 2 mil reais pra você pagar! Aí é para tirar mesmo o pequeno da terra fazer pé de chinelo e ficar pisando em cima”.

Enquanto a gente estava nesse governo do PT eles olhavam para os pequenos. Mas quando entrou esse outro governo esculhambou tudo. Temo uns impostos aí que com essa dificuldade o governo estava sustentando, foi só esse governo assumir que veio os papéis mais caríssimos para nós, papel aí de quase 2 mil reais pra você pagar. Aí é para tirar mesmo o pequeno da terra fazer pé de chinelo e ficar pisando em cima, é difícil demais. Com isso temos que procurar umas culturas diferentes par tentar sobreviver e esperar pelo um tempo melhor que entre alguém que tenha um bom olhar para nós. A gente faz isso, mas é muito sem valor. **Um tempo mais difícil desse de produzir, pois não tem água para plantar, aí ao invés de ajudar o agricultor, eles [Estado, via DNOCS] colocam a pedra no pé, cobram umas contas pesadas dessas aí. Aí como você vai sobreviver? Não tem condições, é para você desistir e ficar par os grandes [...]** Mas deve ter mais de 50 pequenos ainda (AGRICULTOR RAIMUNDO ERCÍLIO SILVA LOUREIRO, 2017, grifos meus).

A inserção do agronegócio nas áreas da política de irrigação trata-se de uma escolha do Estado como já mencionado anteriormente, a partir do redirecionamento político-econômico do país após 1990, incorporando elementos dos parâmetros neoliberais no âmbito dessa política pública (FREITAS, 2010), com intuito de atender aos anseios de acumulação do capital mundializado (CHESNAIS, 1996).

Nesse contexto nasceu o Perímetro Irrigado Tabuleiros de Russas, destinando parte significativa das áreas às empresas agrícolas, como pode ser verificado na distribuição dos lotes (Figura 17) e nos dados atuais coletados em trabalhos de campo (2017), referentes ao processo de regularização fundiária da primeira etapa do projeto, mostrados na sequência (Tabela 6).

Tabela 6 – Regularização fundiária da primeira etapa do PITR (em andamento), por categoria, lote e área.

Categoria	Número de lotes	Área (hectare)	Média da área (hectare)
Pequeno agricultor (reassentado)	191	1.600,27	8,4
Pequeno agricultor (qualificado)	291	2.435,15	8,4
Técnico agrícola (ciências agrícolas)	19	383,01	20,1
Empresários (agronegócio)	77	4.968,39	64,5
Área experimenta (EMBRAPA)	02	16,67	8.3
Área destinada aos sem-terra	16	240,00	15
Total	596	9.643,49	-

Fonte: DISTAR, 2017; organizado pela autora.

Figura 17 – Distribuição dos lotes do PITR (2007)

Fonte: DNOCS, 2007

A área destinada aos “sem-terras”, na Tabela 6, refere-se à área irrigada do Assentamento Bernardo Marin II, coordenado pelo MST. Apesar de constar nos dados do DISTAR uma média de 15 hectares para cada assentado, na verdade a distribuição atual é de 8 hectares, visto que o Assentamento conta com quase 50 famílias. De acordo com entrevista realizada aos assentados, em 2017, a regularização ainda não foi efetivada, algumas famílias produzem na área com bastante dificuldade para manter os referidos lotes, por conta do inexistente acesso ao crédito. Os lotes destinados aos colonos referem-se aos que denominam de “pequeno produtor”, com área média de 8 hectares.

A tabela 6 revela, ainda, que apenas cerca de 50% (9.643,49 hectares) da área total do perímetro (18.637,00 hectares) encontram-se em processo de regularização. Considerando que cerca de 50% da área licitada (em regularização) correspondem a áreas desativadas das empresas, no momento, isso faz crer que o DNOCS cometeu enorme equívoco ao desestruturar um número significativo de comunidades camponesas para dar lugar à improdutividade das empresas do agronegócio. Esse processo pode ser verificado quando analisamos a evolução da área produtiva do perímetro.

De acordo com dados do Distrito de Irrigação Tabuleiros de Russas (DISTAR), referentes à evolução da área cultivada, compreendendo uma década de desenvolvimento do PITR, é notório o decréscimo da área produtiva nos últimos anos (Gráfico 4), reafirmando a ociosidade do referido perímetro irrigado, ou seja, a improdutividade do agronegócio, principalmente após o ano de 2014.

Em relação às culturas produzidas, as principais são: banana, goiaba, coco e pastagens (Gráfico 5). Diante da crise hídrica, oriunda também da gestão dos órgãos do Estado, as empresas são levadas a diminuir sua produção, o que não atende aos interesses das mesmas, já que preferem ampla produção, frente ao anseio por lucro. Como alternativa, perfuram poços profundos (como é o caso da Chapada do Apodi) e migram para outros municípios vizinhos, a exemplo de Tabuleiro do Norte.

Gráfico 4 – Evolução da área cultivada, em hectare, do PITR (2006-2016)

Fonte: DISTAR, 2017; organizado pela autora

Gráfico 5 – Principais culturas e área, em hectare, do PITR (2017)

Fonte: DISTAR, 2017; organizado pela autora

A presença das empresas há alguns anos, assim como do uso de agrotóxicos nas extensões de terras do PITR. Hoje, alguns desses espaços das empresas deram lugar ao vazio (Figura 18). Entretanto, esse vazio em nada se compara ao deixado pela destruição das

comunidades, das moradias, do modo de vida camponês (Figura 19). No caso das empresas, trata-se de um vazio temporário naquele espaço, enquanto lançam seus tentáculos para outros lugares e continuam se apropriando da renda da terra do PITR, mesmo de forma improdutiva, renda apropriada do conjunto da sociedade, como mostrou Martins (1981).

Figura 18 – Empresa do agronegócio desativada na segunda etapa do PITR (2017)

Fonte: Bernadete Freitas, 2017

Figura 19 – Comunidades destruídas para expansão da segunda etapa do PITR (2017)

Fonte: Bernadete Freitas, 2017

Atualmente, a segunda etapa conta também com a área de reassentamento do PITR, destinada à moradia e produção para 19 famílias, porém, ainda não concluída (Figura 20). Há

quase dez anos as comunidades lutam para garantir direitos básicos para reprodução dessas famílias como água, energia e infraestruturas de produção, crédito etc. Hoje, criam estratégias de sobrevivência plantando nos quintais algumas culturas, de forma incipiente (Figura 21), como feijão, manga, acerola, abacaxi, etc, além de desenvolverem alternativas em relação à energia elétrica, por meio de uma conta coletiva para pagamento.

Figura 20 – Área de reassentamento da segunda etapa do PITR (2017)

Fonte: Bernadete Freitas, 2017

Figura 21– Quintal produtivo na área do reassentamento do PITR (2017)

Fonte: Bernadete Freitas, 2017

No âmbito da segunda etapa, Lagoa dos Cavalos e Junco contam atualmente com cerca de 90 famílias, sendo que a maioria pertence a Lagoa dos Cavalos e apenas cerca de 14 famílias compõem a comunidade de Junco, ambas formam um contínuo que se confunde em uma única comunidade, que muitos denominam simplesmente de Lagoa dos Cavalos. Apesar de toda desestruturação realizada pelo DNOCS, da redução da área, Lagoa dos Cavalos continua sendo um exemplo de luta e resistência da agricultura camponesa, de experiências de base agroecológicas, presente na narrativa do Baixo Jaguaribe, ao ponto de ter se tornado objeto de análise de vários estudos acadêmicos, como foi o caso de Braga (2010) e Alves (2012), que apresentam, com detalhamento, a problemática vivenciada pela referida comunidade camponesa.

Em oficina realizada na comunidade Lagoa dos Cavalos (em conjunto com outras comunidades vizinhas), no ano de 2014, para construção da “Carta do Território” (que incluímos no Dossiê Perímetro Irrigado), os sujeitos sociais demonstraram as implicações da implantação e expansão do PITR, suas lutas, sofrimento e resistência. A antes da implantação do PITR, desenvolviam a agricultura, pecuária e apicultura. Destacam em suas falas que asseguravam o sustento das famílias de forma constante e de qualidade, sem o uso de agrotóxicos.

A ajuda mútua, conforme esclarece Tavares dos Santos (1978), ao caracterizar os elementos da agricultura camponesa, é também relatada pelos camponeses ao afirmarem: “a gente se ajudava nos momentos difíceis”. O “sossego”, a “vida feliz” também evidenciam o significado do modo de vida camponês para os mesmos, a partir das relações sociais de solidariedade e vizinhança que estabeleciam nas comunidades, prejudicadas com a implantação do PITR, embora esses elementos ainda se verifiquem em parte das comunidades que permaneceram como Junco e Lagoa dos Cavalos.

Com a chegada do perímetro e a desestruturação de diversas comunidades, parte das famílias migraram para comunidades vizinhas e algumas para a cidade, levando ao adoecimento, como contam: “tivemos que vender nossos animais e algumas famílias mudaram para periferia da cidade e não se adaptaram a nova vida, muitos adoeceram, ficaram depressivos e perderam a tranquilidade”. Destacam, entretanto, que a principal problemática foi a questão da terra: “mais o maior impacto do perímetro é a questão da terra. A gente não tem mais direito de produzir do nosso jeito”.

Outra questão relevante em suas falas é quando descrevem as formas de resistências dos(as) camponeses(as): “quando a gente ficou sabendo do perímetro a gente fez reuniões, assembleias, audiências. Tudo que a gente pôde a gente fez. Foram feitos vídeos, participamos do

grito dos excluídos, da Romaria da Terra. A gente levou o grito a onde a gente pode”. Eles evidenciam as estratégias do DNOCS, que ora fazia promessas que não cumpriria, ora tentava desarticular as comunidades, fazendo reuniões individuais, evitando que as comunidades se unissem. Essas questões, dentre outras, dificultaram alguns processos de resistência. Por outro lado, contaram com a ajuda de entidades como a Caritas de Limoeiro etc, como afirmam: “o povo que lutava não era muito porque o DNOCS iludia o povo mas com a ajuda das entidades que deram apoio a gente avançou muito”. Foi a partir de muita luta que conseguiram o reassentamento para algumas famílias que possuíam condições mais desfavoráveis.

Ao final da oficina eles demonstraram que aceitam a imposição do DNOCS, que querem continuar reproduzindo o modo de vida pautado na lógica camponesa, demandando políticas públicas que conjuguem o acesso a terra, água e à produção sem o uso de agrotóxicos. Em suas palavras: “precisamos além da terra; água e assistência técnica. A gente quer produzir, como produzia antes sem agrotóxico, diferente dessa forma do perímetro. Queremos que a terra e a água seja devidamente bem distribuída”. Todos esses elementos estão presentes na sistematização da carta construída pelas comunidades, apresentada na sequência.

Antes da chegada do Perímetro Tabuleiro de Russas, vivíamos da agricultura, da pecuária, Apicultura. Plantávamos milho, feijão, mandioca, tínhamos nossas fruteiras no quintal e criávamos pequenos animais como ovinos, suínos, caprinos, bovinos e aves. A gente tinha o açude, casa de Farinha. Tudo era em pequena escala, mas o suficiente para garantir o sustento de nossas famílias, de forma constante e de boa qualidade sem o uso de agrotóxico. Antes era tudo sossego, a gente vivia feliz, mesmo com as dificuldades nos tempos de seca, tínhamos a farinhada e onde plantar e criar nossos animais e tudo que se plantava se colhia. A gente se ajudava nos momentos difíceis. Nas horas de sofrimentos tinha sempre alguém ali do nosso lado, reuníamos nas nossas festas familiares, religiosas, culturais e tradicionais a gente era feliz e não sabia.

Hoje é só destruição, o DNOCS chegou com a conversa que não tinha intenção de tirar as famílias das localidades e mesmo assim fez toda destruição, só nos pagou uma merreca e ainda precisamos lutar muito pra receber o reassentamento, o perímetro pode ser bom pra as empresas mas não pra gente porque agora só temos o direito de contemplar as grandes plantações de frutas, mas tudo a base de agrotóxico. Tem muita água nos canais, mas pra beneficiar o grande capital, que nos levaram tudo até o sossego, pois com a chegada do chamado Progresso, chegaram também pessoas de outros lugares que não conhecemos suas origens e atitudes e não sabemos se podemos confiar. **Além disso tivemos que vender nossos animais e algumas famílias mudaram para periferia da cidade e não se adaptaram a nova vida, muitos adoeceram, ficaram depressivos e perderam a tranquilidade também, mais o maior impacto do perímetro é a questão da terra. A gente não tem mais direito de produzir do nosso jeito, a gente não tem mais nada.**

Quando a gente ficou sabendo do perímetro a gente fez reuniões, assembleias, audiências. Tudo que a gente pode a gente fez. Foram feitos vídeos, participamos do grito dos excluídos, da Romaria da Terra. A gente levou o grito a onde a gente pode. O povo que lutava não era muito porque o DNOCS iludia o povo mas com a ajuda das entidades que deram apoio a gente avançou muito. Construímos um projeto de reassentamento que garantisse a terra de produção além da casa. O ministério público

Federal enviou um antropólogo (Sergio Brissac) que fez uma nota técnica que mostrava a inviabilidade do projeto. Fizemos manifestações e acampamos no canteiro de obra.

Diante de tantos problemas, já que, não podemos mudar a realidade dos fatos, viemos todos juntos dizer que precisamos além da terra; água e assistência técnica. A gente quer produzir, como produzia antes sem agrotóxico, diferente dessa forma do perímetro. Queremos que a terra e a água seja devidamente bem distribuída.

Hoje estamos vendo, aquilo que os nossos pais e avós falavam. Chegou o tempo onde quem tinha terra se tornou sem terra e quem não tinha se tornou herdeiro da terra. Senhores, não esqueçam “os frutos a todos pertencem, a terra não é de ninguém” (CARTA DOS TERRITÓRIOS, CAMPONESES DAS COMUNIDADES RESISTENTES DO TABULEIROS DE RUSSAS, 2014).

Além das questões relatadas na carta após a implantação do PITR, alguns camponeses reclamam de uma mosca branca que apareceu nas comunidades, oriunda da fruticultura (principalmente o melão) produzida durante alguns anos por empresas do agronegócio. Esse processo, em geral, impõe o uso de venenos às comunidades, bem como inviabiliza as experiências de base agroecológica, a exemplo de Lagoa dos Cavalos, que era exemplo como já foi mencionado. Atualmente o problema foi cessado em função do fechamento das atividades das empresas.

Do mesmo modo, o problema da migração da “praga” da mosca branca foi verificado no assentamento Bernardo Marin II, levando ao uso de veneno em algumas culturas, embora em menor quantidade do que nas empresas, questão verificada durante os trabalhos de campo realizados em 2014, problema que também mudou recentemente, com o fechamento das empresas vizinhas ao assentamento, como mostra um assentado, em entrevista realizada em 2017: “A praga que a gente sofreu mais aqui foi mosca branca. Eu acredito que vinha dessa cultura de melão que eles plantavam de frente aí, mas aí eles pararam [...] Hoje a gente não sofre mais com isso”.

O Assentamento Bernardo Marin II (coordenado pelo MST), constitui um dos exemplos de resistência camponesa e de luta por direitos no Baixo Jaguaribe, no contexto da implantação do PITR. Constitui também mais um exemplo da luta por terra e território, por reforma agrária, luta que já dura mais de 500 anos como mostrou Fernandes (2000), ao apresentar alguns elementos dessa resistência camponesa que permanece latente no Brasil.

Desde as Ligas Camponesas ao MST, a luta nunca cessou, em nenhum momento. Lutaram e estão lutando até hoje e entrarão o século XXI lutando. Desde as capitânias hereditárias até os latifúndios modernos, a estrutura fundiária vem sendo mantida pelos mais altos índices de concentração do mundo. Esse modelo insustentável sempre se impôs por meio do poder e da violência. Agora, ou fazemos a reforma agrária ou continuaremos sendo devorados pela questão agrária (FERNANDES, 2000, p. 105).

O Bernardo Marin II, semelhante ao Acampamento Zé Maria do Tomé (Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi), é fruto de intensa luta, sofrimento e resistência camponesa. A fala do assentado Francisco Suerley Lima é esclarecedora a esse respeito, mostrando o quão sofrido é para os camponeses conseguir “um pedaço de terra”. Segundo os mesmos, “é preciso passar anos de sofrimento debaixo da lona” para adquirirem algo que é assegurado legalmente pela Constituição Federal (1988). Após a conquista da terra, vem a narrativa dos desafios a cada novo dia, a cada nova etapa da territorialização camponesa. Uma luta que nunca cessa, frente à precariedade da reforma agrária no país.

A ocupação foi feito no ramal de flores, lá passamos 19 dias. Reivindicando uma área do Tabuleiro de Russas. Nisso, por acidente um companheiro nosso passou por dentro dessa fazenda [...] Aí juntamos o útil ao agradável, vamos pedir também aquela terra da fazenda, que estava parada [improdutiva], só morava duas famílias aqui dentro, o gerente da fazenda e o vigia. Aí a gente reivindicou as duas, a área de irrigação e aqui. Aí a gente teve que sair de lá, em 2004. Foi na época da implantação do perímetro e o objetivo era lá [o perímetro]. Aí mudamos o acampamento do ramal de flores para vizinho aqui a fazenda. Foi o tempo mais difícil que passamos aqui, falta d'água, falta de comida [...]. Com muita luta, via INCRA conseguimos uns créditos. Luta grande, passávamos 19 a 20 dias dentro do INCRA lá. Depois saiu o apoio das cisternas, mas um pouco saiu o fomento, mais um crédito de 2 mil e 400. Primeiro foi o fomento, depois foi o crédito de apoio, uma para ajudar o outro. Isso seria para compras de animais, para você fazer um quintal. A gente investiu mais da metade coletivamente e um pouquinho individualmente. Fizemos uma bodega coletiva, temos um gado coletivo. Aí trancou as portas, a gente já lutou muito, mas financeiramente nada do governo. A gente conseguiu uma casa de farinha que tá por terminar. Aí a gente há quase 5 anos esperando pelo bendito Pronaf. Com essa questão da seca, ficamos de mão atadas.

Sem chuva a gente está sobrevivendo do manejo florestal que temos aqui. Na colheita da acerola, no próprio chapadão [PITR] tem uns produtores que a gente faz colheitas para eles. E muita resistência, porque um interior desse não é fácil. Com muita luta conseguimos uma adutora. Em 2011 perdemos 80% do rebanho [...]. A gente tem uma plantação de sequeiro, só para a sobrevivência, no quintal de casa. A gente teve de comprar feijão da cidade de 14 reais, quando a gente colheu nesse período de chuva foi de 2,50 e não tinha quem comprasse. No caso do feijão e do milho a gente ainda usa agrotóxico. A gente usa mosquicida, barrage [...]. Mas essa questão das 240 lá é muito pouco, pois a cultura que a gente tá plantando mais lá é a mandioca. Porque devido a terra ser de tabuleiro, uma terra já fraca, aí a gente não consegue, a gente não tem ajuda de nada pra plantar uma fruticultura. Por que aí a gente tem que fazer uma análise de solo, uma recuperação do solo todo um processo e a gente não tem (ASSENTADO FRANCISCO SUERLEY LIMA, 2017).

Segundo o estudo de Cassundé (2012), o assentamento recebeu esse nome em homenagem atribuída a Bernardo Marin, ex-padre colombiano, que contribuiu com as lutas da América Latina e do MST. De acordo com esse autor, após a consolidação do Acampamento os camponeses conseguiram importantes conquistas, tais como: o cadastro inicial do INCRA e o recebimento de lonas e cestas; a construção de uma plenária rústica como local central das assembleias e demais atividades coletivas; organização de 2 salas de aula com 43 educandos e 2 educadores do próprio acampamento; produção em vazantes e pesca no açude; plantio de 32 ha de

feijão na área do Tabuleiro de Russas com produção coletiva de 21 toneladas; construção de cisterna de lona para armazenamento de água; concessão de uso de 240 ha do Tabuleiros de Russas; transporte escolar; assistência técnica, entre outras (CASSUNDÉ, 2012, p. 11).

O Bernardo Marin II conta atualmente com 49 famílias e possui área de 2.800 hectares oriunda de terras improdutivas, hoje destinada à agricultura de sequeiro e criação, sendo uma parte destinada ao manejo florestal sustentado. Além disso, possui 240 hectares irrigados na área do Pitr (ainda sem titulação). O assentamento tem área relativa extensa, porém, atualmente os assentados enfrentam dificuldade em relação à captação de crédito, inviabilizando o andamento de parte das atividades do assentamento.

De acordo com trabalho de campo realizado no segundo semestre de 2017, cerca de 6 famílias estão desenvolvendo atividades na área irrigada, por meio de produção individual, em 4 hectares cada, com culturas de goiaba, macaxeira, acerola, manga, capim etc. Além de 20 hectares não irrigados, destinados à produção de cajueiro precoce, de forma coletiva. De acordo com o assentado Pedro José da Costa, de modo geral, os assentados encontram bastante dificuldade para desenvolver a produção irrigada em função da falta de infraestruturas de irrigação e da insuficiente ajuda do Estado.

Outras atividades são desenvolvidas de forma coletiva, como a criação de gado, ovelhas, cabras e corte de madeira (de manejo). Além disso, as famílias plantam no período do inverno na área de sequeiro, bem como mantém seus quintais produtivos (banana, manga, mamão etc), criam galinhas etc. O cotidiano do modo de vida camponês (Figura 22) é a expressão da diversidade. A carroça ao lado da casa, a presença de animais e o azul da lagoa que de longe avistamos. Entretanto, como em qualquer outro espaço, as contradições se fazem presentes.

Uma das problemáticas nesse sentido envolve a participação das entidades e movimentos na coordenação do Assentamento que não ocorre com a mesma intensidade que em períodos anteriores, frente às demandas dos movimentos sociais, dentre outros, o que tem promovido descontinuidade das atividades do Assentamento, além de outros problemas internos. Entretanto, a precariedade da política de reforma agrária, sem dúvida, é o problema central do assentamento, impulsionando a desistência de algumas famílias assentadas.

Figura 22 – O modo de vida camponês no Assentamento Bernardo Marin II (2017)

Fonte: Bernadete Freitas, 2017

O Assentamento Bernardo Marin II é considerado uma área com pouco uso de agrotóxicos na região. Segundo os camponeses, anteriormente, na medida que as empresas agrícolas pulverizavam suas plantações as “pragas” migravam para o assentamento, obrigando-os a usarem agrotóxicos, embora o uso fosse inferior ao das empresas. Hoje o assentamento conta com vizinhos que produzem agricultura orgânica, além de as empresas mais próximas terem

desativado suas áreas produtivas, questões que podem influenciar na redução do uso de agrotóxicos pelos camponeses.

Segundo o assentado Pedro, hoje o gasto com agrotóxicos é inferior a 10% da renda dos camponeses. Utilizam outras estratégias como ninho, óleo de algodão, detergente, dentre outros como urina de gado, alho, conforme descreve o outro assentado, o Senhor Francisco de Assis.

A gente planta a roça [mandioca pra fazer a farinha], planta o feijão. Mandioca para fazer a farinha. Aí as outras cultuas a gente não tem as condições de comprar o material [de irrigação etc] Aí, a condições, o capital a gente não tem pra manter. É só o que tá faltando aqui dentro é isso. Por enquanto não tá dando [...]. Então é feijão, o milho a gente só planta no começo do ano, quando muda de posição, de área né. Aí no primeiro ano ainda dá uma coisinha, uma bananeira. As pragas aqui a gente combate ela com manipueira, a urina do gado, aí bota o alho dentro, por enquanto só [...] Aqui na frente tem uns agricultores que usam venenos, mas agora eles estão diminuindo, por que o IBAMA, a SEMACE, a Secretaria de Agricultura estão fazendo pressão pra não usarem [...] Isso em algumas áreas de orgânicos, aqui do lado (ASSENTADO FRANCISCO DE ASSIS, 2017).

Aqui a gente usa pouco veneno, quase nada. Chega nem a 10% da renda [...] Às vezes dá uma mosca branca, aí a gente usa óleo de algodão com detergente, o ninho [...] No começo resolve, mas às vezes quando ataca mesmo, a gente tem que usar o veneno, o barrage né, que a gente expurga também o gado [...] Agora, quando as pragas atacam mesmo, quando tá muito avançado, aí tem que usar veneno [...] Mas aí nós faz um expurgo, dois expurgo por ano, por toda a safra [...] (ASSENTADO PEDRO JOSÉ DA COSTA, 2017).

Castro (2012) realizou um estudo sobre a avaliação da utilização dos agrotóxicos e da qualidade dos recursos hídricos nos Assentamentos Bernardo Marin II e Mundo Novo, referente ao ano de 2008, e mostrou dentre os resultados, que “dos 81 agricultores entrevistados nos dois assentamentos pesquisados, 30 (37,0%) afirmaram usar algum tipo de agrotóxico em seus sistemas agrícolas e destes 19 (63,3%) agricultores eram do Bernardo Marin II”. O estudo evidencia, ainda, que desses 19 agricultores do Bernardo Marin II, 15 comprem os agrotóxicos na Casa Agropecuária, já em relação aos demais, 2 informaram adquirir via cooperativa e os outros 2 por meio de vizinhos.

Entretanto, a pesquisa não problematizou o contexto em que ocorre a incorporação do uso de agrotóxicos pelos camponeses, por exemplo em relação ao incentivo e imposição do Estado, tanto através de legislações específicas, como por meio das políticas públicas, como é o caso da política de irrigação, que promove a inserção do modelo do agronegócio nas áreas de perímetros, influenciando e impondo aos camponeses o uso de agrotóxicos, direta e indiretamente.

Contudo, o estudo indicou, que a sujeição da renda da terra camponesa, por meio do capital comercial e industrial de agrotóxicos ocorre no Baixo Jaguaribe também nos assentamentos

de reforma agrária, embora em proporção inferior a outras áreas como no PIMN. Se no Bernardo Marin, os camponeses afirmam gastarem inferior a 10% de sua renda com veneno, atualmente, os agricultores do PIMN afirmam que gastam pelo menos 20% da renda com agrotóxicos, chegando a 70% o gasto com insumos em gerais, entre eles os agrotóxicos.

5.4 O Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi: a sujeição da renda da terra camponesa via pacote tecnológico e as resistências da Chapada do Apodi

5.4.1 A formação do território da Chapada do Apodi: as origens das comunidades camponesas atingidas pelo PIJA

Anterior à implantação da política de irrigação, a Chapada caracterizava-se pela predominância da agricultura camponesa, principalmente por meio dos posseiros, embora em parte subordinados aos latifundiários, característica histórica do campesinato brasileiro, em função da manutenção intocável da grande propriedade privada da terra (OLIVEIRA, 2007; MARTINS, 1986). A extração de lenha, de calcário e a criação (bovina e suína etc) complementavam a renda dos(as) camponeses(as), sendo a limitação hídrica o principal problema enfrentado, elementos também presentes no campesinato, pela multifuncionalidade de tarefas que costuma realizar para complementar sua renda, como mostra Shanin (1976).

A Chapada é constituída de arenitos da formação açu e calcários da formação jandaíra, sendo este último responsável pela cobertura da parte superior da Chapada, proporcionando a formação de solos do tipo cambissolos. A permoporosidade das rochas sedimentares permite a infiltração d'água durante as chuvas, contribuindo para a alimentação do Aquífero Jandaíra. A vegetação, de porte arbóreo, atualmente foi substituída por uma cobertura vegetal de menor densidade em razão da intensidade do desmatamento causado por conta da expansão do agronegócio, da extração de calcário etc (SOUZA, 2002; COSTA, 2009).

A formação territorial das comunidades da Chapada do Apodi (Limoeiro do Norte e Quixeré) ocorreu, principalmente, a partir das primeiras décadas do século XX. Até a década de 1930, residiam poucos habitantes dispersos, onde desenvolvia poucas atividades produtivas. De acordo com Sena (2004) intensos invernos nas décadas de 1930 e 1940 contribuíram para que os moradores da Várzea se descolassem para Chapada, onde passaram a realizar queimadas e fazer plantação de algumas culturas como milho, feijão, algodão etc, além de atividades como a criação e a extração. As comunidades de Tomé e Cabeça Preta e Lagoinha foram as primeiras a se

desenvolverem. Com a expansão do povoamento ampliou-se os tipos de culturas e novas atividades foram surgindo, conforme foi mostrado em trabalho anterior (FREITAS, 2010, p. 142):

Na época do inverno, os camponeses plantavam milho, feijão, algodão e cajueiro, além de se criarem ovinos e suínos, dentre outros. No verão, extraía-se madeira para a queima de tijolo, telha e pedra para fazer cal (calcita). A comunidade de Tomé conta hoje com pouco mais de 500 famílias. Possui igreja, escola, posto de saúde, associações, dentre outros, além de se configurar no centro político da Chapada, em termos de lutas e reivindicações da população. Os principais problemas identificados são: a água e o uso de agrotóxicos, que se amplia com a expansão das empresas agrícolas, questões que serão apresentadas mais adiante [...] A comunidade Cabeça Preta [...], semelhante ao ocorrido no Tomé, o milho, feijão e algodão eram as principais culturas produzidas, servindo, essencialmente, para o consumo das famílias. Atualmente, a comunidade possui em torno de 570 famílias, que contam com infraestruturas como a Escola Joaquim Dino Gadelha (um dos grandes proprietários de terras devolutas, que deram origem à comunidade); Igreja; posto de saúde (que atende a outras comunidades como Santa Maria, Km 60 e Km 68). Além do problema da água e dos agrotóxicos, a comunidade reclama de forte cheiro da criação suína da Escola Técnica Piamarta [...] O atual Distrito de Lagoinha foi povoado nas primeiras décadas do século XX, pelos senhores José de Barros, Francisco Joaquim e José Gomes com suas famílias. Antes, residiam nas comunidades de Bouqueirão e Sucurujuba, localizadas na planície fluvial do município de Quixeré. Fugindo das enchentes, essas famílias construíram pequenas casas de palhas (cercadas de madeira) com longo distanciamento umas das outras. Somente no ano de 1963 fora construída a primeira casa de alvenaria, ano em que iniciaram as obras da igreja da comunidade. A água foi a principal dificuldade enfrentada pelos moradores. A sobrevivência das famílias era garantida pela caça e por pequenas plantações de milho e feijão. Transformada em distrito, Lagoinha é palco das mudanças e impactos gerados pela expansão das empresas agrícolas. Dentre os problemas, destacam-se a prostituição e o uso de drogas, questões que serão mostradas mais adiante [...] Outros povoados foram se formando e se desenvolvendo, praticamente com as mesmas características das primeiras comunidades, apesar de suas particularidades: Poço Novo, Consulta, Sucupira, Macacos, Jucás, Ipu, Maracajás, Km 60, Km 68, Km 69, Km 70 (Limoeiro do Norte); Cabeça de Santa Cruz, Lagoa das Carnaúbas (encosta da Chapada) Lagoa da Casca, Cercado do Meio (Quixeré); Baixa Grande, Santa Maria, Santa Fé (Tabuleiro do Norte), dentre outras. Ali foram habitando e construindo seus lares e seus territórios.

Dentre as dificuldades enfrentadas pelas comunidades, a falta de água sempre foi o mais expressivo, questão indissociável do problema fundiário, como veremos mais adiante. O problema da falta de água motivou a ocupação da Chapada posterior às áreas da planície aluvial. Estas últimas foram ocupadas desde o princípio da colonização cearense, enquanto as áreas da Chapada, serviam principalmente para alimentar os rebanhos de gado oriundos da planície, além da reprodução de espécies vegetais e animais (SENA, 2004).

A estrutura fundiária da Chapada foi originada pelos “senhores dos carnaubais” (da planície aluvial) de Quixeré e Limoeiro Norte. A maioria das comunidades iniciou com a presença de dois ou três grandes proprietários, que, ao necessitar de trabalhadores, foram arrendando as terras por eles *dominadas*. As comunidades expandiram-se e, conjuntamente, ampliou-se a posse de terras por pequenos agricultores familiares (camponeses). Embora o número de pequenos

proprietários ou posseiros fosse superior ao de latifundiários, a propriedade da terra era concentrada. Poucos detinham grandes extensões de terras.

5.4.1.1 O conhecimento do território como instrumento de resistência das comunidades camponesas da Chapada do Apodi

Para melhor compreender os camponeses da Chapada do Apodi, seu modo vida, processos de luta e resistência, bem como conhecer suas alternativas e contradições, assim como contribuir com suas lutas camponesas, participei em conjunto com a Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte de algumas atividades a partir de metodologias de pesquisa-ação, participante e pedagogia do território. Dentre essas atividades destacam-se: a formação nas comunidades da Chapada do Apodi, envolvendo oficinas, cartografia social, entrevistas, pesquisas e intercâmbios com outros territórios como Lagoa dos Cavalos (Tabuleiros de Russas), comunidades camponesas do Apodi (RN) etc; o acompanhamento de algumas etapas do curso de agricultura orgânica com camponeses da Chapada do Apodi, na comunidade de Carnaúbas; e, a participação nos Encontros dos Territórios em Conflitos, dentre outros.

A formação teve como objetivo desenvolver metodologias que contribuísse com as comunidades no sentido de as mesmas conhecerem melhor seus territórios, para melhor intervir sobre eles, de forma autônoma, a partir da formação de “lideranças”, que pudessem contribuir em trabalhos coletivos, respeitando as decisões do coletivo. De início, as estratégias consistiam em reconstituir a história das comunidades, compreender as problemáticas e pensar processos de lutas com intuito de cobrar das instituições responsáveis, saídas e/ou melhoria para suas vidas. Daí a formação ter sido pensada em conjunto com ações. Outro elemento importante era pensar metodologias para que compreendessem as relações dos fenômenos nas diferentes escalas, apreendidas no âmbito da totalidade, compreendendo uma estrutura articulada de forma política e econômica e que as transformações da realidade dependiam, principalmente, das lutas e das ações concretas dos sujeitos sociais e políticos.

As primeiras atividades desenvolvidas foram realizadas com comunidades da Chapada (Tomé, Ipú, Maracajá, Cercado do Meio, Cabeça de Santa Cruz, Lagoa da Casca, Carnaúba e Macacos) a partir da construção de linha do tempo, cartografia social, debates e apresentação das pesquisas pelas comunidades, gerando um produto final (uma cartilha), denominada “A viagem pela Chapada do Apodi em 2015”. Minha contribuição se deu por meio da participação nas reuniões que trataram da construção da proposta de formação; na produção de materiais didáticos

para a linha do tempo, na mediação de algumas oficinas, envolvendo a produção e apresentação dos croquis da cartografia social produzidos pelas comunidades.

O primeiro momento é sempre o de dialogar com a comunidade, de discutir sobre o interesse de as comunidades desenvolverem tais atividades; apresentar a proposta de formação e fazer os ajustes que se fizerem necessários. Após o diálogo inicial, a primeira etapa foi a construção da linha do tempo. De início foi solicitado que os sujeitos sociais (camponeses, trabalhadores rurais etc, de diferentes idades) apontassem 3 momentos marcantes na Chapada do Apodi. Em seguida, os mesmos indicaram o período que ocorreu e quem foram os agentes ou pessoas envolvidas no processo. Utilizamos tarjetas para escrever os fatos marcantes, podendo usar desenhos para ilustrar. Somente após todos preencherem as tarjetas, afixaram na linha do tempo exposta na parede, inserindo de acordo com a orientação da linha do tempo, conforme o período que predominou tal fato ou fenômeno e falando de forma breve sobre processo.

Dentre os diálogos, o nosso papel era o de problematizar, de esclarecer que a história não é linear, apesar do uso daquela linha do tempo, ocorrendo, na verdade, uma superposição, ou seja, que os fatos ou os fenômenos podem ter continuidade e descontinuidade e se sobrepõem uns aos outros, questões materializadas no decorrer das oficinas. Esses elementos eram evidenciados também, na medida que percebiam a reprodução de parcelas dos camponeses da Chapada, atualmente, enquanto outros foram transformados em trabalhadores das empresas.

Ao final da construção da linha do tempo, ocorria o debate sobre o papel dos sujeitos e movimentos sociais na construção desse processo, as influências do poder político, o papel do Estado e do agronegócio etc. Mostrar que a construção de um território envolve a prática social, isto é, que a realidade é resultado de ações, mediada também pelas relações de poder. E que a realidade não é resultado da abstração, das ideias, “porque deus quis assim”, mas da materialidade que construímos no cotidiano, pelas práticas sociais, embora isso não signifique negar a espiritualidade que alimenta tais processos.

Após a linha do tempo ser concluída, as comunidades foram questionadas se consideravam que existiam outros fatos e fenômenos não contemplados acerca da história da comunidade, da construção do território. Em seguida, foram instigados a formar equipes de pesquisadores populares. A tarefa era coletar todas as informações para, em seguida, produzirem croquis (antes e atual), através de técnicas da cartografia social, evidenciando os elementos físicos e sociais do território.

Os croquis foram construídos durante as oficinas, com a participação de integrantes das comunidades de diversas faixas etárias: crianças, jovens, adultos e idosos. Os jovens foram os que mais se envolveram, embora tenha ocorrido também a participação dos demais. Em seguida, ocorreram encontros nas comunidades, com intuito de apresentarem os resultados das pesquisas feitas sobre a história de cada comunidade camponesa. Por fim, a socialização dos croquis e das pesquisas, envolvendo todas as comunidades, atividade que foram organizadas e efetivadas. Por fim, se deu a produção da cartilha pela Cáritas, publica em 2015.

Durantes as oficinas etc, dentre as falas dos sujeitos sociais, alguns deles apontavam a problemática da água e dos agrotóxicos de forma mais incisiva, evidenciando as mudanças ocorridas desde a formação do território e como ocorre nos dias atuais, questões materializadas nos croquis e nas falas de algumas camponesas.

A Chapada parecia mais com uma floresta, tinha muita mata, animais que serviam de caça. Produziam milho, feijão e a extração era outra fonte de renda. E a água era um tanto difícil, algumas comunidades pegavam em lagoas, outras em cacimbas, poços e outras ainda iam pegar em roladeiras no rio Jaguaribe. A floresta virou bananal e tem muita água utilizada na irrigação. A minha questão é, se têm tanta água levada do rio Jaguaribe para a Chapada, por que algumas comunidades têm cisterna de placas? Não é estranho ter água para os bananais e não ter água para beber? Por que a água ainda é um problema para a gente depois de tantos anos? E por que os poços, por exemplo na comunidade de Carnaúbas e de Lagoinha estão secando? (CÁRITAS, 2015, p. 3).

Estou aqui lembrando dos mapas. Nossa! Foi interessante perceber como era antes e como cada comunidade está agora. Quantas mudanças! Quanto crescimento! É verdade, mas no geral as comunidades relataram que junto com o crescimento aumentaram também os problemas. Lembraram que muitas pessoas estão com câncer, tanto pelo trabalho com agrotóxicos, como pela contaminação do solo, da água e dos alimentos[...]. (CÁRITAS, 2015, p. 6)

Outro elemento presente nos croquis e nas falas dos(as) camponeses(as) trata da diversidade ambiental e de produção na Chapada, atualmente modificada com o desmatamento e inserção da monocultura (fruticultura), principalmente a banana. O modelo trouxe, ainda, o uso intenso de agrotóxicos, disseminando-o inclusive com os camponeses, através das “parcerias”, expressão da *monopolização do território pelo capital* (OLIVEIRA, 1999) e da *sujeição da renda da terra camponesa ao capital* (MARTINS, 1981).

Os Croquis 1 e 2 mostram as mudanças ocorridas na comunidade de Tomé, uma das áreas mais atingidas pela expansão do agronegócio. O Croqui de “Antes” mostra a lagoa, que teria contribuído para formação do povoado, semelhante a maioria das comunidades camponesas da região; a toca do índio, representação dos primeiros habitantes da Chapada, que segundo os idosos, teria sido um índio de apelido Tomé o primeiro habitante; as veredas (os caminhos), resultante dos

trajetos dos primeiros habitantes; e, uma vegetação repleta de anjico (árvore), totalmente modificado nos dias atuais.

Na representação “Atual” pode ser percebido a ampliação das residências, com a migração de trabalhadores oriundos de outros estados ou municípios vizinhos. Outro fato marcante é o fato de a comunidade encontrar-se cercada pelo agronegócio (Agrícola Famosa, Fruta Cor etc), absorvendo os problemas da pulverização aérea e também da *sujeição da renda da terra camponesa*, via pacote tecnológico. Vale destacar que se refere à comunidade que residia Zé Maria do Tomé, tornando-se lócus das resistências na Chapada.

Em relação à comunidade Carnaúbas (Croquis 3 e 4), a toponímia tem origem de três pés de carnaúba encontrado pelo Sr. José Teófilo, enquanto caçava. O croqui mostra algumas características ou elementos da agricultura camponesa, como a diversidade da produção, por exemplo. Identifica também a diferença em relação ao acesso à água, antes por meio da cacimba e, atualmente, com a presença dos canais de irrigação, embora a comunidade permaneça com a dificuldade de acesso, já que a água do perímetro irrigado é destinada apenas para produção.

Esse fato não impediu, entretanto, que o Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto (SAEE) abastecesse as comunidades com essa água, imprópria para consumo (FREITAS, 2010), questão que desencadeou denúncias dos camponeses, o que garantiu um projeto (em fase de construção) de abastecimento para Chapada. Assim como Tomé, percebe-se a representação das fazendas do agronegócio (Olinda, Sol Nascente e Agrícola) e da usina de “reciclagem”, que a comunidade denomina de “usina de veneno”, em função das condições precárias.

Os(as) camponeses(as) de Cercado do Meio (Croquis 5 e 6) mostram também as mudanças ocorridas, evidenciando as máquinas agrícolas como expressão do agronegócio e da monocultura que passa a substituir, em parte, as culturas tradicionais e as formas de vida e de produção dos camponeses. Assim como as demais, essas comunidades iniciaram com produção de alimentos (feijão, milho etc); extrativismo (lenha e calcário); algodão; e, criação de porcos, galinha etc. A paisagem com a presença de matas e poucas moradias também podem ser verificadas nos croquis, que refletem a realidade das comunidades da Chapada do Apodi ao longo dos anos.

Comunidade Tomé, Chapada do Apodi - ANTES (Início do séc XX)

Comunidade Tomé, Chapada do Apodi - ATUAL (Início do séc XXI)

Fonte: Cáritas (2015); participação da autora em etapas da cartografia social.

Fonte: Cáritas (2015); participação da autora em etapas da cartografia social.

Comunidade Carnaúbas, Chapada do Apodi – ANTES (Início do séc XX))

Comunidade Carnaúbas, Chapada do Apodi – ATUAL (Início do séc XXI))

Fonte: Cáritas (2015); participação da autora em etapas da cartografia social.

Com a chegada do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, as monoculturas de banana, abacaxi, melão e outras foram se expandindo pela chapada, sendo que parte dos camponeses também passaram a produzir banana, por considerar mais rentável do que outras culturas. Essa questão tem influenciado o uso de agrotóxicos por parte dos camponeses, que deixam de acreditar em produção sem veneno, embora exista também as resistências, aqueles que não querem usar de forma alguma. Outro elemento trata das moradias, que aparecem com bastante proximidade das áreas de monoculturas, questão que tem gerado diversos problemas em função do uso de agrotóxicos, inclusive por meio da pulverização aérea, atingindo as comunidades

Em relação às reuniões e audiências, como parte das atividades de pesquisa-ação, estas foram realizadas, em geral, aos finais de semana, tempo disponível dos camponeses e trabalhadores rurais. Discutiam os problemas e a respeito dos agentes responsáveis por tais problemas e em que medida seria possível pensar alternativas. Como apresentavam muitas questões, a alternativa era eleger alguns prioritárias, ao passo que construía encaminhamentos diversos para tais problemáticas.

De modo geral, os principais problemas identificados pelas comunidades (Quadro 10) foram: o avanço das empresas do agronegócio nos quintais das casas dos camponeses; a contaminação da população e ambiente por agrotóxicos; a falta e as condições insalubres da água para consumo; as condições precárias de trabalho nas empresas etc. Dessa forma, os temas em questão eram quase sempre: terra, água, saúde, trabalho e ambiente. Daí, priorizavam alguns desses temas, a exemplo da terra e água, como pode ser visto no quadro seguinte (Quadros 11), resultante dessas atividades.

Quadro 10 – Identificação das comunidades e famílias em torno da questão da terra e da água – território da Chapada do Apodi

Comunidades	Município	Nº Famílias	Nº pessoas
Cabeça da Santa Cruz	Quixeré	68	204
Cabeça da Santa Cruz	Limoeiro do Norte	51	123
Tomé	Limoeiro do Norte	340	1470
Tomé	Quixeré	384	1104
Maracajá	Limoeiro do Norte	40	166
Ipú	Limoeiro do Norte	36	108
Macacos	Quixeré	78	271

Carnaúbas	Quixeré	59	189
Lagoa da Casca	Quixeré	141	508
Cercado do Meio	Limoeiro	123	170
Cercado do Meio	Quixeré	142	482
TOTAL		1.462	4.795

Fonte: Cáritas Diocesana (2015)

Quadro 11 – Síntese das problemáticas, órgãos competentes e proposições – território da Chapada do Apodi

Situação-problema – Tema Água	Soluções propostas	Órgão responsável	Prazo para operacionalidade
<p>- Insegurança no consumo da água para abastecimento das comunidades da Chapada (problema que tem afetado 4.795 pessoas de 1.462 famílias nesse território).</p> <p>*Algumas famílias são obrigadas a comprar água mineral para o consumo e outras têm consumido a água abastecida pelo SAAE, embora com bastante medo de adoecer aos poucos. Esta insegurança tem alimentado um comércio de venda de água na Chapada.</p>	- Monitoramento da qualidade da água.	SEMACE	-
	- Monitoramento da qualidade da água para consumo humano com a Implantação do Programa Vigiágua (Portaria 2914 - Ministério da Saúde – vigiágua contaminantes de origem química).	- Secretarias Municipais de Saúde dos municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré;	-
	- Emissão de Relatórios mensais sobre a qualidade da água, afixados em espaços públicos das comunidades.	- Célula Regional de Saúde; - SAAE	-
Ausência de um setor de pagamento para contas da água nas comunidades tem aumentado o custo para as famílias, que precisam se deslocarem para sede da cidade Limoeiro do Norte.	- Disponibilidade de um local fixo de pagamento da água situado no setor do Tomé	- SAAE	-
Água fornecida pelo SAAE não consegue abastecer as todas as residências/Qualidade da água insatisfatória (SEMACE já fez análise e verificou ser imprópria para consumo humano)	- Execução do Projeto de Abastecimento da adutora direto do rio Jaguaribe	- SAAE; - Prefeitura Municipal de Limoeiro e Quixeré	-
Mais de 58 poços secos e outros com pouquíssima água (água para consumo e para produção camponesa).	- Estudos para localização e perfuração de novos poços (para consumo humano e para a produção dos pequenos agricultores)	Prefeituras Municipais de Limoeiro e Quixeré	-
	- Monitoramento da água do Aquífero Jandaíra (o que avançou nessa perspectiva?) - Publicar o relatório nos espaços públicos das comunidades e emissoras de rádios.	- Companhia de Gerenciamento dos Recursos Hídricos do Ceará (COGERH)	-

	- Audiência Pública para discutir a utilização do Aquífero Jandaíra entre os Estados envolvidos.	- Ministério Público Federal; - Cogerh	-
As Cisternas de Placas não acumularam água suficiente para o consumo humano (Lagoa da Casca, Cercado do Meio, Carnaúba, Cabeça da Santa Cruz, Maracajá e Ipú)	- Realizar um planejamento sistemático no abastecimento de água das cisternas de placas; - Ampliar o número de cisternas de placas nas comunidades.	- Prefeituras municipais de Limoeiro do Norte e Quixeré	-
Situação-problema – Tema Terra	Soluções propostas	Órgão responsável	Prazo operacionalidade
Famílias das comunidades (Ipú, Maracajá, Lagoa da Casca, Cabeça da Santa Cruz, Tomé, Macacos, Cercado do Meio) vivem a insegurança de sua permanência em suas comunidades por conta de não possuírem o registro (documento legal) da terra, o que levou as famílias das comunidades de Ipú e Maracajá a perderem um projeto de substituição de 50 casas de taipa por de alvenaria, no valor de R\$ 888.685,86, além da problemática das produções do perímetro cada vez mais próximos.	- Regularização fundiária; - Definição de áreas livres de transgênicos e agrotóxicos - Delimitação com cordão de isolamento entre as áreas de moradia e produção; - Elaboração de novo projeto contemplando todas as casas de taipa, bem como a construção de moradia para as famílias que não possuem.	- DNOCS; - Ministério Público Federal; - Prefeituras Municipais de Limoeiro e Quixeré	-

Fonte: Cáritas, 2015.

A partir dos problemas identificados, as comunidades definem aqueles mais urgentes e pensam algumas ações: formar comissão para solicitar audiência pública junto ao Ministério Público, Prefeitura Municipal etc. Nas audiências, nem sempre ocorre a participação de todos os representantes dos órgãos do Estado, questão que dificulta os encaminhamentos, sendo necessário ocupar os órgãos, em alguns casos, para que dialoguem sobre os problemas das comunidades. A Cáritas de Limoeiro do Norte, por meio de seus agentes e assessores voluntários (professores universitários e pesquisadores) têm cumprido um importante papel nessa mediação, no sentido de garantir alguns direitos aos camponeses do Baixo Jaguaribe.

As comunidades camponesas, após se organizarem com o apoio da Cáritas e outras entidades, conseguem alguns direitos, embora parciais. Em geral, quando não conseguem avançar suas pautas mais urgentes, como é o caso da água no momento atual, constroem atos, mobilizações e ocupações de órgãos do Estado, a exemplo da COGERH, com o intuito de conseguir audiências com governador ou com a Secretaria dos Recursos Hídricos do Estado. Em alguns casos, unem-se aos demais movimentos sociais, sindicatos e universidades da região, em pautas semelhantes, daí

a importância da articulação e dos intercâmbios realizados entre os territórios em conflitos com o agronegócio e com as políticas do Estado.

5.4.2 A sujeição da renda da terra camponesa via pacote tecnológico

A sujeição da renda da terra camponesa no Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi é verificada por meios de algumas estratégias do capital. Uma das estratégias é a relação de subordinação entre camponeses e a empresa do agronegócio Fruta Cor, na produção de fruticultura (principalmente a banana), que a empresa denomina de “parceria”. Na verdade, refere-se a uma sujeição. Um dos meios de sujeição da renda da terra camponesa por parte da empresa ocorre em relação ao uso de agrotóxicos, por meio da aplicação de veneno, via pulverização aérea, em que o camponês emprega parte de sua renda no pagamento desse serviço contratado pela empresa. Outra forma é através da desvalorização da produção.

De acordo com trabalho anterior (FREITAS, 2010) a Fruta Cor é uma empresa nacional e suas atividades tiveram início em 1997, em Lagoinha, no município de Quixeré com a produção de banana pacovan em 45 hectares de terra. O proprietário é do ramo da construção civil, de Fortaleza. Iniciou sua produção no perímetro Jaguaribe-Apodi no ano de 1998 expandindo-se para outros perímetros irrigado do estado, a exemplo do Tabuleiros de Russas, também no Baixo Jaguaribe.

No ano de 2010 a empresa mantinha relação de sujeição da renda da terra – a suposta “parceria” – com cerca de 50 agricultores, que produziam em área com cerca de 1.000 hectares. Ao mesmo tempo, a empresa produzia em tamanho semelhante de área (1.000 hectares), através do assalariamento.

A empresa, juntamente com os parceiros, produz 1.000 toneladas semanais, 80% de banana e 20% de mamão. Os 49 produtores parceiros localizam-se nos Municípios de Limoeiro do Norte, Quixeré, Tabuleiro do Norte, Russas e São João do Jaguaribe e possuem áreas entre 4 e 132 hectares. Se se considerar os critérios do INCRA, é tida como uma grande propriedade, ou seja, área acima de 15 módulos fiscais, levando em conta seus terrenos em Quixeré e Limoeiro do Norte, onde são localizadas as quatro unidades produtivas da empresa [...] assim distribuídas: Unidade da Lagoinha: cerca 200 hectares; Unidade do Cercado do Meio: em torno de 200 hectares; Unidade do Tabuleiros de Russas: 300 hectares; Unidade do Jaguaribe-Apodi: em torno de 300 hectares (FREITAS, 2010, p 115).

A sujeição ocorre desde o momento inicial, quando o camponês se compromete a pagar 10% da produção somente para entrar na “parceria” que, na verdade, trata-se de uma subordinação. A sujeição inicia com a oferta do pacote tecnológico pela empresa aos camponeses e com a

transferência do conhecimento de suas tecnologias, embora nem sempre os camponeses tenham as condições materiais de efetivá-las. A pulverização aérea também é incluída na parceria. O pagamento desses serviços é realizado no momento da prestação de contas da produção. Vale ressaltar que, em geral, os camponeses que participam dessa sujeição possuem baixa condição de investimento na atividade agrícola, desenvolvendo técnicas tradicionais, como a carroça, sem o uso de maquinaria etc. (Figura 23).

Figura 23 – Camponeses subordinados – Chapada do Apodi

Fonte: Bernadete Freitas, 2010.

Outros agricultores afirmam que quando o avião passa pulverizando nem sempre sentem, entretanto, já foram banhados de veneno, em áreas de parceiros, vizinhas a empresa Fruta Cor. Ao serem questionados sobre os problemas gerados são enfáticos em dizer que acreditam em problemas de saúde, com o passar do tempo. Os agricultores esclarecerem sobre as condições em que se submetem na “parceria” e em relação à pulverização aérea nas áreas dos “parceiros” e os efeitos dos agrotóxicos:

[...] Realmente eu num sinto bem o cheiro do veneno quando o avião passa, mas também é como dizem, essas coisas quando a gente vai sentir já pode ser tarde demais. Só se passar perto [...] Eu já tive de tá trabalhando no sítio de banana, ele passou por cima e me molhei todinho de veneno. Me molhei todinho, é uma pressão lá de cima, tem gente que diz que num pulveriza que preste, mas quem tá lá embaixo se móia todim. Eu tava lá na irrigação nesse dia, vizinho a Fruta Cor, nas áreas dos parceiros [...] Eu tinha muito problema de dor da cabeça, aí eu pensei, eu lá vou mais trabalhar com essa p... [agrotóxicos]. Já trabalhei uns 8 anos com veneno [...]

Segundo alguns camponeses entrevistados, uma das principais estratégias para assegurar a sujeição da renda da terra é a relação individual que a empresa mantém com os camponeses, o que inviabiliza reclamar das condições da “parceria”. Não havendo uma “parceria” com um grupo organizado de camponeses (como associação ou cooperativa), os agricultores ficam sujeitos aos critérios da empresa, sem poder reclamar, já que sozinhos não têm força para reclamar das condições da suposta “parceria”. Em entrevista, um agricultor, ex-parceiro da empresa fala sobre essas questões:

[...] Essas empresas, a gente fazendo uma parceria com elas, parceria essa que seja vindo dum grupo tipo uma associação [...] Eu concordo que possa gerar resultado, com sucesso. Mas se ficar igual tá hoje, parceria individual, é buraco. Porque um quer dum jeito, um quer de outro e eles dominam, tá entendendo, porque você não tem uma segurança. Agora se sair uma associação com cem famílias [...] posso até dizer que pode dar certo [...] Mas ao mesmo tempo, eu como sócio [parceiro] eu via as irregularidades lá dentro [...] Tipo o cara pagar por uma coisa que não usufruiu [pacote tecnológico] [...] Primeiro passo, eles cobram 10%, isso eu já acho muito [...] Alega tecnologia, e sim alega comercialização e funcionário, assistência técnica [...] Eu até concordo, agora o que eu desconcordo, é por isso que eu digo que no individual nada roda, na gira [...] Porque o coletivo você tá sabendo o que está sendo amassado, o que tá sendo mastigado [...] Aí você sabe, ele não sabe, eu sei, ela não sabe, ele sabe de um jeito, ela não sabe [...] Então você cuida que não, um caba lá em frente ao escritório, o caba diz: ora o trator só trabalhou 3 horas, quando eu fui prestar contas tinha 12. Outro diz: eu fiz a culheita, tirei três mil quilo de banana, mandei pra lá, quando fui receber só tinha dois e duzentos, trezentos, por que isso? Porque se fosse coletividade, todo mundo junto, num tinha como ele fazer isso[...].

Conforme entrevista realizada com gerente da empresa, por sua vez, o valor do repasse do pagamento para a empresa é calculado de acordo com a comercialização, mediante um *software*, com base no valor vendido. Se por um lado outros camponeses, em entrevista mencionam a importância de garantir a venda no processo de comercialização, considerando ser o principal motivo de manter a relação de “parceria”, a empresa deixa claro que a venda depende do mercado e que o preço pago ao camponês “*vai depender do valor que foi comercializado. Nós queremos fazer com que ele entenda que nós estamos no mesmo barco, ele vai correr o mesmo risco em relação o preço da comercialização*”. (FREITAS, 2010). Entretanto, no caso de o lucro ser superior ao esperado, a empresa não menciona a divisão com os camponeses. Ou seja, a divisão circunscreve-se apenas às perdas.

Outros camponeses do Perímetro Jaguaribe-Apodi não aceitam a “sujeição” pois têm clareza da exploração que estariam sujeitos. Em entrevista, uma camponesa da comunidade de Cabeça Preta afirmou os motivos pelos quais não quis a “parceria” com o empresário: “*ele cobra muito, muito[...] Aí chega um ponto que o agricultor não agüenta mais. [...] A gente já entra*

devendo 10% pelo repasse do pacote tecnológico". A referida camponesa produzia diversas culturas como feijão, goiaba etc, em áreas internas ao perímetro irrigado.

Segundo o gerente da empresa, atualmente, na produção de banana (Chapada), a "parceria" ocorre de forma predominante na comercialização, embora ainda realizem outras atividades em conjunto, a exemplo da pulverização aérea. São cerca de quatro a cinco pulverizações anuais, resultando em grandes discussões e mobilizações das comunidades circunvizinhas, que reclamam da contaminação da água, dos problemas de saúde e dos "banhos de agrotóxicos" já tomados.

A pulverização coordenada pela Fruta Cor era destinada também para médios empresários, alguns deles também vendem a produção de banana para o empresário da Fruta Cor. Nesse caso, a relação é diferenciada, já que os mesmos possuem condições de produção diferenciadas dos camponeses. A produção da empresa é predominantemente a banana³⁵, embora o mamão seja considerado a segunda cultura mais relevante. O destino da produção é, principalmente, o mercado interno: Recife, Teresina, Natal, Mossoró, Campina Grande, São Luis, João Pessoa, Belém, dentre outros. A empresa exporta mamão, em pequena escala, mediante parceira que mantém com uma empresa em Barreiras, na Bahia, chamada Agronol.

Nesse caso, a sujeição ocorre tanto por meio da desvalorização da produção camponesa, como no repasse do pacote tecnológico, incluindo os agrotóxicos. Esse processo não impede que a empresa se apropria da mais-valia, via assalariamento. Essa questão remete à reflexão de Oliveira (1981, p. 20), quanto mostra o movimento contraditório do capital no campo brasileiro, que "ora a circulação está subordinada à produção ora a produção está subordinada à circulação, uma engendrando a outra". Esse autor complementa:

E desse movimento contraditório, temos ora o monopólio na produção ora esse monopólio, sobretudo, na circulação. No atual estágio de expansão capitalista no Brasil, o que assistimos é o predomínio, quase completo, do capital industrial ou comercial atuando na circulação e sujeitando a renda da terra produzida na agricultura (OLIVERIRA, 1981, p. 20)

Essas contradições do desenvolvimento do capitalismo no campo são evidenciadas também pelas resistências à sujeição. Alguns camponeses que se negam a participar do sistema de "parceria" com a referida empresa, pela subjugação que essa relação oferece, assim como se negam

³⁵ A bananicultura apresenta no Brasil cultivo de mais de 534.000 ha, sendo o terceiro maior produtor mundial dessa fruta, que é a mais consumida tanto no Brasil como no mundo. Fonte: Instituto de Fruticultura Prof. Dr. Berildo de Melo, Doutor em Fruticultura (Universidade Federal de Uberlândia, Núcleo de Estudos de Fruticultura no Cerrado, Coordenador Prof. Dr. Berildo de Melo, Doutor em Fruticultura). Acesso: <http://www.fruticultura.iciag.ufu.br>, em fevereiro de 2009.

ao assalariamento. Nesses casos a sujeição ocorre em menor intensidade, mas acontece, por exemplo quando o camponês necessita de investimento e tem de recorrer ao banco, quando vende sua produção e é desvalorizado por intermediários, ou mesmo, ao compra os insumos agrícolas e lojas que comercializam drenam sua renda.

O relato do camponês Jeová, da Chapada do Apodi, no ano de 2016, é bastante pertinente em relação à insujeição camponesa. Ele caracteriza alguns elementos que diferenciam a produção camponesa do agronegócio, mostrando a insustentabilidade desse segunda e a falta de apoio do Estado ao camponês, ocorrendo o inverso em relação ao agronegócio. O agricultor apresenta algumas especificidades da vida camponesa, fala do papel da família, da luta por autonomia, das suas potencialidades e as motivações que o faz preferir continuar sendo agricultor de base familiar. Considera que trabalhar nas empresas leva a perda de sua dignidade e da família, além de desagregá-la etc. Em alguns momentos, mostra também o “controle” que exerce sobre os filhos e a mulher, característica ainda presente em alguns espaços sertanejos. A preocupação com a honra da família remete também à essa lógica.

[...] Dez hectares durante dez anos sustentou 16 a 20 pessoas da família, empregos diretos. Uma agricultura familiar não tinha carteira registrada. A Del Monte chegou com a oferta de 3 mil empregos, mas eles chegaram a plantar 3 mil hectares. Veja só, o potencial do grande e do pequeno [...] Se vocês prestarem atenção, todos vocês trabalharem de forma organizada, do nosso jeito, mas de forma organizada, todos nós consegue produzir e trabalhar e gerar emprego da mesma forma que os grandes forma também. Agora, só que de forma organizada, que todo nossos vizinhos também possam ter suas roças, isso vai gerar a mesma quantidade de emprego. **Quando a Del Monte parou, a Lagoinha pensava que ia se afundar, e não afundou não, nós conseguimos segurar, nós conseguimos reerguer, seguremos.** Agora não, agora ficou ruim de vez mesmo porque ela parou, secou nossas águas e com isso, parou todo mundo junto também. **Aí é o seguinte, ela vai embora daqui, ela migra para outros cantos, aí nós vamos fazer o que, nós vamos correr atrás, eu, eu particularmente digo a vocês, eu morro dentro da onde eu nasci e me criei, eu não abandono para correr atrás de empresa nenhuma não,** eu nasci aqui e há de morrer aqui, porque o que tá faltando hoje, o que tá faltando hoje pro pequeno produtor é os governantes apoiar a gente [...]

É o que está acontecendo aí. Eles chegam aí, como tão chegando lá no Apodi e outros cantos qualquer aí e diz: nós não vamos trabalhar porque o pequeno produtor aqui não querem trabalhar. **Claro, nós não temos as mesmas oportunidades, os governantes não dão as mesmas oportunidades que dão pra eles, não dão a nós, como é que nós vamos trabalhar?** Eu passei aí dez anos trabalhando, pra reerguer 10 hectares. Como eu falei, hoje, hoje com essas 10 hectares aí, eu sustentei minha família, dei estudo a eles, não tenho nenhum filho formado não, mas ainda tenho filho estudando até hoje. É, eu tenho minha moto, eu tenho meu carro pra minha família, pra o sustento de minha família, né. Os meus filhos têm cada um os seus transportezinhos. E eu, a minha família nunca trabalhamos em empresa não, nós trabalhava na nossa agricultura familiar, e nós temos as mesmas coisas que os outros que trabalhavam nas empresas têm, tenho as mesmas coisas. **Quer dizer, para se ter suas coisas hoje, não precisa você trabalhar de empregado e de funcionário para ninguém não, você pode gerar seu próprio emprego.**

Quando eu falei que o homem sem sua roca, sem seu pedaço do chão ele não tem dignidade [...] sem sua água você fica sem nenhuma expectativa de trabalho, aí você sai e corre atrás de uma dessas empresas aí, deixando sua família, deixando sua

mulher, deixando seus filho. Você vai e você pode levar e manter sua dignidade, a de sua família já não fica mais sobre seu controle, e aí é onde tudo pode acontecer, porque você vai só, seus filhos não, seus filhos não tão com você. **Quando você trabalha dentro de casa na agricultura familiar, você tá todo dia dentro de casa, você tá de manhã, você amanhece o dia, você tá de noite, você tá vendo tudo que aconteceu, tudo que está acontecendo.** Seu filho chega da escola, se você chegar para o almoço e ele não tiver você já diz a sua mãe, cadê o menino? Não tá aqui não, tá pra onde? Tá ali pra casa do vizinho. Foi fazer o quê? Não tá só brincando, pois vá chamar ele para almoçar. Você traz ele e bota dentro de casa. Você vai descansar um pouco daquele almoço, aí você pega: não, você vai descansar também, você não vai ficar aí brincando, fazendo zuada pra num deixar eu dormir não. Aí se aqueta todo mundo dá aquela pausa. Você sai de novo vai para o serviço. Você chega em casa de noite, 6 horas, 5 horas, 5 e meia. Você chega de noite 6 horas e pouco, quando você chega, a primeira coisa, só têm duas coisas que quando você chega você quer, são as duas coisas que você quer saber, é da sua esposa e dos seus filhos. Se você não encontrar, você já vai caçar, você já vai saber onde tá, e assim é um controle, isso aí é uma forma de controle.

Quando você não tem mais o que fazer e você sai, como por exemplo, dizem que há bons empregos em São Paulo, no Rio e em outros estados aí... Mas aí eu vou largar o pé atrás para mim ir ganhar dinheiro, e a honra da minha família quem vai manter a honra da minha família? [...] Quando for amanhã ou depois, quando a gente for ver [...] Aí não dá mais jeito. Eu mesmo digo por experiência própria. Tenho 6 filhos, 4 juntos e só duas pequenas, 4 casados, uma casada e três juntos e só dois pequeninhos. A mais velha tem uns vinte e pouco anos, não bem sei direto, mas até hoje, eu não sei amanhã, até hoje eu consigo controlar tudinho, se dentro da casa dela ela fizer alguma coisa, que eu veja que tá fora do limite que tá anormal, que não tá direito, eu vou e digo a ela: olhe minha filha, não é assim, faça assim, assim, que é melhor, dá mais certo para você. Dizem que em briga de marido e mulher não se mete a colher, mas até nisso eu me preocupo, até nisso. **E quando você trabalha com sua agricultura familiar, quando você trabalha na sua própria roça, você consegue agregar todo esse povo. Quando você começa a trabalhar particular, para os outros, aí você perde tudo, aí você perder união com a família, você perde a convivência com todos, você sai, eles ficam em casa, quando você chega eles não tão, você sai noutro dia, as vezes não tão de novo e assim vai** (CAMPONÊS JEOVÁ, CHAPADA DO APODI, 2017).

Como característica da expansão contraditória do capitalismo no campo, na medida que se expandiu o agronegócio, ampliou também as resistências na Chapada do Apodi. A fala do camponês Jeová é primordial para mostrar tais contradições, bem como para evidenciar as estratégias de reprodução camponesa. A resistência organizada, entretanto, é outro processo expressivo na Chapada do Apodi, a exemplo dos camponeses que formaram o Acampamento Zé Maria Tomé, questão detalhada mais adiante.

Diversas problemáticas têm alimentado os processos de resistência na Chapada do Apodi, dentre os quais pode-se citar: a precariedade das relações de trabalho nas empresas do agronegócio (FREITAS, 2010); a sujeição da renda da terra camponesa e a contaminação e intoxicação por agrotóxicos, tanto de trabalhadores, como do ar e da água superficial e subterrânea, conforme foi mostrado em capítulos anteriores; a violência no campo e a concentração da terra e da água, questões que serão discutidos na sequência.

6 ACAMPAMENTO ZÉ MARIA DO TOMÉ: RESISTÊNCIA CAMPONESA À CONCENTRAÇÃO DA TERRA, DA ÁGUA E CONTRA A SUJEIÇÃO DA RENDA DA TERRA AO CAPITAL

6.1 A questão fundiária do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi

A resistência e as lutas camponesas na Chapada do Apodi têm como marco a ocupação do Acampamento Zé Maria do Tomé, coordenado pelo movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ocupação que emergiu no contexto da luta pela terra, água e território. Para entender essas problemáticas é necessário compreender a atuação do Estado naquele território, por meio da implantação do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (PIJA), em fins da década de 1980 (Mapa 10).

O referido PIJA promoveu intenso reordenamento territorial, favorecendo a concentração da terra e da água por parte do agronegócio desencadeando, conseqüentemente, conflitos com camponeses(as) e trabalhadores(as) rurais em áreas internas e circunvizinhas ao perímetro. A análise dos problemas relacionados à estrutura fundiária da Chapada do Apodi foi iniciada em trabalho anterior (FREITAS, 2010), sendo retomada neste trabalho, para melhor compreensão do quadro atual aqui apresentado.

Para realizar a desapropriação, o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) utilizou dois critérios, de acordo com a antiga Lei de Irrigação nº 6.662, de 25 de junho de 1979³⁶: pagamento de indenização das terras daqueles que tinham a propriedade, ou seja, o registro da propriedade; e pagamento das benfeitorias para aqueles que tinham apenas a posse das terras. Isso prejudicou os camponeses que tinham apenas a posse hereditária de pequenas áreas, como pode ser observado na distribuição espacial da estrutura fundiária da área prevista para desapropriação (Figura 24).

Vale ressaltar, que o número de comunidades (Figura 24) é inferior ao que de fato existia à época. Os antigos habitantes fazem referência a outros povoados, como foi mostrado no resgate da história das comunidades camponesas. Atualmente, comunidades como Ipu, Maracajá, por exemplo, permanecem dentro do poligonal do Perímetro. A permanência dessas comunidades na área do perímetro contribuiu para resistência camponesa atual, processo que culminou com a ocupação da área do perímetro por cerca de mil famílias da Chapada, questão apresentada mais adiante.

³⁶ Revogada pela Lei nº 12.787, de 2013.

Mapa 10 – Localização do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi

Elaboração: Bernadete Maria Coêlho Freitas; cartografia: Augusto César P. Sampaio (2017)

Figura 24 – Área prevista para ser desapropriada para implantação do PIJA (1987)

Fonte: DNOCS (2009); organizado por Freitas (2017)

Para implantação do projeto Jaguaribe-Apodi ocorreu a desapropriação oficial de 10.284,26 hectares. A área prevista para desapropriação, entre 1986 e 1987, pertencia a 268 posseiros e/ou proprietários, que detinham 15.106,68 hectares, assim distribuída: 201 minifúndios; 52 pequenos, 14 médios e 1 grande proprietário³⁷. Apenas 15 proprietários (14 médios e 1 grande) concentravam 43% da área total, e os 57% restante distribuída entre 253 pequenos, a maioria minifúndios posseiros (FREITAS, 2010), conforme Tabela 7.

Tabela 7 - Área prevista para desapropriação para implantação do PIJA (1986)

Classificação	Número de Proprietários e/ou posseiros	Tamanho da Propriedade (hectares)	(%) em relação ao total da área
Minifúndio	201	2.997,91	19,84
Pequenos	52	5.673,04	37,55
Médios	14	5.345,73	35,38
Grande	1	1.090,68	7,22
Total	268	15.107,36	100%

Fonte: DNOCS, 2009; organizado por Freitas (2010).

Como os valores pagos pelas benfeitorias eram inferiores ao pagamento das terras regularizadas (com registro), 16 deles (médios e grandes), alguns vinculados ao poder político local, fizeram usucapião coletivo de 8.492,93 hectares que, somados à área regularizada sem usucapião, corresponde a área total de 10.284,31 hectares. Uma pequena parcela não foi desapropriada, ficando suas áreas dentro do polígono do projeto, inclusive comunidades inteiras, como é o caso de Tomé e Cabeça Preta etc.

Os médios e grandes proprietários convenceram os camponeses posseiros a realizarem usucapião das terras em seus nomes (dos médios e grandes proprietários), alegando a valorização das terras na desapropriação. O acordo era a divisão do valor da desapropriação, entretanto, parte dos camponeses afirmam não ter recebido a indenização correspondente ao direito de posse, nem como proprietário, gerando conflitos por terra já no momento da desapropriação.

Essa questão explica o fato de 268 ex-proprietários ou posseiros da Chapada terem se resumido em 38 desapropriados oficialmente (em 1989), conforme pode ser verificado na

³⁷ Foi utilizada a classificação do INCRA, considerando que um módulo fiscal corresponde a 55 hectares, tanto em Limoeiro do Norte como em Quixeré, em função do perfil da região.

sequência (Mapa 11). Tomemos como exemplo um ex-proprietário (W. C. H) que possuía área oficialmente desapropriada de 2.099,81 ha quando, na verdade, ele só possuía no poligonal do perímetro 342,02 hectares antes de realizar usucapião coletivo. Isso significa que 1.757,79 hectares referem-se às áreas de antigos posseiros, de acordo com a análise de documentos do DNOCS (2009).

Um dado que chama a atenção é o fato de a Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte ter repassada as terras aos posseiros, na época da desapropriação, respaldada em um documento do período Imperial que direcionava a responsabilidade das terras da Chapada, localizadas em Limoeiro do Norte, para o referido município. Com amparo nesse documento, o prefeito, no ano de 1980, criou a Lei nº 569, de 28 de junho de 1987, que “autoriza o executivo do município a fazer a doação das terras pertencentes ao município, localizadas na Chapada do Apodi, compreendidas no Projeto de Irrigação Jaguaribe/Apodi”

O artigo 3º da referida lei municipal de Limoeiro do Norte destaca que “o município preservará os povoados de Cabeça Preta, Santa Maria, Sucupira, Tomé e Km 60 com uma faixa mínima de um milhão de metros quadrados (1.000.000m²)”. Destacando ainda, em parágrafo único, que esses núcleos “visam o assentamento de famílias já neles residentes e, que por qualquer motivo não possam ingressar-se ao Projeto, formando assim núcleos de mão-de-obra para os próprios irrigantes”. Atualmente, as comunidades lutam pela permanência definitiva na área, já que são consideradas pelo DNOCS como invasoras, embora tenham o direito legítimo da área pela ocupação histórica da área.

Conforme estudo anterior (FREITAS, 2010), apesar de ter sido desapropriado 10.284,31 hectares, o primeiro Decreto nº 92.141, de 16 de dezembro de 1985, previa a desapropriação de 48.000 hectares da Chapada, compreendendo os municípios Limoeiro do Norte e Quixeré. De acordo com o artigo 1º do referido Decreto:

Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial, bem assim a constituição de servidões, pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento – DNOS [...] áreas de terras e benfeitorias de, aproximadamente, 47.898 ha (quarenta e sete mil, oitocentos e noventa e oito hectares), necessárias à execução do PROJETO JAGUARIBE-APODI, que prevê a execução da primeira fase do PROGRAMA DE APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLAS, do referido projeto, bem assim a execução de obras de irrigação de terras férteis atualmente subutilizadas por restrições hídricas, na região da Chapada do Apodi, no Estado do Ceará. As superfícies de terras constituídas pelo polígono a seguir descrito e assinalado nas Cartas Topográficas escala de 1:100.000 de Codificação: SB.23-X-X-II (LIMOEIRO DO NORTE) e SB.24-X-C-III (QUIXERÉ) localizado na Chapada do Apodi, compreendendo parte dos municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré, no Estado do Ceará [...]

Após a implantação do projeto, os camponeses (denominados de irrigantes ou colonos), conseguiram reproduzir-se, apesar das dificuldades em relação às mudanças no processo produtivo etc. Em entrevista realizada com Zé Maria do Tomé, no ano de 2009, o mesmo afirmou que seu pai era um dos colonos e a implantação do perímetro para os camponeses foi semelhante a “colocar um avião nas mãos de quem não sabia pilotar”. Essa faz menção ao propósito do perímetro que tinha objetivo de alterar o modo de vida camponês e implantar uma agricultura capitalista na Chapada do Apodi.

Esses elementos podem ser verificados em alguns dos objetivos do projeto do perímetro Jaguaribe-Apodi, elaborados na fase de implantação (1989)³⁸: a) garantir maior coeficiente de uso produtivo da terra; b) modernizar a economia; capitalizá-la, tecnificá-la [...]; dar-lhe estrutura de mercado (os parceiros, os “moradores”, os agregados se transformam em pequenos proprietários territoriais, e se desenvolvem relações capitalistas nas áreas de influência do projeto; sair da economia de caatinga, do bode, de plantios precários de milho, algodão ou mandioca, do círculo fechado do autoconsumo, e entrar na agricultura de produtos nobres e de circuito de mercado); b) ruptura nos padrões culturais tradicionais (a tudo isso corresponde, obviamente, uma ascensão nos padrões culturais dos irrigantes, como “força produtiva” – novas tecnologias, nova organização produtiva, novas relações de trabalho etc. e, como participantes da sociedade, novos papéis de “participação”).

O projeto objetivava impor aos camponeses da Chapada uma profunda mudança nos padrões produtivos, culturais e da relação com a terra e a água. Dessa forma, o Estado foi construindo as infraestruturas e dando continuidade ao seu projeto, que culminaria em significativas transformações naquele território da Chapada do Apodi, que é considerado a mancha de solos férteis do Ceará (SOUZA, 2002). Para instalar a irrigação foi construído um projeto hidráulico de bombeamento das águas provenientes do rio Quixeré, afluente (braço direito) do rio Jaguaribe. Esse projeto possibilitou a captação de águas na barragem das Pedrinhas elevadas a 107 metros de altitude até a Chapada (FREITAS, 2010).

De acordo com o projeto inicial, a área irrigável corresponde a 5.393,00 ha, assim distribuída: 1.143,00 ha para área-piloto; 1.750,00 ha direcionada à primeira etapa do projeto;

³⁸ De acordo com o *Projeto Aproveitamento Hidroagrícola Jaguaribe Apodi*, em que é apresentado os dados técnicos e operacionais da implantação do Projeto Piloto e da 1ª etapa, bem como, elenca as repercussões sociais e econômicas do projeto. Esses estudos estavam ligados ao Programa de Irrigação do Nordeste – PROINE, realizados em 1986, sob o comando do Ministério da Agricultura e do Departamento Nacional de Obras e Saneamento – DNOS.

e, 2.500,00 ha para a segunda etapa do projeto, destinada à instalação de lotes empresariais e as duas primeiras, principalmente para pequenos e médios agricultores (Figura 25). Semelhante ao PITR, o perímetro irrigado já trazia os preceitos neoliberais, constituindo o modelo de transição no Baixo Jaguaribe, passando a inserir lotes privados em áreas públicas.

A área-piloto foi implantada entre 1990 e 1991, objetivando a avaliação dos aspectos agrotécnicos, gerenciais, organizacionais e de engenharia. Teve o loteamento distribuído com as seguintes características: 768 ha para 116 pequenos agricultores, com área de 4, 8 e 16 hectares. O restante da área (62,5 hectares) destinada à exploração por empresários e 64 hectares direcionada à escola técnica Piamarta.

A primeira etapa, implantada entre 1991 e 1992, foi destinada aos pequenos e médios agricultores, com área de 1.750 hectares, irrigada por aspersão (tipo pivô central), formada por 27 pivôs de 50 ha e 4 de 100 ha, constituindo lotes de 6,5 ha, 12,5 ha e 25 ha. No momento da implantação dessa etapa, foram selecionados 200 agricultores.

A segunda etapa (2.500 hectares) corresponde a 51 lotes empresariais, dos quais 30 de 50 ha, 20 de 25 ha e 01 de 500 ha, irrigados por aspersão convencional e/ou gotejamento. O funcionamento dessa etapa não foi iniciado oficialmente, pois se encontra embargada pela Justiça em virtude da invasão ocorrida no projeto, principalmente por empresas nacionais e transnacionais (DNOCS, 2009) e outra parcela ocupada por camponeses, questão melhor descrita mais adiante.

Com base em análise de documentos do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária e do DNOCS³⁹, referente aos 316 irrigantes selecionados entre os anos de 1991 e 1992 (116 da área-piloto mais 200 da primeira etapa), foi identificado que apenas 197 (62% do total selecionado) correspondiam aos ex-proprietários ou ex-posseiros. Isso significa que 119 irrigantes não faziam parte dos desapropriados, correspondendo a 38%. Por sua vez, do total de 268 desapropriados, 71 deles não foram selecionados, isto é, foram expropriados, correspondendo a 22,5% desse número, questão mostrada em trabalho anterior (FREITAS, 2010). O projeto inicial previa cerca de 20% de instalações de moradias. Algumas moradias foram construídas pelas próprios irrigantes, além disso, permaneceram comunidades camponesas em áreas internas e vizinhas: Tomé, Cabeça Preta, Marajá, Ipú, Carnaúbas, Km 69, Cabeça de Santa Cruz, Lagoa da Casca etc.

³⁹ O assentamento era praticamente inexistente, já que se tratava de espaço de produção e não de moradia.

Após meados dos anos de 1990, ocorreu um novo processo de expropriação camponesa no âmbito do perímetro irrigado. Com as mudanças político-econômicas e redirecionamento da Política de Irrigação, parte significativa dos pequenos agricultores (irrigantes) que conseguiram adentrar no projeto (por meio de seleção) foram expropriados. Segundo estudo realizado por Freitas e Soares (2005) e atualizado por Freitas (2010), a expropriação da área-piloto e primeira etapa correspondeu a 81%, nesse período. Do total de 316 irrigantes selecionados, 255 foram expropriados, restando 61 no projeto, o que corresponde a 19% desse número.

A expropriação ocorreu também em função de problemas ligados à cooperativa que gerou endividamento aos pequenos irrigantes, o que favoreceu à conjuntura política do Estado, à época, que tinha interesse de inserir as empresas no projeto e expulsar os pequenos agricultores. Parte dos gestores da cooperativa eram os mesmos que haviam efetivado o usucapião em momento anterior, vinculados ao poder político local. Os pequenos agricultores ficaram com a dívida que não tinham contraído, segundo entrevistas com antigos colonos, mesmo tendo repassado a produção para cooperativa.

Após o processo de expropriação foi criada a Associação dos Ex-irrigantes do Perímetro Jaguaribe-Apodi (AIJA), composta inicialmente por cerca de 100 famílias. A AIJA configurou-se a primeira forma organizada de luta pela terra na Chapada, presidida em determinado período por Zé Maria do Tomé, que foi assassinado em abril de 2010. Em virtude das denúncias da AIJA, a Justiça embargou o processo licitatório da segunda etapa do Perímetro Jaguaribe-Apodi e exigiu do DNOCS, por meio de liminar, o levantamento fundiário do projeto (FREITAS, 2010).

Após a referida liminar, o DNOCS (2009) organizou um documento intitulado “Resumo - Levantamento Agro-Econômico Social”, referente à estrutura fundiária do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, entre 2008 e 2009. Analisando o referido documento, verificamos que apenas 49% da área total em funcionamento encontrava-se regularizada. Em relação ao restante da área, 38% correspondia à área invadida e 13% estavam sendo arrendadas (Tabela 8; Gráfico 9). Dentre as áreas consideradas invadidas pelo DNOCS, consta o caso de uma empresa multinacional que possui registro da terra do DNOCS, embora esse Departamento também possua registro, questão que vem sendo analisada pela Justiça.

Tabela 8 – Distribuição da estrutura fundiária do PIJA, segundo DNOCS (2009)

Categoria	Área (ha)	% referente ao total
Ocupação oficial/explorada	5.188,10	49
Área arrendada	1.434,06	13
Área invadida	4.033,40	38
Área total	10.655,56	100

Fonte: DNOCS (2009); organizado pela autora.

Gráfico 6 – Distribuição da estrutura fundiária do PIJA

Fonte: DNOCS (2009); organizado pela autora.

Ao analisar as áreas invadidas acima de 100 hectares, verificou-se que apenas quatro empresas (duas nacionais e duas multinacionais) somam 50% (2.038,76) referente ao total da área invadida (4.033,40), conforme dados na sequência (Tabela 9). Além disso, encontram-se no documento como invasores a associação dos ex-posseiros da comunidade de Santa Maria (da Chapada do Apodi), prefeituras municipais da região, dentre outros, com áreas inferiores a 100 hectares.

Tabela 9 – Relação de invasores/áreas invadidas acima de 100 ha, de acordo com DNOCS (2009)

Invasores	Área (ha)	Ano
Del Monte Fresh Produce Ltda*	1.223,27	2004
Banesa - Bananas Nordeste S.A.*	356,74	2004
João Teixeira Júnior - Fruta Cor*	284,29	1998; 2003
José Gadelha de Lima (invasor)	198,93	1989; 1998
WG Prod. e Distrib. de Frutas Ltda*	174,46	2002
Luiz Prata Girão	148,84	1998; 2002
José Anchieta Mendes Xavier	126,45	1989; 2003
Fernando Antônio G. de Oliveira	124,79	1988
Assoc. Ex-posseiros Santa Maria	108,82	1991
Total	2.746,59	-

*Empresas analisadas (acima de 100 hectares)

Fonte: DNOCS (2009); organizado pela autora.

As estratégias de concentração da terra no PIJA resultam do interesse do capital se apropriar da renda obtida pela terra, mesmo a terra permanecendo improdutiva. Esse processo ocorre por meio da especulação da terra etc, semelhante ao que ocorre nas terras das multinacionais desativadas atualmente, em função da crise hídrica, dentre outros. Em geral as empresas arrendam as terras para outras empresas, em outros casos fecham completamente, porém, não necessariamente se desfazem da terra, nesses casos passam a se apropriarem da renda, paga socialmente, pelo conjunto da sociedade (Martins, 1981).

Oliveira (2007, p. 66-67), esclarece as estratégias que envolvem a questão da concentração da terra, além dos desdobramentos dela decorrentes, dentre os quais a luta por terra e por reforma agrária que, segundo ele “não se pode restringir apenas e especificamente, à luta pelo direito do acesso à terra; deve, isto sim, ser a luta contra quem está por trás da propriedade capitalista da terra, ou seja, o capital”.

[...] A concentração da terra não é igual à concentração do capital; ao contrário, revela a irracionalidade do método que retira capital do processo produtivo, imobilizando-o sob a forma de propriedade capitalista da terra. Já a concentração do capital é aumento de poder de exploração, é aumento da capacidade produtiva do trabalhador; é aumento, portanto, da capacidade de extração do trabalho não-pago, da mais-valia. Assim, a concentração da terra aumenta o poder de extração da fração da mais-valia social sem participar do processo produtivo, apenas por haver proprietários privados da terra. A renda capitalista da terra pode ser obtida através do aluguel, do arrendamento (que são evidências de que ela existe) ou de uma só vez, pela venda da terra. É por isso que o proprietário de terra é um personagem de *dentro* do capitalismo. Ao se apropriar de grandes extensões de terra, ele retém essa terra como reserva de

valor, ou seja, com o objetivo de especular, de poder se apropriar da renda da terra. É o que fazem os grandes capitalistas que se converteram em colonizadores, vendedores da mercadoria terra. Dessa maneira, a propriedade capitalista da terra tem que ser entendida como uma contradição do desenvolvimento do modo capitalista de produção tem que ser entendida como produto de uma relação social que ela é. É por isso que a propriedade e a concentração da terra no capitalismo constituem-se em mecanismos de produção do capital [...]

Assim compreendida a questão da propriedade capitalista da terra, cabe ressaltar e entender, nesse contexto, o processo de discussão da reforma agrária. A reforma agrária historicamente aparece no capitalismo como necessidade conjuntural de o capital resolver a questão social advinda da concentração das terras. Os entraves foram sempre aqueles que envolveram a natureza das desapropriações. Quando o Estado bancou as mesmas com o pagamento em dinheiro e à vista, ele apenas teve a função de criar as condições para permitir a reconversão do dinheiro retido na terra em dinheiro disponível para os capitalistas-proprietários de terra. É neste ponto que reside historicamente a questão central das reformas agrárias sob o capitalismo. Como o Estado não tem garantido o processo dentro da lógica capitalista, as reformas agrárias têm sido movimentos conjunturais para tentar atenuar as pressões sociais advindas da concentração da terra. **Logo, a luta pela terra não se pode restringir apenas e especificamente, à luta pelo direito do acesso à terra; deve, isto sim, ser a luta contra quem está por trás da propriedade capitalista da terra, ou seja, o capital**

No caso da Chapada do Apodi, a luta pela terra tem sua origem na ação dos sujeitos sociais expropriados por conta da concentração e invasão das terras na área do PIJA. Após a denúncia da AIJA, que posteriormente ganhou maior força, constituindo-se uma luta por reforma agrária e contra o capital. Esse processo se deu após o Ministério Público Federal ter determinado, no ano de 2010, em acordo com o DNOCS, por meio de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta – TAC (Anexo 6), que 1.000 hectares da segunda etapa deveriam ser destinados para pequenos agricultores, subdividida em lotes de 8 hectares, frente à inserção das empresas nas áreas que pertenciam aos pequenos agricultores.

As empresas se apropriaram das terras e da água do perímetro de diversas formas: comprando lotes de alguns pequenos irrigantes que se encontravam endividados (por valor irrisório, segundo os camponeses); por meio da grilagem, pois algumas empresas têm o registro das terras do DNOCS; e, por meio da compra de terras de áreas vizinhas ao projeto, permitindo o acesso aos canais de abastecimento de água. Essas questões na Chapada estão atreladas ao caráter da propriedade capitalista da terra, de modo que o interesse dos capitalistas é o de se apropriar da renda. Nesse sentido, Oliveira (2007, p. 66) esclarece ainda que:

A propriedade capitalista da terra é renda capitalizada; é direito de se apoderar de uma renda, que é uma fração da mais-valia social e, portanto, pagamento subtraído da sociedade em geral. Este fato ocorre porque há uma classe que detém a propriedade privada da terra e só permite sua utilização como meio de produção (arrendada ou não), através da cobrança de um tributo: a renda capitalista da terra. É por isso que, sob o capitalismo, a compra da terra é compra de renda antecipada. Quando estamos

diante da grilagem de terras, esse processo revela seu verdadeiro caráter: o caminho "gratuito" do acesso à renda, do acesso ao direito antecipado de obter o pagamento da renda, sem mesmo ter sequer pago para poder auferi-la. Da mesma maneira, porém revelando o sentido oposto, a posse é o ato de quem não quer pagar a renda ou não aceita a condição de que para produzir tenha que pagá-la.

Diante desse cenário, Zé Maria do Tomé, antes do seu assassinato, demonstrava preocupação em relação ao processo licitatório exigido pelo TAC para pequenos agricultores, pois considerava que as empresas poderiam usar “laranjas” para dominarem essa área. Essa questão demonstra que não havia terra garantida para os camponeses que tinham sido expulsos da Chapada, a exemplo dos integrantes da AIJA, em função do processo de licitação. Além disso, os antigos colonos não poderiam obter mais de um lote no Perímetro. Desse modo, o TAC não resolveu verdadeiramente o problema dos camponeses que haviam sido expulsos, porém garantiria que outros pequenos agricultores pudessem acessar a área da segunda etapa, antes prevista apenas para as empresas, contudo, por meio de licitação.

Outra questão verificada trata-se da área das comunidades rurais e ex-posseiros que se encontram dentro do polígono do projeto. O DNOCS considera os mesmos também como invasores, como é caso da Comunidade Tomé (4,50 ha; desde 1935), Cabeça Preta (6,89 ha; desde 1960) e Maracajá de Dentro (3,11 ha; desde 1935), bem como a área da Associação dos ex-posseiros da Santa Maria (Tabela 8). É importante perceber que essas comunidades já ocupavam o território anterior a implantação do Perímetro, desde a década de 1930 e que, na época da desapropriação, foi criada a Lei Municipal mantendo as mesmas. Trata-se, portanto, de *ocupação* e não de *invasão*. E mesmo que o DNOCS tenha efetuado pagamento indenizatório, tratou-se de valor irrisório, além dos problemas relacionados ao usucapião, mencionado anteriormente. Atualmente, as comunidades lutam, junto ao Ministério Público Federal e prefeituras de Limoeiro do Norte e Quixeré para garantir sua permanência.

Foi nesse contexto de luta contra expropriação, conflitos por terra e denúncia de contaminação da água por agrotóxicos que Zé Maria do Tomé (ex-presidente da AIJA e ex-presidente da Associação dos Desapropriados e Trabalhadores Rurais Sem Terra da Chapada do Apodi) foi assassinado, em 21 de abril de 2010⁴⁰. Essas questões podem ser percebidas em

⁴⁰ Após dois anos de luta dos movimentos sociais da região e da família do líder comunitário, reclamando a impunidade do crime, o Ministério Público Estadual (Ceará) denunciou, em 26 de junho de 2012, o proprietário e o gerente de uma empresa do agronegócio, dentre outros, pelo assassinato do líder comunitário, questão amplamente divulgada nos meios jornalísticos do estado: “A 1ª Vara de Justiça em Limoeiro do Norte recebeu na terça-feira (26) denúncia oferecida pelo Ministério Público Estadual contra os acusados do homicídio do ativista ambiental José Maria Filho. O Zé do Tomé, como era conhecido, foi morto com 19 tiros no dia 21 de abril de 2010. São acusados pela morte do ambientalista: João Teixeira Júnior, empresário do ramo de fruticultura; José Aldair Gomes Costa, gerente da empresa de João Teixeira, além de Antônio Wellington Ferreira Lima e Francisco

algumas falas de Zé Maria do Tomé (antes do assassinato) em seminários, audiências e na própria comunidade, publicadas em documentário produzido por pesquisadora da Universidade de Brasília, em parceria com o TRAMAS, Movimento 21 e outras instituições e movimentos, no ano de 2011:

Meu nome é Zé Maria, lá da Chapada do Apodi, presidente da Associação do Desapropriados e Trabalhadores Rurais Sem Terra e estamos numa luta por um pedaço de terra na Justiça Federal. E eu quero dizer sobre o agrotóxicos, tô muito preocupado com os agrotóxicos lá em cima. Hoje é impossível, ninguém consegue mais produzir nada sem o agrotóxico. E o agrotóxico faz mal e muito mal. E o cidadão fica trabalhando com aquele produto se moia, derrama na roupa dele. E quando chega em casa, sabe o que ele faz, ele joga lá. A mãe dele, a esposa. Volta pra máquina, vai lavar junto com as outras roupas dele. Aí faz mal, é toxico (ZÉ MARIA DO TOMÉ, 2015).

Nós estamos vivendo lá na Chapada, uma verdadeira guerra, guerra civil contra o agronegócio. Até porque não somos contra o agronegócio, somos contra a maneira de que o vendedor age naquela chapada.

Nós aqui na Chapada nós temos detectado por a COGERH de Fortaleza três poços aqui na comunidade comprometida com agrotóxicos em altíssimo grau de agrotóxicos. Que nós tamo consumindo uma água superperigosa. E chegou notícias aqui que de onde nós bebe nossa água tiraram uns cinco ou seis sacos de peixe morto, contando que a quatro ano, em 2004 aconteceu a mesma coisa na piscina a qual abastece a comunidade de Tomé, onde morreram peixe, galinha, cachorro e outros. Então gente, vamos levantar, vamos se erguer, que a coisa é séria. Nós não vamos correr com empresa, nós não vamos ser contra empresa, mas vamos ser contra o que elas fazem. Vamos se levantar, vamos dar a mão ao outro, vamos viver, porque nossos filhos são novinho, eu já tenho 45 anos, você já tem 60, tá do meio pra frente, mas tem os nossos filhos, tem nossos netos, vamos lutar, vamos brigar, vamos erguer a mão, pedir a Jesus Cristo força e coragem, vamos pedir ao poder público e a quem quer que seja para nós vencer essa luta.

Na Chapada do Apodi a concentração de terras gerou outras implicações como a concentração da água. A própria ideia de Perímetro Irrigado torna inseparável a questão terra e da água, sobretudo no semiárido nordestino, em que existe níveis irregulares de precipitações, tornando-se uma ferramenta estratégica para a constituição da indústria das secas e para um padrão histórico de uso desigual da água. Antes sob o domínio dos latifundiários, a exemplo dos açudes construídos pelo DNOCS nas terras dos fazendeiros, como mostrou Oliveira (1981) e, atualmente, sob o domínio do agronegócio nas terras dos perímetros irrigados e/ou circunvizinhas às mesmas, por meio das águas subterrâneas.

Marcos Lima Barros, moradores da região que, segundo a denúncia, teriam dado apoio ao crime. O MPE pediu a prisão cautelar dos acusados, mas o pedido foi negado. A promotoria vai recorrer ao Tribunal de Justiça do Ceará. As investigações apontaram, por meio de exames de balística, que os tiros que mataram Zé do Tomé partiram da arma do pistoleiro Westilly Hitler, morto há três meses por um policial. Acusado de ser o mandante do crime, João Teixeira Júnior classifica a denúncia da promotoria de “barbaridade” e nega qualquer participação dele e do gerente da sua empresa com o crime. [...]” (O POVO, 28/06/2012)

6. 2 Da concentração da terra à concentração da água: uso desigual e as lutas camponesas

A Chapada do Apodi está situada ao nordeste da área à margem direita do rio Jaguaribe, constituída de relevo plano, com cerca de 100 metros de altitude. A constituição de arenitos da Formação Açu e calcários da Formação Jandaíra, sendo este último responsável pela cobertura da parte superior da Chapada, permite a formação de solos do tipo cambissolos, favorecendo a atividade da agricultura. Já a permoporosidade das rochas sedimentares permite a infiltração d'água das precipitações, contribuindo para alimentar o Aquífero Jandaíra. A vegetação de porte arbóreo foi substituída por cobertura de menor densidade em função do desmatamento causado pela modernização da agricultura, assim como diversas espécies animais desapareceram com esse processo (SOUZA, et al., 2002; MAIA, 2005; COSTA; 2009).

Esses aspectos físicos da Chapada, por um lado, apresentam expressiva potencialidade dos solos para agricultura, por outro, a dificuldade de acesso à água, por conta da impossibilidade de reserva de mananciais superficiais. Ressalta-se, por sua vez, a presença do Aquífero Jandaíra que trata-se de uma riqueza natural valiosa, inclusive de forma prospectiva, pela capacidade de reserva hídrica em momento de possível colapso, sobretudo no contexto do semiárido.

A problemática da água trata-se de uma questão histórica na Chapada do Apodi, dificultando, inclusive, a ocupação daquele território, ocorrida somente a partir das primeiras décadas do século XX, o que levou o geógrafo Manuel Correia de Andrade denominá-la “terra inabitada”, devido à escassez de água nesse período. Com a implantação da política pública de irrigação, em fins da década de 1980, contou com o projeto de bombeamento das águas. Essa água, entretanto, destinou-se apenas à irrigação, permanecendo as comunidades camponesas sem acesso adequado para consumo humano, bem como para produção camponesa.

Mesmo diante dessa situação, o Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto (SAAE) de Limoeiro do Norte fornece água para consumo humano captada das piscinas do projeto de irrigação, imprópria de ser consumida, de acordo com estudo realizado pela SEMACE (FREITAS, 2010). A Justiça havia determinado que o Sistema de Abastecimento de Água de Limoeiro do Norte (SAAE) abastecesse as comunidades via carro-pipa, frente a falta de interesse do Estado (em suas esferas nacional, estadual e municipal) de solucionar o problema.

Somente após estudos do TRAMAS/UFC demonstrando a contaminação da água por agrotóxicos e das lutas dos sujeitos sociais e políticos dando visibilidade ao problema, a

prefeitura de Limoeiro do Norte conseguiu recurso para o projeto que abastecerá as comunidades da Chapada, através de um convênio com a FUNASA que financiou, em 2014, o valor de 11.020.845,00 (onze milhões, vinte mil, oitocentos e quarenta e cinco reais), desvinculando o abastecimento das comunidades em relação à água direcionada para irrigação, projeto ainda não concluído.

As empresas agrícolas⁴¹, por sua vez, além do abastecimento por meio dos canais do Perímetro, utilizam as águas subterrâneas do Aquífero Jandaíra, sobretudo, no momento atual, com a redução da água direcionada aos perímetros do Baixo Jaguaribe. Somente uma empresa transnacional possuía, no ano de 2009, cerca de 44 poços abastecidos pelo referido Aquífero, na parte que pertence ao estado do Ceará, no município de Quixeré. Essa empresa cessou parte significativa de sua produção e arrendou suas terras para uma empresa nacional. Essas empresas geraram danos irreparáveis ao ambiente e à população, devido ao uso de agrotóxicos. Os estudos que evidenciaram tais impactos, bem como a denúncia e a pressão exercida pelos movimentos sociais do Baixo Jaguaribe, resultaram numa Ação Civil Pública pelo Ministério Público (Anexo 4), que evidencia os diversos impactos do agronegócio na Chapada.

Os camponeses que produziam em área vizinhas ao perímetro por meio de poços pequenos, por sua vez, ficaram sem água, em função do uso exacerbado por parte das empresas, levando ao rebaixamento da água do aquífero. Atualmente, o acesso à água é possível apenas por meio de poços profundos, viável economicamente somente para o agronegócio, embora insustentável do ponto de vista ambiental. Nos últimos anos, as áreas irrigadas por águas subterrâneas do Aquífero Jandaíra ampliaram consideravelmente da Chapada do Apodi, conforme demonstrou o relatório da COGERH, no ano de 2009, além de ter demonstrado a contaminação por agrotóxicos.

Nesse sentido, a disputa e os conflitos em torno da questão da água vem ocorrendo de forma mais intensa nos últimos anos, não somente na Chapada do Apodi, mas em todo o Ceará, principalmente após o ano de 2013 em função das secas contínuas, em decorrência do uso desigual e exorbitante da água por algumas frações do capital. Ressaltando que a falta de água no seminário brasileiro não se trata de um problema exclusivamente de ordem natural, mas social e político, como esclareceu Andrade (2005).

⁴¹ As empresas pagam uma taxa pelo uso da água para irrigação apenas no caso dos canais. Em relação às águas subterrâneas não há qualquer cobrança ou controle desse uso pelo Estado.

Em uma das reuniões do Comitê de Bacias do Baixo Jaguaribe, realizadas em 2016, é perceptível essa disputa entre as frações do capital (carcinicultura, agronegócio, indústria etc), embora, em alguns momentos, tentem fazer alianças programáticas para garantirem suas demandas, em função do governo do Estado ter priorizado água para capital e sua região metropolitana. Em entrevista, um agricultor do perímetro irrigado, afirmou que os Comitês de Bacias que deveriam garantir aos usuários de água, a participação na tomada decisão sobre a distribuição do uso da água, em geral “a opção já é definida lá por cima, cabendo aos usuários escolher sobre o uso mínimo da água, já que em relação à maior parcela já foi decidido que será destina aos grandes empreendimentos da capital e região metropolitana”.

Diante dessa questão, os camponeses formaram o Comitê Popular das Águas, que une as lutas relacionadas à água da Chapada do Apodi, Ceará (pertencente ao Baixo Jaguaribe) e a Chapada do Apodi, Rio Grande do Norte (município de Apodi). No caso de Apodi, a organização dos camponeses ocorre através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Apodi – STTR, entidade que representa os interesses efetivos dos camponeses e camponesas daquele município. Dentre os objetivos do Comitê Popular podemos destacar: o debate horizontal sobre o uso da água; conhecer a política de águas; obter informações e monitorar o uso das águas pelas empresas do agronegócio etc. Esse processo constitui uma alternativa relevante no sentido de garantir a reprodução, autonomia e uma aliança entre camponeses dos dois estados.

O Comitê Popular foi formado no dia 19 de maio de 2016, em Apodi-RN. Embora no primeiro momento tenha sido discutido a saída dos camponeses e entidades de apoio dos Comitês vinculado ao Estado, em ambos os casos, posteriormente, foi retomado a participação, mesmo sabendo das limitações dos Comitês oficiais. Lá os camponeses expuseram as situações do Ceará e Rio Grande do Norte relacionadas, principalmente, à questão da água, debatendo também os problemas do avanço do agronegócio na Chapada do Apodi, lado Ceará. Os camponeses mencionaram os problemas dos poços profundos das empresas (acima de 100 metros cúbicos) que inviabilizaram os pequenos poços (abaixo de 100 metros cúbicos), prejudicando ou impossibilitando a produção camponesa, principalmente, em Lagoinha e outras comunidades da Chapada do Apodi, no Ceará.

Durante o seminário de formação do Comitê Popular (em 2016), um agricultor da comunidade de Lagoinha relatou essa problemática que atinge os camponeses da Chapada do Apodi, esclarecendo a dificuldade de água histórica, as estratégias de reprodução camponesa e as implicações após a inserção das empresas, sobretudo, em relação aos poços mais profundos, inviabilizando a produção dos camponeses. Além disso, sua fala demonstra outro elemento

importante que é a insustentabilidade das empresas do agronegócio. Segundo ele, “com a chegada das empresas, a população pensou que tinha melhorado, mas piorou muito a vida do povo quixerense”. Essa fala deve-se ao fato de muitos camponeses terem perdido sua roça e também seu emprego.

[...] Na Chapada do Apodi nós conhecemos como Serra. No Quixeré, passa por dentro de Quixeré o rio Jaguaribe que vem do Castanhão. Nos anos 50 a nossa população de Quixeré, se quisesse a água tinha que ir buscar no rio, no rio Jaguaribe, isso nos anos 50 e 60. Descendo a serra e subindo a serra com uma lata na cabeça. Quem tinha seu jumentinho, subia com seu jumentinho. A partir dos anos 55, da década de 60 foram descobrindo as cacimbas [...] Era 15 metros de profundidade e era muita água [...] Parava de cavar a cacimba, era mais ou menos 2 metros e meio a largura, de diâmetros né, e aí precisava parar, jorrava água, as cacimbas enchiam. Quando tinha qualquer juvinha, você tirava água com uma caneca [...]. Aí foi melhorando e foram criando aquelas bombazinha manual, outros iam tirando com o balde e assim as coisas foram melhorando [...] Mas a partir do ano 99 pra 2000 começou a chegada das empresas. Até então todas famílias daquela região [...] de outras localidades de Quixeré, Tomé que tem uma parte em Quixeré, viviam da agricultura familiar, não conhecia questão de empresa, às vezes quando via falar tinha era medo né, aquele horário que tinha que ser cumprido [...] Então, a partir de 99 e 2000 começaram a chegar essas grandes empresas na região. Por dentro de Lagoinha a gente via passar aquela grande frota de ônibus, aquela grande frota de tratores [...] empregou tanta gente que precisou pegar de fora, Lagoinha e Quixeré não tinha gente suficiente pra trabalhar na empresa [...] E os coitados, nós agricultores rurais, eles desmancharam tudo que o agricultor sabia fazer. Tudo que o agricultor fazia tava errado, a semente que ele guardava tava errada [...] Aí hoje estamos passando por uma crise hídrica gravíssima, no rio e nos poços. Quando o povo começou a cavar os poços, também aprendeu com as empresas cavar os poços. De 2000 pra cá, cavava os poços 30 metros, 20 metros, tinha água nos poços [...] E aí foi aprofundando, 40, 60, até 100 metros os pequenos agricultores cavavam poços, mas chegou num limite [...] Então nós temos alguns agricultores que plantava e fez a plantação e perdeu tudo. O Didi, o Jeová que sempre sustentou sua família da agricultura, nunca assinou a carteira na empresa e ver os seus poços secando e ele não tem com quer irrigar a sua plantação, tem que esperar se vem uma chuva. Porque as empresas cavam de 200, 300, encontra água e ele fica mão, de braços abertos esperando cair a chuva [...] **Então, com a chegada das empresas, a população pensou que tinha melhorado, mas piorou muito a vida do povo quixerense.**

Segundo entrevista de campo, após alguns anos parte dessas empresas desativaram suas unidades de produção em Lagoinha, Quixeré, gerando demissão em massa, como é o caso de uma multinacional do melão e do abacaxi. Em seguida, arrendou parte de suas terras para outra empresa nacional, que passou a comprar terras na Chapada e outras regiões do Ceará e Rio Grande do Norte, tornando-se a maior empresa do agronegócio do Vale do Jaguaribe, atualmente.

Em relação à Chapada do Apodi-RN, as comunidades mais atingidas e resistentes, atualmente, são as pertencentes ao município Apodi (que também integra o Comitê), município em que a agricultura camponesa de base agroecológica constitui-se a principal atividade

econômica, porém, vem sendo atingida pela implantação do Perímetro Irrigado Santa Cruz, via DNOCS. Os camponeses resistem fortemente, contudo, a dissimetria de poder com o Estado é bastante desigual.

Os camponeses ligados ao STTR têm se unido aos do Ceará, no sentido de fortalecer a resistência e evitar que os mesmos problemas relacionados ao avanço do agronegócio no Ceará atinjam o Apodi, como a concentração da terra e da água, uso e os impactos dos agrotóxicos etc). A fala emocionada do camponês Edilson, ex-presidente do STTR do é bastante esclarecedora sobre o papel do Estado, a respeito da concentração da água, da terra e, sobretudo, sobre o modo de vida camponês.

O que o governo quer é privatizar a água! E quer também é reservar água para o capital [...] A gente não pode balançar a cabeça pro governo [...] Por que eles não vão fiscalizar a Agrícola tem não sei quantos poços? Chegou agora duas máquinas para perfurar poços de mil metros [...] Daqui a pouco vai virá um Ceará[...] A gente não tem dúvida, logo logo os poços tão secando [...] Além da outorga [...] Vai botar um relógio pra limitar água pros camponeses. Mas por que não vai botar o relógio lá na Agrícola Famosa? Eu acho que é um debate e é uma conversa que a gente precisa sair daqui fortalecidos [...] E não é só o sindicato, é cada um de nós. Principalmente juntando o Ceará [...] A gente espera que a gente se fortaleça. E portanto, gente, a água pra nós é mais do que sangue, é mais do que a terra porque a gente não tem dúvida que a água que o camponês usa, planta arroz, a água fica ali circulando, ela desce pro subsolo novamente. E água da agrícola famosa que vai lá pros europeu, vai exportar? [...] Quem vai salvar nós é nós mesmos. Por que contar com esses políticos [...] Principalmente esses deputados[...] Com certeza, se eles puder nos prender é o que vão fazer!. E portanto, gente, a nossa luta, mais do que nunca [...] É preciso que a gente se una... Principalmente agora, nesse retrocesso que a gente tá vivendo, mais ainda [...] Acredito que a nossa luta é quem vai reverter [...] E acredito que a água é um bem comum! [...] A água, a gente não se dar pra permitir que se faça com a água o que fizerem com a terra! Eu acho que o capital não vai conseguir entrar... Nós não temos a terra como negócio. Nós temos a terra como vida! As empresas estão destruindo tudo que a gente tinha de bom na Chapada! Vamos se juntar e vamos lutar! Só a gente se salva! E os companheiros do Ceará que tá aqui, a gente tá num momento de dificuldade. Eu acho que realmente é difícil a gente deixar nosso cercado. Mas é por isso que a gente deixa porque a gente acredita que é a luta que vai nos salvar! [...] A gente tá aprendendo muito que a dificuldade do Cariri é a dificuldade daqui também [...] Então é preciso que gente lute, que a gente se junte... Vamos ter que se entregar e trabalhar nessas empresas? Que a gente não se entregue facilmente. Nem a terra, nem a água, porque a terra é um bem de todos!” (EDILSON, CAMPONÊS E EX-PRESIDENTE DO STTR APODI, MAIO DE 2016)

Nesse contexto da questão da água, o camponês Manoel, do Acampamento Zé Maria do Tomé, fala sobre acerca das alternativas de produção, bem como sobre a constante pressão do DNOCS em relação aos camponeses em função do uso da água. Evidencia também o suporte que é percebido em relação ao agronegócio nos momentos das audiências em que os camponeses foram intimados a prestar esclarecimento sobre o consumo da água do perímetro,

que destina água também para as empresas. Alguns desses elementos aparecem em trecho de sua fala, em seguida.

Nosso Acampamento tá bem. Estamos conseguindo produzir! A água que a gente tá usando é do canal, que passa em direção às empresas. Já fomos depor no DNOCS em Fortaleza por causa dessa água [...] A [empresa] está cavando poços de mil metros, e nós pequenos com os poços com poucos metros. Os poços dos pequenos estão tudo aterrando, estão ficando seco. Só vamos conseguir se formos unidos, se estivermos unidos. Porque no dia que nós fomos pra audiência, estava a FAPIJA, estavam as empresas muito bem acompanhados [...] E se a gente ficar desunido cada vez dificulta mais! (CAMPONÊS DO ACAMPAMENTO ZÉ MARIA DO TOMÉ).

O relato do camponês revela a privatização da água, ao mencionar a perfuração dos poços de cerca de mil metros pelas empresas, ao passo que os camponeses têm que enxergar seus poços enterrados e secando. Defende a necessidade de união entre os camponeses e entidades, como forma de resistência, como forma de assegurar direitos. O Acampamento Zé Maria do Tomé representa uma luta legítima por terra, água, território e contra a sujeição da renda na Chapada do Apodi.

6.3 Acampamento Zé Maria do Tomé: luta por terra, água e contra a sujeição da renda da terra ao capital.

Aqui já temos acerola, ata, graviola, rumã, cajueiro precoce [...] Eu tenho uns pés de mamão, macaxeira, batata, tomate cereja, mamão, feijão, porco, galinha e uma criação de piaba. É luta pesada, pois depende de muito estrume, eu uso muito chorume de estrume. Coisa de angico, aqui acolá, detergente. A praga uma hora dessa do ano tá atacando demais. **Primeiro, a gente tem mais uma segurança de vida né. Segundo, quem trabalha com veneno e com adubo ele trabalha de meia com a loja, e o que eu faço sem veneno é só meu, não vou dividir com a loja e sem contar o seguro de vida, aí é essa a diferença. Nós vem sofrendo muito com a questão de venda, o pessoal que passa comprando quer botar muito o pé no pescoço da gente, quer comprar barato demais.** Uma caixa de pimentinha eu ouvi falar que na CEASA tá custando 80 reais. Em Apodí tá custando 60, na feira. Aí eles querem pagar de 15 a 20 reais na roça. Aí só para levar eles querem ganhar um absurdo em cima da gente que tá pelejando. E muitas vezes a gente não tem outra alternativa e se obriga a vender, para não perder tudo (CAMPONÊS VANILSON FELIPE DA SILVA, DO ACAMPAMENTO ZÉ MARIA DO TOMÉ, 2017).

A fala do camponês Vanilson, do Acampamento Zé Maria do Tomé, evidencia um dos problemas centrais que envolve os camponeses na atualidade, a sujeição da renda da terra ao capital, problemática tratada nesta tese. Esse camponês demonstra que ocorre um processo de (in)sujeição camponesa, já que ocorre ao mesmo tempo, um processo de sujeição e insujeição, de forma conjunta e/ou separada. Em outras palavras, o que vem ocorrendo é um processo de (in)sujeição do território camponês ao capital. Porque desse processo decorre diversos outros que atingem a vida camponesa de modo geral, não apenas a questão da renda em si. O capital, como previa Marx, atinge as diferentes dimensões que envolvem as relações sociais de produção. Contraditoriamente, a reação também acontece, daí a insujeição constituir-se o par dialético desse processo.

A fala do camponês apresenta elementos importantes para uma análise dessa questão, quando descreve os motivos que o faz plantar sem o uso de veneno e suas implicações: “primeiro, a gente tem mais uma segurança de vida, né. Segundo, quem trabalha com veneno e com adubo ele trabalha de meia com a loja, e o que eu faço sem veneno é só meu, não vou dividir com a loja e sem contar o seguro de vida, aí é essa a diferença”. Em seguida, mostra como a sujeição da renda da terra ao capital acontece por meio de atravessadores: “uma caixa de pimentinha eu ouvi falar que na CEASA tá custando 80 reais. Em Apodi tá custando 60, na feira. Aí eles querem pagar de 15 a 20 reais na roça. Aí só para levar eles querem ganhar um absurdo em cima da gente que tá pelejando. E muitas vezes a gente não tem outra alternativa e se obriga a vender, para não perder tudo”.

Apesar da resistência, em alguns momentos se obriga a vender a produção aos atravessadores, que desvalorizam sua produção, comprando por preço bastante inferior ao vendido pelo atravessador. Nesse caso, o processo de sujeição, ainda acontecerá, mesmo que não utilize agrotóxicos. Se ocorrer o uso de agrotóxicos, além de perder 50% da renda, que terá de transferir para as lojas de veneno, ainda verá a diminuição da renda pela desvalorização do produto, pelo atravessador.

Ao produzir sem agrotóxicos, o camponês evidencia sua “insujeição” ao não comprar venenos, questão que apresenta outros desdobramentos: a segurança de sua vida, já que ficará livre de contaminação; a produção de alimentos saudáveis, evitando adoecimento de outros consumidores, além da sua família; além da garantia de maior renda, quando o camponês vende sua produção diretamente ao consumidor, por meio de participação em feiras, via cooperativas, CEASA, dentre outros. Vale ressaltar que nesses dois últimos casos também acontece a drenagem da renda da terra camponesa, a exemplo do que aconteceu no Perímetro

Irrigado de Morada Nova. Essa questão remete à discussão de Oliveira (1981, p.23-24), ao mostrar como a sujeição da renda da terra tem sido assegurada pelo próprio Estado.

Essa transferência de renda, ou esta sujeição da renda da terra ao capital, tem sido uma das pedras de toque do atual sistema, porque muito se acusa os intermediários, os atravessadores, mas cada vez mais o Estado cria espaço para a sua reprodução. É só vermos o que aconteceu com os CEASAS, ou como vem sendo chamado nas cidades menores o Mercado de Produtor. Aí o capital comercial se instala confortavelmente subsidiado pelo Estado que lhe constrói toda infraestrutura necessária. A essência do processo é que, enquanto crítica, o Estado dá a esse segmento todas as vantagens, como que se os trouxesse sob o seu manto protetor, pois especular no espaço criado pelo Estado não se trata de especulação, mas sim de comercialização. Sutileza à parte. Uma coisa é certa: nunca o Estado protegeu e deu tanta guarida a esse segmento social. Certamente é o tributo pago ao apoio que este setor dá ao regime vigente. É mais uma fatia do modelo a seus donos.

A fala do camponês mostra que além de não produzir sem veneno é necessário ter autonomia em relação à venda de seu produto, como a única alternativa para não entregar sua renda ao capital industrial/comercial de agrotóxicos. Se faz necessário, nesse processo, um mercado justo, onde nem o camponês, nem o consumidor tenha de pagar os custos da acumulação. Algumas experiências nesse sentido foram desenvolvidas no Acampamento Zé Maria do Tomé, através de parceria com a Universidade (UECE/FAFIDAM), através de “feiras de transição agroecológica” que funcionava em frente da referida Universidade, porém, não teve continuidade. Além dessa alternativa, alguns camponeses, do Acampamento Zé Maria do Tomé, vendem sua produção em espaço em frente ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte, organizado pelo referido sindicato.

O camponês Manoel do Assentamento Zé Maria do Tomé, também esclarece sobre as experiências dos camponeses, fala da redução do uso de agrotóxicos e mostra a diferença entre a produção no Acampamento e nas empresas agrícolas da Chapada. No caso do agronegócio a aplicação de veneno ocorre “preventivamente”, independe de ter “pragas” ou não, questão bastante preocupante. Já na agricultura camponesa, utilizam uma ou duas vezes durante o período da safra, quando é necessário. Como as empresas plantam em áreas amplas, têm capital para comprar o veneno por preços mais baixos, além dos incentivos que recebe, não terá implicação em relação à sua renda.

Digamos, assim, nós que queremos outra forma de vida no campo, estamos tentando produzir sem veneno. Sabemos do mal que esse veneno causa. Digamos assim, nós aqui do Acampamento, quando a gente precisa, às vezes dá a lagarta que a gente não consegue controlar, aplicamos o agrotóxico no feijão uma ou no máximo duas vezes, durante o tempo da colheita. Aqui perto, no agronegócio, aplicam veneno de oito em oito dia, na área do feijão, durante esse mesmo período. Eles nem espera ter alguma

praga, já aplicam antes, pra não ter o risco de perder o lucro (MANOEL, CAMPONÊS DO ACAMPAMENTO ZÉ MARIA DO TOMÉ, 2016).

Nesse sentido, o Acampamento Zé Maria do Tomé nasceu a partir dos conflitos que eclodiram na Chapada do Apodi (Ceará) nos últimos anos, em torno da terra, da água e dos agrotóxicos. A materialização se deu com a ocupação, em maio de 2014, da segunda etapa do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, área que o DNOCS deveria ter destinado 1.000 hectares aos pequenos agricultores, conforme TAC mencionada anteriormente. A impossibilidade de ter acesso a água, associada ao problema da terra, levou os camponeses das comunidades a se organizarem e construírem o Acampamento Zé Maria Tomé que, atualmente, luta também contra uma reintegração de posse. Os camponeses foram surpreendidos com a decisão da Justiça de Limoeiro do Norte, determinando que as famílias deixem a área ocupada, questão que vem sendo rebatida pela Defensoria Pública da União (DPU) e demais apoiadores do Acampamento.

6.3.1 Acampamento Zé Maria do Tomé: resistência e insujeição camponesa

O Acampamento Zé Maria do Tomé foi formado a partir do dia 5 de maio de 2014, com a presença de 1.074 famílias da Chapada do Apodi, demonstrando que a cada liderança assassinada, erguem-se 1000 lutadores(as), como é o caso de Zé Maria do Tomé, na Chapada do Apodi. A ocupação foi organizada pelo MST, com o apoio de entidades sindicais, da igreja católica e universidades. Essas famílias pertencentes a 31 comunidades rurais do entorno do perímetro, reclamam da expropriação da terra, contaminação da água e dos trabalhadores por agrotóxicos (venenos), além da falta de condições de reprodução e de acesso à água.

O MST constitui-se um movimento que simboliza e materializa as lutas ligadas ao campo brasileiro, sobretudo, a questão da terra e da reforma agrária. Embora tenha sofrido descontinuidade das lutas nos últimos anos, continua sendo referência quanto às resistências no espaço agrário. Esse movimento que foi criado no Paraná, em 1984 e um ano depois se expandiu para todo o país, tem protagonizado diversas lutas importantes no Brasil (FERNANDES, 1996; 1999). Como mostrou Oliveira (2001, p. 194), “o MST, como movimento social rural mais organizado neste final de século, representa, no conjunto da história deste país, mais um passo na *Longa Marcha* dos camponeses brasileiros em sua luta cotidiana pela terra”. O autor acrescenta, mencionando o significado das lutas do campo e suas implicações no contexto social, como estratégia de defesa da justiça, dignidade e cidadania.

Não se está diante de um processo de luta para não deixar a terra, mas diante de um processo de luta para entrar na terra. Terra que tem sido mantida improdutiva e apropriada privadamente para servir de reserva de valor e/ou reserva patrimonial às classes dominantes. Trata-se, pois, de uma luta de expropriados que, na maioria das vezes, experimentaram a proletarianização urbana ou rural, mas resolveram construir o futuro baseado na negação do presente. Não se trata, portanto, de uma luta que apenas revela uma nova opção de vida para esta parcela pobre da sociedade brasileira, mas, muito mais, revela uma estratégia de luta acreditando ser possível, hoje, a construção de uma nova sociedade. Uma nova sociedade dotada de justiça, dignidade e cidadania (OLIVEIRA, 2001, p. 194-195).

Como base nessa defesa, dentre outras, enxergamos o papel do Acampamento Zé Maria do Tomé, enquanto expressão das lutas por direitos no Baixo Jaguaribe e em defesa da vida. Para a construção do Acampamento, a primeira ação concreta envolveu a ocupação das terras da segunda etapa do PIJA que deveriam ter sido destinadas aos camponeses desde de 2010, pelo DNOCS. Os camponeses defenderam que a resistência na terra seria a referência para que os mesmos tivessem o direito à terra, já que compreendia a fragilidade do processo licitatório previsto no TAC de 2010, de modo que não, necessariamente, atenderia aos camponeses que mais necessitam.

Na ocupação, o primeiro ato foi afixar a bandeira, como símbolo da territorialização do campesinato que ali se concretizaria. Junto à bandeira, a denúncia da invasão das terras públicas na Chapada do Apodi já mencionado, com base em dados do DNOCS (2009), além da defesa do território: *“tirem as mãos, a Chapada é nosso chão!”* (Figura 26). Em seguida, a “longa marcha” que se estendeu acompanhando o canal de irrigação, formada por camponeses de todo Ceará, que se unia aos da Chapada do Apodi (Figura 27). As estratégias de resistência e reprodução foram se efetivando: a construção das barracas de lona e, posteriormente, de taipa; o abastecimento de água para o consumo das famílias; os alimentos doados por entidades de apoio e população do Vale e de outras regiões do Ceará, dentre outros. Parte desses elementos foram reivindicados também às prefeituras locais. (Figuras 28, 29 e 30).

A partir daquele momento foram sendo cobradas as audiências com o DNOCS que, por sua vez, em menos de uma semana já havia dado aval à Federação das Associações do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodí (FAPIJA) solicitar da Justiça a reintegração de posse da área ocupada. A FAPIJA é responsável pelo gerenciamento e manutenção etc do PIJA que, segundo os camponeses, representa os interesses do agronegócio, visto que, mesmo de diante

das irregularidades há alguns anos, não houve pedido de reintegração de posse pela entidade, tampouco pelo DNOCS, embora o caso encontre-se na Justiça.

Figuras 26 – A ocupação do Acampamento Zé Maria do Tomé

Fonte: Bernadete Freitas, 2014.

Figuras 27 – A “longa marcha” formada ao lado do canal de irrigação

Fonte: Bernadete Freitas, 2014.

Figura 28 – Resistência do Acampamento Zé Maria do Tomé

Fonte: Bernadete Freitas, 2014.

Os acampados construíram um barramento da água do canal direcionada a uma das empresas considerada invasora do perímetro, como forma de denunciar a problemática e de reivindicar audiências para resolução do conflito. Somente após o barramento conseguiram as primeiras negociações com o DNOCS (Figura 30), sendo desfeito o barramento logo em seguida. A cada pequena conquista, uma nova assembleia, sob a singularidade das místicas que integram o processo de resistência dos camponeses.

Figura 29 – Os primeiros diálogos de negociação com o DNOCS

Fonte: Bernadete Freitas, 2014

A fala do Padre Júnior Aquino⁴², é bastante esclarecedora no momento inicial da ocupação do Acampamento Zé Maria do Tomé. Menciona a questão da irregularidade das terras da Chapada, comprovada pelo DNOCS (2009) e mostra o tratamento diferenciado da Justiça em relação às empresas, afirmando que “a justiça dos homens na verdade é uma injustiça porque está tirando dos pequenos a terra e a fonte de sobrevivência e está entregando aos grandes”. Defende a legitimidade da luta e confirma o apoio da Diocese, pois compreende tratar-se de uma razão evangélica a defesa dos direitos desses camponeses à vida.

É inadmissível que, aqui, uma terra com água boa, de qualidade, seja entregue, simplesmente, às empresas e que os pequenos agricultores sejam expulsos. **Hoje o DNOCS, através da FAPIJA, entrou com uma ação de reintegração de posse, a gente acha muito estranho que, por exemplo, o DNOCS em 2009 fez um relatório da situação fundiária e descobriu que grande parte do perímetro estava invadido pelas grandes empresas como Del Monte, Fruta Cor, nunca houve nenhuma reintegração de posse das áreas invadidas pelas empresas.** Nunca veio polícia para expulsar nenhum empresário, inclusive entre as empresas que está na lista do DNOCS como invasora, está a Fruta Cor, que é do irmão do Ministro da Integração Nacional, nunca veio polícia, nunca veio reintegração de posse. Por que para os agricultores, para os trabalhadores que lutam por um pedaço de terra, se responde com polícia? Quero, inclusive, dizer que a Diocese está nessa luta apoiando, embora tenha gente na mídia desqualificando a Igreja, nós estamos aqui por uma razão evangélica. Essa terra que Deus criou foi dada para todas as pessoas viverem, trabalharem e terem condições de vida decente; é injusto e é pecado tirar dos trabalhadores, dos agricultores o chão onde eles vivem, onde eles produzem e é por isso que a luta da reforma agrária, a luta pra devolver a terra aos pequenos, é mais que uma ação de justiça, é uma ação sagrada, é uma exigência e é por isso que a Igreja está aqui e apoia, e vai continuar apoiando a luta junto com o MST, junto com várias organizações porque essa terra da Chapada com toda riqueza que tem de água, de possibilidades de produzir é um dom de Deus dado pro povo da Chapada e a luta é para que a terra da chapada fique com o povo da chapada. **A justiça dos homens na verdade é uma injustiça porque está tirando dos pequenos a terra e a fonte de sobrevivência e está entregando aos grandes. Nós estamos em um processo de negociação com o DNOCS.** Nós queremos que tenha terra para os agricultores aqui da Chapada produzirem, estamos condicionando, inclusive, a continuação das negociações com o DNOCS a retirada da Liminar [reintegração de posse]. Está sendo prevista para amanhã uma reunião em Fortaleza. Estou muito feliz em ver as famílias da Chapada se mobilizando, vir pro acampamento. Cada dia tá chegando mais gente aqui. **O acampamento está fortalecido, os agricultores estão unidos e convencidos que essa terra vai voltar a ser do povo da chapada, mesmo que os empresários não queiram, mesmo que o Ministro da Integração não queira, mesmo que a presidenta Dilma não queira, nós estamos decididos que vamos tomar de conta dessa terra e vão poder viver, produzir, criar seus filhos, poder viver felizes e com a benção de Deus.**

Com a continuidade da resistência, o Acampamento ganhou nome, Zé Maria do Tomé e os(as) camponeses(as) conquistaram 1.700 hectares, em tensas negociações com o Estado, por meio de representantes de órgãos ligados às políticas públicas de irrigação, a

⁴² Integra a Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, entidade vinculada à igreja Católica que atua à luz do evangélico e de princípios da *Teologia da Libertação* (LOWY, 2000). A Cáritas tem realizado um trabalho fundamental em defesa dos direitos dos povos oprimidos do Vale do Jaguaribe, do campo e da cidade.

exemplo do Ministério da Integração Nacional, bem como com representantes da Presidência da República e do governo do Estado do Ceará. Contou também com a participação do Ministério Público Federal de Limoeiro do Norte, que acompanha a problemática fundiária do projeto. Os camponeses da Chapada e MST – Ceará tiveram o apoio do Movimento 21, da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, de professores das universidades do Ceará (Estadual e Federal), representante da Central Sindical e Popular (CONLUTAS), que participam e organizam os processos de luta, mística e resistência.

Como acompanhamento das atividades e das lutas do Acampamento, foi realizado, em maio de 2014, a aplicação de um questionário com todos os acampados (que contribui com o cadastro para solicitação de cestas alimentares ao INCRA), em conjunto com outros professores e estudantes das Universidades (UECE/UFC). Com base nesse questionário (Anexo 1), envolvendo questões sobre o acesso a terra, moradia e permanência no acampamento, verificou que o Acampamento Zé Maria do Tomé foi formado com 1.074 famílias, pertencentes a 31 comunidades internas e do entorno do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (Chapada do Apodi), sendo que 17 famílias não indicaram o nome da comunidade (Tabela 9).

Apesar de a crise da água ter provocado o fechamento de algumas empresas do agronegócio, as terras permanecem sob seu domínio, o que permite continuarem obtendo renda fundiária, pago pelo conjunto da sociedade mesmo sem sua utilização (MARTINS, 1986), a partir de um mercado de terras que se constitui com a implantação dos perímetros públicos irrigados. Além disso, a inserção das empresas nas áreas de perímetros irrigados configura o principal condicionante da sujeição da renda da terra camponesa ao capital, no momento de funcionamento de suas áreas, sobretudo, pelo uso de agrotóxicos.

Após análise dos dados do questionário, constatou-se que a maioria dos acampados fazia parte da categoria SEM TERRA, correspondendo a 965 acampados(as), ou seja, 89,9% do total. Em relação a categoria SEM MORADIA correspondia a 455 acampados(as), isto é, 42,4% do total. Já em relação à categoria PERMANENTE no acampamento, foram identificados 743 acampados(as), o que indicou 69,2% referente ao número total.

Tabela 10 – Relação de acampados(as) sem acesso à terra/moradia e com permanência no Acampamento Zé Maria do Tomé.

Nº	COMUNIDADE	Nº ACAMPADO S	SEM MORADIA (Nº)	(%)	SEM TERRA (Nº)	(%)	Nº PERMA- NENTE	(%)
1	Barreiras	3	1	33,3	3	100,0	3	100,0
2	Cabeça da Ladeira	1	1	100,0	1	100,0	1	100,0
3	Cabeça de Santa Cruz	2	1	50,0	2	100,0	1	50,0
4	Cabeça Preta	242	100	41,3	196	81,0	131	54,1
5	Carbomil	2	1	50,0	2	100,0	0	0,0
6	Carnaúbas	39	16	41,0	32	82,1	18	46,2
7	Carrasco Grande	9	8	88,9	8	88,9	9	100,0
8	Cercado do Meio	2	0	0,0	2	100,0	2	100,0
9	Consulta	2	2	100,0	2	100,0	2	100,0
10	Ipu	8	2	25,0	7	87,5	0	0,0
11	Itaitinga	1	0	0,0	1	100,0	1	100,0
12	Km 60	35	12	34,3	35	100,0	4	11,4
13	Km 69	1	1	100,0	1	100,0	1	100,0
14	Lagoa da Casca	37	16	43,2	32	86,5	36	97,3
15	Lagoinha	213	91	42,7	196	92,0	155	72,8
16	Macacos	20	8	40,0	19	95,0	20	100,0
17	Maracaja	42	17	40,5	36	85,7	12	28,6
18	Maria Preta	4	2	50,0	3	75,0	1	25,0
19	Pivô	9	6	66,7	9	100,0	9	100,0
20	Queimadas	17	4	23,5	14	82,4	16	94,1
21	Quixeré	1	1	100,0	0	0,0	1	100,0
22	Rua do Meio	22	5	22,7	18	81,8	19	86,4
23	Santa Maria	79	42	53,2	77	97,5	78	98,7
24	Sítio Cajueiro	1	0	0,0	1	100,0	1	100,0
25	Sítio Ilha (Quixeré)	1	1	100,0	1	100,0	1	100,0
26	Sítio Pocinhos	3	0	0,0	3	100,0	0	0,0
27	Sítio Rasteira	2	1	50,0	2	100,0	2	100,0
28	Sítio Santo Antônio	2	1	50,0	2	100,0	0	0,0
29	Sucupira	10	7	70,0	10	100,0	8	80,0
30	Tomé	215	88	40,9	207	96,3	165	76,7
31	Vila Nova	32	11	34,4	27	84,4	31	96,9
32	Sem Nome de Comunidade	17	9	52,9	16	94,1	15	88,2
Total		1074	455	42,4	965	89,9	743	69,2

Fonte: organizado por Bernadete Freitas (2017), com base em questionário aplicado pela autora em conjunto com professores e estudantes da UECE e UFC.

Em relação à categoria SEM TERRA é importante mencionar que parte dos que declararam ter terra não informaram o tamanho da área. As áreas que foram informadas variam entre 1 a 20 hectares, a exemplo dos acampados(as) da Comunidade km 69 (1 ha); Lagoa da Casca (1 a 3 ha); Lagoinha (1 a 8 ha); Macacos (1 área com 20 ha); Queimadas (1 a 7 ha); Carnaúbas (áreas com 2, 4, 5, 6, 9 e 20 ha). Todos(as) os(as) acampados que possuem terra e declararam o tamanho da área se enquadram na categoria “pequeno proprietário”, visto que um Módulo Fiscal, tanto em Limoeiro do Norte como em Quixeré corresponde a 55 hectares, de acordo com o parâmetro do INCRA. Além disso, muitos que declaram ter acesso à terra, por sua vez, não têm acesso a água para produção, o que justificou a permanência no Acampamento

A categoria PERMANENTE mostrava-se bastante diversificada no cadastro. Em alguns casos constam observações como “não dormem no acampamento de forma frequente” e outros afirmavam que “fazem revezamento com pessoas da família”, permanecendo apenas alguns períodos, por motivo de trabalho, inclusive nas empresas do agronegócio como Banesa, Agrícola Famosa, Del Monte etc. Em outros casos, revezam por necessitarem de tempo para cuidar da saúde de familiares. Outros aguardavam concluir a barraca para ficar de forma permanente. Um número menor frequentava apenas nos finais de semana. Em geral correspondiam a trabalhadores assalariados. Alguns deles, embora trabalhassem nas empresas não deixaram de ser camponeses, pois em tempo livre cuidam de sua roça, reafirmando como camponeses. Outros dizem que foram “forçados” a trabalhar nas empresas por falta de assistência do Estado à agricultura camponesa.

Foi realizada uma atualização do cadastro, com a aplicação de questionários e entrevistas, em agosto de 2014, com 372 famílias permanentes, a partir de trabalho realizado em conjunto com o programa de extensão da FAFIDAM/UECE. Com base na análise dos dados, o Acampamento Zé Maria do Tomé encontrava-se organizado, na época, por três setores de comunidades (Tomé, Lagoinha e Cabeça Preta), correspondendo a 14 núcleos de base. Desse total a maior parte fazia parte da categoria SEM TERRA, correspondendo a 327 famílias acampadas, ou seja, 87,9% do total. Em relação a categoria SEM MORADIA esta correspondia a 143 famílias acampadas, isto é, 38,4% do total. Já em relação à categoria que PRETENDE MORAR NO ACAMPAMENTO, correspondendo a 320 famílias acampadas, o que indicava 86% referente ao número total (Tabela 10).

Em relação à renda familiar, 151 famílias possuem RENDA INFERIOR A 1(UM) SALÁRIO MÍNIMO, correspondendo a 40,6% e o total de 175 famílias possui RENDA DE 1 (UM) SALÁRIO MÍNIMO, ou seja, 47% do total. Se somadas, correspondem a 326 famílias,

isto é, 87,6% do total de famílias. Parte dessas famílias sobrevive por meio de trabalho em empresas, realizando serviços informais ou através de políticas do Estado, a exemplo da bolsa família.

No que se refere ao TIPO DE CULTURA QUE PRETENDE PRODUZIR, 276 famílias indicam como preferência as culturas tradicionais (feijão, milho etc) em conjunto com fruticultura (banana etc), correspondendo a 74,2% do total. Já 64 famílias têm preferência em produzir somente a fruticultura, mais especificamente a banana, o que equivale a 17,2%. Uma minoria indica, em conjunto com a fruticultura, o interesse em produzir hortaliças e em menor número menciona a criação como sua preferência. Ao serem questionados sobre o INTERESSE EM PRODUZIR SEM O USO DE AGROTÓXICOS, 313 famílias demonstram ter o interesse em produzir sem agrotóxicos, correspondendo a 84,14% do total.

Em relação ao interesse em produzir sem agrotóxicos, acredita-se que esse o número significativo deve ser compreendido de forma relativa, visto que alguns podem ter informado o interesse por considerar que assim teriam mais chances de conquistar a terra. Em outros casos percebe-se claramente o interesse em função do medo de obter doenças como câncer etc. Ainda tem um grupo que passaram a acreditar na agroecologia, em função dos debates e das experiências que conheceram nos intercâmbios. E, ainda, tem um grupo menor, que mesmo presenciando o agronegócio na Chapada, escolheu permanecer produzindo semelhante aos seus pais, sem agrotóxicos, por considerar um veneno perigoso.

Em termos gerais, percebe-se a demanda por uma parcela dos acampados, tanto de moradia como do acesso à terra e de produção diversificada sem o uso de agrotóxicos, o que reafirma os **princípios construídos**, indicando a necessidade de um conjunto de políticas públicas sociais e produtivas, necessárias à reprodução das famílias camponesas da Chapada do Apodi. Os sete princípios tentando atender a essas demandas foram os seguintes:

Tabela 10 – Acampamento Zé Maria do Tomé, segundo a comunidade, número de famílias, moradia, acesso terra, renda familiar; culturas e uso de veneno (2014).

Nº	SETOR/ COMUNI- DADE	Nº DE FAMÍLIAS ACAMPA- DAS	SEM MORA- DIA (Nº)	(%)	SEM TERRA (Nº)	(%)	PRETENDE MORAR NO ACAMPA- MENTO	(%)	RENDA INFERIOR A 1 (UM) SALÁRIO MÍNIMO	(%)	RENDA DE 1 (UM) SALÁRIO MÍNIMO	(%)	Nº FAMÍLIAS PRETENDEM PRODUZIR				TEM INTE- RESSE EM PRO-DUZIR SEM AGRO- TÓXICOS	(%)
													CULTURAS TRADI- CIONAIS E FRUTI- CULTURA	(%)	SOMENTE FRUTI- CULTURA (TIPO BANANA)	(%)		
I	Setor Tomé	118	38	32,2	107	90,7	108	91,5	47	39,8	55	46,6	95	80,5	14	11,9	103	87,29
1	Tomé 1	22	9	40,9	19	86,4	20	90,9	7	31,8	13	59,1	20	90,9	1	4,55	18	81,82
2	Tomé 2	19	9	47,4	18	94,7	18	94,7	8	42,1	8	42,1	16	84,2	1	5,26	18	94,74
3	Tomé 3	22	6	27,3	21	95,5	22	100,0	6	27,3	14	63,6	16	72,7	3	13,6	18	81,82
4	Carnaúbas	19	6	31,6	17	89,5	17	89,5	10	52,6	6	31,6	15	78,9	3	15,8	17	89,47
5	Maracajá	32	6	18,8	29	90,6	27	84,4	14	43,8	12	37,5	25	78,1	5	15,6	28	87,5
6	Lagoa da Casca	4	2	50,0	3	75,0	4	100,0	2	50	2	50	3	75	1	25	4	100
II	Setor Lagoinha	101	33	32,7	75	74,3	88	87,1	38	37,6	52	51,5	79	78,2	17	16,8	97	96,04
1	Lagoinha 1	28	8	28,6	18	64,3	23	82,1	13	46,4	9	32,1	19	67,9	5	17,9	26	92,86
2	Lagoinha 2	17	2	11,8	11	64,7	17	100,0	6	35,3	10	58,8	17	100	0	0	17	100
3	Lagoinha 3	38	14	36,8	28	73,7	31	81,6	8	21,1	27	71,1	27	71,1	10	26,3	36	94,74
4	Lagoinha 4	18	9	50,0	18	100,0	17	94,4	11	61,1	6	33,3	16	88,9	2	11,1	18	100
III	Setor Cabeça Preta	153	72	47,1	145	94,8	124	81,0	66	43,1	68	44,4	102	66,7	33	21,6	113	73,86
1	Cabeça Preta 1	49	17	34,7	47	95,9	43	87,8	16	32,7	25	51	25	51	17	34,7	38	77,55
2	Cabeça Preta 2	43	18	41,9	40	93,0	41	95,3	17	39,5	19	44,2	33	76,7	7	16,3	24	55,81
3	Pivô	23	21	91,3	23	100,0	22	95,7	15	65,2	8	34,8	12	52,2	5	21,7	18	78,26
4	Santa Fé	38	16	42,1	35	92,1	18	47,4	18	47,4	16	42,1	32	84,2	4	10,5	33	86,84
Total Geral		372	143	38,4	327	87,9	320	86,0	151	40,6	175	47	276	74,2	64	17,2	313	84,14

Fonte: organizado por Bernadete Freitas (2017), com base em questionário aplicado pela autora em conjunto com professores e estudantes do Programa de Extensão dos cursos de Geografia, História e Pedagogia e do PET de História da FAFIDAM/UECE.

- 1) 2ª Etapa destinada para agricultura familiar camponesa /agroecológica;
- 2) Independência da Federação das Associações do Perímetro Irrigado Jaguaribe Apodi (FAPIJA) e do conjunto de normas previstas na Lei de Irrigação – a exemplo da licitação;
- 3) A terra deve pertencer a uma entidade coletiva (Tipo cooperativa e associações);
- 4) Organização da área pode ser: 1. Terra (lote) e moradia; 2. Terra (lote);
- 5) A terra deve ser entregue com toda infraestrutura necessária à produção (sistema de irrigação, casa de bomba, galpão de uso coletivo – maquinaria e implementos agrícolas);
- 6) Política de assistência técnica e custeio de forma coletiva;
- 7) Permanência das comunidades no Projeto.

Em relação ao **princípio 1** era justificado pelos acampados por conta da apropriação da primeira etapa pelo agronegócio, quando na verdade, correspondia a área destinada, inicialmente no projeto, para “pequenos agricultores”. Como parte dos acampados foram expropriados ou pertenciam a famílias expulsas pelo agronegócio, se sentiam no direito de reivindicar as terras da segunda etapa (DNOCS, 2009; FREITAS, 2010).

Já o **princípio 2** evidencia uma preocupação e, ao mesmo tempo, uma indignação dos acampados com a Federação que, segundo os camponeses, representa exclusivamente os interesses do agronegócio, questão confirmada com o pedido de reintegração de posse da área ocupada, diferentemente do tratamento dado as empresas invasoras, comprovado pelo próprio DNOCS. Além disso, a independência das regras da Lei de irrigação resguardava os acampados, principalmente, de não participar do processo licitatório, pois facilmente as empresas poderiam usar nomes de outras pessoas (denominados pelos acampados de “laranjas”) e conseguirem os lotes, por meio de melhores ofertas.

O **princípio 3** demonstrava o interesse de fazer um trabalho coletivo e assegurava que os acampados não quisessem vender seus lotes individuais, desconsiderando os objetivos do acampamento, que tinha uma premissa de produzir alimentos saudáveis e defender a vida em primeiro lugar, ao invés de tornar a terra uma mera mercadoria. Essa questão foi acordada entre os acampados, após debate e autoavaliação referente a outras experiências de assentamentos etc.

O **princípio 4** tratava da organização do território. Considerando que seria uma experiência nova, diferente dos assentamentos e dos perímetros irrigados existentes, pensou-se em dois formatos: terra de produção e terra de moradia; terra de produção. Essa questão foi discutida

em função de alguns acampados já terem moradia em comunidades no entorno do perímetro, sendo que alguns também tinham posse de terra, porém não tinham água, o que justificava sua permanência no acampamento, já que seus poços secaram em virtude do consumo excessivo de água subterrânea, em áreas circunvizinhas aos perímetros irrigados. Um exemplo era comunidade de Lagoinha, em que apenas a multinacional DelMonte utilizou água de 44 poços subterrâneos para produção de melão, sem qualquer gerenciamento dessa água por parte dos órgãos competentes, isso durante alguns anos.

O **princípio 5** objetivava assegurar a construção das infraestruturas pelo DNOCS/MI, após o repasse da terra, esta deveria ocorrer por meio de seleção realizada com base nos parâmetros do INCRA. Esse elemento mostrava preocupação dos acampados no sentido de assegurar o compromisso formal do DNOCS em efetivar tais infraestruturas, visto que algumas experiências de Perímetros Irrigados no Nordeste, através de “parceria” entre o DNOCS e INCRA já demonstravam bastante dificuldade de o DNOCS em cumprir tais compromissos, assim como as dificuldades do próprio INCRA na continuidade de políticas públicas, denotando um problema para o andamento do projeto.

O **princípio 6** trata da reivindicação dos acampados em relação às diversas políticas públicas que garantem condições de reprodução social e vida digna. As experiências dos camponeses e dos assentamentos rurais mostram, em geral, que o Estado destina a terra e não garante, na maioria das vezes, condições para que essas famílias permaneçam assentadas, levando a um processo de expulsão camponesa, conforme discute também, Cosme (2015), ao estudar a expulsão de camponeses assentados, mais especificamente, nos assentamentos Diamantina e Olga Benário, nos municípios de Tabuleiro do Norte e Russas, respectivamente, na região do Baixo Jaguaribe.

Por fim, o **princípio 7** refere-se a permanência das comunidades em áreas internas e circunvizinhas ao perímetro irrigado. A luta de algumas comunidades para permanecerem no projeto ocorre há alguns anos. No momento da desapropriação, algumas delas continuaram na área interna ao perímetro, seja por não terem sido desapropriadas ou mesmo por não ter sido implantada a segunda etapa. Agora, com o avanço do projeto, as mesmas tornaram-se ameaçadas. Alguns acampados, inclusive, são oriundos dessas comunidades, a exemplo das comunidades Cabeça Preta, Ipú, Maracajá etc.

Os acampados queriam assegurar, com isso, que apesar da operação da segunda etapa, essas comunidades não fossem atingidas, questão corriqueira na primeira etapa, já que as empresas não respeitam os limites do perímetro, avançando até os quintais das residências, gerando muitos

problemas, sobretudo, por conta dos agrotóxicos. O DNOCS, por sua vez, não tem tomado qualquer providência em relação a essas questões, nem tampouco outros órgãos responsáveis por tais fiscalizações.

Em relação ao papel do Estado, para que os princípios construídos pelos camponeses se efetivassem, ocorreu um longo processo de lutas, audiências, reuniões, visitas, embates e diálogos junto aos órgãos como o Ministério da Integração Nacional (MI); Secretaria Nacional de Irrigação (SENIR); Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS); Secretaria da Presidência da República; Secretaria do Desenvolvimento Agrário; e, com representantes do governo do Estado Ceará.

Uma reunião foi realizada em Brasília, no dia 10 de junho de 2014, entre os representantes desses órgãos e dos Movimentos Sociais, Comunidades Camponesas e entidades de apoio. Como encaminhamento ficou acertado um encontro nos dias 24 e 25 de junho de 2014, entre os representantes dos referidos órgãos e dos movimentos, em Limoeiro do Norte-CE, com objetivo de visitar o Acampamento e assistirem à apresentação de pesquisas sobre os problemas da Chapada (Dossiê Perímetros Irrigados) e acerca da definição do acesso a terra pelos camponeses, momento em que algumas pontes foram sendo construídas (Figura 30 e 31).

Figura 30 – Visita de representantes de órgãos do Estado ao Acampamento Zé Maria do Tomé (2014)

Fonte: Bernadete Freitas, 2014.

Figura 31 – Visita de representantes dos órgãos do Estado, movimentos e universidades – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, DNOCS, FAFIDAM, CÁRITAS, MST (2014)

Fonte: Socorro Maria, 2014.

Durantes as negociações, inicialmente a proposta do Estado foi repassar 1.000 hectares da segunda etapa do projeto Jaguaribe-Apodi, com possibilidade de flexibilizar o processo de seleção das famílias. Não houve acordo. Essa área já estava prevista para ser destinada a “pequenos agricultores” da Chapada, embora por meio de licitação pública, através do TAC, já mencionado, celebrado entre o DNOCS e Associação AIJA e pactuado junto ao Ministério Público Federal desde 2010. A reivindicação atual realizada pelos Movimentos referia-se a segunda etapa do perímetro, correspondendo a 2.500 hectares, bem como o enfrentamento ao modelo de produção, indo além da reivindicação da AIJA.

Mesmo assim, o Acampamento Zé Maria do Tomé, que também incorpora alguns integrantes da antiga AIJA, organizou um momento festivo, como expressão mística da conquista parcial e em comemoração aos dois meses da ocupação, conforme paródia de um camponês, no dia 5 de julho de 2014, identificando alguns protagonistas da luta. A paródia mostra, ainda, a representação das monoculturas como parâmetros da *terra do negócio*, exemplificada pelo enriquecimento do agronegócio, ao passo que demonstra a disputa pelo perímetro irrigado e as lutas camponesas pela *terra do trabalho* para produção de alimentos. Fala do papel do MST na conquista da terra, em conjunto com a Universidade e Cáritas. Por fim, a defesa da “agroecologia para o Brasil melhorar”.

ACAMPAMENTO ZÉ MARIA DO TOMÉ: A “CONQUISTA” DA TERRA

*O que nós podemos ver de belo nessa Chapada
Tem a banana e a soja que enriqueceu a negrada
Tem o milho e o feijão
Também vamos por a mão nessas áreas irrigadas
Desse jeito assim vai, desse jeito assim dá
Temos agroecologia para o Brasil melhorar*

*Pois nós já tamos formando uma nova cooperativa
Já temos mil hectares pela terra garantida
Isso com muito prazer
Foi o MST que conseguiu em Brasília
Desse jeito assim vai, desse jeito assim dá
Temos agroecologia para o Brasil melhorar*

*Também quero apresentar toda essa militância
Que é do nosso Acampamento e é muita de confiança
Tem também coordenadores, companheiros de valores
Que nunca mediu distância
Desse jeito assim vai, desse jeito assim dá
Temos agroecologia para o Brasil melhorar*

*Também falo do Diego que é da Universidade
Nós podemos confiar é companheiro de verdade
Tem também a Bernadete, ela quem sempre promete
Tá nessa comunidade.
Desse jeito assim vai, desse jeito assim dá
Temos agroecologia para o Brasil melhorar*

*Também quero apresentar o companheiro Odhair
Tem também Toninho que sempre tá por aqui
Tem também a Damiana, é uma morena bacana
Que está sempre a sorrir
Desse jeito assim vai, desse jeito assim dá
Temos agroecologia para o Brasil melhorar*

*Vou terminar a paródia, vou dizer sempre cantando
Para essa companheirada que está me escutando
Me perdoe se foi ruim, me desculpe Padre Júnior
Se eu tiver lhe incomodando*

(SR. PAULO, CAMPONÊS DA CHAPADA DO APODI-CE)

Como continuidade das lutas, no dia 15 de julho de 2014 ocorreu a segunda reunião de negociação, em que o Ministério da Integração apresentou nova proposta, de 1.700 ha, divulgada na página eletrônica oficial do DNOCS no dia seguinte (apresentada na sequência) e a formação de um Grupo de Trabalho com os órgãos e movimentos envolvidos. Embora considerada como uma conquista significativa e os movimentos tenham aceitado a formação de um Grupo de Trabalho para pensar como será a gestão, forma de acesso e cronograma de execução etc,

reafirmaram a continuidade da luta pelo redirecionamento da segunda etapa do perímetro, conforme princípios construídos pelos acampados, já mencionados. Ressalta-se que a segunda etapa estava prevista para as empresas do agronegócio, que dominam atualmente a área experimental e a primeira etapa, ambas prevista para pequenos e médios agricultores, o que levou a expropriação de 81% desses agricultores familiares e camponeses do projeto (FREITAS, 2010).

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) recebeu, nesta terça-feira (15/07), um grupo de representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) para dar continuidade às negociações referentes ao Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodí, localizado em Limoeiro do Norte. O Diretor Geral do órgão, Walter Gomes de Sousa, reuniu-se com os membros da entidade social no auditório da Administração Central e ouviu propostas e pedidos para que o problema na região seja solucionado e as 1.080 famílias acampadas no local sejam assentadas. O Ministério da Integração (MI) participou do encontro, sendo representado pelo secretário Nacional de Irrigação, Guilherme Ferreira da Costa, pelo diretor do Departamento de Irrigação Pública do MI, Pedro Mousinho Gomes Carvalho e pelo diretor de Programa da Secretaria Executiva do MI, Amarildo Baesso. O procurador Geral do DNOCS, Francisco Arlem Queiroz, o representante da Secretaria Geral da Presidência, Nilton Tubino e o representante do Ministério Público Federal (MPF) em Limoeiro do Norte, Francisco Alexandre de Paiva Forte também fizeram parte da mesa de negociação. Durante mais de duas horas de conversas, diversos pontos foram analisados, sendo os principais deles voltados para os itens inseridos no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). O DNOCS propôs ao MPF que seja elaborado um Termo Aditivo ao TAC, tendo em vista que os compromissos assumidos na última reunião (realizada no dia 24 de junho em Limoeiro do Norte) necessitam de novos prazos exequíveis e metas a serem executadas. O encontro também serviu para definir as ações que devem ser tomadas para que o novo Termo seja elaborado. Ficou definido que um Grupo de Trabalho (GT) Multiparticipativo precisa ser formado para ratificar critérios de acesso, modelos de Gestão e cronograma de Implantação. O GT será composto por integrantes do DNOCS, do MI e de representantes dos movimentos sociais envolvidos no processo de assentamento. **O Termo Aditivo, que será elaborado em 40 dias a partir da formação do GT, também definirá a distribuição dos 1.700 hectares destinados aos assentamentos, mas que deverão respeitar a reserva legal estipulada por Lei.** Desta área, 700 hectares já estão na posse do DNOCS. Os líderes dos movimentos sociais presentes à reunião pediram ainda que, neste período, fosse realizado um estudo georeferencial das terras que serão destinadas às famílias acampadas e desapropriadas da região (DNOCS, 2014). Disponível em: <http://www.dnocs.gov.br/php/comunicacao/noticias.php?f_registro=3330&f_opcao=i_mprimir&p_view=short&f_header=1>. Acesso: 21 jul. 2014).

Em relação às atividades do Grupo de Trabalho, foi elaborada pelo movimento e entidades de apoio, em diálogo com os(as) acampados(as), uma Proposta Preliminar para o acampamento, além da delimitação da área, através da realização de um trabalho de campo (Figura 32), contando com a presença dos representantes das entidades de apoios e movimento social que compõem o GT (MST, FAFIDAM/UECE, Cáritas, INCRA/MDA e DNOCS/MI). Vale ressaltar a ausência de representantes do DNOCS como integrante do GT nessa tarefa. Houve a participação de dois técnicos no acompanhamento da atividade e de um funcionário da FAPIJA, que contribuíram para demarcação dos pontos em GPS, dados esses que geraram o mapa que define os limites dos 1.700 hectares (Mapa 12).

Mapa 12 – Acampamento Zé Maria do Tomé/Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (2017)

Fonte: elaboração de Nádia Freire e Bernadete Freitas (2014); participação do Grupo de Trabalho e Acampados da Chapada do Apodi-CE.

Figura 32– Trabalho de campo do GT para delimitar as terras do Acampamento Zé Maria do Tomé

Fonte: Acampado, 2014

Apesar da coleta dos pontos de GPS da área poligonal e registros fotográficos, percebeu-se a necessidade do trabalho de topografia que garantisse maior precisão no levantamento da área. Como encaminhamentos da reunião seguinte, realizada no DNOCS, com a presença dos integrantes do Grupo de Trabalho foram acordadas as seguintes questões:

- 1) O DNOCS deve providenciar o georreferenciamento da área dos 1.700 hectares dos(as) acampados(as). Após debate o INCRA ficou responsável por essa tarefa;
- 2) Sugestão de o DNOCS substituir a área da empresa Banesa que se encontra dentro do poligonal dos 1.700 hectares dos acampados, pela “área inapta” de preservação, considerando que a área da empresa encontra-se na justiça por ser considerada invasora pelo DNOCS(2009). A substituição da área deve se dar também em relação à área dos posseiros das comunidades de Consulta e Santa Maria, para garantir a permanência dos mesmos no projeto;

3) A liberação do acesso à terra que se encontra de posse do DNOCS e acesso à energia, para que os acampados possam desenvolver agricultura voltada, principalmente, para a soberania alimentar, a exemplo de hortaliças etc.

Em relação aos 1.700 hectares, foi efetuado o pagamento pelo DNOCS de cerca de 1.350 hectares, restando em torno de 350 hectares. Isso significa que parte da área ainda foi desapropriado pelo DNOCS, questão que reflete em problemas para os acampados, em relação aos

conflitos com o agronegócio. Além disso, parte da segunda etapa encontra-se com processos judiciais efetuados pelo DNOCS em relação à invasão das empresas no projeto, a exemplo da área de uma empresa multinacional. A questão pode ser verificada na sequência, na identificação da segunda etapa do perímetro (Mapa 13), subdividida em três áreas: área do TAC de 1.000 hectares (amarelo); 700 hectares da área seria destinada a licitação para empresas e foi redirecionada para os camponeses (verde); e, a área de conflito com empresa multinacional (rosa), de acordo com o Levantamento Agro-econômico Social (DNOCS, 2009).

Para efetivação dos acordos, em alguns momentos houve bastante conflito nas reuniões juntos aos órgãos, principalmente com o Procurador do DNOCS. Cumprindo o seu papel, o mesmo sugeriu que os acampados desocupassem a área, considerando que se tratava de uma ilegalidade. Os acampados, por sua vez, cobravam do referido Procurador o mesmo tratamento com as empresas que estavam há anos, em situação irregular no projeto, segundo o próprio DNOCS (2009).

Isso significa que os camponeses da Chapada não podem passar de uma condição de *sujeição da renda da terra ao capital* para uma sujeição consentida, o que significaria estarem atrelados aos parâmetros exigidos pelo DNOCS nas áreas de Perímetros como, por exemplo, submeter-se às regras da FAPIJA, que se constituem também como formas de submissão ao capital.

Como forma de tentar escapar dessa sujeição, os camponeses da Chapada construíram junto com as entidades de apoio uma **proposta preliminar** para a área ocupada da Chapada, que foi apresentada durante uma reunião do Grupo de Trabalho, com a presença das entidades, órgãos, movimentos e camponeses, de modo que garantisse a autonomia dos acampados em relação a determinadas questões que envolvem a organização do território camponês.

Nesse sentido, foi pensado alguns caminhos em relação à institucionalidade e gestão da área, indicando uma relação interinstitucional, como possibilidade de garantia das políticas públicas de cunho mais social advindas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, como por exemplo, a questão da seleção dos camponeses, da moradia etc. Do mesmo modo, obter políticas vinculadas às infraestruturas ligadas ao acesso à água e a irrigação etc, frente aos problemas hídricos da agricultura de sequeira. Nesse caso, a opção de poço ou de infraestrutura autônoma para os acampados seria a opção mais adequada, assim como projetos de energia alternativa, via placas solares, por exemplo.

Fonte: DNOCS (2012); organizado pela autora

A proposição compreendia o repasse da terra por parte do DNOCS/MI par o INCRA/MDA, essa última tornando-se entidade majoritária, no âmbito de uma gestão interministerial com a primeira. A proposta estabelece as responsabilidades de cada entidade em relação ao acesso a terra, ao crédito, à assistência técnica etc, evitando problemas no momento da efetivação das referidas políticas, por meio dos programas que as constituem. Além disso, contempla a organização do território e da produção; critérios para a seleção das famílias; comercialização; formação e capacitação; e, cronograma de execução.

Pensou-se, nesse momento, um nome preliminar para o projeto, denominado TERRITÓRIO CAMPONÊS IRRIGADO ZÉ MARIA DO TOMÉ, embora somente as lutas camponesas, no contexto processual, fosse capaz de tornar esse projeto efetivo, frente à aliança entre o capital e o Estado. Quanto à denominação, somente a prática social poderá dizer se simboliza, empodera ou de fato corresponderia à realidade dos(as) acampados(as). Assim, a referida proposta ficou organizada a partir de sete parâmetros, conforme segue:

1) Institucionalidade/gestão:

- a) Gestão compartilhada entre o DNOCS/MI e INCRA/MDA, com participação majoritária do INCRA em virtude da experiência com a agricultura camponesa de base familiar e com a reforma agrária e por ter maior facilidade de acesso a terra pelos(as) acampados(as) e em função da garantia de um conjunto de políticas públicas voltadas à agricultura familiar camponesa/agroecológica. Por sua vez, a participação do DNOCS/MI se torna fundamental pela experiência com a construção de infraestruturas de irrigação, dentre outras, necessárias às condições de reprodução das famílias.
- b) A coordenação do acampamento formará uma Comissão Gestora.
- c) As famílias criarão um instrumento jurídico como associação e/ou cooperativa para organização da produção, comercialização etc.

2) Das responsabilidades dos órgãos:

Responsabilidades do INCRA/MDA:

- a) O acesso a terra - recebimento da terra do DNOCS/MI e repasse para uma entidade coletiva do(as) acampados(as).
- b) Créditos – com ampliação dos valores, em virtude dos atuais serem insuficientes. Os créditos compreendem os investimentos em moradia (minha casa, minha vida);

fomento familiar; fomento mulher; crédito social e produtivo inicial; PRONAF; cesta básica etc.

- c) Assistência Técnica – deve ser ofertada, de forma continuada, por uma equipe interdisciplinar (formações no âmbito técnico-produtivo, social, cultural e ambiental), respeitando os princípios da agroecologia, podendo ser realizada em parceria com Universidades e Institutos Federais.

2.2 Responsabilidades do DNOCS/MI:

- a) O acesso a terra - a terra deve ser repassada com área contínua, inclusive a área de preservação ambiental, para o INCRA/MDA, devidamente georreferenciada e legalizada, para que os(as) acampados(as) possam acessar (imediatamente) o conjunto de políticas públicas que garanta à reprodução das famílias.
- b) Infraestruturas – a construção de sistemas de irrigação (gotejamento e microaspersão); casas de bomba; galpão de uso coletivo; de acesso à energia; de acesso à capacitação e formação etc, com 100% de subsídios em todas as taxas.
- c) Assistência Técnica – deve ser ofertada, de forma continuada, por uma equipe interdisciplinar (no âmbito da gestão, manutenção e capacitação), respeitando os princípios da agroecologia, podendo ser realizada em parceria com Universidades e Institutos Federais.

3 Organização do território e da produção:

- a) Com base nos princípios, o território da agricultura camponesa, em transição agroecológica, deve ser organizado, em dois formatos: 1. Área de moradia e produção; 2. Área de produção;
- b) Devem ser destinados 4 hectares para cada família, garantindo o consumo/soberania alimentar e a renda das famílias, envolvendo a produção de legumes (feijão, milho etc), hortaliças, plantas medicinais, fruticultura (banana etc); e a criação de animais (bovinos, aves etc), respeitando os saberes tradicionais das famílias e os princípios da agroecologia;
- c) 4 hectares para unidade demonstrativa de produção para a capacitação das famílias;
- d) Área social a ser definido o tamanho.

4 Critérios para seleção das famílias:

- a) Famílias do Acampamento Zé Maria do Tomé, na Chapada do Apodi-CE, conforme os critérios de participação no processo de luta pela terra, comprometidas em realizar a agricultura camponesa em transição agroecológica;
- b) Famílias acampadas que tenham até 1(um) módulo fiscal em área de sequeiro, sem acesso à água.

5 Comercialização

- a) A comercialização deve ser organizada e controlada pelos camponeses, envolvendo a participação em feiras agroecológicas, a criação de agroindústrias e participação nas políticas públicas voltadas a soberania alimentar, evitando a presença de atravessadores e a sujeição da renda da terra camponesa:
 - 1) A feira agroecológica - comercialização de “produtos sem agrotóxicos e com preço justo”, em parceria com Universidade e com a Prefeitura (Feira Local), por meio de projetos que garantam as infraestruturas necessárias etc;
 - 2) A criação de agroindústria de polpa de frutas e doces e de empacotamento (beneficiadora da produção camponesa);
 - 3) A participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), este assegura que parte da merenda escolar deve ser obtida da agricultura familiar.

6 Formação e capacitação:

- a) A formação e capacitação devem ocorrer em parceria com as Universidades, com garantia de infraestrutura adequada às atividades.

7 Cronograma de execução

- a) Infraestruturas sociais e produtivas – imediatas – para garantir a reprodução das famílias (terra, energia etc).
- b) Infraestruturas – médio prazo – a ser definido a partir do andamento dos trabalhos do Grupo de Trabalho junto ao DNOCS/MI e INCRA/MDA.

Após a apresentação da proposta, o principal empecilho ocorreu em relação ao primeiro item, referente à institucionalidade e gestão da área. O INCRA não aceitou o recebimento das terras do DNOCS, para em seguida repassar para os acampados, alegando insucesso em outras

experiências de parcerias com o Ministério da Integração. No primeiro momento, o Incra estadual aceitou o recebimento das terras, logo em seguida, a representação Nacional apresentou posição contrária, inviabilizando o andamento das negociações e das atividades do GT.

Em meio ao impasse, o MST e em entidades de apoio solicitaram uma audiência em Brasília, ocorrida apenas após uma ocupação no INCRA durante três dias (11 a 13 de novembro de 2014), ocorrendo também uma visita e reunião dos acampados com a diretoria do DNOCS, no dia 12 de novembro (Figura 33 e 34). A cada negação do Estado, os acampados realizavam nova luta, para tentar conseguir avançar as pautas. O Estado, através de seus órgãos, que deveriam garantir as políticas públicas e vida digna à população do campo, na verdade, causou dor e sofrimento, já que as famílias com suas crianças, tinham que sair de madrugada e passar dias acampadas, a exemplo do acampamento do INCRA, em condições precárias para uso de banheiros e alimentação, apenas para conseguir uma audiência a fim de discutir e resolver seus problemas.

Figuras 33– Visita ao DNOCS - Fortaleza (2014)

Figura 34 - Ocupação no INCRA – Fortaleza (2014)

Fonte: Bernadete Freitas, 2014.

Após a ocupação do INCRA ocorreu a audiência, realizada no dia 27 de novembro de 2014, em Brasília, com os representantes do MDA, Ministério da Integração e representante da Secretaria da Presidência, sob a coordenação do INCRA Nacional. Embora não tenha sido garantido o acesso à terra pelo INCRA, foi assegurado a seleção das famílias com base nos critérios do INCRA, dentre outros encaminhamentos, considerados importantes pelos movimentos e acampados(as):

- 1) Assinatura de portaria (prevista até 15 de dezembro de 2014), entre o Ministério do Desenvolvimento Agrária e Ministério Nacional da Irrigação, oficializando o Grupo de Trabalho (formado por representante do MST, Cáritas Diocesano de Limoeiro do Norte e da FAFIDAM/UECE) e apresentando os acordos firmados, conforme seguem:
 - a) Formação de uma equipe interdisciplinar de profissionais para pensar um projeto social e produtivo para a área, em que o MST e apoiadores poderão indicar os profissionais de uma Universidade Federal ou Instituto Federal para firmar convênio com o INCRA, que pagará os custos da elaboração e acompanhamento da execução do projeto;
 - b) Cadastro das famílias pelo INCRA, a ser iniciado logo após a assinatura da portaria, ficando previsto para o final de dezembro de 2014 ou início de janeiro de 2015;
 - c) Curso de capacitação para as famílias no âmbito produtivo e voltado aos princípios agroecológicos;
 - d) Compromisso do DNOCS de suspensão do pedido de reintegração de posse;
 - e) Compromisso do INCRA em ofertar cestas de alimentação para os acampados;
 - f) Compromisso do representante da secretaria da presidência da república em construir um seminário com os movimentos sociais e demais interessados para discutir a Minuta da nova Lei de Irrigação, elaborada recentemente pelo Ministério da Integração.

Somente após cobrança do movimento e das demais entidades, a referida Portaria (Anexo 7) foi assinada pelos Ministros da Integração e do Desenvolvimento Agrária, em março de 2015, divulgada com os seguintes termos:

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1, DE 24 DE MARÇO DE 2015. Institui Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar e acompanhar a implantação de proposta que defina os critérios de acesso, o modelo de gestão para ocupação, regularização fundiária e apoio ao desenvolvimento da produção de agricultores familiares no Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, no Estado do Ceará, em área destinada ao cumprimento de Termo de Ajuste de Conduta - TAC. O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, e o MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso das atribuições que lhes confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, resolvem: Art. 1º Fica instituído Grupo de Trabalho Interministerial - GTI com a finalidade de elaborar e acompanhar a implementação de proposta que defina os critérios de acesso, o modelo de gestão para ocupação, regularização fundiária e apoio ao desenvolvimento da produção de agricultores familiares no Perímetro Irrigado Jaguaribe- Apodi, no Estado do Ceará. Parágrafo único. A área destinada ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta - TAC, celebrado entre o Ministério Público Federal e o DNOCS, em 06 de julho de 2010, inicialmente firmada em 1.000ha, passa a ser de 1.700ha, já incluindo a área de reserva legal. Art. 2º O GTI será composto por um

representante, titular e respectivo suplente, de cada um dos órgãos e entidades, a seguir indicados: I - Do Ministério da Integração Nacional - MI: a) Secretaria Nacional de Irrigação - SENIR, que coordenará o GTI; b) Secretaria Executiva - SECEX; II - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS III - do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA; IV - do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; V - Dois representantes do Movimento dos Sem Terra da Chapada do Apodi/CE; VI - Representantes das Comunidades Acampadas da Chapada do Apodi/CE; VII - Representante da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte/CE; VIII - Representante da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos da Universidade Estadual do Ceará - FAFIDAM/UECE. Parágrafo único - Os órgãos e entidades indicarão o nome de seus representantes à Secretaria-Executiva do Ministério da Integração Nacional, no prazo de dez dias contados da data da publicação desta Portaria, e serão designados por ato do Ministério da Integração Nacional. Art. 3º Por meio desta Portaria fica o INCRA autorizado a: I - realizar o cadastramento de famílias agricultoras de acordo com a Portaria MDA nº 6, de 31 de janeiro de 2013, na área do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi; e II - promover a realização de estudos de viabilidade econômica que subsidiem as ações de promoção do desenvolvimento da agricultura familiar na área do Perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi. Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. GILBERTO OCCHI - Ministro de Estado da Integração Nacional. PATRUS ANANIAS - Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário.

A primeira reunião do GTI (Figura 35), formalizado através da Portaria, ocorreu no dia 13 de maio de 2015, em Fortaleza e através de videoconferência, objetivando discutir a elaboração e implantação de proposta acerca dos critérios de acesso, o modelo de gestão para a ocupação, regularização fundiária e apoio ao desenvolvimento da produção dos camponeses do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi. Participaram todas entidades que compõem o GTI, momento no qual os movimentos e entidades de apoio cobraram agilidade na efetivação dos acordos, ficando uma nova reunião agendada para junho de 2015.

Figura 35 – Reunião do GTI no DNOCS (2015)

Fonte: DNOCS, 2015

Nesse sentido, uma das questões principais referem-se ao papel do INCRA. Este órgão precisa comprometer-se a reconhecer a área com a aplicação de políticas sociais como moradias, créditos, assistência técnica, apoio à comercialização dentre outros, semelhante ao que ocorre nos assentamentos de reforma agrária, porém, com especificidades diferenciadas, já que o formato que vem sendo pensado para o Acampamento Zé Maria do Tomé, pretende evitar a precariedade da reforma praticada no país. Daí o caráter interinstitucional, a participação de diversas entidades e universidades, bem como a proposição voltada à agricultura de base agroecológica, conjugada à autonomia da comercialização, dentre outros. Vale ressaltar, entretanto, que desde o início da ocupação, o movimento sofre com a insegurança das famílias e crianças por conta do pedido de reintegração de posse por parte da Federação das Associações do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (FAPIJA) e do DNOCS, o que tem prejudicado o andamento desse projeto.

Nesse sentido, esse problema da reintegração de posse agravou-se a partir de 2017, como resultante da criminalização dos camponeses por parte do temeroso governo atual. Como consequência desse processo, a reintegração de posse tornou-se uma estratégia de expulsão dos camponeses. No caso da Chapada do Apodi, ocorreu a decisão do Juiz Federal da 15ª Vara, subseção de Limoeiro do Norte, Sr. Bernardo Lima Vasconcelos Carneiro, determinando que as famílias deixassem a área ocupada no prazo de 30 dias, a partir do dia 6 de abril de 2017, sob pena de multa diária de R\$ 1 mil, além do cumprimento forçado da desocupação, se for o caso. A DPU conseguiu reverter temporariamente, a partir de uma Apelação. Em seguida, novamente a reintegração foi reativada pela Justiça e mais uma vez a DPU entrou com novo pedido de reconsideração, objetivando solucionar o conflito.

Diversas atividades de apoio estão sendo realizadas no Acampamento como forma de luta contra a reintegração de posse e com intuito de cobrar a implantação do Assentamento Irrigado Zé Maria do Tomé. Dentre essas atividades pode citar o Ato Unificado, realizado em maio de 2017, reunindo sindicatos, movimentos sociais, universidades, igreja etc., momento em que os Acampados receberam apoio e apresentaram a cartografia social do Acampamento. A cartografia integrou as atividades desta tese, processo construído também como instrumento de resistência das famílias acampadas, tendo a participação de professores e estudantes do programa de extensão da FAFIDAM/UECE (Figura 36).

Além disso, diversos outros instrumentos de diálogo com a sociedade têm sido construídos, como a produção de documentários mostrando a realidade das famílias acampadas, reuniões, oficinas, celebrações etc, realizadas pela Cáritas de Limoeiro do Norte e professores e estudantes que integram grupos de extensão da FAFIDAM/UECE e UFC em conjunto com o

IFCE. Além disso, os camponeses ocuparam o DNOCS, em outubro de 2017, atividade coordenada pelo MST, objetivando a resolução do problema da reintegração de posse, questão ainda não solucionada.

Figura 36 – Apresentação da cartografia social do Acampamento/Ato Unificado (2017)

Fonte: Bernadete Freitas, 2017

Algumas características do campesinato, retratadas por Shanin (1976), como o trabalho familiar, a agricultura como principal meio de vida, cultura análoga à comunidade rural e a ação política, dentre outros, são verificadas no Acampamento Zé Maria do Tomé. Para compreender esses elementos que caracterizam o campesinato, bem como com intuito de contribuir com suas lutas e resistência, foi realizado o trabalho de cartografia social no Acampamento, conforme foi mencionado.

A construção da cartografia social em conjunto com os(as) acampados(as) e os diálogos com eles e entre eles, demonstraram esses elementos. A cartografia social compreendeu diálogos com os camponeses e camponesas; atividade de campo percorrendo todo o acampamento, (verificando as áreas produtivas e as moradias); e, por fim a construção dos desenhos (Croquis 7 e 8) do Acampamento Zé Maria do Tomé. A atividade foi realizada em maio de 2017, em três principais momentos:

- 1) Diálogo como os acampados com intuito de estabelecer uma conversa para avaliar o interesse dos mesmos em realizar a cartografia; discussão sobre território, território camponês e elementos básicos da cartografia geográfica;
- 2) Reconhecimento do território por todos os acampados (representantes dos seis núcleos de base) em conjunto com outras professoras e estudantes convidadas (do programa de extensão de geografia da FAFIDAM/UECE), em que foi realizado uma visita em todas as moradias e áreas de produção. Nessa etapa foram realizados registros fotográficos, audiovisuais e a coleta dos pontos de GPS; e,
- 3) A produção dos desenhos pelos camponeses(as) com nossa mediação, porém, com a cautela de não impor nossas ideias, mas de realizar questionamentos problematizando a realidade, a partir do que foi apreendido na etapa anterior (reconhecimento do território). Participaram dessa etapa idosos, adultos e crianças.

Um fato que chamou a atenção foi os desenhos das crianças que sempre apareciam a chuva jorrando água sobre a produção, mostrando que parte das culturas produzidas obtiveram água da chuva e não dos canais do perímetro. Esse elemento foi confirmado após questionamento aos camponeses que falaram do aumento da produção no primeiro semestre de 2017, em função das precipitações nesse período.

Esse fato rebate a criminalização da FAPIJA e DNOCS contra o Acampamento, com intuito de efetivar a reintegração de posse, alegando que o acampamento tem plantado de forma descontrolada, sem o devido pagamento da água consumida etc. Os camponeses, por sua vez, rebatem a afirmação, reivindicando a regularização da situação, por meio de pagamento justo por parte dos camponeses, tanto em relação à água como à energia. No primeiro caso, a perfuração de poços de porte médio poderia resolver o problema. No segundo, em função do alto custo, uma alternativa seria placas solares, fornecidas pelo governo do estado.

Analisando os croquis, um dos principais elementos verificados trata-se da diversidade da produção, característica própria do campesinato, revelada no Acampamento Zé Maria do Tomé pela produção de feijão, milho, banana, batata etc; criação de galinha e de porco; a construção da mandala, dentre outros (Figura 37). Além disso, a solidariedade na construção dos espaços coletivos, como a plenária e o espaço educativo, demonstram a especificidade da ajuda mútua, presente no modo de vida da agricultura camponesa. A tentativa de desenvolver agricultura sem o uso gradativo de agrotóxicos é uma das principais potencialidades dos camponeses

Croqui 7 – Cartografia social do Acampamento Zé Maria do Tomé (2017)

Fonte: Croqui construído pelos acampados sob mediação da autora e participação do programa de extensão da FAFIDAM-UECE, 2017.
 Elaboração e organização cartográfica: Aryberg de Souza Duarte e Bernadete Maria Coêlho Freitas (2017)

Figura 37 – Construção da Cartografia Social do Acampamento Zé Maria do Tomé (2017)

Fonte: Bernadete Freitas, 2017

Atualmente, o Acampamento Zé Maria do Tomé é composto por pouco mais de 100 famílias, que lutam em defesa da Vida. Essa defesa materializa-se pela luta por autonomia, por uma agricultura agroecológica, isto é, um modo de produzir no qual eles possam ter liberdade e o controle do seu tempo e de seu espaço. Durante a atividade, era perceptível a relação que os camponeses têm com a terra, seus sonhos e suas lutas que se misturam aos sentimentos de tristeza, dor e sofrimento, causados pelo Estado, através do Ministério da Integração, do DNOCS e da FAPIJA que pretendem expulsá-los da terra mais uma vez e entregá-la. Enquanto desenhavam o croqui, suas falas em alguns momentos cessam, interrompidas pelas lágrimas, ao pensarem na possibilidade de serem expulsos, porém sempre dispostos a lutar:

Nós aqui não temos ganância, a gente quer produzir um alimento saudável pros nossos filhos, né?! Por isso a gente fica fazendo essas experiências sem veneno. Dá para tirar uma boa produção porque a terra aqui é muito boa, dá de tudo. Já o agronegócio aqui de lado, eles querem produzir muito pra ganhar muito dinheiro, nós não, queremos viver com nossas famílias. Mas o Estado não quer, eles querem botar nós pra fora daqui. Você pensar assim, porque se fosse a água, mas tomar a nossa terra. Eu tô enterrado aqui. Eu penso assim, aqui num tem zuada, é um lugar tranquilo pra nós viver. Aqui é o lugar pra gente viver! Mas eles não se importam com nós[...] (CAMPONÊS DO ACAMPAMENTO ZÉ MARIA DO TOMÉ)

A diversidade das culturas e as experiências sem o uso de agrotóxicos são reflexos das lutas contra os agrotóxicos na Chapada, iniciadas por Zé Maria do Tomé, assassinado brutalmente, por denunciar a grilagem de terras e o uso e a contaminação dos agrotóxicos na Chapada do Apodi. Sua luta continuou, através de uma coesão ética e política das lutas do Baixo Jaguaribe, reunindo camponeses, sindicalistas, movimentos sociais, igreja católica e universidades. Atualmente, além da necessidade de inviabilizar a reintegração de posse, é necessário cobrar dos governos estadual e federal a efetivação do projeto do Assentamento do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi.

7. O CAMPESINATO NO CONTEXTO DA COESÃO ÉTICA E POLÍTICA DAS LUTAS DO BAIXO JAGUARIBE

El impacto político del campesinato ha venido generalmente marcado por una debilidad sociopolítica básica. La segmentación vertical de los campesinos dentro de comunidades locales, grupos y clases y la diferenciación de intereses dentro de las mismas comunidades han constituido dificultades importantes para conseguir una cristalización de objetivos y símbolos a escala nacional y para desarrollar una organización y mando también nacionales, lo cual, a su vez, ha repercutido en lo que denominamos un 'rango de classe' bajo. [...] Sin embargo, el campesinato tiene varias

armas sociopolíticas: su condición de principal productor de alimentos, la dispersión de su asentamiento en las áreas rurales y su preponderancia numérica (SHANIN, 1983, p 292).

Shanin (1983) evidencia os desafios da organização do campesinato, historicamente, mostrando suas dificuldades em relação à concretização de uma organização em escala nacional em funções dos interesses diferenciados dentro da própria classe. Contudo, evidencia também suas potencialidades, tais como: seu status como principal produtor de alimentos, a dispersão de seus assentamentos em áreas rurais e sua preponderância numérica. Considerando que, de acordo com o próprio autor, é preciso compreender a heterogeneidade do campesinato, sem com isso, deixar de desvendar os elementos que são análogos dentro dessa classe, como é o caso das ações políticas em várias partes do mundo, embora também apresentem especificidades diferenciadas.

Tentando desvendar e mostrar as potencialidades do campesinato do Baixo Jaguaribe, este capítulo pretende descrever as ações do campesinato que se realiza através de uma articulação e aliança com os trabalhadores assalariados e diferentes sujeitos sociais políticos, conformando o que estou denominando de “coesão ética e política das lutas” do Baixo Jaguaribe. A ideia de *coesão ética e política* lembra a renovação da geografia ocorrido no Brasil na década de 1970, quando diferentes correntes teóricas se uniram em defesa da geografia crítica, contrapondo-se à geografia neopositivista. Tratava-se de uma *coesão ética*, segundo Antônio Carlos Robert Moraes, em defesa do conhecimento voltado à transformação da realidade. Esse movimento foi, sobretudo, político, daí o acréscimo desse termo, revelando que a ciência não é neutra, já que a perspectiva neopositiva reafirmava e, ainda reafirma, os interesses da ordem social vigente. Daí a relevância da construção do pensamento crítico e da *práxis*, no âmbito dessa *coesão ética e política das lutas*.

No contexto do pensamento crítico, a abordagem da *Pedagogia do Território* apresentada no início deste trabalho, fundamenta a construção dessa articulação entre academia e sujeitos sociais e políticos do campo, ao passo que redefine a própria atuação docente e discente nas universidades, construindo conhecimento em defesa das populações mais vulnerabilizadas, a exemplo dos camponeses. Nesse sentido, alguns processos que serão mostrados na sequência, envolvendo as ações dos camponeses do Baixo Jaguaribe, em articulação com entidades sindicais, da igreja e a própria universidade, são reveladoras dessa perspectiva de construção do conhecimento e de apreensão da realidade, visando a transformação da ordem social vigente.

As ações políticas dos camponeses do Baixo Jaguaribe, nesse sentido remetem-se, historicamente, ao enfrentamento à expansão do capitalismo, lutas iniciadas pelos povos

originários em defesa dos seus territórios, há 500 anos. De início, essas lutas ocorreram contra os invasores e dominadores europeus que pretendiam se apropriar das riquezas e mercantilizar a terra e o território (PINHEIRO, 2008). Atualmente, como enfrentamento à inserção do capitalismo monopolista, principalmente, via agronegócio e ações do Estado, por meio da Política Nacional de Irrigação.

Para discutirmos as ações recentes do campesinato do Baixo Jaguaribe é necessário evidenciar o papel do *Movimento 21* (M21). O M21 é uma articulação que resulta de uma *coesão ética e política das lutas* atuais do Baixo Jaguaribe, culminada com o avanço das pesquisas acadêmicas e das lutas contra a concentração e grilagem das terras; os problemas relacionados ao uso de agrotóxicos; a precarização das relações de trabalho nas empresas do agronegócio, dentre outros. Desse modo, o M21 é fruto da articulação das lutas dos sujeitos sociais e políticos em defesa de direitos, sendo que tais lutas são alimentadas pelo conhecimento produzido através da academia que, por sua vez, é também estimulado pelas lutas camponesas. Em trabalho anterior, mostramos alguns elementos que compreendem a constituição do M21:

[...] as denúncias sobre a concentração fundiária e degradação ambiental do meio ambiente, que culminaram no assassinato do ambientalista José Maria do Tomé em 21 de abril de 2010, fizeram eclodir manifestações e movimentos, emergindo e despertando sujeitos sociais coletivos: agentes pastorais da Igreja Católica na região jaguaribana, inclusive com a presença de alguns padres; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) [...]; Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP) [...]; professores universitários através do grupo TRAMAS – Trabalho, Meio Ambiente e Saúde para a Sustentabilidade – núcleo de pesquisa da Universidade Federal do Ceará (UFC); e do LECAMPO – Laboratório de Estudos da Educação do Campo, vinculado à Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM), da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Estes sujeitos criaram um amplo movimento – Movimento 21 (M21) – que mantém acesas as denúncias realizadas por José Maria. Os agentes pastorais referidos acima têm sido imprescindíveis na mobilização e animação das comunidades assustadas com a violência [...] (MENDES; CARVAHO; FREITAS, 2015, p. 90-91).

No âmbito das lutas na região do Baixo Jaguaribe e do papel dos sujeitos sociais e políticos relacionado aos problemas do campo, o Movimento 21 tem tido um papel relevante nos últimos anos. A premissa que perpassa pela junção da teoria e prática, da ação mais a reflexão, isto é, da *práxis*, bem como da *denúncia* indissociável do *anúncio*, como ensinou Paulo Freire, tem alimentado e alicerçado sua atuação que reflete, ainda, uma aproximação generosa e crítica entre os saberes populares e acadêmicos. Quiçá, tenhamos desse encontro o desabrochar insurgente de nova concepção de re-existência.

Considerando a concepção dos sujeitos sociais e políticos, podemos analisar o papel dessas resistências do Baixo Jaguaribe, como expressão dialética de uma realidade que reflete as

contradições do campo, semelhante a outros espaços, porém, com determinadas especificidades, como é o caso da experiência dessa articulação, espécie de “rede política” (M21), que une camponeses, trabalhadores assalariados, docentes, pesquisadores, estudantes, sindicalistas, padres, militantes e ativistas. Nas palavras de alguns desses sujeitos, pode ser verificado os elementos diferenciados dessa articulação no contexto das lutas do campo.

A fala da professora Sandra Gadelha, da UECE/FAFIDAM, na sequência, apresenta alguns desses elementos. A professora destaca o contexto ao qual o Baixo Jaguaribe se insere, em relação ao avanço do agronegócio, ao mesmo tempo que analisa o papel das resistências nesse território, especificamente do Movimento 21, evidenciando a singularidade e relevância desse tipo de articulação que une as lutas do campo, exemplificando a questão dos trabalhadores que têm seus direitos violados em função das precárias condições de trabalho nas empresas do agronegócio, identificando alguns sujeitos desse processo, como é o caso de Zé Maria do Tomé.

O Baixo Jaguaribe é uma região que hoje ela é quase assim emblemática, na minha análise, ela é emblemática o que acontece sobre o capitalismo, principalmente após a ascensão dessa ideologia neoliberal e neodesenvolvimentista, mas que realmente a partir da crise de 2008 vem se agravando em termos de avanço do capital, sobre os recursos naturais, sobre as retiradas dos direitos dos trabalhadores. E aqui no Baixo Jaguaribe vai se engendrando todo esse avanço do capital, que é muito emblemático exatamente do que acontece mundialmente, a partir da crise do capital. Então os sujeitos sociais políticos é que vão ter toda uma ação de resistência de denunciar a perda dos direitos, a forma como os trabalhadores são tratados no agronegócio com desrespeitos aos direitos trabalhistas, desrespeitos também aos próprios direitos humanos, pois em certos momentos é quase um trabalho escravo da forma como ele se configura. Então esses sujeitos sociais políticos vão começar a desvelar para eles mesmo e para a sociedade o que representa esse avanço do capital e desestruturação que ele traz, não só agrária quando desapropria os trabalhadores, mas [...] desapropriam de suas terras, mas também uma desestruturação social e, do ponto de vista trabalhista, não respeitando os direitos dos trabalhadores. Por que, num primeiro momento, o anúncio feito é de que se teria progresso, de que se teria modernidade. São palavras muito emblemática usadas na mídia para dar uma roupagem positiva ao avanço do capital no campo, através do agronegócio.

Então, um primeiro ponto que eu acho importantíssimo da ação desses sujeitos e do Movimento 21 é a desmistificação do que essas palavras representam. Um segundo momento é que o movimento 21 ao se interligar ao uma rede de entidades políticas, acadêmicas, de movimentos sociais, da igreja, com um perfil da teologia da libertação, essa rede ela se fortalece como sujeito social e político. Ela se torna um ator com muito mais força nessa conjuntura nessa realidade do que cada um agindo pelo que está imediatamente ligado ao seu movimento a sua entidade. Então se começa a pensar numa atuação articulada e para além do que cada movimento trata em si. Então isso é muito importante porque nós vamos ter uma repercussão social política muito mais significativa do que fosse cada um no seu é, na sua luta mais específica. Então o movimento 21 ele vai dar visibilidade ao assassinato do Zé Maria, ele vai desnaturalizar e desculpabilizar o Zé Maria, porque a mídia começa a culpar a própria vítima, com avaliações “não é um louco, não foi confrontar gente rica” não, não é isso, ele era uma vítima, ele denunciou algo que estava prejudicando não só a ele, mas todo a comunidade, ao vale.

[...] Essa articulação de todos esses movimentos e que se reúnem e se autodenominam Movimento 21 vai além de desmistificar essas questões, ter uma ação muito mais forte

com muito mais repercussão em todas essas áreas políticas sociais. **E ainda acho que o Movimento 21 ele tem algo muito significativo e muito específico que é a articulação dos saberes acadêmicos com os saberes populares, com os saberes dos movimentos, com um diálogo com teologia da libertação. Isso, ao meu ver, é muito único e nós estamos aprendendo uns com os outros.** Então quando eu tô falando de algo daqui da região em algum lugar que me convidam e eu começo a falar das questões da saúde, que eu aprendi com o tramas e com as pesquisas do tramas, as pessoas se admiram como eu sei de tantas coisas da saúde, porque nas nossas reuniões do M21 nós aprendemos uns com os outros. Então isso também é um diferencial muito importante nessa atuação (PROF. DRA. SANDRA MARIA GADELHA DE CARVALHO, UECE/FAFIDAM, 2007).

Na entrevista realizada com Maria de Jesus, do MST, a mesma fala sobre as lutas e o papel Movimento 21 nesse contexto. Menciona a relevância e necessidade de ampliação do Movimento 21 para o fortalecimento das lutas; do papel da universidade na produção de conhecimento que evidencie as contradições e as injustiças (como a impunidade do caso do assassinato de Zé Maria do Tomé) e as resistências no campo, questão que reforça as lutas dos movimentos sociais e a luta contra o capital, como a luta por reforma agrária, segunda ela.

São muitas as lutas, lutas necessárias a serem realidades pelo movimento 21, e ele é fundamental, inclusive tem que ser ampliado com outras organizações da região para instruir um plano de lutas e a defesa da justiça, a defesa da punição dos assassinos de Zé Maria, a defesa de um outro modelo de agricultura no campo, a defesa da reforma agrária como centralidade de qualquer processo de mudança transformadora. Fomos derrotados pela justiça por não punir até então os assassinos do Zé Maria. Essa pauta, por mais que a justiça não cumpra o seu papel, mas nós enquanto movimentos não podemos perdoar, não podemos admitir a impunidade que tem tido da justiça em relação ao agronegócio. O M21, a força dele são as articulações e as mobilizações que ele realiza. E nós não podemos perder de vista os dias 21, eles têm que ser de lutas sempre. E essa luta em várias frechas. Então acho que precisa retomar essa articulação, ela não pode ser só uma mobilização da Semana Zé Maria, ela precisa ser uma semana, ela precisa ser o dia 21, ela precisa continuar, um dia de luta, um dia de resistência, um dia de enfrentamento. É importante compreender a natureza dessa frente que tem características diferente, tem possibilitado a resistência há três anos do acampamento Zé Maria do Tomé, no coração do agronegócio, mas lá pulsa uma veia diferente, lá pulsa uma resistência do povo da chapada, que reivindica terra para trabalhar, água para produzir, que reivindica um outro modelo que seja de vida e não de morte.

O m21 ele nasce do sangue derramado do companheiro zé Maria do Tomé, ele nasce da nossa indignação, mas ele nasce da necessidade de dizer, se calaram a voz de Zé Maria, mas não vão calar a nossa voz. Nós vamos continuar a luta dele. Não adiante a violência, e a partir daí essa junção do M21, que envolve a FAFIDAM, que envolve a Conlutas, que envolve o Movimento Sem-Terra, que envolve o Sindicato dos Servidores Público de Limoeiro, que envolve a Igreja, a Diocese de Limoeiro, a Cáritas. **Então, essa junção de forças sociais, de organização da classe trabalhadora ela tem sido fundamental para pautar a luta e resistência no Baixo e Médio Jaguaribe ao enfrentamento ao agronegócio, porque juntas, essas organizações de natureza diferentes, mas que ao mesmo tempo tem uma força motriz, que a luta social organizada principalmente**

pelo Movimento Sem-Terra, e essa força motriz ela mobiliza essas outras organizações e ele unifica uma pauta comum. As vezes uma pauta que é trazida pela FAFIDAM, às vezes uma pauta que é trazida pela Caritas, uma pauta trazida pelo MST, mas o importante é a unidade.

Quero destacar também a importância dessa resistência, a luta, a luta contra o capital, ela se dá em várias trincheiras, seja na ocupação dos latifúndios, seja na realização de uma pesquisa, uma tese, uma dissertação, de uma monografia, sobre essa realidade. Se tem como objetivo dar voz e fortalecer a resistência, é também uma forma de lutar. Então, é importante compreender como foi importante as pesquisas do grupo Tramas para fortalecer a luta do MST na região. Principalmente na nossa ocupação do Zé Maria do Tomé, no perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi. O Bernardo Marinho, outro assentamento aqui no Tabuleiro de Russas. Então, foi fundamental a aliança do movimento Sem Terra com a FAFIDAM, com a UECE, nessa defesa, Dessas conquistas para trabalhadores e trabalhadoras. É fundamental compreender que só uma frente de lutas é capaz de fazer esse enfrentamento, por isso a importância do M21, porque só um movimento não tem força para enfrentar o que está colocado enquanto modelo, enquanto realidade na nossa região, principalmente a realidade da violência. Só uma frente de luta é possível superar o que está colocado. **O papel do campesinato na nossa região é estar em luta permanente, é estar em enfrentamentos permanente contra a burguesia agrária do campo, contra o modelo do agronegócio, contra o uso intensivo dos insumos, principalmente dos agrotóxicos que já é uma realidade a situação dos problemas causados a nossa saúde, a saúde de toda a população.** Outra tarefa é a luta na defesa dos territórios conquistados, seja os assentamentos, as comunidades tradicionais que nós temos. Nós precisamos fazer a defesa dos nossos territórios e transformá-los em trincheiras de resistência. Desde a produção agroecológica, em transição agroecológica, desde a organização das casa de sementes crioloas, também da discussão da educação do campo, da organização cultural das comunidades e suas manifestações. Precisamos elevar o nível de escolaridade da população camponesa, elevar também a participação política e a consciência política do que estamos vivenciando no nosso país. O papel dos sujeitos políticos sociais do Baixo e Médio Jaguaribe, nossa região, primeiro é continuar fazendo a luta contra-hegemônica ao capital no campo, principalmente na organização das ocupações dos latifúndios para pressionar a reforma agrária (MARIA DE JESUS, MST, 2017)

Em relação à impunidade do assassinato do caso Zé Maria do Tomé, a fala de sua filha (Márcia) mostra o papel das articulações nesse processo. A mesma menciona também do papel do Movimento 21 no contexto das lutas.

Esses sujeitos têm uma grande importância para resistir e dar continuidade a luta que garante o direito à vida, pois é a partir deles que as comunidades tomam consciência da problemática que enfrentamos diariamente. A união faz a força, ganha-se mais força e coragem para lutar quando se tem apoio. O movimento 21 vem a somar positivamente nesse processo, pois revive e dá continuidade a luta e motiva os demais a se engajar, visto que é de todos. O símbolo 21 é muito marcante, pois leva uma data inesquecível de um dos líderes que morreu na luta e na resistência pelo e para o povo.

A Igreja, por meio da Cáritas, que tem da *teologia da libertação* os princípios para atuação na região, aponta seu olhar sobre as lutas na região. Um desses olhares refere-se à compreensão do Padre Júnior Aquino, que é também um intelectual (com doutoramento realizado na Alemanha, no âmbito dos estudos teológicos e possui alguns livros publicados) e tem contribuído com as lutas da região ao longo dos anos. Suas palavras acerca das lutas retratam:

O Vale do Jaguaribe é não só uma região do estado do Ceará onde as desigualdades sociais, onde as injustiças estruturais se materializam de uma forma muito visível e radical, inclusive numa versão bastante moderna e atual dos processos históricos de desigualdade social no campo. Mas é também uma região onde essas contradições, onde essas desigualdades, onde essas injustiças ganharam visibilidade no estado no Ceará. As desigualdades, por si só, não ganhariam a visibilidade sem os conflitos em torno disso. **E nesse sentido penso que os sujeitos sociais e políticos que atuam no vale do Jaguaribe. Apesar de todos os limites, toda fragilidade que tenha, eles têm um papel fundamental porque dão visibilidade, porque explicitam as contradições do modelo de desenvolvimento implementado na região,** porque eles mostram como o projeto de desenvolvimento bancado pelo Estado é na verdade uma forma de privatização do estado pelas grandes empresas, pelo capital privado aí na região da vale do Jaguaribe.

Os primeiros sujeitos sociais, os mais importantes são aquelas comunidades, são pessoas mais diretamente atingidas por esses grandes projetos, que chegam que expulsão de suas terras, que privatizam a terra, água, que transformam as comunidades, os camponeses em mão de obra barata, que impede o acesso de comunidades pesqueiras ao litoral e essas comunidades reagem na medida de suas possibilidades, resistindo para permanecer no lugar, lutando para garantir o máximo de direitos possíveis para que os impactos negativos, para mitigar os impactos negativos desses grandes projetos, fazendo movimentações, a partir também das consequências e dos impactos desses projetos na vida da comunidade como a privatização da água, como os problemas vinculado à saúde. Esses são os principais sujeitos sociais aí na região, mas sozinho eles também não teriam a força suficiente necessária. Aí se juntam a esses sujeitos sociais um conjunto de outros atores como movimentos ou lideranças sindicais, ou lideranças de igrejas, ou professores, núcleos de universidades que se dedicam na pesquisa, no estudo. Ou seja, há uma articulação de um conjunto de forças sociais que são fundamentais para o enfrentamento dos grandes projetos para dá visibilidade as consequências trágicas nefastas desses grandes projetos.

E nesse sentido o movimento 21 tem característica muito peculiar e tem também uma contribuição muito peculiar. O movimento 21 não é um movimento a mais, mas uma rede de organizações de atores de sujeitos sociais que se aproximaram que criaram vínculos, que se articularam, sobretudo depois do assassinato do Zé Maria do Tomé. E aí estão articulados um conjunto de forças sociais, desde comunidades atingidas impactadas por esses projetos e grupo de igrejas que fortalecem a resistência que colocam a força social da igreja a serviço das comunidades e na luta de seus direitos, setores universitários que se dedicam a pesquisa, a investigação, a análise dessa situação e ajudar as comunidades a buscar saídas e alternativas para o enfrentamento, então **o Movimento 21 que é uma articulação, uma unidade de um conjunto de atores sociais, comunidades impactadas, lideranças sindicais, movimento dos sem terras, grupos de igrejas, setores universitários, aqui você um conjunto de atores sócias que de diferentes lugares e de diferentes formas ajudam a dá visibilidade as contradições, fortalecem a resistência dos núcleos de base no enfretamento dos grandes projetos nas lutas pelos seus direitos** (Pe. JÚNIOR DE AQUINO, 2017).

A Cáritas constitui-se importante entidade no sentido de dar voz aos camponeses e demais sujeitos sociais da região mais vulnerabilizados. No caso dos camponeses, seus agentes e

assessores contribuem no sentido de fortalecer à autonomia camponesa, de buscar seus direitos. A agente Anjerli (geógrafa) analisa o papel das lutas e do Movimento 21 no Baixo Jaguaribe, apontando as potencialidades dessa articulação e os desafios intrínsecos nesse processo.

O papel da gente quanto sujeitos sociais, a caritas, uma das instituições nesse processo. Tem sido um papel de articulação e formação. Seja de articulação do ponto de vista dos sujeitos impactados diretamente, seja a articulação do ponto de vista das forças sociais que podem tá se somando, e dentro papel um processo de formação. A gente não só tem articulado, mas tentar contribuir no processo de formação política dos sujeitos impactados, nas buscas de seus direitos, na luta pela garantia dos seus direitos. Tem um papel importante junto a esses sujeitos no sentido de contribuir na visibilidade do que acontece junto às famílias que são impactadas, seja do ponto de vista da visibilidade do impacto que elas sofrem, das consequências, seja do ponto de vista do que essas famílias têm a oferecer como sinais de esperança, seja do ponto de vista de um outro projeto que vai na contra mão do que é posto do que é construído aqui na região do vale do Jaguaribe...Então tem um papel importante na construção de proposta coletivas para o enfrentamento, mas um enfrentamento qualificado do ponto de vista de construir junto à alternativa, qual é o projeto que se quer para região. Tem sido muito esse o nosso papel.

O movimento tem dois focos concreto de atuação, que é a atuação na chapada com duas experiências concretas. A experiência na semana do zé maria do tomé, seja no acompanhamento do crime do zé maria, seja na memória da luta e de não deixar morrer todo grito de zé-maria na região. Ai vem a romaria, vem a semana do zé maria, a luta contra os agrotóxicos, seja nas audiências, na questão da saúde. Como foi a questão do seresta, como tem agora as audiências dos agrotóxicos, seja no acampamento do zé maria do tomé. Em função da reintegração a gente se rearticula novamente, mas muito centrado na atuação da chapada.

A luta dos sujeitos sociais e políticos do Baixo Jaguaribe é uma luta contra o modelo de agricultura implantado pelo Estado. Uma luta contra o capital e sua ordem social vigente, mas, sobretudo, é uma luta pelo território e por alternativas de produção no/do campo. Uma luta por educação do campo, contextualizada com a realidade dos(as) camponesas. Uma luta em defesa de outra relação da sociedade com a natureza, mas, sobretudo, é uma luta pela Vida.

7.1 Ações políticas dos camponeses no âmbito do Movimento 21

A compreensão da resistência camponesa e das lutas camponesas no Baixo Jaguaribe, perpassa pela compreensão da formação e das ações do *Movimento 21*, como já foi mencionado. Essa articulação reúne as seguintes entidades sindicais, da igreja, movimentos sociais e universidades: Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte; FAFIDAM/UECE; MST; UFC/TRAMAS e CSP-Conlutas. Incorpora também, em algumas atividades, o Sindicato Rural do Apodi-RN; a Organização Popular de Aracati (OPA) e a CPT.

Dentre as atividades desenvolvidas pelo M21, no período de 2013 a 2017, envolvendo direto ou indiretamente as ações políticas e a resistência camponesa do Baixo Jaguaribe, destacam-se: 1) Organização da Semana Zé Maria do Tomé (evento anual); 2) Formação e produção do Grupo de Pesquisa do Movimento 21 (GPM21); 4) Participação na elaboração na proposta e Plano de Ação do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador e Saúde Ambiental (CERESTA Rural Zé Maria do Tomé); 3) Intercâmbios dos territórios de resistência no contexto; 4) O papel da Universidade na construção de alternativas de base agroecológicas junto às comunidades camponesas do Baixo Jaguaribe, especialmente o Acampamento Zé Maria do Tomé.

7.1.1 A Semana Zé Maria do Tomé como processo de formação e expressão das lutas camponesas

A organização da *Semana Zé Maria do Tomé* pelo Movimento 21 configura-se uma expressão da resistência camponesa no Baixo Jaguaribe. Após o assassinato de Zé Maria do Tomé, a data foi lembrada todos os meses, durante o primeiro ano, pelos movimentos sociais da região. Após um ano, foi realizada a primeira Semana Zé Maria do Tomé, que se tornou um evento anual (Figura 38), como pode ser verificado no anexo 4. O evento compreende uma romaria do local do assassinato até a comunidade Tomé, onde é realizada uma missa; palestras e rodas de conversas na universidade (FAFIDAM), em comunidades da Chapada do Apode e bairros de Limoeiro do Norte em que moram trabalhadores das empresas, alguns adoecidos pelos agrotóxicos; exibição de documentários; e, reunião de avaliação e proposições acerca das problemáticas na região, principalmente, relacionadas à luta pela terra, água e contra os agrotóxicos e sobre as formas de luta e resistências, assegurando maior articulação entre entidades, movimentos sociais, universidades e camponeses da região (Figura 39).

Dentre as palestras ministradas durante as Semanas, pode-se citar: no ano de 2013 - “*Uma análise de conjuntura e injustiça ambiental*”, com o Advogado Renato Roseno, atualmente, deputado estadual pelo PSOL, que tem dado voz aos sujeitos e movimentos da região, incluindo a Lei contra pulverização aérea, já mencionada. Dentre os documentários, em geral, são exibidas produções locais e lançamentos nacionais, a exemplo dos documentários “*Chapada, vida e morte*” e “*O veneno está na mesa II*”.

Figura 38 – Semana Zé Maria do Tomé - reunião de avaliação e proposição (2014)

Fonte: Bernadete Freitas, 2014

Figura 39 – Manifestação na IV Semana Zé Maria do Tomé, FAFIDAM/UECE (2014)

Fonte: Bernadete Freitas, 2014.

O evento tem tentado ampliar o debate sobre as problemáticas da região junto às escolas públicas, incorporando atividades nas escolas (como teatro) ou trazendo os estudantes das escolas para universidade como, por exemplo, a apresentação de dados do Dossiê Perímetros Irrigados, na FAFIDAM/UECE, que trata das violações de direitos nas áreas de perímetros irrigados. Tais problemáticas fazem emergir durante a Semana Zé Maria do Tomé, manifestações

das comunidades atingidas ou ameaçadas, bem como dos movimentos sociais que cobram do Estado direitos, ao invés de violações de direitos

7.1.2 Formação e produção do Grupo de Pesquisa do Movimento 21 (GPM21)

No contexto das ações da Universidade, foi formado um grupo de pesquisa do Movimento 21 (GPM21). Um dos resultados do grupo foi a publicação parcial (online), entre 2014 e 2015, do Dossiê Perímetros Irrigados⁴³, intitulado “*Perímetros irrigados e a expansão do agronegócio no campo: quatro décadas de violação de direitos no semiárido*”. A proposta de construção do Dossiê Perímetros Irrigados nasceu das discussões do Movimento 21, entendendo que os territórios dos perímetros públicos irrigados tornaram-se elos das lutas em função dos impactos causados nos Vales do Jaguaribe (CE) e Açu (RN). No decorrer de 2014 e 2015, foi dada continuidade à produção dos textos sobre as violações de direitos. Parte dos dados foram publicados em artigo científico (RIGOTTO, FREITAS, 2016), principalmente em relação ao direito à água, frente aos graves problemas atuais.

O reconhecimento da contribuição de pesquisas sobre os problemas da região, realizadas pela Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Chaves, da Universidade Estadual do Ceará -Fafidam/UECE e pelo Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde, da Universidade Federal do Ceará - TRAMAS/UFC, especialmente no que diz respeito ao fortalecimento da capacidade argumentativa dos sujeitos sociais políticos, apontaram a criação do Grupo de Pesquisa do Movimento 21 – GP-M21⁴⁴ (Figuras 40).

O grupo foi criado tendo como pressupostos teórico-metodológicos o compromisso de contemplar problemas que representem necessidades de conhecimento dos sujeitos sociais e políticos dos territórios e dos movimentos sociais que se colocam ao seu lado, seja para potencializar a transformação de suas condições de vida, seja para fortalecer seus processos organizativos e de lutas.

⁴³Disponível em: <<http://www.dossieperimetrosirrigados.net>>. Acesso em: jul. 2015.

⁴⁴ O Grupo foi cadastrado na plataforma do CNPq com o título *Ecologia de saberes para promoção da equidade ambiental e em saúde no trabalho no contexto da expansão do agrohídronegócio nos territórios do Vale do Jaguaribe-CE*.

Figura 40 – Reunião do Grupo de Pesquisa do M21 (GPM21), em 2013.

Fonte: Bernadete Freitas, 2013.

O grupo atenta também para a construção de desenhos metodológicos que fomentem processos participativos de enunciação coletiva que, além de facilitar a compreensão da perspectiva dos sujeitos, têm também uma dimensão formadora e emancipatória. Cuida de criar processos de trabalho enquanto grupo de pesquisa que facilitem a abordagem transdisciplinar e alimentem-se em movimentos de diálogo e comunicação permanente com os sujeitos ao longo da pesquisa. A universidade assume ainda sua condição de sujeito social e político nos contextos de luta, fortalecendo projetos emancipatórios.

O GP-M21 analisou a política de irrigação para o semiárido, que prevê vasta expansão dos Perímetros Irrigados no semiárido como meta do governo federal na segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O Plano Plurianual de 2012-2015 previa recursos na ordem de R\$ 6,9 bilhões para ampliar a área irrigada em 193.137 hectares e instalar novos perímetros em 200.000 hectares. A nova Política Nacional de Irrigação, expressa na Lei nº. 12.787, de 11 de janeiro de 2013, aponta o aumento da produtividade e da competitividade do agronegócio entre seus objetivos, deixando clara a orientação de incentivar projetos privados de irrigação (Artigo 4º, incisos I, IV e VII). Consolida e amplia, assim, o projeto geopolítico de expansão dos interesses do capital no campo e de controle da reação popular, iniciado desde os anos 1970, fortalecendo empresas nacionais e transnacionais do agronegócio que se instalam no semiárido para produzir *commodities* agrícolas, a partir de terra, água e mão de obra, facilidades de infraestrutura e de

financiamento, encontrando condições políticas e institucionais cada vez mais favoráveis (PONTES et al, 2012).

Debatida no M21, esta análise ancorou a decisão de buscar articular as lutas em curso no Baixo Jaguaribe a outros movimentos em territórios afetados ou ameaçados por perímetros irrigados. Daí nasceu a ideia de elaborar o Dossiê Perímetros Irrigados, para sistematizar o conhecimento já produzido sobre as relações entre esta política e os territórios “contemplados”, no intuito de facilitar a identificação dos elementos comuns na expropriação e opressão impostas a diferentes comunidades, e de disponibilizar aos movimentos sociais mais argumentos para incidir sobre ela, em defesa do modo de vida camponês.

Foram convidados a se somar a este esforço pesquisadores e pesquisadoras da Universidade Federal do Ceará - UFC, Universidade Estadual do Ceará - UECE, Universidade Estadual Vale do Acaraú - UEVA, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN e Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN. Constituiu-se, assim, um grupo interdisciplinar de estudiosos com formação nos campos da geografia, saúde, direito, educação e história, que já haviam realizado estudos sobre o tema e/ou acompanham e desenvolvem pesquisa sobre os processos em curso (DOSSIÊ PERÍMETROS IRRIGADOS, 2014).

O primeiro passo foi o estudo e discussão da história das políticas de irrigação, resultando na construção de um texto que resgata e analisa criticamente os aspectos históricos, econômicos, ambientais e sociais dos PI enquanto componentes das políticas públicas de desenvolvimento e combate à seca no semiárido nos últimos 40 anos. A partir do levantamento e estudo das teses, dissertações, artigos científicos, estudos de impacto ambiental e outros documentos oficiais ou produzidos pelos movimentos sociais sobre o tema, decidiu-se elaborar estudos de caso sistematizando as informações acerca de cada um dos cinco dos Perímetros Irrigados sobre os quais havia maior densidade de dados e análises disponíveis e que também representam a lógica de expansão do agronegócio no campo e de processos de resistência. São eles: PI Jaguaribe-Apodi-CE, PI Tabuleiro de Russas-CE, PI Baixo Assú-RN, PI Santa Cruz do Apodi-RN, PI Baixo Acaraú-CE (DOSSIÊ PERÍMETROS IRRIGADOS, 2015).

Nesse sentido, foi dado prosseguimento com intuito de analisar o conjunto dos estudos de caso para indicação dos elementos comuns e dos pontos estratégicos a serem ressaltados, dentro dos objetivos que sulearam a decisão política pela elaboração do Dossiê. Tal análise possibilitou a identificação da categoria *violação de direitos* como a que melhor permitiria a visibilizar os diferentes processos desencadeados pela política pública, na perspectiva dos que são/serão por ela afetados.

Foi então elaborada uma proposta de matriz analítica, contemplando os direitos violados nas fases de implantação e de operação dos PIs: terra/território, meio ambiente, água, trabalho, saúde e culturais. Estas matrizes foram apresentadas e discutidas com um amplo grupo de movimentos sociais do campo no Ceará e no Rio Grande do Norte, que referendaram sua estrutura e complementaram a descrição das violações nos perímetros (Quadros 12 e 13). Entretanto, a partir de suas experiências de organização e luta, apresentaram muitos exemplos de violação ao direito de *participação política*, e recomendaram que este também fosse analisado.

Quadro 12 – Direitos violados na fase de implantação dos Perímetros Irrigados estudados

Direito	Violações
Direito a terra e ao território	Expropriação/desapropriação, função social da terra levando a concentração e privatização da terra; desrespeito à segurança jurídica da posse, ao princípio da justa indenização, ao direito à moradia adequada, ao direito ao território; ausência de reassentamento digno, destruição de comunidades.
Direito à água	Negação do acesso a um bem público fundamental à vida; apropriação desigual, promovendo a privatização da água.
Direito ao meio ambiente	Desmatamento, comprometimento da paisagem e da biodiversidade; inundações, enchentes; irregularidades e limites do licenciamento ambiental
Direito ao trabalho	Inviabilização do trabalho dos camponeses e camponesas desapropriados; geração de desocupação, com perda de renda.
Direito à saúde	da soberania e da segurança alimentar das comunidades; desagregação das famílias; conflitos nas comunidades interferindo sobre as relações familiares e sociais; sofrimento psíquico e transtornos mentais - depressão, suicídios, alcoolismo; migração forçada gerando risco de exposição a violência, drogas, exploração sexual e doenças sexualmente transmissíveis
Direitos culturais	Desarticulação do modo de vida tradicional, perda de saberes e da cultura, ameaça à identidade territorial, exposição aos conflitos do modo de vida urbano na migração; difusão de “mitos” sobre o “atraso”; alterações na paisagem e patrimônio histórico e cultural.
Direito de Participação Política	Direito a participar no processo de tomada de decisão sobre os projetos que incidem sobre o território de vida das comunidades camponesas; não-reconhecimento da própria existência das comunidades à sua destruição; negação ou desqualificação do modo tradicional de vida; direito de informação sobre todas as características do projeto e suas implicações para os atingidos; não-reconhecimento das formas de organização social das comunidades e do direito à participação nas negociações como sujeitos políticos dos territórios.

Fonte: DOSSIÊ PERÍMETROS IRRIGADOS (2015).

Quadro 13 – Direitos violados na fase de operação dos Perímetros Irrigados estudados

Direito violado	Descrição
Direito à terra e ao território	Forma impositiva de novo modelo produtivo, via monocultura (fruticultura), levando a dificuldades de adaptação e posterior expulsão da terra; especulação da terra, inviabilizando o acesso dos camponeses à terra por meio de processo licitatório; expropriação, invasão e re-concentração da terra, gerando a perda da terra de produção e de moradia, portanto, a perda do território.
Direito à água	Falta de acesso dos camponeses à água potável; apropriação e/ou privatização das águas subterrâneas pelas empresas (sem taxação), dificultando as atividades da agricultura camponesa; contaminação da água de consumo humano por agrotóxicos; abastecimento e cobrança da água inapropriada para consumo humano por parte de órgão público (Prefeitura).
Direito ao meio ambiente equilibrado	Contaminação do ar, solo, água e alimentos por agrotóxicos; salinização de solos; assoreamento de cursos d'água; extinção de espécies de fauna e flora e introdução de espécies exógenas e pragas; descumprimento pelo Estado das políticas de proteção ao meio ambiente; falta de monitoramento e fiscalização.
Direito ao trabalho decente e digno	Oferta de empregos precários no agronegócio pela sazonalidade, remuneração, condições de trabalho, organização do trabalho com metas de produtividade baseadas na super-exploração, relações hierárquicas marcadas pela humilhação; descumprimento pelo Estado das Políticas Públicas de proteção do trabalho e dos trabalhadores.
Direito à saúde	Desrespeito pelas empresas da legislação sobre condições de segurança e saúde no trabalho; descumprimento pelo Estado das Políticas Públicas de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta, Saúde da Mulher, Vigilância em Saúde, Promoção da Saúde; contaminação dos trabalhadores e comunidades do entorno por agrotóxicos, repercutindo em intoxicações agudas e efeitos crônicos; riscos tecnológicos da mecanização da produção e acidentes de trabalho; aumento da violência, tráfico e uso de drogas ilícitas, gravidez precoce, doenças sexualmente transmissíveis; perda da soberania e segurança alimentar das famílias; aumento do consumo de alimentos industrializados; desamparo do Estado na garantia de direitos: vigilância da saúde, assistência, informação.
Direitos culturais	Desqualificação e desarticulação do modo de vida e produção tradicionais; perda de saberes e da cultura; difusão de “mitos” sobre o “atraso”, sobre a inexorabilidade do uso dos agrotóxicos.
Direito de Participação Política	Não-reconhecimento das formas de organização social das comunidades e do direito à participação nas negociações como sujeitos políticos dos territórios; desrespeito ao direito de greve; violência física e simbólica; enclausuramento e desrespeito ao direito de ir e vir das famílias resistentes nas comunidades em área do entorno dos PI.

Fonte: DOSSIÊ PERÍMETROS IRRIGADOS (2015).

Dessa forma, além da participação no debate acerca do quadro de *violações de direitos*, propuseram, ainda, a inclusão das “vozes dos territórios” no Dossiê, através de Cartas a serem elaboradas pelas comunidades afetadas, a partir de debates coletivos com movimentos sociais e comunidades camponeses, com a participação de pesquisadores, num processo que, em si, é também político-pedagógico.

Em relação à violação do direito a terra, por exemplo, pode-se mencionar a desconsideração ao direito de posse e as indenizações injustas. Essas violações ocorrem mediante o processo de expropriação da terra, no momento da desapropriação pelo Estado e, posteriormente, com a operação do perímetro, quando novas estratégias são utilizadas para expulsar os camponeses que conseguiram permanecer na terra. Segundo a Constituição Federal (1988), artigo 5º, inciso XXIV, a desapropriação, por necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, exige o pagamento de indenização prévia, justa e em dinheiro, direito que não tem se efetivado nas áreas de perímetros irrigados (DOSSIÊ PERÍMETROS IRRIGADOS, 2015).

De acordo com o que demonstram os estudos do Dossiê Perímetros Irrigados (2015), no caso dos perímetros instalados no Estado do Ceará e no Rio Grande do Norte, o pagamento de indenizações justas foram desrespeitadas pois, como parte significativa dos(as) camponeses(as) não tinham o título de propriedade em relação às terras que tradicionalmente ocupavam, suas indenizações foram pagas apenas em virtude das benfeitorias por eles(as) realizadas, além de desconsiderarem o direito de posse, já que a maioria das áreas desapropriadas correspondiam a terras ocupadas há muitas décadas por camponeses(as).

No Perímetro Irrigado (PI) do Baixo Acaraú (CE), por exemplo, 150 famílias desapropriadas para a instalação da primeira etapa das obras moravam na região há, pelo menos, 60 anos e, mesmo assim, tiveram seu tempo de posse desconsiderado, pois as indenizações que receberam foram responsáveis apenas pelo pagamento das benfeitorias, como pode ser verificado no estudo de Vasconcelos (2010), citado no Dossiê (2015).

Em relação ao Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (CE) o Dossiê também evidencia o prejuízo dos camponeses que tinham apenas posse hereditária das terras, no momento das desapropriações para implantação do perímetro. O problema atrela-se, sobretudo, à usucapião nas terras dos camponeses posseiros, realizado por de médios e grandes proprietários, vinculados ao poder político local, como foi mostrado anteriormente (FREITAS, 2010), questão detalhada no referido Dossiê.

As cartas dos territórios foram construídas a partir dos parâmetros da pesquisa-ação, participante e pedagogia do território. Participei da construção e realização das oficinas com os sujeitos dos territórios afetados ou ameaçados pela implantação dos perímetros irrigados (Perímetros Tabuleiros de Russas e Chapada do Apodi), problematizando a realidade a partir das seguintes questões: 1) Como os sujeitos viviam e se reproduziam naqueles territórios; 2) Que impactos os perímetros irrigados promoveram nos territórios após sua implantação e operação; e, 3) Quais as formas de resistências por parte dos camponeses e quais as demandas que os mesmos apresentavam para as políticas públicas. Em seguida, a discussão foi sistematizada através da construção da Carta, que aponta os elementos do debate.

No decorrer das oficinas os(as) camponeses e camponesas resistentes da área do Tabuleiros de Russas evidenciaram suas experiências, as problemáticas oriundas da expansão do perímetro, reivindicaram produção sem veneno, conforme suas antigas experiências e refletiram sobre a concentração de terra, elementos que constituíram a carta daquele território, conforme foi mostrado anteriormente. Participaram da oficina representantes de várias comunidades, principalmente da Comunidade Lagoa dos Cavalos.

A carta produzida pelos sujeitos sociais da Chapada do Apodi, apresentada na sequência, aponta as transformações que as comunidades vivenciaram, relatam sobre o modo de vida anterior a implantação do Perímetro e destacam diversos problemas nas comunidades e as demandas de políticas públicas: o acesso a terra para pequena produção de base orgânica, com respeito à natureza; o acesso à água de qualidade já atualmente consome água contaminada por agrotóxicos; saúde, pois hoje as condições são bastante precárias; moradia adequada; energia etc. Participaram da oficina sujeitos sociais das comunidades de Tomé e Carnaúbas.

As famílias viviam em suas residências onde também existiam pedaços de terras que eles plantavam milho, feijão, algodão, batata, jerimum e etc durante o inverno, e criavam porcos, galinhas, boi, cabras e etc. Viviam com mais tranquilidade porque eles moravam em locais com menos casas, menos pessoas e viviam como uma grande família ajudando uns aos outros e tinha menos violência. Apesar de ter alguns donos de terras, que tinham grandes áreas.

Vimos que com os projetos de irrigações trouxe coisas positivas e também negativas. Emprego podemos dizer que é uma coisa positiva na visão dos que são empregados, pois eles se sentem realizados com o salário para manter suas famílias, pois não imaginam o futuro e só no presente. Mas o impacto maior refere-se ao meio ambiente pois existem mais poluição, por isso nos levam a um futuro incerto, principalmente deixando com problemas na saúde levando o óbito. Outro maior problema é a má distribuição de terras, porque a terra só fica mais para os grandes empresários onde eles ofertam mais empregos sem respeitar o trabalho com equipamento de segurança de trabalho, assim polui mais rapidamente, sem pensar no ser humano, pois eles só pensam em lucros.

As resistências das famílias de nossas comunidades, muitas vezes é pouca de forma tímida, porque muitos são funcionários das empresas e por isso eles sentem um grande

temor e não participam com medo de perder o emprego e só existem resistências em alguns trabalhadores, devido os movimentos sociais que acontecem nas comunidades com o apoio de algumas instituições e associações que existe em quase todas as comunidades.

Existem muitas demandas de políticas públicas. Terra para todos os pequenos produtores para agricultura familiar, ambiente sem aceitar poluição, produtos produzidos de forma orgânica, moradia digna para os seus moradores, saúde, a falta diariamente no posto de saúde da comunidade de carnaúbas com um técnico de enfermagem que antes atuava, a falta de aparelhos que antes existia no posto. Ex. esterilizador, geladeira, termômetro, aparelhos de verificar a pressão arterial e de aerosol, cama de fazer exame de prevenção e a falta de medicamento nos posto, a demora para fazer exames e é apenas um médico para atender 6 comunidades e dá 1 dia de plantão no hospital do município de Quixeré, onde a comunidade fica com a necessidade de médico nos postos locais.

A energia em grande parte das casas das comunidades veio através de projetos das associações comunitárias e outros pelos órgãos governamentais e hoje em dia ainda existe a falta de iluminação pública em algumas ruas das comunidades.

A água de nossas comunidades é abastecida pelo SAAE de Limoeiro do Norte. Não é uma água de boa qualidade porque vem a céu aberto, sendo contaminada pelos agrotóxicos e algumas famílias possui cisternas de placas, que utilizam para cozinhar e beber e outros compram água para beber.

Mais vale ressaltar que estas demandas são colocadas pelas comunidades e movimentos porque os políticos só pensam em serem eleitos e depois são contra a população (CARTA DOS TERRITÓRIOS, COMUNIDADES DA CHAPADA DO APODI, 2014).

Após essas etapas a tarefa dos pesquisadores consiste na sistematização e análise de cada direito violado nos cinco casos estudados, de acordo com a área de atuação de cada componente, e com o apoio de estudiosos do campo do Direito, que facilitaram o confronto com a Constituição Federal, leis, decretos e portarias, apontando seu descumprimento ou mesmo a necessidade de instituição de novos direitos. Os textos, em fase de construção, resultantes destas análises foram submetidos à apreciação de outros pesquisadores e sujeitos coletivos, e debatidos em oficina com toda a equipe (Figura 41), na perspectiva de complementar os documentos e de integrar as diversas dimensões analisadas.

Essa primeira versão do Dossiê foi apresentada aos movimentos sociais dos territórios ameaçados e/ou atingidos (Figura 42), com objetivo de apresentar, debater e que elaborassem propostas para a garantia dos direitos, na perspectiva de demandas às políticas públicas, as quais constariam no Dossiê, bem como com intuito de construir ações de resistência.

Figura 41 - Debate sobre o Dossiê Perímetros Irrigados com pesquisadores e sujeitos sociais

Fonte: Arquivos da pesquisa, 2014

Figura 42 – Encontro dos territórios – apresentação e debate do Dossiê Perímetros Irrigados

Fonte: Bernadete Freitas, 2014

Entretanto, não foi possível sistematizar os encaminhamentos, em função, principalmente, das diferentes avaliações dos movimentos e entidades presentes em relação à reivindicação das áreas dos perímetros irrigados para os camponeses. A “dúvida” consiste em ter clareza se os perímetros fortalecem ou não o modo de vida e de produção dos(das) camponeses(as) no sertão nordestino, frente as condições atuais de convivência forçada com veneno etc. Daí o

encaminhamento ter sido o de estudar e debater melhor a questão, sobretudo, em relação à Política Nacional de Irrigação.

Na avaliação realizada pelos movimentos, ficou clara a necessidade dos mesmos se apropriarem de forma mais aprofundada das diferentes dimensões analisadas no Dossiê e de ampliarem seus espaços de encontro, debate e articulação, de maneira a permitir uma reflexão do real vivido em cada um dos territórios e dos processos de resistência em curso, para avançarem em suas articulações. As pesquisas desenvolvidas por parcela dos pesquisadores dessas universidades têm sido relevantes para os movimentos sociais e camponeses do Baixo Jaguaribe, tornando-se instrumento para suas lutas, bem como têm servido de subsídio ao Ministério Público Federal e outros órgãos públicos, no momento de diálogos e negociações com os movimentos sociais e comunidades camponesas atingidas e ameaçadas pelos perímetros públicos irrigados.

7.1.3 A luta por políticas públicas: construção e desconstrução do CERESTA Rural Zé Maria do Tomé

Nessa mesma perspectiva, pensando em contribuir com políticas públicas que realmente atendam aos interesses das comunidades camponesas e aos trabalhadores, o *Movimento 21* participou ativamente da construção do Plano de Ação do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador e Ambiente (CERESTA Rural Zé Maria do Tomé), com o propósito de torná-lo à serviço, principalmente dos trabalhadores adoecidos pelos agrotóxicos, questão ainda não efetivada.

O CERESTA foi pensado a partir da pressão de movimentos sociais, centrais sindicais, universidades, dentre outras entidades, em função do contexto de vulnerabilidade da região do Baixo Jaguaribe no que se refere às intoxicações dos trabalhadores rurais por agrotóxicos e contaminação ambiental. Além disso, por ser um território em disputa, com presença de movimento de resistência que consideram ser responsabilidade do SUS garantir o direito à saúde do trabalhador e do ambiente. Esses foram alguns dos elementos que justificaram a construção do Plano de Ação e a implantação de um CERESTA rural que estivesse em constante diálogo com movimentos sociais e comunidades e que fosse comprometido com a saúde, com o trabalho digno e compatível com a vida e com o meio ambiente saudável.

Para atender a esses requisitos, o CERESTA foi construído de forma diferente dos demais do Brasil, tornando-se referência nacional, antes mesmo de sua consolidação. O CERESTA foi apresentado em Brasília como experiência emancipatória de política pública no Brasil, por ser

o único a envolver os movimentos sociais e as universidades em sua construção, além do caráter diferenciado em relação aos demais em construção à época ou já existentes.

Dentre as principais características diferenciadas em relação aos demais CEREST's já implantados ou em implantação, sejam rurais ou urbanos, alguns elementos foram considerados fundamentais, frente as experiências anteriores, quais sejam:

- 1) A inserção do cuidado à saúde ambiental, daí ser denominado CERESTA, já que os demais incluem apenas a saúde do trabalhador, sendo chamados de CEREST. Após muitos debates, foi aceito pela justificativa que não poderíamos tratar um(a) trabalhador(a) adoecido(a) sem considerar o contexto em que trabalha. Isso implica em considerar o modelo de produção implantado na região, isto é, o *agronegócio*, que gerava, também, danos ao meio ambiente. Ou seja, quer saber aonde encontrar trabalhadores adoecidos e ambiente contaminado, siga os passos do agronegócio!;
- 2) O CERESTA teria de ser um órgão estadual, ao invés de municipal. Isso implicaria em superar problemas de descontinuidade dos trabalhos realizados pela equipe de profissionais da saúde e áreas afins, formada, muitas vezes, a cada gestão municipal por meio de favores políticos. Além de prejudicar o serviço pela descontinuidade, revelava uma falta de autonomia dos profissionais. Esse ponto era de extrema complexidade porque exigia uma alteração pelo governador em legislação da saúde do estado. Após pressão dos movimentos, foi assinada a portaria pelo governador, tornando o órgão estadual, com devida denominação CERESTA Rural, incluindo a questão ambiental.
- 3) Concurso público para equipe de profissionais, com perfil específico. Aqui, algumas diferenças: a) equipe ampliada por incorporar o meio ambiente e por considerar necessário, num trabalho que envolveria interdisciplinaridade; e, b) equipe com experiência em atividades do campo e em movimentos sociais, considerando o contexto de lutas na região.

Mesmo diante de todo o esforço dos pesquisadores do TRAMAS/UFCE e da FAIFADM/UECE em diversas reuniões, no contexto das lutas do Movimento 21 (Figura 43), o CERESTA encontrou um impasse ainda não resolvido. O governador se negou a fazer concurso público. Ofertou uma espécie de terceirização, não garantindo consenso com o movimento e universidades. Durante mais de um ano o Estado efetuou durante alguns anos, o pagamento do

aluguel de uma casa por R\$4.000,00 (quatro mil reais) para o CERESTA (Figura 44), sem funcionamento do serviço.

Figura 43 - Reunião com Secretaria da Saúde do Ceará

Fonte: Arquivos da pesquisa, 2014.

Figura 44 – Prédio do CERESTA Rural

Fonte: Bernadete Freitas, 2014.

Atualmente, construíram uma equipe mínima de gestores (três coordenadores), para gerir os recursos e a prefeitura transferiu outro órgão municipal da saúde para a referida casa, não realizando, portanto, sua devida função. Além disso, passou a receber servidores públicos que não adentem aos reais serviços que deveriam ser prestados pelo CERESTA, a partir de recursos do SUS/RENAS. Enquanto isso, os trabalhadores adoecidos, crianças com malformação e o ambiente contaminado aguardam pelo reparo mínimo do Estado, através da efetivação dessa política pública.

7.1.4 Intercâmbio como estratégia de luta, resistência e troca de saberes e experiências em transição agroecológica

Os intercâmbios envolvendo os territórios de resistência têm sido realizados pela Cáritas de Limoeiro do Norte, com participação de representantes das comunidades camponesas, das Universidades e movimentos sociais. Alguns também foram organizados pela Universidade (FAFIDAM/UECE), em conjunto com a organização de feiras agroecológicas. Esses intercâmbios constituem uma prática daqueles que defendem os princípios da agroecologia, bem como o caráter horizontal na forma de organização das lutas camponesas, materializadas nas rodas de conversa e troca de experiências.

Os intercâmbios têm o objetivo fortalecer as lutas camponesas, bem como trocar saberes acerca das experiências agroecológicas entre as comunidades e organização de lutas. Um desses intercâmbios foi realizado em 2014, no Rio Grande do Norte, envolvendo comunidades do Ceará (Potiretama e Lagoa dos Cavalos) e Comunidade do Rio Grande do Norte (Apodi), ambas ameaçadas pela construção de barragens e perímetros irrigados, além da participação de professores e estudantes das universidades (UECE/UFC) e representantes de movimentos sociais (MST) e sindicatos (Figuras 45).

Figuras 45– Intercâmbios entre os territórios camponeses, em Apodi (RN), 2014

Fonte: Bernadete Freitas, 2014.

Nesse intercâmbio, apesar das semelhanças dos problemas dos camponeses, os mesmos apresentavam bastante singularidade em seu modo de vida, de reprodução e saberes, demonstrando conhecimento, cooperação e solidariedade, alimentando a luta e a esperança. Por outro lado, os relatos demonstravam a perversidade do modelo hegemônico de produção, via *agronegócio*, e o papel do Estado, por meio de seus órgãos, negando seu modo de vida, gerando estratégias de invisibilidade e desqualificando os mesmos, questões presentes nos textos das políticas públicas de irrigação.

A comunidade de Potiretama, por exemplo, socializou a ameaça que vem sofrendo com a construção da Barragem do Figueiredo, localizada na região médio Jaguaribe, assim como outras comunidades vizinhas, como Lapa, o assentamento Oziel Alves (MST), dentre outros. A

comunidade Lagoa dos Cavalos, conhecida no Baixo Jaguaribe pelas experiências emancipatórias, tornou-se um espelho para as demais comunidades também pela resistência ao Perímetro Irrigado Tabuleiros de Russas, como foi mostrado anteriormente.

O caso das comunidades de Apodi é conhecido nacionalmente, inclusive registrado no documentário “O veneno está na mesa II”. São cerca de quarenta comunidades atingidas, direta e indiretamente, pelo Perímetro Irrigado Santa Cruz, em fase de construção. As comunidades o denominam de “o projeto da morte”, após conhecer, por meio de intercâmbio, os danos gerados pelos perímetros no Baixo Jaguaribe. Essas comunidades do Apodi têm vivenciado o mesmo processo ocorrido em Lagoa dos Cavalos, porém continuam lutando por agricultura agroecológica, conjugada à luta contra o capital.

Agroecologia tornou-se uma palavra da moda (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014) e, de certo modo, vem sendo cooptada pelo próprio Estado, como pode ser percebido na inserção do termo em determinadas políticas públicas orientadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, quando não corresponde a radicalidade que a concepção exige, isto é, como enfrentamento ao modelo de agricultura e de produção em curso (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

Nesse sentido, a *agroecologia* deve ser analisada como enfrentamento ao capital, materializado pelo agronegócio e seu pacote de destruição, envolvendo agrotóxicos, transgênicos, monocultura, exploração do trabalho, sujeição da renda da terra camponesa etc. Pensando a agroecologia a partir desse olhar crítico, visando mudanças estruturais na sociedade, é que se pode atribuí-la caráter revolucionário de construção de possibilidades de futuro e do presente. É nesse sentido que algumas experiências de feira agroecológica e de trocas de saberes etc vêm sendo desenvolvidas entre comunidades camponesas do Baixo Jaguaribe e outras regiões do Ceará e Rio Grande do Norte, como instrumentos de resistência e de enfrentamento ao agronegócio.

Ampla literatura tem apontado a agroecologia como perspectiva de transformação da sociedade, alicerçada em princípios éticos, envolvendo o respeito à natureza e aos saberes dos povos indígenas, camponeses, quilombolas etc., a partir de um olhar multidimensional da realidade e cientificamente interdisciplinar, dentre outros elementos (ALTIERI, 2002; CAPORAL, 2004, 2006; GLIESSMAN, 2001; GUETERRES, 2006). Cada enfoque, no entanto, apresenta certas especificidades, envolvendo diversas interpretações e definições.

Segundo Machado e Machado Filho (2014), o conceito de agroecologia, deve apresentar, necessariamente, o conceito de escala, “bem como contemplar as demandas sociais,

políticas, econômicas, ambientais, técnicas, energéticas, administrativas, éticas e de soberania alimentar” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 190). Esses autores destacam, ainda, que agroecologia promove o resgate da autonomia dos agricultores, que vem sendo destruída pelo agronegócio e menciona a incompatibilidade com o sistema vigente, sendo necessário o confronto com o agronegócio.

A agroecologia resgata a autonomia dos produtores, destruída pelo agronegócio. É uma proposta transformadora e sua aplicação está associada ao sistema socioeconômico, pois, se é verdade que a tecnologia não modifica o sistema econômico, é igualmente verdade que a aplicação dos princípios agroecológicos é incompatível com as grandes monoculturas, com os grandes confinamentos, com a concentração da posse da terra, com a quebra da biodiversidade, em síntese, com o sistema vigente. Há um confronto com o agronegócio e, por consequência, com o sistema capitalista. Omitir este fato real e decisivo é trabalhar com falsidades em que expressões como o ‘culto ao passado’, o ‘pequeno é belo’, a política do ‘baixo insumo’ são formulações equivocadas que, em última análise, servem exatamente aos interesses do agronegócio (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 190).

Desse modo, é importante compreender que a agroecologia não corresponde apenas a uma agricultura sem veneno, a exemplo de alguns formatos do “capitalismo verde”, como é o caso da produção orgânica do próprio agronegócio. A agroecologia remete uma mudança estrutural da sociedade, ou seja, além de uma agricultura sem veneno corresponde a uma agricultura sem injustiça social, dentre outros elementos.

Em se tratando de agroecologia, a literatura mostra que, na prática, se trata de uma experiência bastante antiga. Segundo Hecht (2002, p. 21) “o uso contemporâneo do termo agroecologia data de 1970, mas a ciência e a prática da agroecologia têm a idade da própria agricultura”. Do mesmo modo, os povos e as culturas milenares têm muito a ensinar, quando se trata de relação mais harmônica com a natureza e do resgate de experiências antigas, como mostra Caporal (2006, p. 1):

Os estudos antropológicos e sócio-históricos, os quais nos mostram, também, como comunidades Astecas, Maias, Incas e outras conseguiram desenvolver mecanismos e formas de produção amigáveis com relação ao meio ambiente e que levaram a um processo de coevolução que, mesmo quando incorpora mudanças, mantém o equilíbrio necessário para a permanência dos processos produtivos ao longo do tempo. Poder-se-ia dizer que são minorias e que seus modelos já não servem para o atual estágio de nossas sociedades industriais. Pode ser certo. Mas, também é certo que poderíamos ter aprendido (e ainda podemos aprender) algo com estas culturas milenares, e isto possivelmente teria nos levado a outro padrão de desenvolvimento.

Desse modo, as trocas de saberes, por meio de intercâmbios entre camponeses, em conjunto com pesquisadores, tornaram-se práticas daqueles que defendem a agroecologia. Essa perspectiva assegura o respeito ao saber camponês e trata de um componente importante, utilizado

como enfrentamento a postura de engenheiros agrônomos extensionistas, formados numa visão tecnicista e neopositivista, que defendem o agronegócio, incentivam o uso de agrotóxicos e negam as experiências camponesas e agroecológicas.

É nesse sentido que pesquisadores da FAFIDAM/UECE, no âmbito das atividades de extensão, promoveram um intercâmbio entre representantes do Acampamento Zé Maria do Tomé, na Agrofloresta do Sítio Vale da Biodiversidade, na serra de Baturité-Ceará, no período de 10 e 11 de outubro de 2015, com realização também de oficinas. Os camponeses conheceram a experiência de produção diversificada, sem uso de veneno, de comercialização por meio de cooperação entre agricultores e associações como alternativa em relação à *sujeição da renda da terra ao capital* (MARTINS, 1986), além de uma discussão sobre alimentação saudável, retiradas da própria floresta (Figuras 46).

Figura 46– Intercâmbio entre camponeses do Acampamento Zé Maria do Tomé e agricultor de agrofloresta, em Mulungu/CE, 2015.

Fonte: Bernadete, Freitas 2015

Fonte: Jair, 2015.

A experiência da agrofloresta, que corresponde a uma prática da agroecologia, entusiasmou os camponeses do Acampamento Zé Maria do Tomé e integrantes do grupo de extensão (professores e estudantes dos cursos de pedagogia, geografia e história), frente ao caráter emancipatório anunciado pelo idealizador do Vale da Biodiversidade, o Sr. Wagner, que contrata outros agricultores em determinados períodos da produção e vende seus produtos nas feiras de produção orgânica e agroecológica de Fortaleza-CE.

A luta por autonomia camponesa é percebida nas falas do Sr. Wagner, que demonstra a preocupação de não vender sua produção para atravessadores, daí ele mesmo vender seus produtos nas feiras e participar de associações, alternativa para livrar-se da sujeição da renda da terra ao capital. É notório, nas falas, o interesse dos acampados em levar esse aprendizado para a Chapada do Apodi, mesmo sabendo a dificuldade que irão enfrentar, pois estão cercados pelo agronegócio e agrotóxicos, que disseminam os danos e o modelo para camponeses, ao ponto de muitos deles não acreditar mais na possibilidade de produzir sem veneno.

A experiência, foi importante principalmente por debater e gerar a reflexão sobre as práticas dos acampados, sobretudo, em relação à comercialização e a respeito da necessidade de autonomia do campesinato, frente a *sujeição da renda da terra ao capital*. O estímulo à participação em feiras foi também um dos objetivos do intercâmbio, em função da participação de alguns acampados nas feiras realizadas no sindicato dos trabalhadores rurais de Limoeiro do Norte (duas vezes por semana), porém, ainda de forma incipiente.

Além disso, o intercâmbio pretendia incentivar a participação e construção da Feira de transição agroecológica do Acampamento, que ocorreu no dia 29 de outubro de 2015, durante a realização do I Encontro de Extensão da FAFIDAM/UECE, conforme registros na sequência (Figuras 48). Em conjunto com a feira, ocorreu uma roda de conversa com estudantes da Universidade, além de outras atividades como minicursos e palestras, objetivando a construção de espaços de debates sobre o papel da extensão e sua indissociabilidade da pesquisa e do ensino, evento registrado pela TV local online.

Os produtos da feira (hortaliças, feijão, frutas etc.) foram todos oriundos do Acampamento Zé Maria do Tomé, sem o uso de veneno ou de forma reduzida, visto que se trata de um processo de transição agroecológica. Além disso, a feira contou com artesanatos e condimentos caseiros, o que chamou bastante a atenção dos(as) professores(as) e estudantes da cidade, que convivem com os problemas dos agrotóxicos, há décadas. E no cartaz uma das palavras de ordem do Acampamento: *“tirem as mãos, a chapada é nosso chão!”*, denotando a luta pela terra e por território na Chapada do Apodi.

Dentre os encaminhamentos do I Encontro de Extensão, sistematizados na mesa de encerramento (com a presença da pró-reitora de extensão da UECE e das professoras do programa de extensão,) foram acordados: 1) O compromisso da Universidade (FAFIDAM/UECE), através do programa de extensão, realizar a feira agroecológica; 2) Inserção da Universidade nos territórios do Vale do Jaguaribe, inicialmente, por meio da realização de eventos (ciclos de palestras, mesas redondas, seminários etc) com a presença de sujeitos dos territórios que apresentem suas demandas

de conhecimento (pesquisas) e de extensão; e, 3) A formação de um Grupo de Pesquisa Interdisciplinar com intuito de desenvolver pesquisas sobre as problemáticas da região, que fomentem às atividades de extensão e contribuam com os processos de ensino e aprendizagens. A ideia é que o Grupo de Pesquisa mantenha articulações com outros grupos de pesquisas e demais interessados em fortalecer processos emancipatórios.

Figura 47 – Registros da Feira Agroecológica do Acampamento Zé Maria do Tomé na FAFIDAM/UECE

Fonte: Bernadete Freitas, 2015.

O enfrentamento ao modelo de agronegócio e aos agrotóxicos no Baixo Jaguaribe, nesse sentido, envolve uma articulação entre grupos das Universidades, em conjunto com a coesão de lutas dos movimentos sociais, pesquisadores de outras das universidades, entidades e sujeitos sociais etc. O desafio atual parece ser o de assegurar que os camponeses tenham o direito de se reproduzir de forma mais saudável e conforme sua condição, lugar histórico e classe social

(SHANIN, 1983), na medida que seus interesses se diferenciam da lógica da acumulação. Para tal, Marx já alertava sobre essa necessária ajuda que os camponeses necessitariam para constituir-se enquanto classe social, como foi discutido no decorrer deste trabalho.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando como referência as reflexões sociológicas e econômicas de Martins (1980) acerca da *sujeição da renda da terra ao capital* e da *renda da terra* por Marx no livro “O Capital”, também analisada por Oliveira (1981; 2007), considero, a partir de uma análise geográfica, que a concepção de *in-sujeição do território camponês ao capital* se aproximaria melhor da realidade do campo contemporânea. Ressaltando que *o território camponês* é analisado a partir de suas *frações* ou *unidade*, compreendido no âmbito da totalidade. Significa dizer que a *in-sujeição do território camponês ao capital* envolve a sujeição/insujeição não somente relacionada à *renda da terra*, mas também às demais dimensões da vida camponesa que constituem as *frações de territórios*, não se circunscrevendo apenas aos elementos econômicos, embora condição essencial para sua reprodução social.

A compreensão sobre o conceito de *in-sujeição do território camponês ao capital* perpassa pelo entendimento da realidade do campo a partir de um processo dialético, da forma contraditória e combinada pela qual o desenvolvimento do capitalismo atinge o espaço agrário brasileiro. Significa dizer que embora os camponeses mantenham-se subordinados ao capital, há, em geral, uma reação de resistência por parte significativa desses sujeitos, a partir da luta de classe, da luta cotidiana para manter sua cultura, seu modo de vida, permeada pelo conjunto de relações que correspondem e materializam seu território ou frações do mesmo e pela forma de pensar o mundo.

Os agrotóxicos participam dessa *in-sujeição do território camponês ao capital*. A *insujeição* é verificada quando ocorre a resistência por parte de *frações do território camponês* visando a não utilização de agrotóxicos ou à transição agroecológica, como reação e tentativa de manter seu modo de vida e de (re)produção. Por outro lado, na medida que o camponês incorpora o pacote tecnológico, tendo os agrotóxicos um forte componente desse pacote, alterando, assim, o modo de vida, de produzir e de pensar o campo é efetivado um processo de *sujeição*, não significando que deixou de ser camponês.

O *território*, nessa perspectiva, compreende-se como uma expressão concreta da luta de classe, materializada pela sociedade a partir da produção da sua existência (OLIVEIRA, 1999,

p. 74), mas também como um *espaço de vida camponesa*, da diversidade das culturas, local da residência das famílias, em que as relações sociais que conformam o *território* ou a *fração do território* (MARQUES, 2000; 2008) revelam identidade, resistências pela manutenção do modo de vida camponês e relações de poder internas e externas ao território com outros sujeitos ou classes sociais.

O capital não impõe somente o que produzir e a forma de produzir, mas o que pensar, o que gostar, o que sentir, o que ouvir, o que falar. Impõe um modo de vida aos camponeses/as. No contexto da *mundialização*, tenta impor tudo à todos e pintar tudo e todos com sua única cor cinzenta, como estratégia de homogeneizar demandas a nível mundial, conforme mostrou Chesnais (1996, p. 8). Dialeticamente, o colorido resiste, assim como a heterogeneidade, daí a materialização de uma lógica contrária a essa imposição, pautada na solidariedade, nas relações sociais de produção com base na coletividade presentes nas resistências, embora em proporções inferiores a essa primeira, pela *dissimetria de poder* (RAFFESTIN, 1993) presente nas relações sociais que constituem as *frações dos territórios*.

Os agrotóxicos são exemplos dessa imposição, por meio da disseminação da ideia da ampla produtividade por parte do Estado e do agronegócio, entretanto, ocultam os malefícios acarretados aos camponeses, trabalhadores rurais e à sociedade de modo geral. A *sujeição do território camponês ao capital* via capital comercial e industrial de agrotóxicos impõe alterações em diversas dimensões da vida camponesa, tais como:

- a) a mudança do modo de produzir, pelo uso constante de agroquímicos; adequação às novas exigências do preço de mercado, comandada pelas empresas oligopolistas que controlam a indústria química, bem como pelas lojas que comercializam agrotóxicos e mantém relação direta com o camponês;
- b) gastos em relação ao cumprimento de legislação específica, como o descarte das embalagens por exemplo; a exposição constante aos agrotóxicos, tornando-se reféns dos venenos que levam ao adoecimento e até ao óbito, processo que também gera custos aos camponeses, pois o Estado não tem assegurado tratamento adequado aos mesmos, inviabilizado, inclusive, pela não arrecadação de impostos, em função das isenções fiscais sobre os agrotóxicos ofertadas pelo Estado;
- c) o controle do modo de pensar o campo, promovendo a separação da sociedade com a natureza, a partir da ideia disseminada de que só é possível produzir e garantir produtividade se for por meio do uso de venenos, inclusive com o uso de forma “preventiva” (mesmo sem a presença de insetos), ao passo que cria o descrédito

nas formas milenares de produção de alimentos sem agrotóxicos, em que a relação com a terra e com a natureza era parte da própria agri-cultura camponesa;

- d) a migração de “pragas” em espaços vizinhos, inviabilizando as experiências em transição agroecológica, o que tem levado ao uso de agrotóxicos por alguns camponeses e, conseqüentemente, à sujeição camponesa.

A *insujeição do território camponês ao capital* ocorre de forma antagônica, e, muitas vezes, concomitante. A resistência e a territorialização camponesa são as marcas desse processo, no qual frações do território camponês lutam contra a sujeição da renda da terra e contra a destruição do seu modo de vida; resistem à produção com veneno e buscam a transição agroecológica, desenvolvendo estratégias de produção, no sentido de assegurar sua vida e sua autonomia de produzir e comercializar. A resistência demonstra a luta por liberdade do que produzir, de como produzir, de como vender e obter renda justa, fruto do seu trabalho. Envolve uma produção que independa de venenos, forjada dentro de uma lógica solidária e de coletividade, conformando a permanência e o fortalecimento do *território camponês*.

Nesse contexto, a ciência também entra em disputa. Alguns professores/pesquisadores e técnicos de órgãos do Estado fortalecem a *insujeição do território camponês ao capital*, postura que traduz seus princípios éticos e uma visão social de mundo cujo ensejo reflete a defesa da vida, da coletividade e de uma sociedade mais humanizada, pautada em lógica diferenciada da acumulação. Outros pesquisadores/pesquisadores e técnicos de órgãos do Estado reafirmam e criam estratégias para alimentar a *sujeição do território camponês ao capital*, a partir de uma perspectiva anti-ética, individualista, reforçando uma visão de mundo voltada aos interesses individuais, da acumulação, em detrimento da vida e da coletividade.

Além dessas questões, é importante retomar alguns elementos mais específicos da tese defendida nesta investigação, refletindo as inquietações e questionamentos que embasaram e motivaram este estudo. Nesse sentido, verificou-se que a reprodução e resistência camponesa ocorrem nas áreas de perímetros irrigados, lócus do capital no Baixo Jaguaribe, como materialização da teoria da recriação e reprodução camponesa, a partir do desenvolvimento contraditório e combinado, conforme mostra Ariovaldo Umbelino de Oliveira, questões apresentadas ao longo do trabalho. Esse processo foi verificado nas áreas dos perímetros irrigados estudadas, pelas lutas e resistências camponeses, embora subordinados ao capital em alguns momentos, conforme a análise da teoria da sujeição da renda da terra camponesa ao capital de José de Souza Martins.

Em relação ao uso de agrotóxicos como elemento da *sujeição da renda da terra camponesa*, também pôde ser verificado na área de estudo, embora não aconteça apenas pelo uso de agrotóxicos. Nas áreas investigadas, tratou-se de uma abordagem de difícil análise, pois envolve a recusa dos sujeitos investigados de falarem sobre os agrotóxicos, tanto os camponeses, como os empresários, sejam os produtores, sejam os comerciantes de agrotóxicos. Diante dos danos causados pelos agrotóxicos, das denúncias, da violência, há uma forte dificuldade de coletar dados primários acerca desse tema. Em relação às informações junto aos órgãos do Estado responsáveis pela fiscalização do uso de agrotóxicos etc., trata-se de situação análogo. Além disso, os últimos anos de seca impediram que os camponeses plantassem por longos períodos, dificultando, em alguns momentos, a coleta de dados sobre o uso de agrotóxicos pelos camponeses.

Apesar dessas dificuldades foi possível evidenciar a sujeição da renda pelo uso de agrotóxicos com base em dados qualitativos. A esse respeito constatou-se que os camponeses das áreas de perímetros irrigados, em geral, utilizam maior quantidade de agrotóxicos do que os camponeses das áreas de assentamentos de reforma agrária, conseqüentemente, a perda da renda da terra pelo uso de agrotóxicos é mais expressiva nesse primeiro caso, com exceção de comunidades camponesas ou de camponeses individuais que desenvolvem experiências em transição agroecológica.

No caso do Perímetro Irrigado de Morada Nova, na comunidade Setor 3, a perda da renda da terra da terra pelo uso de agrotóxicos varia entre 30% e 70%, em relação à renda total. No caso do Assentamento Bernardo Marin II e Acampamento Zé Maria do Tomé, a perda da renda da terra pelo uso de agrotóxicos varia entre 10% e 20%. Em relação à comunidade de Lagoa dos Cavalos, bem como algumas experiências de alguns camponeses na Chapada do Apodi, nas comunidades Tomé e Lagoinha, o percentual é semelhante às áreas dos assentamentos rurais. Nesses casos, o uso de agrotóxicos ocorre em algumas culturas e de forma reduzida, se comparada ao agronegócio.

No caso do agronegócio, a utilização acontece semanalmente, como forma “preventiva”, mesmo que não tenha inseto (“praga”), questão bastante preocupante. Mais alarmante ainda é o incentivo e, às vezes, a imposição do uso de agrotóxicos aos camponeses, tanto através de “parceria” (sujeição) como pela migração dos insetos para as áreas dos camponeses, como é o caso de Lagoa dos Cavalos e Bernardo Marin II. Nesses casos, os camponeses utilizam produtos naturais e, quando não conseguem controlar os insetos, tendo que aplicar de uma a duas vezes no decorrer de uma safra. A imposição do uso de agrotóxicos pelos camponeses tem ocorrido

desde a segunda metade do século XX, processo que foi verificado através da análise das políticas públicas direcionadas ao campo brasileiro, com base em ampla literatura sobre esse tema.

No estudo analisado, a sujeição camponesa acontece de forma conjunta, entre a atuação do Estado, via DNOCS e a inserção do agronegócio, incentivado e assegurado por esse primeiro. A perda da biodiversidade, frente ao desmatamento e as transformações no modo de produzir, com a introdução da monocultura, levam, conseqüentemente, ao uso de agrotóxicos nas áreas de perímetros irrigados. Em seguida, influenciam e impõem o uso aos camponeses, que ficam ilhados pelas terras do agronegócio, restando-lhes aderir ao uso de agrotóxicos. Daí decorrem outras formas de sujeição, como a “parceria” entre camponeses e empresas. Esse processo culmina com a transferência da renda da terra para a indústria e comércio de agrotóxicos, implicando, ainda, nas intoxicações e contaminação humana e do ambiente.

Correlacionando os dados das intoxicações no Nordeste e no Ceará, verificou-se que os índices de intoxicações coincidem com as áreas de perímetros irrigados coordenados pelo DNOCS, com os pólos de irrigação do Vale do São Francisco, coordenados pela CODEVASF, que são áreas de expansão do agronegócio. No caso do Ceará, as intoxicações nos municípios que incorporam perímetros irrigados (DNOCS), destacam-se Sobral, Bela Cruz, Varjota, Limoeiro do Norte e Morada Nova, como os municípios incluídos entre os que apresentem os maiores índices de intoxicação.

Vale lembrar que o domínio da terra e da água é a condição primeira para o desencadeamento de diversos outros problemas, inclusive o uso de agrotóxicos. Apesar de a crise da água ter provocado o fechamento de empresas do agronegócio na área de estudo, as terras permanecem sob seu domínio, o que permite continuarem obtendo renda fundiária, pago pelo conjunto da sociedade mesmo sem sua utilização (MARTINS, 1986), a partir do mercado de terras após a implantação dos perímetros públicos irrigados. Além disso, a inserção das empresas nos perímetros irrigados configura um dos principais parâmetros para assegurar a sujeição da renda da terra camponesa ao capital, por conta do modelo disseminado e imposto aos camponeses.

Analisando a questão da terra, água e a questão da reintegração de posse direcionada ao Acampamento Zé Maria do Tomé, no Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, a partir dos elementos abordados no decorrer desta tese, é possível verificar diversas questões que apontam a insustentabilidade da referida reintegração. Algumas dessas questões merecem detalhamento, visto que explicitam a inconsistência e seu caráter injusto da reintegração, se analisada de forma processual, compreendendo as condições histórico-sociais de formação dessa fração de território,

os pressupostos e interesses político-econômicos e a dissimetria de poder que permeia as relações entre os sujeitos envolvidos nesse processo:

- a) Os camponeses estão lutando para retornar à terra que lhes pertence. Como foi mostrado neste trabalho, desde o início da desapropriação das terras, os camponeses enfrentam processos de injustiça social, a exemplo da desapropriação por usucapião que prejudicou os camponeses posseiros, visto que alguns deles não receberam indenizações e, embora o processo de desapropriação tenha ocorrido pelo DNOCS, que não tomou qualquer providência, à época, o DNOCS tem conhecimento dessa injustiça cometida contra posseiros. Nesse sentido, a afirmação dos camponeses é legítima: *“a chapada é nossa, a chapada é do povo”*.
- b) Após alguns anos de funcionamento do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, aconteceu a expropriação de 81% dos pequenos agricultores, problema gerado pela cooperativa, à época, gerida por um representante do poder político local, não recebendo qualquer punição. Os camponeses ficaram com a dívida no banco, levando-os à expulsão do perímetro. Como os próprios camponeses relatam: *“a cooperativa acabou com nós, ficamos com uma dívida que não era nossa, o povo tudo disintendido assinava os papel e pronto, quando viram tava com a dívida enorme que não fizemo”*;
- c) Após o levantamento do DNOCS, em 2009, verificou-se que diversas empresas estavam irregulares no projeto. O TAC constitui-se uma espécie de conciliação para não afetar as empresas. Mesmo assim, o DNOCS não cumpriu com a determinação da Justiça, conforme o prazo estabelecido no TAC (em anexo), no sentido de destinar as terras para pequenos agricultores da Chapada. A ocupação da segunda etapa foi motivada exatamente pelo não cumprimento do TAC por parte do DNOCS, daí os camponeses terem ocupado exatamente a área (1.000 hectares) que deveria ter sido destinada aos mesmos, desde o ano de 2010, conforme foi previsto no TAC;
- d) As justificativas do DNOCS são inconsistentes em relação às acusações, por exemplo, da interrupção da água do canal de irrigação, questão que ocorreu nas primeiras semanas da ocupação, sendo que a água foi liberada logo em seguida pelos acampados, após as primeiras reuniões de negociações com os órgãos do Estado, questões verificadas, de forma sistemática, em trabalhos de campo;
- e) Existe um processo de negociação em curso desde o ano de 2014, materializado pela formação de um Grupo de Trabalho Interinstitucional GTI, entre os diversos órgãos do governo, movimentos sociais, entidades e universidades (MI, INCRA, DNOCS,

MST, FAFIDAM/UECE; CÁRITAS etc), no sentido de construir um projeto para o Acampamento Zé Maria do Tomé;

- f) Os camponeses têm realizado um esforço para desenvolver experiência em transição agroecológica, mesmo sem ajuda do Estado. Suas características apresentam grande potencialidade para produção de alimentos saudáveis, visto que a lógica camponesa pressupõe a diversidade de culturas, formas justas nas relações de trabalho, estratégias diante das crises econômicas, como a ajuda mútua, a cooperação etc, mostrado por ampla literatura no Brasil e no mundo. Esse é um elemento central. A tese mostrou pesquisas científicas comprovando que os municípios do Baixo Jaguaribe que incorporam perímetros irrigados e o modelo de agronegócio (intensivo em agrotóxicos) apresentam 38% a mais de mortalidade por câncer, além de outros estudos que evidenciam a contaminação da água e do ar na região.
- g) Por fim, não há sentido realizar essa reintegração, pois um novo processo de negociação foi aberto, como a participação do governo do Estado. Em setembro de 2017 foi construído um “Estudo Propositivo para Criação do Assentamento Irrigado Zé Maria do Tomé no Contexto do Território da Agricultura Familiar Camponesa na Chapada do Apodi”, através de parceria entre a Universidade (UECE/FAFIDAM) e a Secretaria do Desenvolvimento Agrário, através da Coordenadoria de Desenvolvimento Territorial e Combate à Pobreza Rural”, com intuito de solucionar o conflito agrário e efetivar essa política pública do Acampamento Zé Maria do Tomé, na Chapada do Apodi.

Em relação ao Estudo Propositivo para o Acampamento, este tem como propósito contribuir para reparar, minimamente, os danos causados pelo Estado e empresas na Chapada do Apodi e Baixo Jaguaribe. A resolução do conflito na Chapada do Apodi significa assegurar políticas públicas fundamentais à reprodução dos camponeses do Acampamento Zé Maria do Tomé. O governo do Ceará, apesar de ter demonstrado interesse em solucionar o problema, se faz necessário maior empenho no sentido de disponibilizar o recurso previsto para essa finalidade. Esse processo dependerá também da participação dos demais órgãos envolvidos na questão, a exemplo do DNOCS.

Dentre esses elementos uma questão parece crucial: a terra pertence ao povo da Chapada do Apodi! Portanto, o DNOCS precisa reparar a situação de injustiça social cometida contra os camponeses ao longo dos anos, embora alguns danos mostrem-se irreparáveis, diante das implicações do modelo de agronegócio instalado naquele território, como pode ser verificado na

Ação Civil Pública, apresentada em anexo deste trabalho. O diálogo confere uma prerrogativa inviolável de qualquer instituição ou servidor público. O DNOCS escolhe caminho inverso na medida que dar prosseguimento a essa reintegração de posse. Enquanto entidade pública, que deveria servir aos interesses das populações do campo, tem evitado escutar os camponeses, que gritam em alto e bom som: “tirem as mãos, a chapada é nosso chão!”.

Portanto, a compreensão do campesinato como categoria analítica constitui-se um importante ramo da geografia no mundo contemporâneo, frente ao papel que os camponeses e as camponesas desempenham na produção dos *espaços* e construção do *território*, permeadas por relações mais solidárias, do ponto de vista societal e com a natureza. Reside nesse processo a necessária análise das particularidades desses sujeitos sociais, contextualizando-as com a questão agrária e relacionando-as com a totalidade. A expressão desse fenômeno no Baixo Jaguaribe torna-se, assim, uma realidade fecunda para os estudos do campo brasileiro.

Referências

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço, polarização e desenvolvimento**: a teoria dos polos de desenvolvimento e a realidade nordestina. 4. ed. (revista e atualizada). São Paulo: Brasiliense, 1977.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. Ed. São Paulo: Edusp, 2007. [1992].
- ALVES, Maria Odete. **Mercado, arame e Estado**: recursos comuns e resistência em Lagoa dos Cavalos no sertão do Ceará. 341f. Tese de Doutorado (Centro de Desenvolvimento Sustentável – Universidade de Brasília), Brasília, 2012.
- ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.
- ARAÚJO, Sergiano de Lima. **O gosto amargo das frutas nas terras do senhor**: a territorialização da produção capitalista e as disputas territoriais entre o agronegócio e o campesinato na região do Baixo Jaguaribe (CE). 246f. Tese de Doutorado (Universidade Federal do Ceará), Fortaleza, 2016.
- BANCO MUNDIAL. **Impactos e externalidades sociais da irrigação no semi-árido brasileiro**. Brasília, 2004. (Série Água Brasil, v.5).

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **A fruticultura no Nordeste semiárido**: internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho. 376 f. Tese de Doutorado (Universidade Estadual Paulista – UNESP), Presidente Prudente, 2012.

BOCHNER, R. Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (Sinitox) e as intoxicações humanas por agrotóxicos no Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, 12 (1), 2007. p. 73-89.

BOMBARDI, Larissa M. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e Agricultura Familiar”. In: **Geosp.** nº 14, São Paulo, 2003. (p. 107-117).

_____. **O bairro reforma agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. **Campesinato, luta de classe e reforma agrária** (A Lei de Revisão Agrária em São Paulo). 832f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo-USP), São Paulo, 2005.

_____. A dialética e a geografia agrária na obra de Ariovaldo Umbelino de Oliveira. In: FERNANDES, Bernardo Mançano Fernandes.; MARQUES, Marta Inez Medeiros.; SUZUKI, Júlio Cesar. (orgs). **Geografia agrária**: teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007. (p. 315-337).

_____.; et. al. Desafios da produção agrícola camponesa nos assentamentos de reforma agrária assentamento Milton Santos - Americana/SP. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, 2009 (p. 1-24).

_____. Desafios da produção agrícola camponesa nos assentamentos de reforma agrária: Assentamento Milton Santos – Americana/SP. In: **Anais do XVI ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS**, Porto Alegre-RS, 2010.

BOMBARDI, L. M.. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. *Boletim Dataluta*. NERA, Presidente Prudente, 2011a p. 1-21. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/artigodomes/9artigodomes_2011.pdf>. Acessado em: 11 ago. 2016.

_____. A intoxicação por agrotóxicos no Brasil e a violação dos direitos humanos 2011b. In: Direitos humanos no Brasil 2011: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo: Expressão Popular. Disponível em: <<http://www.social.org.br/index.php/relatorios/relatorios-portugues/137-direitoshumanos-no-brasil-2011.html>>. Acessado em: 11 ago. 2016.

_____. Agrotóxico e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro. In: MERLINO, Tatiana.; MENDONÇA, Maria Luisa (org). **Direitos humanos no Brasil 2012**: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2012. (p.75-85).

_____. Violência silenciosa: o uso de agrotóxicos no Brasil. **Anais do VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária**: Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013.

_____. **Pequeno ensaio cartográfico sobre o uso de agrotóxicos no Brasil**. São Paulo: Laboratório de Geografia Agrária - USP. Blurb, 2016.

_____. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH: USP, 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. *A irrigação no Brasil: situação e diretrizes*. Brasília: IICA, 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Lei nº. 12.787, de 11 de janeiro de 2013. Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12787.htm>. Acessado em: 30 maio. 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei 7.802, de 11 de julho de 1989. Disponível em <<http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method=recuperarTextoAtoTematicaPortal&codigoTematica=1264996>> Acesso em: 21 de mar. 2016.

BUAINAIN, Antonio Marcio; GARCIA, Junior Ruiz. Polos de Irrigação no Nordeste do Brasil. *Confins* [Online], n 23, 2015. Disponível em: <<http://confins.revues.org/10031>>. Acesso em: out. 2017.

CAVALCANTE, Leandro Vieira. **Levantamento de teses e dissertações sobre o Baixo Jaguaribe/CE**. PROPGEO/UECE: Fortaleza, 2017.

CÁRITAS DIOCESANA. *A viagem pela Chapada do Apodi*. Limoeiro do Norte: Empório da Imagem, 2015, ISBN 978-85-67117-10-2 (CARTILHA).

CASTRO, Josué. A reivindicação dos mortos. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **Josué de Castro: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. In: CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2006.

CARNEIRO, Fernando.; RIGOTTO, Raquel.; PORTO, Marcelo Firpo.; et. al. Agrotóxicos, saúde e direitos humanos. In: MERLINO, Tatiana.; MENDONÇA, Maria Luisa (org). **Direitos humanos no Brasil 2012: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2012. (p.87-92).

CARNEIRO, Fernando Ferreira, AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva; RIGOTTO, Raquel Maria et al (orgs). **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de; Mendes, José Ernandi. Práxis educativa do Movimento 21 na resistência ao agronegócio. **Interface: a journal for and about social movements**. Volume 6 (1): 45 -73. (Maio 2014).

CEARÁ. (ESTADO). (2015). Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (ADECE). *Perfil da produção de frutas Brasil, Ceará 2013*. Disponível em: <<http://www.adece.ce.gov.br/index.php/downloads/category/7-projeto-leite-ceara?download=28%3Aestrategias-para-o-agronegocio-cearense>>. Acessado em: 29 maio. 2015.

CHAYANOV, Alexandre V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Ed. Nueva Vison, 1974.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. Mundialização: o capital financeiro no comando. Tradução de Ruy Braga. [s/l]. **Revista Les Temps Modernes**, 607, 2000. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-5-Artigo-02.pdf>>. Acessado em: 10 out. 2016.

COMPANHIA DE GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS. **Plano de gestão participativa dos aquíferos da bacia Potiguar, Estado do Ceará**. Fortaleza-CE, 2009. (Relatório Técnico).

COSME, Claudemir Martins. **A expulsão de camponeses assentados como uma das faces da contrarreforma agrária no Brasil: um estudo da evasão nos assentamentos rurais do Ceará**. 292f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2015.

DINIZ, Aldiva Sales. **Trilhando caminhos: a resistência dos camponeses no Ceará em busca de sua libertação**. 240f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, 2009.

DEMO, Pedro. **Princípio educativo e científico**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS. **Levantamento agroeconômico social do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi**. Fortaleza-CE, 2009. (Relatório Técnico).

DOSSIÊ PERÍMETROS IRRIGADOS (on line). **Perímetros irrigados e a expansão do agronegócio no campo: quatro décadas de violações de direito no semiárido**. Rigotto, R.; FREITAS, Bernadete Maria Coêlho (orgs), 2014. Disponível em: <<http://dossieperimetrosirrigados.net/>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

ELIAS, Denise (org.) O novo espaço da produção globalizada. Fortaleza: FUNECE, 2002.

_____.; SAMPAIO, José Levi Furtado (orgs). **Modernização excludente**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

_____. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, Denise, PEQUENO, Renato (Orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: BNB, 2006.

ENGEL, G. I. Pesquisa-ação. Curitiba, **Educar**, n. 16, p. 181-191, Editora da UFPR, 2000.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação.** Uma introdução ao pensamento de Paulo. Tradução de Kátia de Melloe Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FERNANDES, Bernardo Mançano. MST: **Formação e territorialização.** São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

_____. Brasil: 500 anos da luta pela terra. São Paulo. **Revista reforma agrária.** Volume 28 - nº. 1, 2 e 3 - JAN/DEZ de 1998 e volume 29 - nº 1 JAN/AGO de 1999.

_____.; WELCH, Clifford Andrew. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (org.) **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual.** São Paulo: Expressão Popular, 2008. (p. 45-69).

FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. **Marcas da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará.** 181f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

_____. Marcas do agronegócio no território da Chapada do Apodi. In: RIGOTTO, Raquel Maria (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE.** Fortaleza: UFC; Expressão Popular, 2011.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas.** V. I. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

_____. **Divisão territorial brasileira.** Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 32ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GAMA, Allyne F.; OLIVEIRA, André H. B de.; CAVALCANTE, Rivelino M. **Inventário de agrotóxicos e risco de contaminação química dos recursos hídricos no semiárido cearense.** *Quím. Nova* [online]. 2013, vol.36, n.3, pp. 462-467. ISSN 0100-4042.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável.** Segunda Edição. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

GUETERRES, Ivani. **Agroecologia militante: contribuições de Ênio Gueterres.** São Paulo: Expressão popular, 2006.

HAGUETE, Teresa M. Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia.** Petrópolis: Vozes, 1985.

HAGUETTE, T.M.T. **Metodologias qualitativas na sociologia.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HECHT, Susanna. **A evolução do pensamento agroecológico**. In: ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002.

KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEFEBVRE, Henri. **El materialismo dialectico**. Buenos Aires: Editorial La Pleyade, 1975.

_____. **A produção do espaço**. Tradução “Grupo as (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”, do Núcleo de Estudos Urbanos da UFMG. Do original: *La production de l'espace*. 4 ed. Editions Anthropos, 2006.

LÊNIN, Vladimir I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LIMA, Luiz Cruz.; VASCONCELOS, Tereza Loiola.; FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. **Os novos espaços seletivos no campo**. Fortaleza: EdUECE, 2011.

LONDRES, Flávia. **Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida**. 1. ed. Rio de Janeiro: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011.

LOWY, Michel. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Tradução de Henrique Carneiro. **Revista Actuel Marx**, 18, p 73-79, 1995.

_____. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 9. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. V. I e II. Tradução de Marijane e Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas. 3.ed. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

LIMA, Lauro de Oliveira. **Na ribeira do rio Das Onças**. Fortaleza: Assis Almeida, 1997.

MAIA, Rubson Pinheiro. **Planície Fluvial do rio Jaguaribe: evolução geomorfológica, ocupação e análise ambiental**. 2005. 148f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **A dialética da agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MARINHO, Alice M. P.; CARNEIRO, Fernando F.; ALMEIDA, Vicente E. Dimensão socioambiental em área de agronegócio: a complexa teia de riscos, incertezas e vulnerabilidades In: Rigotto, R. (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no baixo Jaguaribe/CE**. Fortaleza: Edições UFC, 2011. (p. 166-214).

MARQUES, Marta Inez de Medeiros. **De sem-terra a “posseiro”**: a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da Reforma Agrária – o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velho-GO. 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n 12, p. 57-67, 2008.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. 3. ed. Tradução Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **O Capital**. Crítica da economia política, livro terceiro: o processo global de produção capitalista. Livro 3 Volume VI. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2008.

_____. **O Capital**. Contribuição à crítica da economia política. Livro 1 V. I. 36. ed. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro, 2012.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. Petrópolis: Hucitec, 1980.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis-RJ: Vozes, 1981.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. 3 ed., Petrópolis: Vozes, 1986. [1981].

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5 ed., Petrópolis: Vozes, 1995. [1981].

_____. **O cativo da terra**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004. [1979]

MENDES, J. E., CARVALHO, S. M. G., FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. O agronegócio na Chapada do Apodi e a atuação de resistência do Movimento 21 In: **Anais...VI Encontro da Rede de Estudos Rurais**, Campinas. Desigualdade, exclusão e conflitos nos espaços rurais, 2014.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **A irrigação no Brasil**: situação e diretrizes. Brasília: IICA, 2008.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura e indústria no Brasil**. Boletim Paulista de Geografia, n 58, p. 5-64, São Paulo, 1981.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **A geografia das lutas no campo**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 1994. (Coleção Repensando a Geografia).

_____. A agricultura brasileira: desenvolvimento e contradições. In: CHRISTOFOLETTI, A. et al. **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.) **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **A longa marcha do campesinato brasileiro**: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. Estudos Avançados. Nº 15 (43), 2001. (p. 185-206).

_____. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; INEZ, Marta. **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção de justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

_____. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur Edições. 2007.

_____. A inserção do Brasil no capitalismo monopolista mundial. In: Ross, Jurandyr Sanches (org.) **Geografia do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2011. (p.289-326). [1996]

_____. Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.) **Novos caminhos da Geografia**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2012. [1999] p.63-110

_____. Barbárie e modernidade: as transformações no Campo e o agronegócio no Brasil. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na década de 2000. Expressão Popular, 2013 (p. 103-172).

_____. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **Geousp** – Espaço e Tempo (Online), v.19, n. 2, p. 229-245, ago. 2015.

_____. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.
Disponibilizado em:
<http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/publicacoes.htm>

PERESA, F.; ROZEMBERGA, B.; ALVES, S. R. et al. (2001). Comunicação relacionada ao uso de agrotóxicos em região agrícola do Estado do Rio de Janeiro. **Rev. Saúde Pública**, 35(6), p. 64-70. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v35n6/7069.pdf>> Acesso em: 5 set. 2016.

PINHEIRO, Francisco José. **Notas sobre a formação social do Ceará (1680-1820)**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

PONTES, Andrezza Graziella Veríssimo; GADELHA, Diego; FREITAS, Bernadete Maria Coêlho; RIGOTTO, Raquel Maria; FERREIRA, Marcelo José Monteiro. Os perímetros irrigados como estratégia geopolítica para o desenvolvimento do semiárido e suas implicações à saúde, ao trabalho e ao ambiente. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 18, núm. 11, novembro, 2013, pp. 3213-3222. Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, Brasil.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. (Tradução de Francisco Silva). São Paulo: Martins Fontes, 1977. (P. 119-182).

PRADO JUNIOR., Caio. **História econômica do Brasil**. SP: EdBrasiliense, 1979.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIGOTTO, Raquel Maria. (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde**: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe. UFC/Expressão Popular, 2011.

RIGOTTO, Raquel Maria; ROCHA, Mayara Melo. Da crítica à ciência moderna à construção de novas práxis acadêmicas: a Pedagogia do Território e a Ecologia de Saberes. In: International Colloquium Epistemologies of the Sound, 2014.

SABADIA, Francisco Ricardo Beltrão, *et al.* **A experiência de agropólos no Ceará**: impactos no agronegócio da agricultura irrigada. Fortaleza: Instituto Agropólos do Ceará, 2006.

SANTOS, Boaventura dos Santos. **Um discurso sobre as ciências**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SENA, Temístocles Brito de. **Esboços da história do Município de Quixeré – 1681 a 1959**. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 2004.

SILVA, José Graziano da. **A irrigação e a problemática fundiária do Nordeste**. Campinas: UNICAMP, 1988.

SOARES, Hidelbrando dos Santos. **A agricultura e a reorganização do espaço**: a rizicultura irrigada em Limoeiro Norte – Ceará. Recife, 1999, Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, 1999a.

SOARES, Hidelbrando dos Santos. “A irrigação e desenvolvimento no Baixo Jaguaribe: as metamorfoses de um velho discurso”. **Rev. Propostas Alternativas**. Fortaleza – CE: IMOPEC, 1999b.

SOARES Hidelbrando dos Santos. “Elementos para uma geografia histórica do Baixo Jaguaribe: as transformações do espaço agrário regional”. In: **Rev. Propostas Alternativas**. Vale do Jaguaribe: Natureza e Diversidade Cultural, Fortaleza: IMOPEC, 2000.

SOARES, Hidelbrando dos Santos. Agricultura e modernização socioespacial em Limoeiro do Norte. In: ELIAS, D.; SAMPAIO, J. L. F. (Orgs). **Modernização Excludente**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002. (p. 83-108).

SOUZA, Marcos José Nogueira de.; OLIVEIRA Pinto Vidal de.; GRANGEIRO, Cláudia Maria Magalhães. Análise geoambiental. In: ELIAS, Denise (Orga.). **O novo espaço da produção globalizada**: o Baixo Jaguaribe. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

SOUSA, Maria Gizeuda de F. **Avaliação do herbicida glifosato presente na atmosfera**. Estudo de caso: município de Limoeiro do Norte-CE. 2015. 89f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia em Gestão Ambiental) – Instituto Federal do Ceará, Fortaleza: IFCE, 2015.

SHANIN, Teodor. **Naturaleza y lógica de la economía campesina**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1976.

_____. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista”. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo: Editora Brasileira de Ciência. n. 26, 1980. (p.43-80).

_____. **La classe incómoda**: sociologia política del campesinato em uma sociedade em desarrollo (Russia 1910-1925). Versão espanhola de Fernando Andrada Tapia. Madrid: Alianza Editorial, 1983 [1972].

_____. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**. Presidente Prudente. Ano 8, n. 7, jul/dez 2005, p. 1-21.

_____. Lições camponesas. PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. Expressão Popular, 2008, p. 23-47.

SALES, W. C. de C., CAPIBARIBE, P. J. A., RAMOS, P., COSTA, M. C. L. da. **Os agrotóxicos e suas implicações socioambientais**. Ano 1, n. 1, p. 43-45, 1986.

STEDILE, J. P (org). **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional-1500-1600. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Colonos do vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

THIOLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2004. 107p.

THOMAZ JR., Antônio. **Se camponês, se operário!** Limite e perspectivas para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ JR., Antônio.; CARVALHAL, M. D. (orgs). **Geografia e Trabalho no Século XXI**. Vol. II. Presidente Prudente: Editorial Centelha, 2006. (p.130-167).

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez, 2005

WOLF, Eric Roberto. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

WOORTMANN, K. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, n. 87, p. 11-73, 1990.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Questionário aplicado com 1.078 acampados - com professores e estudantes

Nome _____

Data de Nascimento ____/____/____

Estado Civil _____

Nome do
Cônjuge _____

Filhos () Não () Sim-Quantos ? _____

Idades dos Filhos _____

Dados Pessoais:

RG _____

CPF _____

NIS _____

Comunidade _____

Casa Própria () Sim () Não

Tem Terra () Não () Sim- Hectares _____

Acampado () Não () Sim

() Manhã () Tarde () Noite () Permanente

Observação _____

Apêndice 2 – Questionário e entrevista aplicados com 372 acampados.

ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO

1. Nome _____
2. Núcleo e Comunidade _____
3. Data de Nascimento ____/____/____
4. Estado Civil _____
5. Nome do Cônjuge _____
6. Filhos () Sim () Não - Quantos ? _____
7. Idades dos Filhos _____
8. Dados Pessoais:

RG _____	Dados do Cônjuge: _____	RG _____
CPF _____	CPF _____	CPF _____
NIS _____	NIS _____	NIS _____
9. Casa Própria () Sim () Não
10. Tem Terra () Não () Sim - Se sim, INFORMAR O TAMANHO da terra em hectares e TIPO DE ACESSO _____
11. Tem acesso à água para produção () Sim () Não - Se sim, qual a forma de acesso à água? _____
12. Já usou agrotóxicos em atividades agrícolas () Sim () Não
13. Tem interesse em produzir sem o uso de agrotóxicos () Sim () Não
14. É acampado(a) Permanente e Resistente () Sim () Não
15. Permanece e resiste participando das atividades do Acampamento:

() Manhã () Tarde () Noite	Observação: _____	_____
_____	_____	_____
16. Pretender morar no Acampamento () Sim () Não

17. Renda familiar: () Menos de 1 salário mínimo () 1 salário mínimo () Entre 1 e 2 salários () 2 salários mínimos () Entre 2 e 3 salários () Acima de 3 salários mínimos.
18. Alguém integrante da família trabalha fora do Acampamento : () Sim () Não. Se sim, indicar local de trabalho: _____
19. Você se reconhece como agricultor(a) familiar camponês(a)? () Sim () Não. Se não, como se reconhece? _____
20. Já teve acesso a algum tipo de assistência do Estado para desenvolver a agricultura familiar camponesa: () Sim () Não. Se sim, qual o tipo de Assistência? _____
21. Tem interesse em desenvolver trabalho coletivo () Sim () Não
22. Qual o seu nível de escolaridade?

() Fundamental () Médio () Superior () Não tem nenhuma formação	_____	_____
---	-------	-------
23. Você frequenta ou já frequentou a escola? () Sim () Não
24. O que levou você a abandonar a escola? _____
- () Falta de tempo () Desinteresse () Falta de oportunidade
25. Tem interesse em ter formação educacional para Jovens e Adultos () Sim () Não
26. Que tipo de música costuma ouvir com maior frequência:

() Forró () Brega () Rock () MPB () Axé () Pop () Rock () Nenhum () Outros.	_____	_____
--	-------	-------
27. Que estilo de programa de televisão você assistiu com mais frequência? _____
- () Novelas () Programas de auditório () Jornalístico () Filmes () Programas educativos
28. Quais as consequências da expansão do Perímetro Irrigado e do agronegócio na Chapada Apodi ? _____

29. Qual o significado de ter acesso a terra, à água e às condições de reprodução?

30. Qual o significado da luta e resistência do Acampamento Zé Maria do Tomé? Que sugestão daria para melhorar a organização do Acampamento?

Apêndice 3 – Questionário: uso de agrotóxicos e sujeição da renda da terra camponesa ao capital
aplicado nos perímetros irrigados do Baixo Jaguaribe

**QUESTIONÁRIO – USO DE AGROTÓXICOS E SUJEIÇÃO DA RENDA DA TERRA
CAMPONESA NO BAIXO JAGUARIBE**

LOCAL: (COMUNIDADE/ASSENTAMENTO): _____

1) Quais as culturas produzidas? _____

2) Usa agrotóxicos? Sim () Não () **Já utilizou em anos anteriores?** Sim () Não ()

3) Quais tipos de venenos são mais utilizados?

4) Qual o percentual da renda é gasto com agrotóxicos, semestralmente?

10% da renda () 20% da renda () 30% da renda () 70% da renda

40% da renda () 50% da renda () 60% da renda () Outro () Especificar:

5) Compra agrotóxicos a quais empresas ou lojas? Quais as condições de pagamento?

6) Acredita que é possível produzir sem veneno? Sim () Não ()

7) No caso de transição agroecológica, quais as estratégias utilizadas para não utilizar agrotóxicos?

8) Os camponeses são na maioria: IDOSOS () ADULTOS () JOVENS () MULHERES ()

9) Presença da família no trabalho: SIM () NÃO () Local de trabalho dos(as) filhos(as), no caso de trabalho acessório e outros: _____

10) A agricultura constitui-se o principal meio de vida? Sim () Não () Quais outras atividades desenvolve? _____

11) Tem acesso a terra? Sim () Não () **Qual tipo de acesso?** Proprietário () Posseiro () Arrendatário () Outro () Especificar: _____

12) Como funciona a comercialização da produção? Existem agentes externos envolvidos, tipo atravessador? _____

13) Existe alguma política governamental para agricultura camponesa?

Referências

Shanin – características dos camponeses: 1) Trabalho familiar; 2) Agricultura/criação como meio de vida; 3) Cultura semelhante a comunidades rurais; 4) Subordinação a poderosos agentes externos.

Tavares dos Santos – características dos camponeses: 1) A força de trabalho familiar; 2) As práticas de ajuda mútua; 3) O trabalho acessório do camponês; 4) A força de trabalho assalariada; 5) A socialização do camponês; 6) A propriedade da terra; 7) A propriedade dos meios de produção; 8) A jornada de trabalho.

ANEXOS

Anexo 1 – Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduto -TAC (2010)

<p align="center">TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA</p> <p>O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República LUIZ CARLOS OLIVEIRA JUNIOR e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS pelos (as) senhores (as) ELIAS FERNANDES NETO, Diretor Geral do DNOCS, ROBERTO CARLOS FERNANDES DE OLIVEIRA, Procurador-Geral/DNOCS, LORNA MONTENEGRO ARRUDA, Procuradora Federal, MARCIO JOSÉ LEITE AMARAL, Procurador Federal, ao final subscritos, com fundamento no artigo 5º, §6º, da Lei nº 7.347/85, e,</p> <p>- Considerando as lides consubstanciadas nos Processos nºs 0005095-15.1999.4.05.8101, 0000751-11.2007.4.05.8101, 0000152-09.2006.4.05.8101, referentes a ações civis públicas movidas pelo Ministério Público Federal em face do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, em trâmite na 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Limoeiro do Norte/CE;</p> <p>- Considerando a deliberação tomada na audiência realizada no dia 16/12/2009, na 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Limoeiro do Norte/CE, atinente ao processo nº 0005095-15.1999.4.05.8101, no sentido de se formalizar acordo visando resolver a lide objeto desta ação e das que lhe são conexas (processos nºs 0000751-11.2007.4.05.8101 e 0000152-09.2006.4.05.8101);</p> <p>- Considerando a necessidade de se regulamentar a ocupação e promover a regularização fundiária do Projeto de Irrigação Jaguaribe Apodi, bem Público Federal pertencente ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS;</p> <p>Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, lhe incumbindo a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, a teor do que prescreve o artigo 127 da Constituição da República, e que é seu dever zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, bem como promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, conforme estabelece o artigo 129, incisos II e III da mesma Constituição;</p> <p>RESOLVEM</p> <p>Celebrar o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, que tem por objetivo regulamentar a ocupação e promover a regularização fundiária do Projeto de Irrigação Jaguaribe Apodi, bem como resolver a lide objeto das ações civis públicas já referidas, tudo mediante os seguintes termos:</p> <p>TÍTULO I – DAS OBRIGAÇÕES DO DNOCS</p> <p>Art. 1º. O DNOCS, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da homologação do presente Termo de Ajustamento de Conduta, analisará o Termo de Referência constante no processo administrativo nº 59400.007057/2009-16, e demais providências a fim de destinar uma área de 1.000 ha (mil hectares) subdividida em lotes de 8 ha (oito hectares) que será destinada a pequenos irrigantes, através de</p> <p align="right">Num. 4058101.323162 - Pág. 2</p>	<p>processo licitatório (Concorrência Pública Nacional, nos termos da Lei nº 8.888, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Federal), cuja licitação dependerá de disponibilidade orçamentária.</p> <p>Art. 2º. O DNOCS, através da Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção, providenciará, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da homologação do presente Termo:</p> <p>a) A criação de uma Comissão de Desapropriação para instruir e conduzir as desapropriações em uma área de aproximadamente 3.350,00 ha (três mil trezentos e cinquenta hectares), necessárias à continuação da implantação do Projeto Jaguaribe Apodi, dentro da poligonal delimitada pelo vigente Decreto Expropriatório de 19 de dezembro de 2006;</p> <p>b) O levantamento cadastral de uma área com aproximadamente 3.350,00 ha (três mil trezentos e cinquenta hectares) ainda não desapropriada, contida na poligonal delimitada pelo vigente Decreto Expropriatório, de 19 de dezembro de 2006;</p> <p>c) O encaminhamento ao Ministério da Integração Nacional, caso haja necessidade, da proposta de correção do Decreto Expropriatório a fim de englobar as áreas ainda não contidas na poligonal do vigente Decreto Expropriatório de dezembro de 2006, que forem necessárias à implementação do Projeto Jaguaribe Apodi;</p> <p>d) O cadastramento e encaminhamento de todos os ocupantes ou terceiros que não detenham título formal de posse outorgado pela Autarquia, especificando a situação jurídica de cada um para efeito de enquadramento na Resolução nº 02/DG/DNOCS, de 27/01/2010, remetendo à Procuradoria Federal/DNOCS, para as providências judiciais cabíveis, os processos administrativos individualizados referentes às situações que não possam ser objeto de regularização nos termos da Resolução referida e legislação pertinente;</p> <p>e) A unificação da área do projeto Jaguaribe Apodi que se encontra dentro da poligonal delimitada pelo vigente Decreto Expropriatório de 19 de Dezembro de 2006;</p> <p>f) O georreferenciamento da área do Projeto Jaguaribe Apodi (Poligonal e lotes individuais) conforme Lei nº 10.267/2001, com elaboração de: Layout Geral do Projeto com Planta, Planilha de Cálculo da Área e Memorial Descritivo; Planta, Planilha de Cálculo da Área e Memorial Descritivo dos Lotes Individuais. O material deverá ser fornecido no modo eletrônico e impresso devidamente assinado pelo responsável técnico, observada a disponibilidade orçamentária;</p> <p>g) O registro do loteamento nos Cartórios de Imóveis dos municípios da área de abrangência do Projeto Jaguaribe Apodi;</p> <p>h) A regularização do Projeto Jaguaribe Apodi junto aos Órgãos que tratam da política ambiental no Estado do Ceará, observada a disponibilidade orçamentária.</p> <p align="right">Num. 4058101.323162 - Pág. 3</p>	<p>Art. 3º. O DNOCS, através da Procuradoria Federal/DNOCS, providenciará, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir do recebimento dos processos administrativos devidamente instruídos:</p> <p>a) A adoção das medidas judiciais para a retomada das áreas pertencentes à Autarquia irregularmente ocupadas e que não possam ser objeto de regularização administrativa nos termos da Resolução nº 02/DG/DNOCS, de 27/01/2010, e legislação pertinente, conforme estabelecido na letra d do art. 2º do presente Termo;</p> <p>b) A análise dos processos referentes às áreas pertencentes ao DNOCS adquiridas por terceiros através de ações de usucapião, objetivando a revisão das respectivas decisões judiciais.</p> <p>Art. 4º. O Ministério Público Federal deverá ser informado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS de todas as etapas constantes neste Termo de Ajuste.</p> <p>TÍTULO II – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS</p> <p>E por estarem as partes ajustadas e comprometidas, firmam o presente acordo em 3 (três) vias de igual teor e forma, o qual deverá ser homologado judicialmente e, por conseguinte, terá eficácia de título judicial, nos termos do artigo 475-N, III, do Código de Processo Civil.</p> <p align="center">Fortaleza-CE, 06 de JULHO de 2010.</p> <table border="0"> <tr> <td align="center"> Luiz Carlos Oliveira Junior Procurador da República </td> <td align="center"> Elias Fernandes Neto Diretor Geral/DNOCS </td> </tr> <tr> <td align="center"> Roberto Carlos Fernandes de Oliveira Procurador-Geral/DNOCS </td> <td align="center"> Lorna Montenegro Arruda Procuradora Federal Coordenadora CCD </td> </tr> <tr> <td align="center"> Marcio José Leite Amaral Procurador Federal </td> <td></td> </tr> </table> <p align="right">Num. 4058101.323162 - Pág. 4</p>	 Luiz Carlos Oliveira Junior Procurador da República	 Elias Fernandes Neto Diretor Geral/DNOCS	 Roberto Carlos Fernandes de Oliveira Procurador-Geral/DNOCS	 Lorna Montenegro Arruda Procuradora Federal Coordenadora CCD	 Marcio José Leite Amaral Procurador Federal	
 Luiz Carlos Oliveira Junior Procurador da República	 Elias Fernandes Neto Diretor Geral/DNOCS							
 Roberto Carlos Fernandes de Oliveira Procurador-Geral/DNOCS	 Lorna Montenegro Arruda Procuradora Federal Coordenadora CCD							
 Marcio José Leite Amaral Procurador Federal								

Fonte: MPF/TAC Processo nº 0853-25.2014.4.05.8101 MPF de 6 de julho de 2010.

Anexo 2 - Portaria Interministerial (2015)

Nº 58, quinta-feira, 26 de março de 2015

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

39

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1, DE 24 DE MARÇO DE 2015

Institui Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar e acompanhar a implantação de proposta que defina os critérios de acesso, o modelo de gestão para ocupação, regularização fundiária e apoio ao desenvolvimento da produção de agricultores familiares no Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, no Estado do Ceará, em área destinada ao cumprimento de Termo de Ajuste de Conduta - TAC.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, e o MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso das atribuições que lhes confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, resolvem:

Art. 1º Fica instituído Grupo de Trabalho Interministerial - GTI com a finalidade de elaborar e acompanhar a implementação de proposta que defina os critérios de acesso, o modelo de gestão para ocupação, regularização fundiária e apoio ao desenvolvimento da produção de agricultores familiares no Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, no Estado do Ceará.

Parágrafo único. A área destinada ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta - TAC, celebrado entre o Ministério Público Federal e o DNOCS, em 06 de julho de 2010, inicialmente firmada em 1.000ha, passa a ser de 1.700ha, já incluindo a área de reserva legal.

Art. 2º O GTI será composto por um representante, titular e respectivo suplente, de cada um dos órgãos e entidades, a seguir indicados:

- I - Do Ministério da Integração Nacional - MI;
- a) Secretaria Nacional de Irrigação - SENIR, que coordenará o GTI;
- b) Secretaria Executiva - SECEX;
- II - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS
- III - do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA;
- IV - do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;
- V - Dois representantes do Movimento dos Sem Terra da Chapada do Apodi/CE;
- VI - Representantes das Comunidades Acampadas da Chapada do Apodi/CE;
- VII - Representante da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte/CE;
- VIII - Representante da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos da Universidade Estadual do Ceará - FAFIDAM/UE-CE.

Parágrafo único - Os órgãos e entidades indicarão o nome de seus representantes à Secretaria-Executiva do Ministério da Integração Nacional, no prazo de dez dias contados da data da publicação desta Portaria, e serão designados por ato do Ministério da Integração Nacional.

Art. 3º Por meio desta Portaria fica o INCRA autorizado a:

- I - realizar o cadastramento de famílias agricultoras de acordo com a Portaria MDA nº 6, de 31 de janeiro de 2013, na área do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi;

II - promover a realização de estudos de viabilidade econômica que subsidiem as ações de promoção do desenvolvimento da agricultura familiar na área do Perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

Ministro de Estado da Integração Nacional

PATRUS ANANIAS

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 48, DE 25 DE MARÇO DE 2015

Reconhece situação de emergência em municípios do Estado de Roraima

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e considerando o Decreto Estadual nº 18.417-E, de 12 de março de 2015, do Estado de Roraima,

Considerando o Parecer Técnico nº 002/2015, elaborado pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil de Roraima, e as demais informações constantes no processo nº 59050.000338/2015-11, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de estiagem, COBRAD-DE 1.4.1.0.0, a situação de emergência nos Municípios de Bonfim, Cantá, Caracará e Normandia.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

Ministério da Justiça

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA

PORTARIAS DE 4 DE MARÇO DE 2015

O DIRETOR EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24/11/1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592 de 10/08/1995, considerando o disposto na ata da 104ª Reunião Ordinária, realizada em 04/03/2015, da Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada, instituída pela Portaria MJ nº 1.545 de 08/12/1995, resolve:

Nº 33.286 - ARQUIVAR o Processo nº 08502.002611/2012-95, em detrimento à MOURA & LIMA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA - CNPJ nº 10.360.754/0001-06, sediada no estado de São Paulo, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 33.287 - ARQUIVAR o Processo nº 08389.010743/2012-34, em detrimento à PRONTIDÃO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA - CNPJ nº 13.360.131/0001-21, sediada no estado do Paraná, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 33.288 - ARQUIVAR o Processo nº 08350.010500/2012-33, em detrimento à WORKSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA ARMA-DA LTDA, CNPJ nº 04.763.452/0001-86, sediada no estado de Minas Gerais, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 33.289 - ARQUIVAR o Processo nº 08711.002796/2011-91, em detrimento à NORDESTE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES BAHIA LTDA, CNPJ nº 05.191.191/0001-30, sediada no estado da Bahia, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 33.290 - ARQUIVAR o Processo nº 08512.001373/2012-81, em detrimento à TRANSBANK SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 66.624.792/0001-83, sediada no estado de São Paulo, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 33.291 - ARQUIVAR o Processo nº 08350.001556/2012-05, em detrimento à CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES MINAS GERAIS LTDA, CNPJ nº 08.549.657/0001-14, sediada no estado de Minas Gerais, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 33.292 - Aplicar a pena de MULTA equivalente a 500 (quinhentas) UFIR à empresa MARAJOX CENTRO DE FORMAÇÃO E RECICLAGEM PROFISSIONAL DE VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 01.645.546/0002-43, sediada no estado de São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 122, inciso X, c/c art. 138, §3º, ambos da Portaria nº 387/06 - DG/DPF, em conformidade com o art. 23º, da Lei nº 7.102/83, conforme consta no Processo nº 08503.000150/2012-14.

Nº 33.293 - Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (duas mil e quinhentas) UFIR à empresa MARAJOX CENTRO DE FORMAÇÃO E RECICLAGEM PROFISSIONAL DE VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 01.645.546/0002-43, sediada no estado de São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, inciso XXI, c/c art. 138, §3º, ambos da Portaria nº 387/06 - DG/DPF, em conformidade com o art. 23º, da Lei nº 7.102/83, conforme consta no Processo nº 08503.000151/2012-51.

Nº 33.294 - Aplicar a pena de MULTA equivalente a 583 (quinhentas e oitenta e três) UFIR à empresa PROFORMARE - CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PRIVADA - CNPJ nº 10.963.298/0001-99, sediada no estado de São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 123, inciso I, c/c artigo 137, inciso I, todos da Portaria nº 387/06 - DG/DPF, em conformidade com o art. 23º, da Lei nº 7.102/83, conforme consta no Processo nº 08512.003659/2012-00.

Nº 33.295 - Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.251 (mil duzentas e cinquenta e um) UFIR à empresa DIQUINTA BAR E DANCETERIA, CNPJ 00.305.024/0001-59, sediada no estado de São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, inciso II, c/c art. 137, I, da Portaria 387/06-DG/DPF, conforme consta no Processo nº 08512.002288/2012-58.

Nº 33.296 - Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.251 (mil duzentas e cinquenta e um) UFIR à empresa DIQUINTA BAR E DANCETERIA, CNPJ 00.305.024/0001-59, sediada no estado de São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, inciso III, c/c art. 137, I, da Portaria 387/06-DG/DPF, conforme consta no Processo nº 08512.003285/2012-14.

Nº 33.297 - Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (duas mil e quinhentas) UFIR à empresa CAPITAL SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA - CNPJ nº 67.552.034/0001-60, sediada no estado de São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, inciso VIII, c/c artigo 138, §§ 1º e 3º, todos da Portaria nº 387/06 - DG/DPF, em conformidade com o art. 23º, da Lei nº 7.102/83, conforme consta no Processo nº 08512.000076/2012-19.

Nº 33.298 - Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (duas mil e quinhentas) UFIR à empresa CAPITAL SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA - CNPJ nº 67.552.034/0001-60, sediada no estado de São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, inciso VIII, c/c artigo 138, §§ 1º e 3º, todos da Portaria nº 387/06 - DG/DPF, em conformidade com o art. 23º, da Lei nº 7.102/83, conforme consta no Processo nº 08512.000078/2012-16.

Nº 33.299 - Aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR à empresa CJF DE VIGILÂNCIA LTDA - CNPJ nº 19.009.885/0002-07, sediada no estado de Minas Gerais, por praticar a conduta tipificada no artigo 125, inciso VIII, c/c art. 138, §§ 1º e 3º, ambos da Portaria nº 387/06 - DG/DPF, em conformidade com o art. 23º, da Lei nº 7.102/83, conforme consta no Processo nº 08350.008885/2012-79.

Nº 33.300 - Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.167 (mil cento e sessenta e sete) UFIR à empresa COOVAM - COOPERATIVA DOS VIGILANTES DO ESTADO DE MATO GROSSO LTDA - CNPJ nº 33.660.317/0001-03, sediada no estado de Mato Grosso, por praticar a conduta tipificada no artigo 123, inciso I, c/c art. 138, §§ 1º e 3º, ambos da Portaria nº 387/06 - DG/DPF, em conformidade com o art. 23º, da Lei nº 7.102/83, conforme consta no Processo nº 08320.000957/2012-97.

Nº 33.301 - Aplicar a pena de MULTA equivalente a 3.750 (três mil e setecentos e cinquenta) UFIR à empresa EXCEL SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA - CNPJ nº 00.515.043/0001-00, sediada no estado de São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 125, inciso XXI, da Portaria nº 387/06 - DG/DPF, em conformidade com o art. 23º, da Lei nº 7.102/83, em conformidade com o art. 23º, da Lei nº 7.102/83, conforme consta no Processo nº 08512.000079/2012-52.

Nº 33.302 - Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (duas mil e quinhentas) UFIR à empresa MOURA & LIMA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 10.360.754/0001-06, sediada no estado de São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, incisos III e XI c/c art. 137, inciso I, ambos da Portaria nº 387/2006-DG/DPF, e em conformidade com o art. 1º c/c art. 23º, da Lei nº 7.102/83, alterada pela Lei nº 9.017/95, conforme consta no Processo nº 08502.000599/2012-84.

Nº 33.303 - Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.501 (duas mil e quinhentas e um) UFIR à empresa MOURA & LIMA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 10.360.754/0001-06, sediada no estado de São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 125, XX, c/c art. 137, inciso I, ambos da Portaria nº 387/2006-DG/DPF, e em conformidade com o art. 1º c/c art. 23º, da Lei nº 7.102/83, alterada pela Lei nº 9.017/95, conforme consta no Processo nº 08105.000072/2015-85.

Nº 33.304 - Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.502 (duas mil e quinhentas e duas) UFIR à empresa MOURA & LIMA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 10.360.754/0001-06, sediada no estado de São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, incisos III e XI c/c artigo 137, inciso I, todos da Portaria nº 387/06 - DG/DPF, em conformidade com o art. 23º, da Lei nº 7.102/83, alterada pela Lei nº 9.017/95, conforme consta no Processo nº 08502.000888/2012-83.

Nº 33.305 - Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.251 (mil duzentas e cinquenta e um) UFIR à empresa PRONTIDÃO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA - CNPJ nº 13.360.131/0001-21, sediada no estado do Paraná, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, inciso II, c/c artigo 137, inciso I, todos da Portaria nº 387/06 - DG/DPF, em conformidade com o art. 23º, da Lei nº 7.102/83, conforme consta no Processo nº 08389.010740/2012-09.

Nº 33.306 - Aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR à empresa PROTEX SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ 00.215.978/0001-70, sediada no estado de Minas Gerais, por praticar a conduta tipificada no artigo 125, inciso XXIV e artigo 138, § 3º, ambos da Portaria nº 387/2006-DG/DPF, de 28.08.2006 e Artigo 23 da Lei 7.102/83, conforme consta no Processo nº 08350.007371/2012-04.

Nº 33.307 - Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (duas mil e quinhentas) UFIR à empresa PROTEX SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ 00.215.978/0001-70, sediada no estado de Minas Gerais, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, VI, c/c art. 138, §§ 1º e 3º, da Portaria nº 387/06-DG/DPF, em conformidade com o art. 23, II da Lei 7.102/83, conforme consta no Processo nº 08702.000848/2012-85.

Nº 33.308 - Aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR à empresa PROTEX SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ 00.215.978/0001-70, sediada no estado de Minas Gerais, por praticar a conduta tipificada no inciso XXI do art. 125 c/c art. 138, § 3º, da Portaria 387/06-DG/DPF, consoante o disposto no art. 23, II da Lei 7.102/83, conforme consta no Processo nº 08350.007367/2012-38.

Nº 33.309 - Aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR à empresa SENA - SEGURANÇA INTELIGENTE LTDA, CNPJ nº 00.621.158/0005-02, sediada no estado de Alagoas, por praticar a conduta tipificada no artigo 125, inciso VI e artigo 138, § 3º, ambos da Portaria nº 387/2006-DG/DPF, e Artigo 23 da Lei 7.102/83, conforme consta no Processo nº 08230.004907/2012-98.

Anexo 3 - Ação Civil Pública – Agrotóxicos

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ FEDERAL DA 15ª VARA DA SEÇÃO
JUDICIÁRIA DO CEARÁ**

Ref.: PA nº 1.15.001.000085/2008-01/MPF

Autores: Ministério Público Federal e outros.

Réus: Del Monte Fresh Produce Brasil Ltda e outros.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 23/2011

JFCE

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, o MINISTÉRIO PÚBLICO
DO TRABALHO e o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ, por
intermédio de seus membros ao final assinados, vêm, respeitosamente, à presença de
Vossa Excelência, ajuizar a presente

AÇÃO CIVIL PÚBLICA
com pedido de liminar

contra:

DEL MONTE FRESH PRODUCE BRASIL LTDA, pessoa jurídica de
direito privado, sociedade comercial de forma limitada, CNPJ 72.412.216/0001-75,
com sede na Avenida Desembargador Moreira, nº 2001, 8º andar, CEP 60.170-001,
Aldeota, Fortaleza-CE;

FAZENDA FRUTACOR, de propriedade de **JOÃO TEIXEIRA
JÚNIOR**, CPF 063.323.163-53, com sede na Fazenda Frutacor, localizada no
Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, Z. Rural, Limoeiro do Norte-CE;

30 JUN 11 15:59 620028556

4

TROPICAL NORDESTE FRUIT AGROINDÚTRIA (BANESA), pessoa jurídica de direito privado, sob a forma jurídica de sociedade limitada, CNPJ nº 06.292.439/0002-00, com sede na **Fazenda Banesa, s/n, Distrito de Tomé, Zona Rural, Limoeiro do Norte-CE;**

AGRÍCOLA FAMOSA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede Aracati-CE, na Rodovia BR 304, s/s, Km94, Zona Rural, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 00.474.300/0001-02;

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DO PROJETO IRRIGADO JAGUARIBE-APODI (FAPIJA), pessoa jurídica de direito privado, com endereço no Perímetro Irrigado Projeto Jaguaribe, Município de Limoeiro do Norte-CE;

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado na pessoa de seu Superintendente no Estado do Ceará, com endereço para citação na Av. Visconde do Rio Branco, nº 3900, Joaquim Távora, CEP.: 60.055-172, Fortaleza-CE;

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE DO CEARÁ – SEMACE, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representada na pessoa de seu Superintendente, com endereço para citação na Rua Jaime Benévolo, nº 1400, CEP 60150-081, Bairro de Fátima, Fortaleza/CE;

MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE-CE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Antônio Joaquim, 2121, Centro, CEP:62.930-000, Limoeiro do Norte-CE; e

MUNICÍPIO DE QUIXERÉ-CE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Padre Zacarias, 332, CEP: 62.920-000, Quixeré – CE, pelos motivos fáticos e jurídicos que passa a expor.

I. DOS FATOS

A Procuradoria da República no Município de Limoeiro do Norte-CE, a 2ª Promotoria de Justiça de Limoeiro do Norte e a Promotoria de Justiça de Quixeré, órgãos do Ministério Público do Estado do Ceará, e a Procuradoria do Trabalho no Município de Limoeiro do Norte receberam denúncias da população

6

5

71

local de que o uso indiscriminado de agrotóxicos no controle de pragas, doenças e ervas invasoras estaria contaminando o solo, o lençol freático e os corpos hídricos da região da Chapada do Apodi, incluindo a Bacia Potiguar, trazendo prejuízos irreparáveis ao meio ambiente e à saúde da população local e dos trabalhadores expostos aos agrotóxicos.

Tendo em vista as denúncias, os Ministérios Públicos Federal, Estadual e do Trabalho instauraram procedimentos administrativos (em anexo), a fim de apurar as possíveis irregularidades delatadas.

Com isso, constatou-se que as empresas **Del Monte Fresh Produce Brasil Ltda., Fazenda Frutacor (João Teixeira Júnior), Tropical Nordest Fruit Agroindústria Ltda (Banesa), Agrícola Famosa e a Federação das Associações do Projeto Irrigado Jaguaribe-Apodi (FAPIJA)** eram os responsáveis diretos pelos danos causados, já que são elas que atuam na região no cultivo de frutas (abacaxi, banana, etc.), utilizado-se, inclusive, para o controle das pragas, de pulverização aérea, prática que, devido aos danos que causa ao meio ambiente e à população local, chegou a ser proibida pela Lei nº 1.478/2009, do Município de Limoeiro do Norte-CE.

Conforme os estudos em anexo, a água daquela região está altamente poluída por agrotóxicos, sendo que os municípios-réus (as plantações estão basicamente no território dos Municípios de Limoeiro do Norte e Quixerê), a SEMACE e o IBAMA têm reiteradamente se omitido na sua função legal de fiscalizar e proteger o meio ambiente.

Desse modo, entende-se que tanto o meio ambiente como a saúde da população local e dos trabalhadores podem sofrer prejuízos irreparáveis, e, tendo em vista a sua missão constitucional de proteger os direitos individuais indisponíveis, coletivos e difusos, o Ministério Público vem a juízo requerer o que entende devido.

II. DO DIREITO

II-A. Da legitimidade dos Ministérios Públicos Federal, do Trabalho e Estadual e da competência da Justiça Federal

A Constituição Federal, no seu art. 23, VI, afirma que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o

meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.

Por outro lado, o art. 129, III, da Carta da República, estabelece a função institucional do Ministério Público "promover o inquérito civil e a **ação civil pública**, para a **proteção** do patrimônio público e social, **do meio ambiente** e de outros interesses difusos e coletivos".

O dano ambiental de que trata a presente ação civil pública envolve dois Estados da Federação (Ceará e Rio Grande do Norte), já que a Chapada do Apodi está inserida entre eles e a poluição pelos agrotóxicos atinge ambos, o que atrai a necessária intervenção do Ministério Público Federal, órgão integrante da União, que, por conseguinte, atrai a competência da Justiça Federal.

Ressalte-se que, no conceito de meio ambiente está compreendido o meio ambiente do trabalho, conforme arts. 200, VIII, e 225, ambos da Constituição da República, daí a legitimidade do Ministério Público do Trabalho na presente ação, haja vista os sérios danos ocasionados à saúde dos trabalhadores expostos a agrotóxicos na região da Chapada do Apodi.

Saliente-se, ainda, que conforme art. 10, *caput*, da Lei 6.938/81, compete ao IBAMA, **supletivamente**, quando órgão estadual ou municipal forem omissos, licenciar a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.

Compete ao IBAMA, outrossim, fiscalizar os referidos estabelecimentos, pois, como já se afirmou, cabe a todos os entes da federação zelar pelo meio ambiente.

O IBAMA, contudo, tem-se omitido reiteradamente na sua função institucional de fiscalizar, o que o torna solidariamente responsável pelos danos causados ao meio ambiente e legitimado para figurar no polo passivo da presente ação civil pública, tornando incontestes a competência da Justiça Federal para processar e julgar a lide (CF, art. 109, I).

Observe-se a jurisprudência:

"PROCESSUAL CIVIL – ADMINISTRATIVO – AMBIENTAL – MULTA – CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES COMUNS – OMISSÃO DE ÓRGÃO ESTADUAL – POTENCIALIDADE DE

5, 4 21

DANO AMBIENTAL A BEM DA UNIÃO – FISCALIZAÇÃO DO IBAMA – POSSIBILIDADE.

1. Havendo omissão do órgão estadual na fiscalização, mesmo que outorgante da licença ambiental, pode o IBAMA exercer o seu poder de polícia administrativa, pois não há confundir competência para licenciar com competência para fiscalizar. 2. A contrariedade à norma pode ser anterior ou superveniente à outorga da licença, portanto a aplicação da sanção não está necessariamente vinculada à esfera do ente federal que a outorgou. 3. O pacto federativo atribuiu competência aos quatro entes da federação para proteger o meio ambiente através da fiscalização. 4. A competência constitucional para fiscalizar é comum aos órgãos do meio ambiente das diversas esferas da federação, inclusive o art. 76 da Lei Federal n. 9.605/98 prevê a possibilidade de atuação concomitante dos integrantes do SISNAMA. 5. Atividade desenvolvida com risco de dano ambiental a bem da União pode ser fiscalizada pelo IBAMA, ainda que a competência para licenciar seja de outro ente federado. Agravo regimental provido." (STJ, AgRg no REsp 711.405/PR, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 28/04/2009, DJe 15/05/2009)

"AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO CAUSADO AO MEIO AMBIENTE. LEGITIMIDADE PASSIVA DO ENTE ESTATAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. RESPONSÁVEL DIRETO E INDIRETO. SOLIDARIEDADE. LITISCONSÓRCIO FACULTATIVO. ART. 267, IV DO CPC. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. 1. Ao compulsar os autos verifica-se que o Tribunal a quo não emitiu juízo de valor à luz do art. 267 IV do Código de Ritos, e o recorrente sequer aviou embargos de declaração com o fim de prequestioná-lo. Tal circunstância atrai a aplicação das Súmulas nº 282 e 356 do STF. 2. O art. 23, inc. VI da Constituição da República fixa a competência comum para a União, Estados, Distrito Federal e Municípios no que se refere à proteção do meio ambiente e combate à poluição em qualquer de suas formas. No mesmo texto, o art. 225, caput, prevê o direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. 3. O Estado recorrente tem o dever de preservar e fiscalizar a preservação do meio ambiente. Na hipótese, o Estado, no seu dever de fiscalização, deveria ter requerido o Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo relatório, bem como a realização de audiências públicas acerca do tema, ou até mesmo a paralisação da obra que causou o dano ambiental. 4. O repasse das verbas pelo Estado do Paraná ao Município de Foz de Iguaçu (ação), a ausência das cautelas fiscalizatórias no que se refere às licenças concedidas e as que deveriam ter sido confeccionadas pelo ente estatal (omissão), concorreram para a produção do dano ambiental. Tais circunstâncias, pois, são aptas a caracterizar o nexo de causalidade do evento, e assim, legitimar a responsabilização objetiva do recorrente. 5. Assim, independentemente da existência de culpa, o poluidor, ainda que indireto (Estado-recorrente) (art. 3º da Lei nº 6.938/81), é obrigado a indenizar e reparar o dano causado ao meio ambiente (responsabilidade objetiva). 6. Fixada a legitimidade passiva do ente recorrente, eis que preenchidos os requisitos para a configuração da responsabilidade civil (ação ou omissão, nexo de causalidade e dano), ressalta-se, também, que tal responsabilidade (objetiva) é solidária, o que legitima a inclusão das três esferas de poder no pólo passivo na demanda, conforme realizado pelo Ministério Público (litisconsórcio facultativo). 7. Recurso especial conhecido em parte e improvido." (STJ, REsp 604.725/PR, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/06/2005, DJ 22/08/2005, p. 202)

6
4 5

II-B. Do dano ambiental na Chapada do Apodi

A utilização de defensivos agrícolas (agrotóxicos) pode acarretar danos irreparáveis ao meio ambiente, como ocorreu, por exemplo, na cidade de Lucas do Rio Verde, Mato Grosso, em 2006, episódio conhecido como “chuva de agrotóxicos”.

A problemática do uso de agrotóxico na região da Chapada do Apodi, alvo de tantas denúncias no Município de Limoeiro do Norte-CE, já foi, inclusive, objeto de **pesquisa interdisciplinar** de um grupo de pesquisadores do Departamento de Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, apoiada pelo CNPq e pelo Ministério da Saúde, denominado “**Estudo Epidemiológico da população da Região do Baixo Jaguaribe Exposta à Contaminação Ambiental em Área de Uso de Agrotóxicos. Documento Síntese dos Resultados Parciais da Pesquisa**” (Apenso – Volume IV).

O referido documento está organizado nos seguintes itens: a) uso e contaminação de águas subterrâneas, superficiais e para consumo humano; b) pulverização aérea de agrotóxicos na cultura da banana; c) óbito de trabalhador por hepatopatia tóxica e os casos de câncer entre agricultores; d) agrotóxicos e seus resíduos; e) a questão fiscal-tributária e o consumo de agrotóxicos; f) outros aspectos da vulnerabilidade populacional e da vulnerabilidade institucional.

Embora a pesquisa ainda esteja em curso, os dados já apontam, em análise preliminar, graves e relevantes problemas para o meio ambiente e para a saúde dos trabalhadores e da população local.

Tendo em vista a relevância da água para saúde humana, seja no tocante à segurança alimentar e nutricional, seja como fonte e rota de contaminação, o estudo acima mencionado abordou dados fornecidos por Relatório da Companhia de Gestão de Recursos Hídricos do Estado do Ceará – COGERH (Apenso – Volume III) para avaliar o uso e grau de contaminação de águas subterrâneas, superficiais e para consumo humano.

No âmbito da pesquisa, foram coletadas 24 amostras de água dos canais que abastecem as comunidades da Chapada do Apodi, das caixas d'água e de poços profundos, no sentido de subsidiar o diagnóstico da presença dos agrotóxicos e sua dinâmica na referida Chapada, frente ao uso em larga escala nas lavouras e as

reclamações das populações, principalmente em relação à água para consumo humano.

As comunidades da Chapada do Apodi são abastecidas com a mesma água utilizada para irrigação, **que percorre cerca de 14 km no canal principal a céu aberto, à margem das plantações.**

A pesquisa referida revelou a presença de princípios ativos de agrotóxicos em todos os locais amostrados demarcando o caminho dos venenos nas águas (*vide* apenso IV, pp. 12/13, figura 3 – resultados das análises laboratoriais para identificação de resíduos de agrotóxicos na Chapada do Apodi, 2009, do procedimento do MPF).

Em treze amostras colhidas em diferentes pontos ao longo do canal retromencionado, foram identificados de três a doze princípios ativos que variaram em quantidade e diversidade de classes, alguns considerados altamente tóxicos, como o Carbaril. Também foram encontrados princípios ativos de agrotóxicos no canal que abastece as localidades de **Santa Maria e Santa Fé** e em poços profundos que abastecem as comunidades do **Distrito de Tomé, Carnaúbas** e na água oriunda do **Sistema de Tratamento** na localidade de **Cabeça Preta**.

Dentre os princípios ativos encontrados, alguns são **extremamente tóxicos** (*vide* Apenso IV, p. 17, último parágrafo, do procedimento do MPF). Há, inclusive, princípios ativos que estão sendo reavaliados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) com vistas à proibição ou restrição (*vide* p. 18).

Analisando as listagens dos fertilizantes e agrotóxicos utilizados pelas empresas rés, fornecidas por elas próprias em atendimento à requisição do Ministério Público Estadual ou pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará – ADAGRI (fls. 62/135), verifica-se que muitos dos princípios ativos dessas substâncias foram encontrados em amostras de água no âmbito da pesquisa supramencionada, a exemplo do Tebucanazol utilizado pela Frutacor, Del Monte e Agrícola Famosa e o Carbofurano empregado pela Banesa.

Como se pode observar, é inequívoco que as águas que abastecem a comunidade estão seriamente contaminadas.

No intuito de realizar um levantamento de informações sobre a atividade de **pulverização aérea** e os possíveis riscos à comunidade direta ou indiretamente

6
7
5 7 7

atingida, a supra referida equipe de pesquisadores realizou, em fevereiro de 2009 a **Expedição Pulvar**, e uma das primeiras constatações que chama a atenção é a proximidade entre as áreas de cultivo de bananas e as comunidades (Apenso IV, Figuras 11, 12 13, pp. 25/26, do PA do MPF).

Outrossim, a pulverização aérea é relacionada, pelos moradores da região, à morte de animais domésticos, à contaminação da água que ingerem e a uma série de alterações de saúde, como pode ser visto na tabela resultante de enquête conduzida por entidades comunitárias (Apenso IV, p. 29, fig. 16, do P.A do MPF).

Os pesquisadores estudaram, ainda, um caso de óbito de trabalhador rural e casos de câncer entre agricultores (Apenso IV, pp. 34/43, do P.A do MPF).

De acordo com o Jornal "O Diário do Nordeste" (fl. 167), foram registradas 42 (quarenta e duas) mortes causados por câncer no Município de Limoeiro do Norte-CE, a maioria entre agricultores, número considerado alto para um município com pouco mais de 50 (cinquenta) mil habitantes.

A médica, pesquisadora e professora da Universidade Federal do Ceará, **Raquel Rigotto**, afirmou, inclusive, que *"a relação entre câncer e agrotóxicos está muito estabelecida, com diversos ativos e contaminantes, e não só câncer"* (fl 167).

Assim, o uso indiscriminado de agrotóxicos está causando danos não somente ao meio ambiente, mas também à saúde da população local e dos trabalhadores expostos aos agrotóxicos e, com casos, inclusive, de câncer.

Desse modo, tem-se como **inegável o dano ambiental, bem como o prejuízo à saúde da população local e dos trabalhadores expostos a agrotóxicos.**

II-C. Da responsabilidade civil das empresas por danos ambientais – princípios do desenvolvimento sustentável e do poluidor-pagador

Nos termos do art. 225, *caput*, da Constituição Federal, "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações."

O art. 23, VI, por sua vez, afirma que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente e

combater a poluição em qualquer de suas formas.

É de se salientar, outrossim, que o desenvolvimento econômico não é justificativa suficiente para fundamentar a poluição ambiental. A própria Carta da República, em seu art. 170, afirma que "A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: (...) VI – **defesa do meio ambiente**, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação". Este dispositivo constitucional alberga o **princípio do desenvolvimento sustentável**, numa tentativa de conciliar as atividades econômicas com o meio ambiente, focando não só nas presentes, mas também nas futuras gerações.

Com precisão, expõe Paulo Afonso Brunz Vaz (O Direito Ambiental e os agrotóxicos: responsabilidade civil, penal e administrativa. Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2006, pp. 98/99):

"O princípio do desenvolvimento sustentável, que encontra assento no art. 170, VI, da CF, impõe que toda a atividade econômica, conquanto possa ser exercida com liberdade, se desenvolva condicionada e vinculada à preservação do meio ambiente, sendo-lhe, pois, vedado colocar em risco os recursos naturais.

Em nível infraconstitucional, o princípio do desenvolvimento sustentável encontra-se expressamente reconhecido na Lei nº 6.938/81: 'Art. 4º. A política Nacional do Meio Ambiente visará: I. à compatibilidade do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;'.

Trata-se de um princípio (nº 4) que foi encampado pela Declaração do Rio (ECO-92), com o seguinte teor: 'A fim de alcançar o desenvolvimento sustentado, a proteção ao meio ambiente deve constituir parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada de forma isolada'.

Traduzindo-se seu enunciado, formulado em termos genéricos, pode-se dizer que 'o desenvolvimento sustentável é um desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder as suas próprias necessidades' (Relatório 'Nosso Futuro Comum' da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento [1987]). Isto equivale a dizer que o citado princípio impõe, de forma inarredável e coercitiva, que se considere a variável ambiental no processo decisório de políticas públicas e iniciativas econômicas privadas ou públicas, com vistas à preservação dos recursos naturais do meio ambiente."

Por outro lado, o **princípio do poluidor-pagador** impõe ao poluidor o dever de arcar com as despesas de prevenção, reparação e repressão da poluição.

6

5. 9 7N

Desse modo, sendo as empresas rés as responsáveis pela contaminação da água na Chapada do Apodi, devem, consequentemente, arcar com a reparação dos danos, independentemente da causa da poluição ou de regularidade do uso dos agrotóxicos, pois, como se sabe, a responsabilidade civil por danos ambientais é objetiva.

Com efeito, nos termos do art. 14, § 1º, da Lei 6.938/81, “é o poluidor obrigado, **independentemente da existência de culpa**, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade.”

Assim, para caracterizar a responsabilidade civil por danos ao meio ambiente, basta que ocorra a conduta, o dano e o nexo de causalidade entre este e aquela. A culpa, desse modo, é irrelevante para a caracterização da responsabilidade, sendo também irrelevante a licitude ou ilicitude da conduta, ou seja, **mesmo que a pulverização da lavoura seja uma atividade, em tese, lícita, e esteja licenciada nos termos das normas ambientais, isso não obsta que as empresas que estão sendo beneficiadas com a atividade arquem com os prejuízos causados ao meio ambiente.**

Desse modo, o dever de indenizar e reparar os danos causados ao meio ambiente é inequívoco, pois as empresas, há anos, utilizam-se de agrotóxicos altamente poluidores no cultivo de frutas e poluem desregradamente o meio ambiente.

II-D. Da omissão e da responsabilidade dos órgãos estatais e da FAPIJA

A omissão dos órgãos públicos de fiscalizar a conduta das empresas, outrossim, também impõe a responsabilidade destes de indenizar, pois, de acordo com o art. 3º, IV, da Lei 6.938/81, considera-se “poluidor, a pessoa física ou jurídica, de **direito público** ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de **degradação ambiental**”.

Nos termos do artigo supra citado, o Estado, ao se omitir no seu dever constitucional de preservar o meio ambiente, é responsável indireto pelos danos, e portanto, degradador ambiental.

Observem-se as palavras precisas de **Paulo Afonso Brunz Vaz** (obra citada, p. 115):

“No que diz respeito a responsabilidade civil do Estado por dano ambiental. É preciso lembrar preceptivos constitucionais: o art. 23 dispõe que é da

competência comum da União, do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde (II), proteger o meio ambiente e combater a poluição em todas as suas formas (VI) e preservar as florestas, a fauna e a flora (VII); o art. 225, *caput*, impõe ao Poder Público o dever de preservar e defender o meio ambiente para as presentes e futuras gerações; o art. 225, § 1º, inciso V, dispõe que incumbe ao Poder Público controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que causem risco para a vida, para a qualidade de vida e para o meio ambiente."

Não se deve esquecer, como já se afirmou, que incumbe às três esferas do poder a preservação do meio ambiente, assim como a responsabilidade por danos ambientais, em caso de omissão dos três entes.

Observe-se, outrossim, a jurisprudência:

"11. O conceito de poluidor, no Direito Ambiental brasileiro, é amplíssimo, confundindo-se, por expressa disposição legal, com o de degradador da qualidade ambiental, isto é, toda e qualquer "pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental" (art. 3º, IV, da Lei 6.938/1981, grifo adicionado).

12. Para o fim de apuração do nexo de causalidade no dano urbanístico-ambiental e de eventual solidariedade passiva, equiparam-se quem faz, quem não faz quando deveria fazer, quem não se importa que façam, quem cala quando lhe cabe denunciar, quem financia para que façam e quem se beneficia quando outros fazem.

13. A Administração é solidária, objetiva e ilimitadamente responsável, nos termos da Lei 6.938/1981, por danos urbanístico-ambientais decorrentes da omissão do seu dever de controlar e fiscalizar, na medida em que contribua, direta ou indiretamente, tanto para a degradação ambiental em si mesma, como para o seu agravamento, consolidação ou perpetuação, tudo sem prejuízo da adoção, contra o agente público relapso ou desídia, de medidas disciplinares, penais, civis e no campo da improbidade administrativa.

14. No caso de omissão de dever de controle e fiscalização, a responsabilidade ambiental solidária da Administração é de execução subsidiária (ou com ordem de preferência).

15. A responsabilidade solidária e de execução subsidiária significa que o Estado integra o título executivo sob a condição de, como devedor-reserva, só ser convocado a quitar a dívida se o degradador original, direto ou material (=devedor principal) não o fizer, seja por total ou parcial exaurimento patrimonial ou insolvência, seja por impossibilidade ou incapacidade, inclusive técnica, de cumprimento da prestação judicialmente imposta, assegurado, sempre, o direito de regresso (art. 934 do Código Civil), com a desconsideração da personalidade jurídica (art. 50 do Código Civil).

16. Ao acautelar a plena solvabilidade financeira e técnica do crédito ambiental, não se insere entre as aspirações da responsabilidade solidária e de execução subsidiária do Estado – sob pena de onerar duplamente a sociedade, romper a equação do princípio poluidor-pagador e inviabilizar a internalização das externalidades ambientais negativas – substituir, mitigar, postergar ou dificultar o

dever, a cargo do degradador material ou principal, de recuperação do meio ambiente afetado e de indenização pelos prejuízos causados.

17. Como consequência da solidariedade e por se tratar de litisconsórcio facultativo, cabe ao autor da Ação optar por incluir ou não o ente público na petição inicial.

18. Recurso Especial provido." (STJ, REsp 1071741/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 24/03/2009, DJe 16/12/2010)

É fato público e notório que a SEMACE, o IBAMA e os Municípios de Limoeiro do Norte-CE e Quixeré-CE há anos se omitem em relação à poluição ambiental na Chapada do Apodi, nada fazendo para ao menos amenizá-la, sendo a sua responsabilidade, desse modo, inequívoca.

Por outro lado, a responsabilidade da FAPIJA também está caracterizada pelo fato de que é ela quem administra o Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, tendo a função de fiscalizar a atuação das empresas-rés, bem como de recolher as embalagens vazias de veneno, após o uso, ante a falta de depósito, conforme ela própria afirmou à fl. 212.

Conclui-se, assim, que os órgãos públicos ambientais competentes tem-se omitido reiteradamente.

II-E. Da responsabilidade solidária dos causadores diretos e indiretos do dano

Conforme é cediço na doutrina e na jurisprudência, é solidária a responsabilidade pelos danos ambientais, tanto dos causadores diretos como dos causadores indiretos do dano.

Conforme já teve oportunidade de se manifestar o STJ, "Para o fim de apuração do nexo de causalidade no dano urbanístico-ambiental e de eventual solidariedade passiva, **equiparam-se quem faz, quem não faz quando deveria fazer, quem não se importa que façam, quem cala quando lhe cabe denunciar, quem financia para que façam e quem se beneficia quando outros fazem**" (REsp 1.071.741).

Desse modo, tanto as empresas, que são as causadoras diretas dos danos, como os órgãos públicos já referidos, causadores indiretos, por omissão, são solidariamente responsáveis pelos danos causados na Chapada do Apodi, podendo a

execução de eventual sentença cair sobre o patrimônio de qualquer um deles indistintamente.

Mais uma vez, **Paulo Afonso Brunz Vaz** (p. 111):

"Dessarte, além de objetiva, a responsabilidade em matéria de dano ambiental é solidária. Tratando-se de solidariedade passiva, segundo dispõe o art. 275 do Código Civil, a dívida comum pode ser exigida, por inteiro, de apenas um dos devedores, de alguns ou de todos. Dispõe o art. 942 do Código Civil que os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado, e, se tiver mais de um autor a ofensa, todos responderão solidariamente pela reparação (art. 942 do Código Civil)".

No mesmo sentido é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

"PROCESSUAL CIVIL E AMBIENTAL – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – DANO AMBIENTAL – CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICA – RESPONSABILIDADE OBJETIVA E SOLIDÁRIA – ARTS. 3º, INC. IV, E 14, § 1º, DA LEI 6.398/1981 – IRRETROATIVIDADE DA LEI – PREQUESTIONAMENTO AUSENTE: SÚMULA 282/STF – PRESCRIÇÃO – DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO: SÚMULA 284/STF – INADMISSIBILIDADE.

1. A responsabilidade por danos ambientais é objetiva e, como tal, não exige a comprovação de culpa, bastando a constatação do dano e do nexo de causalidade.

2. Excetuam-se à regra, dispensando a prova do nexo de causalidade, a responsabilidade de adquirente de imóvel já danificado porque, independentemente de ter sido ele ou o dono anterior o real causador dos estragos, imputa-se ao novo proprietário a responsabilidade pelos danos. Precedentes do STJ.

3. A solidariedade nessa hipótese decorre da dicção dos arts. 3º, inc. IV, e 14, § 1º, da Lei 6.398/1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente).

4. Se possível identificar o real causador do desastre ambiental, a ele cabe a responsabilidade de reparar o dano, ainda que solidariamente com o atual proprietário do imóvel danificado.

5. Comprovado que a empresa Furnas foi responsável pelo ato lesivo ao meio ambiente a ela cabe a reparação, apesar de o imóvel já ser de propriedade de outra pessoa jurídica.

6. É inadmissível discutir em recurso especial questão não decidida pelo Tribunal de origem, pela ausência de prequestionamento.

7. É deficiente a fundamentação do especial que não demonstra contrariedade ou negativa de vigência a tratado ou lei federal.

8. Recurso especial parcialmente conhecido e não provido." (REsp 1056540/GO, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/08/2009, DJe 14/09/2009)

Resta inequívoco, portanto, que todos os causadores dos danos ambientais são solidariamente responsáveis pela sua reparação.

6

5 13 11

II-F. Da necessidade de revisão dos licenciamentos e da elaboração de estudo de impacto ambiental

Nos termos do art. 19 da Resolução nº 237/97, do CONAMA, o órgão ambiental competente, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação de uma licença expedida, quando ocorrer superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

Os riscos ambientais ocorridos na Chapada do Apodi justificam exaustivamente a necessidade de **nova avaliação das licenças expedidas em favor da empresas poluidoras**, pois os danos à saúde e ao meio ambiente, inclusive o do trabalho, estão fartamente caracterizados nos documentos anexos.

A situação atual justifica nova análise da viabilidade técnica e ambiental dos empreendimentos já referidos, com a reavaliação das licenças expedidas, com a necessidade, inclusive, de estudo de impacto ambiental.

Com efeito, o art. 225, § 1º, IV, da Carta Federal, afirma que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público **exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.**

A nível infraconstitucional, tem-se a Resolução nº 01/86, do CONAMA, que, no seu art. 2º, afirma: "Dependerá de elaboração de **estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental – RIMA**, a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente, e do IBAMA em caráter supletivo, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, **tais como:** (...)".

Pela redação do dispositivo, é possível ver claramente que as hipóteses elencadas são meramente exemplificativas, sendo que a real necessidade do estudo prévio de impacto ambiental vai ser auferida no caso concreto.

No caso aqui tratado, outrossim, a necessidade de estudo de impacto ambiental é premente, pois, conforme se vê dos documentos em anexo, o lançamento de agrotóxicos na natureza é atividade altamente devastadora do meio ambiente, bem como da saúde dos trabalhadores expostos a agrotóxicos e da população local.

Desse modo, tendo em vista os danos ocasionados ao meio ambiente, faz-se necessário uma nova avaliação das licenças expedidas em favor das empresas poluidoras e a elaboração de um estudo de impacto ambiental, para ser auferida a viabilidade econômica e ambiental das lavouras instaladas na Chapada do Apodi.

III. DA MEDIDA LIMINAR

Nos termos do art. 12, *caput*, da Lei 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública), **“Poderá o juiz conceder mandado liminar, com ou sem justificação prévia, em decisão sujeita a agravo.”** Embora o dispositivo não seja expresso, a doutrina e a jurisprudência entendem que para a concessão da medida liminar faz-se necessária a presença de dois requisitos, quais sejam, a fumaça do bom direito e o perigo de demora, **ambos presentes no caso aqui tratado.**

Com efeito, a fumaça do bom direito se mostra evidente tanto pelo art. 225 da Constituição Federal – que assegura a todos, indistintamente, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado –, como pelos documentos acostados à inicial, que atestam categoricamente o alto nível de poluição por agrotóxicos na Chapada do Apodi, especialmente por meio de pulverização aérea.

O perigo de demora, outrossim, fica claro com possibilidade de os danos causados ao meio ambiente, principalmente a contaminação da água, se tornarem irreversíveis, **se é que já não o são**, bem como o prejuízo à saúde dos trabalhadores e da população local.

Desse modo, mostra-se de extrema importância e necessidade o deferimento de medida liminar, no sentido de determinar as empresas-rés que cessem imediatamente com a **pulverização aérea de agrotóxicos** da Chapada do Apodi – já que esta forma, pelos indícios constatados nos documentos anexos, é uma das mais prejudiciais ao meio ambiente local –, com a fixação de multa diária **significativa** para o caso de descumprimento da ordem, bem como determinar à SEMACE que proceda – com a supervisão e o auxílio de representantes do IBAMA e dos Municípios de Quixeré-CE e de Limociro do Norte-CE, já que a competência para proteger o meio ambiente é comum –, à revisão dos licenciamentos ambientais concedidos às empresas-rés, com a exigência de estudo de impacto ambiental.

IV. DO PEDIDO

Ante o exposto, considerando a urgência do caso, requerem o MPT e o MP/CE:

I – liminarmente, *inaudita altera parte*, e, ao final, por sentença:

- a) a determinação de que as empresas-rés cessem imediatamente com a **pulverização aérea** de agrotóxicos da Chapada do Apodi, com a fixação de multa diária **significativa** para o caso de descumprimento da ordem;
- b) a determinação de que a SEMACE proceda, em prazo determinado e sob pena de multa, à revisão dos licenciamentos ambientais concedidos às empresas-rés, com a exigência de estudo de impacto ambiental;
- c) a determinação de que o IBAMA e os Municípios de Quixeré-CE e de Limoeiro do Norte-CE **supervisionem e auxiliem** à SEMACE no processo revisão dos licenciamentos ambientais, considerando a singularidade do caso e a competência comum para proteger o meio ambiente;

II – por sentença, a condenação solidária de todos os réus, inclusive dos entes públicos:

- a) a repararem os danos causados ao meio ambiente atingido, conforme cronograma e critérios a serem fixados em perícia técnica;
- b) a pagarem uma indenização, em pecúnia, pelos **danos materiais** causados ao meio ambiente, à população regional (contaminação da água, do solo, etc.) e aos trabalhadores, a ser revertida em benefício do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (Lei 7.347/85, art. 13);
- c) a pagarem um indenização, em pecúnia, pelos **danos morais coletivos** infligidos à população regional e aos trabalhadores, a ser revertida em benefício do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (Lei 7.347/85, art. 13).

Requerem os autores, ainda, **após o deferimento da medida liminar**, a **citação** dos demandados para, querendo, contestarem os pedidos, sob pena de revelia, bem como a sua condenação nos **honorários advocatícios** e demais **ônus da sucumbência**, além da **total procedência dos pedidos** ventilados nesta inicial.

Protestam provar o alegado por todos os meios de prova necessários ao deslinde de presente demanda, em especial a realização de perícias, a oitiva de

testemunhas e a apresentação ulterior de documentos, tudo de logo requerido.

Dá-se à causa o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Nestes termos, pedem deferimento.

Limoeiro do Norte-CE, 1º de junho de 2011.

Luiz Carlos Oliveira Júnior
LUIZ CARLOS OLIVEIRA JÚNIOR
 Procurador de República

Bianca Leal Mello da Silva Sampaio
BIANCA LEAL MELLO DA SILVA SAMPAIO
 Promotora de Justiça
 2ª Promotoria de Justiça de Limoeiro do Norte,

Cleiton SENA de MEDEIROS
CLEITON SENA DE MEDEIROS
 Promotor de Justiça
 Promotoria de Justiça de Quixeré

Georgia Maria da Silveira Aragão
GEORGIA MARIA DA SILVEIRA ARAGÃO
 Procuradora do Trabalho